

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA – UNESP
Campus de Presidente Prudente**

**PEQUENAS CIDADES NA REGIÃO DE CATANDUVA – SP:
PAPÉIS URBANOS, REPRODUÇÃO SOCIAL E PRODUÇÃO DE
MORADIAS**

Mara Lúcia Falconi da Hora Bernardelli

Tese de doutorado elaborada junto ao Curso de Pós-Graduação em Geografia – Área de Concentração: Desenvolvimento Regional e Planejamento Ambiental, para a obtenção do Título de Doutor em Geografia.

Orientador: Maria Encarnação Beltrão Sposito

Presidente Prudente
2004

Bernardelli, Mara Lúcia Falconi da Hora

Pequenas cidades na região de Catanduva - SP : papéis urbanos, reprodução social e produção de moradias / Mara Lúcia Falconi da Hora Bernardelli – Presidente Prudente : [s.n.], 2004.

347 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Maria Encarnação Beltrão Sposito

Tese (doutorado) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia

1. Urbanização - Catanduva, Região de (SP) 2. Catanduva, Região de (SP) - Geografia. 3. Catanduva, Região de (SP) - Agricultura. 4. Política habitacional – Catanduva, Região de (SP) 5. Rede urbana – Geografia. I. Sposito, Maria Encarnação Beltrão. II. Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia. III. Título.

CDU – 911.375

Para José Zanin Bernardelli Júnior, por tudo.

AGRADECIMENTOS

Para a produção desta pesquisa, muitas foram as pessoas que, de inúmeras formas, tiveram papel essencial no processo de sua elaboração e a tornaram possível; neste sentido, deve ser entendida também como produto de um trabalho coletivo.

Primeiramente, desejo lembrar de todos os moradores dos conjuntos habitacionais das pequenas cidades que, gentilmente, dispuseram de seu tempo e responderam ao questionário.

Todas as instituições visitadas e procuradas que forneceram informações valiosas ao trabalho: às Prefeituras Municipais, em especial nos cinco municípios em que a pesquisa foi verticalizada, principalmente aos representantes e prefeitos que nos atenderam; ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Catanduva (Sr. Walter Hipólito); ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ariranha (Sr. José Carlos Bento); ao Escritório de Desenvolvimento Rural de Catanduva (Sr. Mauro Luchetti); aos funcionários que nos receberam na Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano – Regional de Araraquara (principalmente Sr. Antonio Cesar Polimeno, Coordenador do Núcleo Sócio-Econômico); aos funcionários do IBGE de São José do Rio Preto e de São Paulo; ao representante da AFCRC (Associação dos Fornecedores de Cana da Região de Catanduva) e das Usinas e Destilarias da área da pesquisa que atenderam nossas solicitações.

Aos que colaboraram na pesquisa de campo, na aplicação dos questionários: Rodrigo, Renato, Rosimeris, Patrícia, Sandro, João Paulo, Paulo, Daniel e Ana e compartilharam parte das dificuldades no início da pesquisa.

Valiosa foi a colaboração de Karen, que me acompanhou nas entrevistas realizadas junto às prefeituras municipais e aos Sindicatos procurados.

Aos membros da banca do colóquio, que deram valiosas contribuições na redefinição do projeto de pesquisa.

Aos membros da banca de qualificação, pelas sugestões e idéias para o prosseguimento do trabalho: Cleonice A. Le Boulegart e Rosângela Hespanhol.

A todos os funcionários da UNESP, especialmente a Márcia, da Seção de Pós-Graduação em Geografia e a todos os professores das disciplinas que cursamos.

A todos os funcionários da Jet Laser, pela colaboração na impressão do trabalho final.

A Flora Sato, pela confecção dos mapas.

A Marilu pela correção lingüística do trabalho final.

A professora do Departamento de Matemática Maria Aparecida, pela colaboração essencial na definição da amostragem estatística. Ao Marcos e Daniela, que ajudaram na tabulação dos dados da pesquisa.

Ao Celso Locatel, pelo companheirismo, paciência, estímulo e por ter me recebido em sua casa com tanto carinho em Barcelona, quando participamos do V Coloquio Geocrítica.

A todos os membros do GASPERR (Grupo Acadêmico sobre Produção do Espaço e Redefinições Regionais), especialmente aos que participam do eixo Produção do Espaço.

Aos meus queridos amigos que incentivaram e estimularam a reflexão e troca de idéias: Rosemeire, Madalena, José Henrique, Dário (pelo apoio incondicional e força em momentos cruciais), Arthur, Renato, Zezé, Ângela, Ana Cláudia, Marcos, Fabrício, Silvia, Márcia, Patrícia.

Aos amigos de Presidente Prudente: Mônica, Silvia Helena, Simone, Gelson, Cleuza, Moreno, Ana e Alexandre, pelo apoio e amizade.

Aos amigos que fiz em São José do Rio Preto: Maria Cristina, Helaine, João, Anselmo, Zuleika, Marcelo, Paulo, Terezinha, Fernando de Paula.

A Luciane, amiga e irmã de “toda a vida”, e ao seu marido, Nelson, pela força.

Cláudia, com quem tantas vezes compartilhei ansiedades, e Luna, amigas mais que especiais.

Márcio, amigo afetuoso, sempre ao meu lado, ainda que distante muitos quilômetros.

A Silvia, amiga e companheira de jornada, sempre apoiando com carinho e incentivo, fundamentais à continuidade do trabalho. Gentilmente me acompanhou em uma das visitas à CDHU – Regional de Araraquara além de ter me recebido com tanta atenção em sua casa (estendemos aqui nosso agradecimento ao Roberlei).

A toda minha família, pela torcida para que o trabalho fosse feito a contento, especialmente aos meus pais, por suas orações, e minhas irmãs, Carmem, Francisca e Mariângela, pela confiança de que as dificuldades seriam superadas.

A Vanessa, minha cunhada, que sempre se mostrou solidária às dificuldades enfrentadas na pesquisa, que partilha esse caminho em outra área do conhecimento.

Aos meus sogros, Sr. José, pelos inúmeros favores prestados; em especial, a dona Silvia, que me acolheu em sua casa como filha, ajudando de múltiplas formas e com uma dedicação essencial nessa caminhada.

Ao meu marido, José Zanin Bernardelli Júnior, por estar sempre a meu lado, como companheiro e crítico do trabalho, inclusive me acompanhando na coleta de dados da primeira fase da pesquisa. Agradeço pela paciência, força, pelo amor e por ser extremamente compreensivo nas minhas ausências e falhas.

A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), pelo financiamento da pesquisa.

A orientação recebida de Maria Encarnação Beltrão Sposito, pela amizade, dedicação, paciência e a um sem número de outros qualitativos que preencheriam várias páginas, nosso agradecimento do fundo do coração.

Eu tive medo de fechar a porta
e perder algum detalhe
eu tive medo de ir embora...
Andar por outros mundos,
outros assuntos, outro lugar
E usar
Só os meus olhos pra dizer [...]

(Deve ser assim, Alvim L./Marina Lima)

Resumo

A questão central que orientou o trabalho constituiu-se em investigar a relação entre a produção de conjuntos habitacionais nas pequenas cidades da região de Catanduva (Estado de São Paulo, Brasil) e sua ocupação por expressiva parcela de trabalhadores vinculados à agricultura e à agroindústria sucroalcooleira. Buscamos analisar quais são, de fato, os papéis urbanos das pequenas cidades desta região canavieira. Tais considerações remetem-nos ao modo como o poder público direciona a política habitacional e quais os interesses considerados na distribuição de recursos entre os municípios, implicando na reflexão entre a produção e a apropriação do espaço urbano, assim como sobre as políticas públicas. Baseamos nossa reflexão sobre o que, efetivamente, o acesso à habitação financiada com recursos públicos, representou para os moradores e o quanto atendeu os interesses de constituição de “viveiros de mão-de-obra” para a agroindústria da região.

Palavras-chave:

1. Pequenas cidades 2. Papéis urbanos 3. Produção de moradias 4. Reprodução social

Abstract

The central issue that guiding this work was to investigate the relation between the production of housing developments in the small towns in the region of Catanduva (São Paulo State, Brazil) and their occupation by a significant number of employees working in the sugar-alcohol agro-industries. We searched to analyze which in fact are the urban roles of these sugar-cane area small towns. Such considerations lead us to the way the government directs housing policies and which interests are considered when resources are distributed among towns. This implies a reflection between the production and the appropriation of urban space, as well as about public policies . We have based our reflection on what effectively the access to publicly-funded housing represented to dwellers and how much it has met the interest of developing “workforce nurseries” for the agro-industry in the area.

Key words:

1.Small towns 2. Urban roles 3. Dwelling production 4. Social reproduction

SUMÁRIO

DEDICATÓRIA.....	II
AGRADECIMENTOS	III
EPÍGRAFE.....	VI
RESUMO.....	VII
ABSTRACT	VIII
LISTA DE TABELAS	XI
LISTA DE MAPAS.....	XV
LISTA DE QUADROS	XVI
LISTA DE FOTOGRAFIAS.....	XVII
APRESENTAÇÃO.....	XVIII
1. DISCUSSÃO DA PROBLEMÁTICA DA PESQUISA.....	2
1.2. Iniciando a discussão	2
1.3. Fundamentação básica	6
1.4. Os caminhos percorridos: procedimentos metodológicos	13
2. A REDE URBANA.....	26
2.1. Rede urbana: iniciando uma reflexão	28
2.2. A economia cafeeira: contextualização histórico-geográfica	47
2.3. A estruturação da rede urbana paulista.....	53
2.4. A região de Catanduva na constituição da rede urbana paulista	59
2.5. A desestruturação do complexo cafeeiro e as transformações urbanas.....	62
2.6. A urbanização brasileira e a redefinição da rede urbana	64
2.7. A dinâmica populacional na região de Catanduva	73
3. A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA.....	84
3.1. A constituição e consolidação da região canavieira de Catanduva.....	90
3.2. O avanço da mecanização na colheita de cana-de-açúcar	98
3.3. A dependência dos pequenos municípios canavieiros	102
3.4. A concentração fundiária na região	109
4. A MORADIA E A REPRODUÇÃO SOCIAL.....	119
4.1. Breve resgate da política habitacional no Brasil no contexto pós-1964	126
4.2. A política habitacional nos pequenos municípios	134
4.3 O trabalho de campo e a tabulação dos dados.....	161
4.4. A moradia nos conjuntos habitacionais das pequenas cidades	169

5. A CIDADE E O URBANO.....	213
5.1. O debate sobre o urbano e o rural.....	214
5.2. Os papéis urbanos e os pequenos municípios da região de Catanduva.....	233
5.3. Os moradores dos conjuntos habitacionais.....	243
5.4. Meios de consumo coletivo	255
5.5. A representação de cidade.....	275
5.6. A representação de cidade para os habitantes de pequenos municípios	279
5.7. Os papéis urbanos precários ou ausentes nos pequenos municípios.....	304
CONSIDERAÇÕES FINAIS	332
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	338
APÊNDICE	351
APÊNDICE A - Questionário	
APÊNDICE B - Planilha.	
APÊNDICE C - Instruções para o preenchimento do questionário	
APÊNDICE D – Formulário de avaliação qualitativa do conjunto habitacional	

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Seleção dos municípios.....	21
Tabela 2 – Estado de São Paulo: Evolução da população – Período 1940/2000.....	74
Tabela 3 – Estado de São Paulo: Taxas de população – Período 1940/2000.....	74
Tabela 4 – Região de Catanduva: Evolução de população – Período 1940/2000.....	74
Tabela 5 – Região de Catanduva: Taxas de população – Período 1940/2000.....	75
Tabela 6 – Região de Catanduva: População urbana e rural – Período 1940/2000.....	78
Tabela 7 – Região de Catanduva: Evolução da população – Período 1940/2000.....	79
Tabela 8 – Região de Catanduva: Evolução da estrutura fundiária – 1960/1995.....	112
Tabela 9 – Catanduva: – Evolução da estrutura fundiária – 1960/1995.....	112
Tabela 10 – Ariranha: – Evolução da estrutura fundiária – 1960/1995.....	113
Tabela 11 – Catiguá: – Evolução da estrutura fundiária – 1960/1995.....	113
Tabela 12 – Palmares Paulista: – Evolução da estrutura fundiária – 1960/1995.....	115
Tabela 13 – Pindorama: Evolução da estrutura fundiária – 1960/1995.....	115
Tabela 14 – Santa Adélia: Evolução da estrutura fundiária – 1960/1995.....	116
Tabela 15 – Ariranha: Conjuntos habitacionais e tamanho da amostragem ..	136
Tabela 16 – Catiguá: Conjuntos habitacionais e tamanho da amostragem.....	142
Tabela 17 – Palmares Paulista: Conjuntos habitacionais e tamanho da amostragem.....	147

Tabela 18 – Pindorama: Conjuntos habitacionais e tamanho da amostragem.....	152
Tabela 19 – Santa Adélia: Conjuntos habitacionais e tamanho da amostragem.....	157
Tabela 20 – Municípios selecionados e tamanho amostral definido.....	163
Tabela 21 – Condição de ocupação do imóvel	171
Tabela 22 – Opinião sobre o valor pago nas prestações do imóvel.....	180
Tabela 23 – Pagamento da prestação ou aluguel da moradia.....	181
Tabela 24 – Percentual de renda domiciliar comprometido com o aluguel ou a prestação da moradia.....	181
Tabela 25 – Número de meses em que não paga a prestação ou o aluguel... ..	185
Tabela 26 – Modificações no imóvel.....	185
Tabela 27 – Número de dormitórios.....	195
Tabela 28 – Número de banheiros.....	195
Tabela 29 – Onde residia anteriormente.....	199
Tabela 30 – Imóvel anterior.....	199
Tabela 31 – Problemas ou necessidades enfrentadas por morar no conjunto habitacional.....	201
Tabela 32 – Frequência à escola.....	247
Tabela 33 – Escolaridade.....	247
Tabela 34 – Contribui na renda	249
Tabela 35 – Renda domiciliar (em salários mínimos).....	249
Tabela 36 – Situação na ocupação profissional.....	251
Tabela 37 – Setor de ocupação profissional.....	253
Tabela 38 – Ariranha: Serviços, equipamentos e infra-estrutura existentes na cidade e no conjunto em que reside.....	258

Tabela 39 – Catiguá: Serviços, equipamentos e infra-estrutura existentes na cidade e no conjunto em que reside.....	259
Tabela 40 – Palmares Paulista: Serviços, equipamentos e infra-estrutura existentes na cidade e no conjunto em que reside.....	260
Tabela 41 – Pindorama: Serviços, equipamentos e infra-estrutura existentes na cidade e no conjunto em que reside.....	261
Tabela 42 – Santa Adélia: Serviços, equipamentos e infra-estrutura existentes na cidade e no conjunto em que reside.....	262
Tabela 43 – Ariranha: Utilização e avaliação dos serviços, equipamentos e infra-estrutura existentes na cidade e no conjunto em que reside.....	264
Tabela 44 – Catiguá: Utilização e avaliação dos serviços, equipamentos e infra-estrutura existentes na cidade e no conjunto em que reside.....	265
Tabela 45 – Palmares Paulista: Utilização e avaliação dos serviços, equipamentos e infra-estrutura existentes na cidade e no conjunto em que reside.....	266
Tabela 46 – Pindorama: Utilização e avaliação dos serviços, equipamentos e infra-estrutura existentes na cidade e no conjunto em que reside.....	267
Tabela 47 – Santa Adélia: Utilização e avaliação dos serviços, equipamentos e infra-estrutura existentes na cidade e no conjunto em que reside.....	268
Tabela 48 – Problemas ou necessidades enfrentadas por morar nesta cidade.....	273
Tabela 49 – Representação de cidade.....	283
Tabela 50 – Representação da cidade onde reside.....	287
Tabela 51 – Ariranha: Atividades que realiza em outras cidades.....	306
Tabela 52 – Catiguá: Atividades que realiza em outras cidades.....	307
Tabela 53 – Palmares Paulista: Atividades que realiza em outras cidades.....	308
Tabela 54 – Pindorama: Atividades que realiza em outras cidades.....	309
Tabela 55 – Santa Adélia: Atividades que realiza em outras cidades.....	310
Tabela 56 – Cidade mais importante da região.....	321

Tabela 57 – Razões para escolher uma cidade como a mais importante.....	326
---	-----

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Região de Catanduva: Localização da área de pesquisa e distribuição territorial das empresas sucroalcooleiras.....	22
Mapa 2 – Ariranha: Localização dos conjuntos habitacionais.....	140
Mapa 3 – Catiguá: Localização dos conjuntos habitacionais.....	145
Mapa 4 – Palmares Paulista: Localização dos conjuntos habitacionais.....	150
Mapa 5 – Pindorama: Localização dos conjuntos habitacionais.....	155
Mapa 6 – Santa Adélia: Localização dos conjuntos habitacionais.....	158

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Dados para seleção dos municípios.....	19
Quadro 2 – Região de Catanduva: Data de criação dos municípios.....	62
Quadro 3 – Região de Catanduva: Área (ha) ocupada pela cana-de-açúcar – período – 1975/1995.....	104
Quadro 4 – Questionários aplicados e número de pessoas abrangidas, por município.....	168

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Foto 1 – Ariranha – C. H. João Lázaro Colombo	139
Foto 2 – Ariranha – C. H. Irineu Villa.....	139
Foto 3 – Catiguá – C. H. Ernesto Nicoletti.....	143
Foto 4 – Catiguá – C. H. Ângelo Venturin.....	143
Foto 5 – Palmares Paulista – C. H. Palmares Paulista I	148
Foto 6 – Palmares Paulista – Lotes Urbanizados.....	148
Foto 7 – Pindorama – C. H. Ítalo Narciso Colombo.....	153
Foto 8 – Pindorama - C. H. Antônio Sela.....	153
Foto 9 – Santa Adélia – C. H. Vila Zanqueta	160
Foto 10 – Santa Adélia – C. H. Felício Leite.....	160
Foto 11 – Santa Adélia.....	210
Foto 12 – Ariranha – Usina Catanduva.....	210

APRESENTAÇÃO

O trabalho encontra-se estruturado da seguinte forma:

No primeiro capítulo, introduzimos a problemática trabalhada na pesquisa, justificando nosso interesse na questão, que decorreu da existência, na região de Catanduva, de um número expressivo de conjuntos habitacionais produzidos com recursos públicos (federais, estaduais e municipais) em pequenas cidades, que apresentam, entretanto, papéis urbanos pouco expressivos. Abordamos também os procedimentos metodológicos adotados no encaminhamento da pesquisa.

No segundo capítulo apresentamos uma discussão sobre rede urbana, partindo das contribuições formuladas por diversos autores, ficando evidenciado que as transformações operadas no processo de urbanização resultaram em novas formas de abordagem da temática ao longo do tempo. Posteriormente, fazemos um resgate histórico da constituição da rede urbana paulista, no contexto da expansão da economia cafeeira e sua consolidação, bem como a inserção da região de Catanduva e o surgimento das cidades nesse contexto.

Dedicamos o terceiro capítulo a discussão das transformações que decorreram do processo de modernização da agricultura, no qual destacamos o papel fundamental desempenhado pelo Estado, e suas repercussões na região de Catanduva. As políticas empreendidas pelo Estado foram expressivas no modo como se consolidou o setor sucroalcooleiro na região, especialmente após o lançamento do PROÁLCOOL, havendo, em decorrência, a ampliação da concentração fundiária e do poder econômico e político de usineiros e dos grandes proprietários rurais.

No quarto capítulo abordamos, inicialmente, a reprodução social, constituindo a moradia um elemento primordial ao seu entendimento. Fazemos um breve resgate das políticas de habitação empreendidas após 1964, ano marcado pela criação do Banco Nacional da Habitação (BNH) e do Sistema Financeiro da Habitação (SFH), que tinham como objetivos formular e direcionar a política habitacional no país. Analisamos a política habitacional implementada nas cinco pequenas cidades

estudadas e quais os principais agentes promotores envolvidos na produção dos conjuntos habitacionais financiados com recursos públicos.

O capítulo quinto traz, primeiramente, o debate sobre o urbano e o rural, na visão de autores que trataram do tema. Em seguida tratamos, tendo como base os dados levantados no trabalho de campo, da caracterização dos moradores dos conjuntos habitacionais, dos meios de consumo coletivos, dos papéis urbanos das pequenas cidades estudadas e a representação elaborada pelos habitantes das cidades onde vivem.

As principais conclusões do trabalho são resgatadas nas considerações finais.

[...] De uma cidade, não aproveitamos as suas sete ou setenta e sete maravilhas, mas a resposta que dá às nossas perguntas. Ou as perguntas que nos colocamos para nos obrigar a responder [...]
(Ítalo Calvino, *As cidades invisíveis*, 1990, p.44)

CAPÍTULO I

1. DISCUSSÃO DA PROBLEMÁTICA DA PESQUISA

A escolha da temática focalizada nesta pesquisa decorreu de uma experiência acadêmica vivenciada durante o ano de 1997, quando foi composta uma equipe de pesquisadores da UNIRP – Centro Universitário de Rio Preto, onde trabalhávamos na época, para atender a um convênio estabelecido entre essa instituição e a Caixa Econômica Federal (CEF) de São José do Rio Preto, acerca de um inquérito que foi realizado em conjuntos habitacionais financiados pelos governos estadual e federal na Região Noroeste do Estado de São Paulo. Foram alvo desse inquérito diversos municípios de portes também diferenciados.

Muitos dos municípios selecionados eram bastante pequenos em relação ao tamanho de suas populações, ficando evidenciado, no decorrer do trabalho, que expressiva parcela, além de apresentar grande número de unidades habitacionais, possuía sério problema relacionado à inadimplência dos mutuários, e graves carências em relação aos meios de consumo coletivos. Essa problemática colocava-se de forma bastante singular nos pequenos municípios, que possuem grande parte de sua população vinculada à economia agrícola e, portanto, ao trabalho sazonal, sendo que parcela significativa não conseguia, com sua renda, manter constante o pagamento das prestações das casas financiadas.

Daí ter surgido uma profunda inquietação e muitos questionamentos acerca das razões da implementação de conjuntos habitacionais em pequenos municípios com graves problemas relativos ao emprego para sua população, resultando daí o interesse no desenvolvimento do projeto.

1.2. Iniciando a discussão

O Estado de São Paulo possui 645¹ municípios, portanto, a rede urbana do Estado é bastante densa.

Um fato a ser ressaltado é que grande parte desses municípios surgiu muito mais em decorrência de interesses políticos locais e, mesmo estaduais e federais, envolvendo aí as questões de poder existentes, do que em função de terem grande contingente populacional ou de desempenharem um conjunto de papéis e atividades

¹ No Brasil, existem, pelos dados do último Censo, 5.561 municípios, sendo que, na década de 1990, foram implementados 1070.

econômicas que gerem receitas tributárias, emprego e renda aos seus habitantes. Ou seja, os repasses de verbas estaduais e federais, em grande parte dos casos, compõem a maior parcela de recursos para esses municípios, fazendo com que seja discutível a autonomia financeira deles² e torna limitada a sua possibilidade de superação de problemas.

Nesse contexto, é grande o número de pequenas cidades com papéis urbanos pouco expressivos, ainda que apresentem taxas elevadas (em termos percentuais) de população considerada “urbana”.

Diversos desses pequenos municípios se tornaram local de concentração de expressivo contingente de força de trabalho empregada na agricultura. Isso derivou/deriva de um intenso processo de modernização da agricultura que, no Estado de São Paulo, iniciou-se por volta de meados do século XX, ampliando-se nas décadas seguintes numa velocidade considerável.

É preciso ressaltar, ainda, que o processo de modernização da agricultura no país, iniciado no pós Segunda Guerra no Estado de São Paulo e, principalmente, após 1970 no Brasil como um todo, contou com expressiva participação do Estado. Houve a transformação da base técnica da produção, após a incorporação do uso de fertilizantes e maquinários, visando à elevação da produtividade. Em meados da década de 1960, houve a implantação do Departamento I (D1) para a agricultura, internalizando a produção de insumos modernos, máquinas e equipamentos agrícolas, envolvendo tanto mudanças na base técnica quanto transformações substanciais nas relações de trabalho, inclusive promovendo diminuição no contingente de mão-de-obra necessária à produção.

As repercussões de tal processo foram ampliadas com a regulamentação de uma série de leis (com destaque para o Estatuto da Trabalhador Rural e suas Leis Complementares, bem como o Estatuto da Terra), que aceleraram a expulsão de trabalhadores permanentes empregados no campo e acentuaram o êxodo rural, trazendo, ao mesmo tempo, profundas e intensas mudanças no processo de urbanização do país.

² O artigo 156 da Constituição Federal de 1988 reza que “Compete aos municípios instituir impostos sobre: I – propriedade predial e territorial urbana; II – transmissão *inter vivos*, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem com cessão de direitos a sua aquisição; III – serviços de qualquer natureza, não compreendidos no art. 155, II, definidos em lei complementar.” Cahali, Y. S. *Código Civil, Código de Processo Civil e Constituição Federal*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003, p.102. A Constituição Federal de 1988 assegura ao município autonomia política e financeira.

Atualmente, a taxa de urbanização no Estado é de 93,41%, maior do que a brasileira, que é de 81,24%.

A constituição, consolidação e transformação da rede urbana são expressão da divisão territorial do trabalho, sendo, ao mesmo tempo, uma condição de seu processo de redefinição. Esse entendimento pressupõe que, no processo de desenvolvimento do capitalismo, houve a acentuação do papel das cidades nos processos de produção, de distribuição de bens e serviços e no consumo. O processo foi e é marcado por uma integração cada vez mais ampla e mais intensa entre diferentes parcelas do território e entre cidades, favorecendo a constituição de redes regionais, nacionais e até internacionais.

O que, de início, representou uma hierarquização entre as cidades, no bojo do desenvolvimento das redes urbanas, com a intensificação dos processos de industrialização, urbanização e modernização da agricultura, tem ampliado a integração interurbana, fazendo com que hoje se verifique, de modo mais acentuado, complementaridade e/ou concorrência entre cidades com diferentes níveis de ofertas de bens e serviços, ou seja, com papéis diferenciados na rede urbana. Ou seja, hoje, podemos dizer que as relações estabelecidas entre cidades, colocam-se além de hierárquicas como complementares; ainda que as pequenas cidades tenham sua dinâmica comandada por uma estrutura urbano-industrial, não apresentam uma multiplicidade de papéis identificada com o urbano.

O interior do Estado de São Paulo apresenta como uma das suas mais marcantes características o fato de abrigar importantes regiões de agricultura voltada para o mercado interno e externo, havendo destaque para as culturas de cana-de-açúcar e de laranja (maior produtor nacional em ambas), que são grandes empregadoras de mão-de-obra local e vinda de outras regiões (especialmente da Regiões Nordeste do país, do Norte do Paraná e de Minas Gerais), tendo em vista que especialmente as culturas citadas ampliam as contratações nos períodos de safra.

No caso específico da cana-de-açúcar, o período de safra corresponde a cerca de 8 meses ao ano (geralmente, iniciando-se em abril ou maio e se estendendo até novembro ou dezembro) e parcela dos trabalhadores são empregados através dos contratos de safra por prazo determinado. Ou seja, no

estante do ano, grande parte desses trabalhadores deve buscar outras ocupações³, tendo em vista que, durante a entressafra, as contratações na cana-de-açúcar são reduzidas, pois se voltam, principalmente, para atividades de plantio, carpa, entre outras.

Vários autores apontam que as periferias das médias e pequenas cidades, em função da modernização ocorrida na agricultura, tornaram-se local de moradia de trabalhadores agrícolas, sendo essa, para Corrêa (1989), uma das novas formas de inserção na rede urbana⁴.

Na área estudada, verificou-se a existência de uma produção significativa de conjuntos habitacionais, construídos com recursos públicos (federais, estaduais ou municipais), que abrigam expressivo percentual de trabalhadores rurais empregados na agricultura e nas agroindústrias sucroalcooleiras da região.

Essa mão-de-obra agrícola, em geral, não encontra trabalho no campo durante todo o ano, ficando sem conseguir, muitas vezes, inserir-se no mercado de trabalho em determinados períodos, o que a deixa, portanto, sem condições de pagar o financiamento de sua moradia.

Podemos, a partir dessas constatações, fazer dois questionamentos iniciais:

- as instituições que financiam as moradias tinham conhecimento da sazonalidade do trabalho dos mutuários?
- quais os fatores privilegiados na concessão de recursos para a construção de moradias nos pequenos municípios?

No caso específico da cultura da cana-de-açúcar, que predomina nos municípios estudados, consideramos haver possibilidade de agravamento da questão na região em foco, tendo em vista as mudanças tecnológicas e normativas (relativas à criação de novas leis), que podem afetar ainda mais as oportunidades de emprego. Sob essa ótica não é desprezível o impacto que haverá sobre diversas áreas do Estado de São Paulo, especialmente em pequenos municípios que têm praticamente a renda local de grande parte dos trabalhadores gerada por tal produção.

Entender quais são os papéis urbanos das pequenas cidades da região

³ Seja no campo, em outras culturas, sendo que muitos, inclusive, acabam recorrendo nesse período de “parada da cana” ao trabalho como volante (trabalho eventual) ou mesmo em atividades urbanas, em outras cidades.

⁴ Corrêa, R. L. *A rede urbana*. São Paulo: Ática, 1989; Santos, M. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1993 e, do mesmo autor, *Por uma economia política da cidade*. São Paulo: Hucitec/Educ, 1994, são autores que discutem a problemática.

canavieira de Catanduva é, assim, o ponto de partida, buscando nas manifestações apresentadas nesse território delimitado ultrapassar a simples aparência e verificar as determinações que o produziram.

Feita essa breve apresentação, especificamos os objetivos que irão nortear o trabalho.

Objetivo geral:

Colaborar para a reflexão das relações entre o papel do poder público, o processo de produção da cidade e os papéis urbanos, analisando, principalmente, a territorialização das políticas habitacionais nas pequenas cidades canavieiras da região de Catanduva.

Objetivos específicos:

1. Verificar a importância que os investimentos públicos, na área de habitação, tiveram na constituição da oferta de mão-de-obra para o setor canavieiro da região.
2. Analisar as relações existentes entre a política habitacional implementada nas pequenas cidades e a expansão da área ocupada pela cana-de-açúcar na região de Catanduva.
3. Refletir sobre quais são, atualmente, os papéis urbanos das pequenas cidades da região canavieira de Catanduva e em que serão afetados com o processo de modernização a ser implementado na cultura da cana-de-açúcar.

1.3. Fundamentação básica

O fio condutor da análise que propomos está balizado na compreensão de que o espaço é produto e condição social e histórica e, como tal, o recorte territorial proposto necessita ser entendido e analisado como parte da totalidade (social, histórica, espacial, entre outras dimensões possíveis), pois só assim há a possibilidade de desvendamento de um dado fenômeno.

Essa tarefa envolve o compromisso de não somente descrever o fenômeno pesquisado, mas a tentativa de efetivamente entendê-lo e explicá-lo, demonstrando

aquilo que a simples observação de uma dada paisagem não permite apreender. Daí decorre a própria relevância da pesquisa em ciências sociais.

O desafio é, portanto, buscar as múltiplas determinações que atuam num dado espaço e o constituem. Entender o espaço como produto e condição histórica e social exige, assim, percebê-lo como fruto de uma sociedade não igualitária, uma sociedade de classes. Se a sociedade é marcada por uma extrema segmentação, o espaço concreto, produzido e materializado nas formas espaciais, apresenta como características marcantes a diferença e a desigualdade, resultado da divisão social e territorial do trabalho, daí que as lutas de classe estão na base para a compreensão da (re)produção e apropriação⁵ do espaço geográfico. Carlos (1994) trabalha essa idéia:

[...] a produção espacial é desigual, na medida em que o espaço é fruto da produção social capitalista que se realiza e se reproduz desigualmente. [...] a unidade espaço-sociedade traz implícita uma desigualdade que se materializa através da divisão do trabalho entre 'parcelas' do espaço e em cada uma delas. (p.26)⁶.

A atual fase do processo de urbanização, que ocorre em nível mundial, promove diferenciações na medida em que o capitalismo, em seu desenvolvimento, centrado no processo de (re)produção ampliada do capital, acumulação e centralização do poder e dos meios de produção, estruturou, paralelamente, uma série de relações fundadas na dominação e subordinação.

Tais processos, em seu movimento/dinâmica, (re)produzem o espaço e, portanto, seus conteúdos, suas formas e seus papéis. Destarte, é preciso reforçar que essa (re)produção é totalmente articulada ao estágio de desenvolvimento das forças produtivas, que se diferencia histórico-espacialmente nos diferentes lugares.

Retomemos a reflexão feita por Carlos (1994), que nos auxilia na compreensão dessa questão:

⁵ O significado dado por Lefebvre (1978) ao conceito de apropriação é complexo e rico por entendê-lo como parte da obra humana, transformação da natureza com o sentido da vida social, contrapondo-se, portanto, à dominação. Nessa perspectiva, a apropriação difere totalmente da noção de "propriedade" e se caracteriza pelo uso efetivo do espaço, podendo, inclusive, levar ao questionamento do direito à propriedade e/ou privatização dos espaços públicos (p.164). Lefebvre, H., *De lo rural a lo urbano*. Barcelona: Península, 1978.

⁶ Carlos, A. F. A. *A (re)produção do espaço urbano*. São Paulo: Edusp, 1994.

No capitalismo, as necessidades de reprodução do sistema fundado no capital vão estabelecer os rumos, objetivos e finalidades do processo geral de reprodução, no qual o espaço aparecerá como condição e meio, desvanecendo-se o fato de que também é produto. (p.22)⁷.

Essa reflexão é necessária para não incorreremos no risco de entender um processo que é fundamentalmente social somente do ponto de vista econômico, sem entender as articulações que efetivamente podem levar à incompreensão dos fenômenos. Cabe, ainda, pelo fato de, se entendermos o espaço geográfico tão somente como condição e meio, fazermos uma leitura fetichizada do espaço, em seus diferentes níveis, assim, também da própria cidade. Esse fato implica em pensarmos sociedade e espaço de forma articulada:

Há uma relação necessária entre sociedade e espaço. A produção da vida, no cotidiano do indivíduo, não é só a produção de bens para satisfação de suas necessidades materiais, e também a produção de sua humanidade, através da produção de relações (sociais, econômicas, políticas, ideológicas, jurídicas etc.). Por outro lado, a articulação dessas relações tende a individualizar-se espacialmente, dando singularidade às parcelas do espaço, articuladas numa totalidade espacial (como produto histórico). (CARLOS, 1994, p. 22-3).

Lefebvre (1999)⁸ analisa que, para Marx, a cidade comparece como "força produtiva":

[...] Ela contém uma parte importante do trabalho passado e cristalizado, literalmente morto, do qual dispõe o capitalista para se assenhorar do trabalho vivo; o que ela contém, assim, sobrevive ao desgaste cotidiano dos instrumentos de trabalho [...] mantém, à maneira de uma instituição, a divisão do trabalho indispensável ao funcionamento do capitalismo; mantém, portanto, e melhora no seu interior a divisão social do trabalho; aproxima elementos do processo de produção. (p.142).

Nessa discussão, também é ressaltado o papel fundamental desempenhado pelo Estado que, por diferentes meios, apropria-se de uma significativa parcela da mais-valia global e, a partir de diferentes formas de atuação/intervenção, "distribui" esses recursos e, sendo a sociedade dividida em classes, o faz de modo desigual.

⁷ Carlos, 1994, p.22.

⁸ Lefebvre, H. *A cidade do capital*. Rio de Janeiro: DP & A, 1999. O autor empreende nesse livro uma análise extremamente complexa sobre a produção do espaço urbano e da cidade, tendo como elemento fundador a obra marxiana. Focalizou, nesse estudo, questões acerca da problemática urbana, discutindo a propriedade privada e a renda da terra, a divisão do trabalho, a produção e as relações de produção, assim como as funções e estruturas da forma urbana, tomando a cidade como categoria histórica.

Essa retenção (da mais-valia global) é utilizada na própria manutenção da burocracia estatal e para investimentos nas áreas em que o capital individual não tem interesse em assumir, como a produção dos meios de consumo coletivos que, em termos práticos, não assegura retorno direto e rápido de capital e lucros (o que faria que houvesse interesse de capitalistas nesse setor⁹), mas que são fundamentais para assegurar a reprodução do capital, tendo em vista que asseguram: "[...] a reprodução das relações de produção na sociedade inteira, no modo de produção. [...]" (LEFEBVRE, 1999, p.156).

Esse aspecto é imperioso para o entendimento da produção do espaço, ainda que o Estado tenda:

[...] a se elevar acima da sociedade, a se instaurar mascarando as contradições dessa sociedade, esmagando-as pela força repressiva ou dissimulando-as sob as nuvens da ideologia, em resumo, para fazer reinar uma 'razão de Estado', confundida - ideologicamente - com a razão em geral. [...]" (LEFEBVRE, 1999, p.156).

Para isso, o Estado se ocupa também das "necessidades sociais" vindas de todas as classes, inclusive as de baixo poder aquisitivo, ainda que estas sejam garantidas no mínimo estritamente necessário, para assegurar a sua reprodução social, enquanto que "[...] O máximo (possível) do sobreproduto social iria para os investimentos produtivos, facilitando a acumulação e as previsões de investimentos. [...]" (LEFEBVRE, 1999, p.156).

Essa perspectiva exige explicitar a representação de Estado que se toma, e novamente citamos Lefebvre, que contribui na elucidação da questão:

Quando as classes se separam e se opõem, tem de surgir, acima delas, um poder superior e interior, ao menos na aparência. Para impedir a classe dominante de sobrecarregar a classe oprimida e levá-la ao desaparecimento, e, portanto, suprimir as condições de seu próprio domínio, para proteger os oprimidos contra os excessos de alguns indivíduos entre os opressores, para arbitrar os conflitos entre os indivíduos e os grupos, particularmente dentre os opressores – faz-se necessário um *poder de Estado*. Tal poder erige-se acima da sociedade, mas, tão-somente, porque a comunidade social já se fragmentou em classes. Ele parece superior à sociedade, e, no entanto, emana dela, mas isso só

⁹ Desde a década de 1990, verificamos no país que vários setores, antes sob a direção do poder público, tornaram-se objeto de interesse do capital privado, e tendo em vista a política econômica adotada, o processo de privatizações de empresas públicas. Os setores de energia, de telefonia, parte dos bancos públicos, a manutenção de rodovias (com o arrendamento e cobrança dos pedágios), a malha ferroviária, a siderurgia, entre outros, representaram parte da privatização. Para maiores informações ver: Biondi, A. *O Brasil privatizado*. São Paulo: Perseu Abramo, 1999 e, do mesmo autor, *O Brasil Privatizado II*. São paulo: Perseu Abramo, 2000.

sucede porque esta sociedade se apresenta dividida. Assim, faz-se passar facilmente por juiz, por representante de uma justiça superior, por árbitro imparcial etc. Na realidade, o Estado que exprime uma dada sociedade exprime-a tal como é, ou seja, traduz e sanciona a sua estrutura de classes, logo, o domínio de uma classe. Mesmo quando parece defender os oprimidos ou explorados, e quando de fato os defende contra certos excessos, conserva as condições de uma dominação de classe. (LEFEBVRE, 1963, p.99)¹⁰.

Outro ponto da obra de Lefebvre, que nos permite uma maior aproximação do objeto estudado, é a sua concepção sobre a *produção*.

Sobre tal fundamentação é preciso reforçar que Lefebvre extrapolou a compreensão do conceito "produção", muito além do sentido limitado encontrado nos economistas (produção de coisas – produtos), interpretando-o em direção ao seu significado filosófico, o sentido tomado por Marx e Engels em suas obras, que: “[...] concebem um processo de duplo aspecto: história e *práxis*. A história resume a produção do ser humano por ele mesmo.” (LEFEBVRE, 1999, p.37).

Em seu sentido amplo:

A dupla acepção do termo decorre de que ‘os homens’ em sociedade produzem ora coisas (produtos), ora obras (todo o resto). As coisas são enumeradas, contadas, apreciadas em dinheiro, trocadas. E as obras? Dificilmente. Produzir, em sentido amplo, é produzir ciência, arte, relações entre os seres humanos, tempo e espaço, acontecimentos, história, instituições, a própria sociedade, a cidade, o Estado, em uma palavra: tudo. Na acepção restrita, o sentido comum predomina e cada um sabe do que fala; mas o pensamento sobre este terreno, assim como a prática, cai na mediocridade [...] (LEFEBVRE, 1999, p.80).

O desvendamento de um fenômeno ou de uma dada realidade necessita da premissa contida nessa reflexão, tanto se pensamos na cidade quanto no espaço urbano. O termo produção só se justifica se pensado nessa dupla acepção e também como um processo de dupla determinação (história e *práxis*), que articula conflitos, contradições, diferenças, portanto, devendo ser entendido em sua complexidade.

Convém observarmos que o processo de produção implica na idéia de reprodução e a contém. Carlos (1994) fornece contribuição importante ao discorrer sobre esse ponto:

¹⁰ Lefebvre, H. *O marxismo*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1963.

Na discussão do espaço como produto social e histórico se faz necessário articular dois processos: o de produção e o de reprodução. Enquanto o primeiro se refere ao processo específico, o segundo considera a acumulação do capital através de sua reprodução, permitindo apreender a divisão do trabalho em seu movimento. A perspectiva da reprodução coloca a possibilidade de compreensão do geral. É evidente que só pode ser reproduzido o que, antes, foi produzido pelo trabalho humano; entretanto a reprodução, que se constrói a partir de particularidades, pressupõe a totalidade (englobando processos de circulação, distribuição, troca, consumo e seu movimento de retorno à produção de modo interligado e ampliado como um processo que se cria e se reproduz) [...] (p. 34)¹¹.

O espaço urbano apresenta-se imbricado ao processo de produção em sua contínua (re)produção; ao mesmo tempo, é produto e condição da (re)produção da sociedade. Isso significa que o seu conteúdo essencial é histórico e social.

Esse entendimento revela que só se considera possível a (re)produção a partir da produção já existente, decorrente do trabalho humano. A discussão do espaço tem de se fazer, assim, articulando a produção e a (re)produção. Implica transcender o plano do espaço enquanto simples localização de fenômenos, analisando as relações entre espaço e sociedade (de classes), portanto, o seu movimento, que tem por base relações contraditórias e conflituosas que são evidenciadas nas lutas de classes.

Obviamente, num estudo de caso particular, é preciso considerar também as determinações históricas específicas que atuaram/atua na (re)produção do espaço, conferindo-lhe uma feição singular.

Isso significa assumir que a (re)produção do espaço se faz de modo contraditório e apreender sua dinâmica e seu movimento implica em uma leitura que torne possível o entendimento da essência desse processo, ou seja, da natureza (contraditória) do espaço geográfico.

A análise pretendida pode contribuir na medida em que auxilie no desvendamento de um fenômeno, ao mesmo tempo singular e parte da totalidade¹².

É preciso explicitar que o presente trabalho, ao analisar os papéis urbanos de pequenos municípios da região de Catanduva, privilegiando as articulações da produção de moradias e a reprodução do trabalho, portanto, expressão de uma

¹¹ Carlos, A. F. A. *A (re)produção do espaço urbano*, 1994, p.39.

¹² Convém lembrar que entendemos que a realidade representa/apresenta constante movimento, sendo, por essência, contraditória e complexa, portanto, não estando “congelada” e nem devendo ser assim compreendida. A totalidade também constitui movimento, estando, assim, continuamente “aberta”. Do mesmo modo, não temos a pretensão, com o trabalho finalizado, de esgotar a problemática, mas de contribuir para o entendimento dessa realidade, a partir dos elementos selecionados no desenvolvimento da pesquisa.

dada materialidade socioespacial, somente é possibilitado no entendimento deste em suas inter-relações com a totalidade.

Daí a necessidade de, ao pensarmos na crise da/na cidade, enfrentada pela sociedade, entender que sua compreensão exige a análise dos sujeitos sociais que participam de sua produção (e que são reproduzidos em seu contexto, e a forma como ocorre a apropriação do espaço), portanto trabalhar com a espacialização da crise social que vivenciamos. A fragmentação do espaço é marcante na paisagem urbana, mas devemos atentar para a historicidade desse processo, que nada mais é que o resultado da produção e apropriação diferenciada pelos diferentes sujeitos sociais, em que o valor de troca adquire maior importância que o valor de uso, tradução da transformação do espaço em mercadoria e que acaba por esvaziar o sentido da cidade, levando também a alienação dos sujeitos (e ao não entendimento do espaço como produto). O sentido da luta desses sujeitos (por moradia, bens de consumo coletivos, por trabalho etc.) é o que possibilita a apropriação do espaço através das práticas espaciais¹³.

O desvendamento e a análise do processo de uma determinada faceta da produção socioespacial exigem pensá-lo como produto social e histórico, concreto e dinâmico, ou seja, preche de contradições.

A não compreensão dessas premissas e questões, que se encontram subjacentes ao fenômeno específico pesquisado, implicaria na incapacidade em formular uma reflexão que contemple as profundas modificações operadas atualmente. Ou seja, é necessário que a análise se faça na articulação (entre os diversos elementos e fatores envolvidos) e não de forma isolada, buscando as múltiplas determinações que comandam o processo estudado.

No contexto desta pesquisa, pretendemos entender melhor a produção do espaço, e assim contribuir para a análise da urbanização brasileira, ainda que tomada de modo específico, na região estudada, tendo em vista constituir parte dessa totalidade. Paralelamente, pensar, com outros pesquisadores, a utopia da produção de cidades socialmente mais justas, em que a exclusão possa vir a dar espaço a uma produção efetivamente humana da cidade.

¹³ Ver: Damiani, A .L. A crise da cidade: os termos da urbanização (p.118-131). In: Carlos, A. F. A. et. al. *O espaço no fim do século – a nova raridade*. São Paulo: Contexto, 1999.

1.4. Os caminhos percorridos: procedimentos metodológicos

No caso desta pesquisa, o uso do termo região é relativo ao recorte territorial estabelecido com finalidade administrativa pelo Escritório de Desenvolvimento Rural/Coordenadoria Assistência Técnica Integral de Catanduva, do que a uma pretensão de trabalharmos no nível conceitual, embora tenhamos consciência da importância desta reflexão, ultimamente retomada pela Geografia¹⁴. Ainda, assim, adotamos o conceito de região agrícola trabalhado por Santos (1993), nas quais as cidades respondem a determinadas demandas¹⁵:

[...] o espaço total brasileiro é atualmente preenchido por *regiões agrícolas* e *regiões urbanas*. Simplesmente, não mais se trataria de 'regiões rurais' e de 'cidades'. Hoje, as regiões agrícolas (e não rurais) contém cidades; as regiões urbanas contém atividades rurais. Na presente situação socioeconômica, as cidades preexistentes, nas áreas de povoamento mais ou menos antigo, devem adaptar-se às demandas do mundo rural e das atividades agrícolas, no que se refere tanto ao consumo das famílias quanto ao consumo produtivo, isto é, o consumo exigido pelas atividades agrícolas ou agroindústrias. [...] áreas agrícolas contendo cidades adaptadas às suas demandas [...] (p.65)

A verificação do fenômeno, sobre o qual a pesquisa se debruça, partiu da seguinte assertiva: se buscamos refletir sobre os papéis urbanos de pequenos municípios, detectando relações entre a produção de moradias e o trabalho volante, pareceu-nos lógico buscarmos primeiramente aqueles considerados grandes produtores de culturas agrícolas que exigem número expressivo de trabalhadores durante a colheita. No caso, optamos pela cultura da cana-de-açúcar em face às possibilidades concretas de extinção do corte manual¹⁶ e em razão das conseqüências que trará para os trabalhadores que se dedicam a tais atividades, bem como para as pequenas cidades, que são espaço de moradia destes, e que exigem a busca de alternativas e, portanto, exigem reflexão sobre o problema.

Esclarecemos que os Escritórios de Desenvolvimento Rural agrupam municípios e substituíram a organização anterior, a partir da agregação de municípios em Delegacias Agrícolas, que por sua vez, compunham as Divisões

¹⁴ Alguns exemplos são os trabalhos de Haesbaert (1995, 1997), Castro (1995), entre outros. Assim, consideramos importante justificar a utilização do conceito 'região' no título da pesquisa, não somente por ser bastante 'caro' para a Geografia, mas para não gerar equívocos.

¹⁵ Santos, M. (1993), p. 65 e seguintes.

¹⁶ A Lei nº. 11.241, promulgada em de 19 de setembro de 2002 pelo Estado de São Paulo.

Regionais Agrícolas (DIRAs), divisão esta coordenada pela Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI)¹⁷.

O EDR 11 - Catanduva - é composto por 18 municípios, que anteriormente estavam agrupados em duas Delegacias Agrícolas distintas: a de Catanduva (que agregava 12 municípios: Ariranha, Catanduva, Catiguá, Elisiário, Ibirá, Novais, Palmares Paulista, Paraíso, Pindorama, Santa Adélia, Tabapuã e Uchôa) e a de Novo Horizonte (composta por 6 municípios: Irapuã, Itajobi, Marapoama, Novo Horizonte, Sales e Urupês), sendo que ambas eram parte da DIRA de São José do Rio Preto (no Estado todo havia 14 DIRAs).

É também pertinente frisar que esse recorte não é o mesmo adotado por outras instituições, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE), apesar de muitos dos dados por eles publicados basearem-se no levantamento feito pelos EDR/CATI. Este fato acrescentou uma dificuldade a mais, porém contornável, na coleta e tabulações de dados¹⁸.

Podemos identificar claramente que esse recorte territorial envolve alguns elementos: a) assemelha-se à definição das microrregiões homogêneas estabelecida pelo IBGE; b) envolve a noção de região polarizada, haja vista que a sede é a maior cidade (Catanduva), para a qual converge uma série de fluxos e demandas dos habitantes e empresas das cidades menores, por ela polarizados. Assim sendo, a classificação é a base desta proposta.

Em nosso entendimento, estamos utilizando o termo região vinculado ao processo de regionalização, de formação e transformação da região (portanto, como um recorte espacial, porém em que o movimento possa ser apreendido), tendo como um dos seus elementos fundantes a divisão territorial do trabalho.

Consideramos que a expressão contém a idéia de espaço geográfico diferenciado que, decorrente de seu processo de regionalização, manifesta determinada forma de organização, produção, apropriação e controle político, ou seja, dialeticamente se transmuta também em território. É preciso, portanto,

¹⁷ Conforme resolução da Secretaria de Agricultura e Abastecimento de 3/1/97 e 14/5/97 e Decretos 20854/83, 33010/91, 35.765/92, 31727/90 (MONTEIRO et. Al., Classificação dos municípios por Escritório de Desenvolvimento Rural (EDR) e Divisão Regional Agrícola (DIRA): comparação das divisões administrativas da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, IEA, 2000).

considerarmos todas as esferas que se articulam e compõem a região: a política, a econômica, a cultural, a social, sendo nas relações travadas entre os diversos sujeitos que o processo de produção/reprodução do espaço se manifesta concretamente. Em nossa perspectiva, a utilização do conceito de região não anula as possibilidades de entendimento das diferenças presentes no espaço, nem dos processos contraditórios que acabam por tomar as mais variadas formas e expressões.

Desta forma, concordamos com Carlos (1994) que afirma:

A premissa é que o estudo de um fenômeno específico reproduz, em diferentes escalas, as mesmas determinações da totalidade, sem com isso eliminar-se as particularidades históricas. Entretanto, na produção de uma pequena parcela do espaço encontramos as mesmas determinações, a mesma articulação. É possível detectar as leis gerais do processo de produção espacial a partir da análise de uma determinada parcela, desde que esta leve em conta a relação com a totalidade. Esta idéia apoia-se numa visão determinada de realidade, na qual os fenômenos só têm sentido quando analisados em função do todo ao qual pertencem. (p.39).

De um modo contraditório, a ampliação da importância da escala global na organização financeira e econômica mundial tem evidenciado o papel de outras escalas como a regional e a local (CASTRO, 1993, p.58). Essa observação é importante, tendo em vista não podermos pretender a apreensão de uma realidade em sua totalidade (ainda que se estude apenas uma “parte” dela) se não temos clareza da articulação entre as diversas escalas (do nível local ao mundial), em múltiplos níveis (o político, o econômico, o social, o cultural), e fundamentalmente compreender que essa articulação é produto e condição do modo como se desenrola o processo histórico, tendo como mola propulsora as relações sociais. Ou seja, ainda que a pesquisa tenha se debruçado sobre uma área específica (a região de Catanduva), temos clareza de sua articulação com outros espaços¹⁹.

Realizamos uma série de levantamentos em diversos órgãos e instituições, que constituem parcela da base de dados utilizada na elaboração da tese.

A) Dados secundários coletados:

¹⁸ Pelo critério do EDR/CATI, trabalhamos com parcela dos municípios de três microrregiões definidas pelo IBGE: Catanduva, São José do Rio Preto e Novo Horizonte; a classificação em regiões de governo, adotada pelo SEADE, também é distinta da proposta neste recorte.

¹⁹ Também podemos lembrar que a reafirmação da importância dos conceitos de lugar e de região pode ser detectada pela emergência de diversos movimentos políticos que buscam o reconhecimento de suas diferenças culturais, identitárias, religiosas, políticas, ou seja, a reafirmação do particular, do singular, frente ao mundo. Ver, entre outros, Haesbaert, R. (Org.) *Globalização e fragmentação no mundo contemporâneo*. Niterói: EDUFF, 1998.

- FIBGE: a pesquisa dos Censos Demográficos (1940, 2000), Domiciliar (1970, 1980), Agrícola (1950) e Agropecuário (1960, 1970, 1975, 1985) foi feita em documentos impressos e, no caso de alguns dados mais recentes e ainda não publicados, tivemos de acessar o WEB site do Instituto para obter as informações sobre produção agropecuária mais recentes e os dados sobre domicílios ocupados em 1991.

- Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (SAA): consultamos os dados do Levantamento Censitário das Unidades de Produção Agrícola, 1995/1996 (Projeto LUPA).

B) Dados primários:

- Prefeituras Municipais: primeiramente, foram levantados dados em todos os 18 municípios que compõem o recorte territorial definido pelo EDR/CATI de Catanduva. Em algumas destas prefeituras²⁰, houve necessidade de se retornar mais de uma vez para se conseguirem as informações solicitadas acerca dos conjuntos habitacionais existentes nos municípios. Nem todas as prefeituras apresentaram esse material de forma organizada, até porque muitas sequer possuíam as plantas dos conjuntos habitacionais, alegando que a companhia habitacional encarregada não havia deixado cópia dos projetos para os arquivos ou ainda que o material havia se extraviado. Assim, a consulta aos arquivos foi de fundamental importância, geralmente no setor de planejamento ou então em um setor de habitação específico. Posteriormente, em outras visitas às prefeituras dos municípios selecionados, houve o fornecimento das plantas urbanas com a localização (muitas vezes improvisada na hora) dos conjuntos habitacionais na malha urbana²¹.

- Companhias de Habitação: tendo em vista a necessidade de informações precisas sobre a produção habitacional, efetuamos contato (por telefone) com diversas companhias. A Companhia Regional de Habitações de Interesse Social (COHAB-CHRIS) alegou não atuar na região em foco; fizemos diversos contatos com a Companhia de Habitação Popular de Bauru (COHAB-Bauru) por ter

²⁰ Casos dos municípios de Catanduva, Elisiário, Palmares Paulista, Paraíso e Santa Adélia.

²¹ Na Prefeitura de Santa Adélia tivemos maiores dificuldades iniciais na obtenção de dados, tendo em vista o responsável pelo setor encarregado da habitação não se encontrar na prefeitura na primeira visita. Estabelecemos diversas vezes contato por telefone e, quando finalmente fomos atendidos, alegou que tais dados deveriam ser conseguidos diretamente junto às companhias habitacionais. Após muita insistência, voltamos a Santa Adélia e buscamos informações noutra departamento (o de

informações sobre sua atuação em algumas cidades (Tabapuã, Uchôa e Catiguá); após diversos contatos por telefone, fax e pelo correio, enviou-nos alguns dados; com a COHAB Ribeirão Preto não tivemos êxito no contato; a CDHU, após diversos contatos por telefone e correio, solicitou nossa visita à regional de Araraquara para melhor fornecimento dos dados, principalmente os relativos às datas de início e entrega das unidades aos moradores, tendo em vista que essa informação era bastante imprecisa nos municípios.

- Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Catanduva: em um primeiro momento, procuramos informações preliminares sobre o trabalho rural na região, porém alegaram que não havia dados organizados sobre número de trabalhadores empregados na safra para o corte de cana-de-açúcar, número de trabalhadores sindicalizados, contribuindo apenas com algumas informações gerais.

- Indústrias processadoras de suco de laranja e agroindústrias sucroalcooleiras: foram buscados dados acerca da produção regional nas empresas processadoras de suco²², bem como sobre açúcar e álcool, totalizando 7 empresas sucroalcooleiras²³.

- Escritório de Desenvolvimento Rural de Catanduva: conversamos com o diretor, Sr. Mauro Luchetti, e este nos auxiliou na localização das empresas sucroalcooleiras²⁴ e de suco concentrado (na região do EDR/CATI Catanduva); forneceu os dados de 2000 sobre a produção de cana-de-açúcar na região, pois,

obras/planejamento), e os funcionários deste setor abriram os arquivos, fornecendo os dados e permitindo a consulta ao material existente.

²² Há duas empresas processadoras: a Cargill, em Uchôa e a Citrovita, em Catanduva; alegaram não poder fornecer informações.

²³ Neste caso, o contato foi inicialmente feito por telefone (procuramos pelos números de telefone nas listas da região, junto à agência de telefonia local). Os contatos foram geralmente feitos com as secretárias das empresas, e após sucessivas tentativas frustradas buscamos outro caminho. Procuramos na lista telefônica entidades relacionadas à produção de álcool e açúcar (tais como sindicatos e associações), encontramos o telefone da Associação dos Fornecedores de Cana da Região de Catanduva, e explicamos a pesquisa em realização para o funcionário do Departamento Técnico. Este nos enviou informações sobre a produção de açúcar (sacas de 50 Kg), álcool (em litros, total de anidro e hidratado) e total de cana esmagada (em toneladas) de empresas da região associadas, no nosso caso, especificamente, interessam 5 empresas da lista: Destilaria Antonio Ruetter (Paraíso); Usina Colombo e Usina Catanduva (Ariranha); Usina Cerradinho e Usina São Domingos (Catanduva). Restava buscar informações sobre as empresas sucroalcooleiras existentes em Novo Horizonte e Marapoama. Buscamos, na lista telefônica, o telefone da Associação de Fornecedores da Região de Novo Horizonte, falamos com o responsável e este nos forneceu telefones (atualizados) e contatos para solicitarmos os dados diretamente às empresas sucroalcooleiras. Contatamos tais empresas por telefone e, após várias tentativas, conseguimos alguns dados - das safras (1998/1999 e 1999/2000) - das empresas: Usina São José da Estiva e Usina Santa Izabel Ltda. (de Novo Horizonte) e Destil - Destilaria Itajobi Ltda (Marapoama).

²⁴ Buscamos inicialmente a informação no Escritório de Desenvolvimento Rural de São José do Rio Preto, que nos indicou buscarmos os dados diretamente no Escritório de Desenvolvimento Rural de Catanduva.

tendo em vista a definição e restrição do número de municípios a serem estudados mais profundamente, queríamos ter certeza de não haver grandes mudanças dos últimos dados que possuíamos; também nos forneceu material sobre o Decreto Estadual 42.056/97 (que dispõe sobre o uso, conservação e preservação do solo agrícola) e da Lei 10.547 (2 de maio de 2000, que define procedimentos, proibições etc. sobre o emprego do fogo em atividades agropecuárias), referentes ao Programa de Extinção de Queimadas.

- Procuradoria Geral do Estado de São Paulo - seção Presidente Prudente: obtivemos cópia do Decreto 42.056 de 6/8/97 que, inicialmente, regulamentou e fixou prazos para o fim das queimadas da cana-de-açúcar²⁵.

Tendo em vista nossa preocupação em termos, inicialmente, estabelecido um recorte muito amplo para a análise que objetivamos, buscamos eleger alguns municípios em que o objeto central do trabalho pudesse ser estabelecido.

Tal escolha não poderia ser aleatória, em razão da especificidade que buscamos na pesquisa.

No processo de organização dos dados e análise inicial empreendida, alguns elementos se destacaram e nos indicaram a possibilidade de serem utilizados como critérios objetivos e práticos na seleção dos municípios que deveriam ser privilegiados para maior verticalização da pesquisa.

Foram então comparados quinze dados, que consideramos representativos, de cada um dos municípios (conforme Quadro 1).

Tentamos dois critérios. No primeiro, pontuamos em cada uma das categorias selecionadas os dez municípios com maior destaque (ou seja, um ponto para os dez primeiros em cada categoria). Esse critério mostrou-se problemático, pois houve muitos municípios com igual pontuação, o que elevaria o número de questionários a serem aplicados na amostra e, correlacionando também nosso conhecimento empírico das cidades, acabamos optando por uma maior restrição e refizemos o critério.

Quadro 1 – Dados para seleção dos municípios

Nº	INFORMAÇÃO	FONTE
1	Percentual de unidades de produção agropecuárias (UPAs) que utilizam trabalhadores temporários	LUPA -1995/1996
2	Percentual de área ocupada pela cana-de-açúcar no município	LUPA, 1995/1996
3	Quantidade de cana-de-açúcar produzida, em toneladas	Produção Agrícola Municipal, FIBGE, 1996
4	Área de cana-de-açúcar colhida, em hectares	Produção Agrícola Municipal, FIBGE, 1996
5	Presença de empresa sucroalcooleira e/ou de suco concentrado	Pesquisa de campo
6	Percentual de área ocupada pela laranja	LUPA, 1995/1996
7	Área (em percentual) ocupada por propriedades de mais de 500 hectares	Censo Agropecuário, FIBGE, 1995/1996
8	Número de conjuntos habitacionais e loteamentos urbanizados construídos com financiamento público	Pesquisa de campo - Prefeituras Municipais
9	Número total de lotes urbanizados e unidades habitacionais financiadas com recursos municipais	Pesquisa de campo - Prefeituras Municipais
10	Percentual de domicílios próprios existentes em 1991	Censo Demográfico e Domiciliar, FIBGE, 1991
11	Taxa de urbanização do município	Contagem da população, FIBGE, 1996
12	Percentual de crescimento da população urbana entre 1980 e 1991	Censos Demográficos 1980/1991, FIBGE
13	Percentual de crescimento da população urbana entre 1991 e 1996	Censo Demográfico 1991 e Contagem da População, FIBGE, 1996
14	Percentual de pessoas ocupadas de 10 anos ou mais de idade, por local de trabalho, segundo os municípios, na categoria propriedade agropecuária	Censo Demográfico, 1991
15	Percentual de empregos ocupados na categoria demais empregos ocupados	Fundação SEADE, 1997

Org.: Mara L. F. H. Bernardelli

Na segunda tentativa estabelecemos que a pontuação seria restrita para apenas os cinco primeiros municípios, concedendo um ponto para cada nas categorias selecionadas, o que se mostrou mais eficaz, reduzindo o número de municípios. Os oito municípios destacados foram: Catanduva (9 pontos), Catiguá (9 pontos), Ariranha (8 pontos), Palmares Paulista (8 pontos), Pindorama (7 pontos), Santa Adélia (6 pontos) e Novo Horizonte (6 pontos). Definimos que 5 municípios seriam suficientes na análise da problemática, bem como em razão da amostragem

²⁵ Substituído pela Lei nº 11.241, promulgada em 19 de setembro de 2002 pelo Estado de São Paulo.

necessária (número de questionários a serem aplicados nos conjuntos habitacionais), conforme a Tabela 1.

Restava fazer a eliminação de dois deles. Primeiramente eliminamos Catanduva, tendo em vista ser um município que não se pode considerar pequeno no âmbito da urbanização brasileira, pelo número total de habitantes, pela elevada taxa de urbanização, pela diversidade de papéis urbanos e de atividades verificadas. O caso de Novo Horizonte é semelhante, “empatado” com Santa Adélia, e sendo um município com mais de trinta mil habitantes, também acaba fugindo ao perfil que pretendemos analisar, daí ter sido preterido.

Assim, o nosso recorte ficou delimitado aos municípios de Catiguá, Ariranha, Palmares Paulista, Pindorama e Santa Adélia, que podem ser observados no mapa com a localização das empresas sucroalcooleiras existentes na região de Catanduva. Podemos notar que as empresas sucroalcooleiras encontram-se espacialmente concentradas, sendo que mesmo os municípios selecionados que não possuem tais empresas estão territorialmente próximos, demonstrando a adequação do recorte territorial definido, que acaba conformando, praticamente, uma área contínua (conforme Mapa 1).

Realizamos algumas entrevistas para ampliar a visão da problemática, bem como para acrescentar informações e esclarecer a análise sobre a produção de conjuntos habitacionais em pequenos municípios.

Foram realizadas as seguintes entrevistas:

1. CDHU – Regional de Araraquara – O Gerente da Regional indicou o funcionário Sr. Antonio César Polimeno (coordenador do Núcleo Socioeconômico da CDHU – Araraquara), para nos dar as informações solicitadas e realizar a entrevista. Todas as questões formuladas foram plenamente respondidas, apesar de ser solicitada uma listagem do número de inadimplentes da região pesquisada, por município, o material não foi disponibilizado.

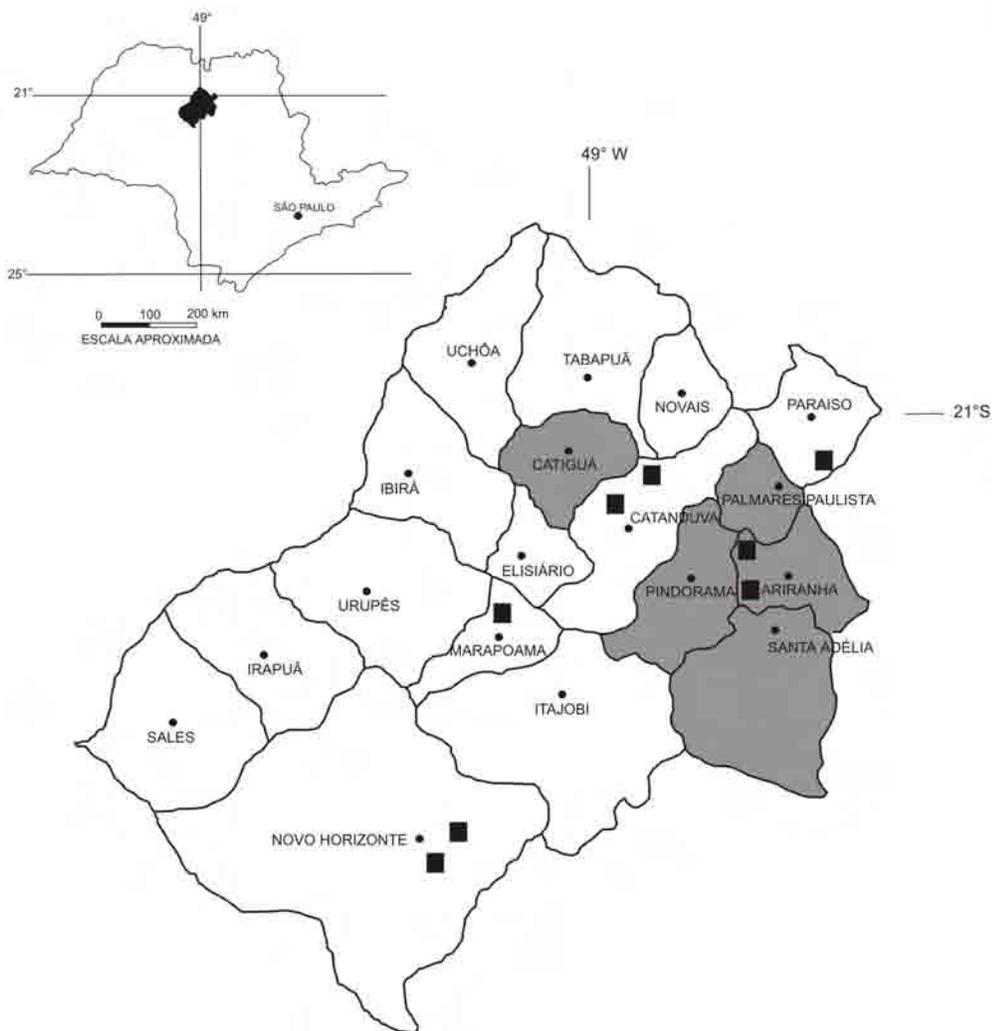
Tabela 1 – Região de Catanduva: Seleção de municípios

Municípios	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
Ariranha	96.77	50.50	408000	6800	2	13.38	43.87	3	568	63.13	91.34	36.30	25.63	29.23	54.90
Catanduva	20.12	64.01	959490	14483	3	15.67	42.64	37	10124	64.96	98.01	33.50	10.03	8.71	9.47
Catiguá	96.53	40.65	529300	6700	-	10.91	62.15	6	478	64.22	85.67	99.75	17.87	41.13	77.62
Elisiário	62.18	32.21	182000	2600	-	30.85	22.61	2	190	-	77.61	-	-	-	58.14
Ibirá	41.63	9.28	135000	1800	-	28.51	23.35	4	170	57.39	86.24	26.30	15.41	41.99	40.19
Irapuã	25.28	27.51	260000	6000	-	23.66	14.90	3	275	55.54	78.83	32.50	17.29	61.46	44.19
Itajobi	53.88	11.44	440000	5500	-	25.32	22.63	1	160	54.03	70.27	47.00	8.55	46.62	26.49
Marapoama	35.36	20.01	152000	1900	1	29.63	12.14	2	111	-	50.07	-	-	-	30.69
Novais	84.12	23.21	195880	2360	-	42.98	11.75	2	82	-	79.71	-	-	-	48.41
Novo Horizonte	36.72	11.03	720000	9000	2	6.87	44.93	6	1286	58.78	87.55	35.65	6.76	32.37	39.29
Palmares Paulista	98.59	59.39	324750	4330	-	5.55	63.53	4	877	58.39	94.88	117.70	35.40	39.72	14.20
Paraíso	95.72	18.48	233280	2916	1	47.08	31.07	2	294	59.63	79.76	86.00	33.07	37.51	39.53
Pindorama	83.57	40.22	448000	6400	-	11.52	39.05	10	958	66.79	89.43	60.86	10.56	24.43	20.46
Sales	45.10	3.68	60000	800	-	4.42	34.95	4	360	47.92	78.56	26.93	24.34	56.16	19.50
Sta. Adélia	66.05	39.17	877500	13000	-	18.48	60.11	6	574	57.58	90.68	51.86	7.19	24.85	31.31
Tabapuã	91.06	13.85	333900	4770	-	38.75	28.06	5	553	56.75	82.21	75.52	-13.05	57.35	31.79
Uchôa	70.00	18.90	354880	4436	1	22.85	26.09	6	645	60.53	85.56	45.78	22.94	39.42	18.19
Urupês	29.24	7.89	190800	2386	-	19.54	15.95	3	217	57.40	79.39	23.19	14.30	45.96	49.21

Obs.: A numeração e os dados apresentados segue os itens anteriormente descritos.

MAPA 1

REGIÃO DE CATANDUVA : LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE PESQUISA E DISTRIBUIÇÃO TERRITORIAL DAS EMPRESAS SUCROALCOOLEIRAS 2004



LEGENDA

■ ÁREA DA PESQUISA

■ EMPRESAS SUCROALCOOLEIRAS

0 10 20 30 km
ESCALA APROXIMADA

Fonte : IBGE - DEGE/SP
Org. : Mara L. F. H. Bernardelli
Ed. Gráfica : Flora H. Sato

2. Foram realizadas entrevistas junto ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Catanduva (Sr. Walter Hipólito) e ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ariranha (Sr. José Carlos Bento). Tendo em vista grande parte dos moradores dos conjuntos habitacionais pesquisados serem constituídos por trabalhadores rurais, julgamos fundamental tais entrevistas, que acrescentaram mais elementos para a discussão.

3. As prefeituras dos cinco municípios em relação aos quais buscamos aprofundar a análise foram novamente procuradas, para colhermos novas informações dos representantes do poder público municipal. Alguns exigiram que enviássemos antecipadamente o roteiro de entrevistas, de forma que poderiam se preparar para o encontro. Em três dos municípios fomos atendidos diretamente pelo Prefeito (Catiguá, Palmares Paulista e Pindorama) e nos dois outros foram indicados funcionários para representar o governo local (Ariranha e Santa Adélia).

4. Foram também procurados os representantes das usinas e destilarias da área da pesquisa. Apesar de nossa insistência em contatar pessoas (por telefone e correio eletrônico) que pudessem responder pelas empresas, não obtivemos êxito. Somente uma das empresas efetivamente enviou as informações solicitadas, ainda que de uma forma sucinta (a agroindústria Antonio Ruelle Agroindustrial Ltda., localizada no município de Paraíso, através do Gerente Administrativo – Sr. José Carlos Biéla)²⁶.

Todas essas entrevistas foram transcritas na íntegra e, apesar do trabalho exaustivo, consideramos que efetivamente contribuíram para a reflexão e análise propostas pela pesquisa.

No decorrer de todas as fases da pesquisa, foi feito levantamento de bibliografia referente à problemática trabalhada (livros, teses, dissertações, monografias, artigos em periódicos), objetivando construir a base teórico-metodológica que fundamenta o trabalho desenvolvido. Além da biblioteca da Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT), UNESP, campus de Presidente Prudente, foram também consultados os acervos da Faculdade de Ciências e Letras (FCLAR), UNESP, campus de Araraquara e o Instituto de Geociências e Ciências

²⁶ Julgamos importante esclarecer que foram vários os contatos telefônicos efetuados com as empresas, bem como as solicitações via correio eletrônico. Assim, mesmo tendo insistido na importância das informações para o desenvolvimento da pesquisa, não houve receptividade por parte dos funcionários das empresas que nos atenderam, nem compromisso em nos enviar o que fora solicitado.

Exatas (IGCE), UNESP, campus de Rio Claro. A pesquisa efetuada em jornais cabe ser destacada (Jornais Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo e o Diário da Região), pois possibilitou o acompanhamento de notícias publicadas (a partir de 1998), especialmente as referentes ao setor sucroalcooleiro, acerca de suas posições e articulações frente a períodos de crise, preço de seus produtos e pressões políticas em relação ao poder público (em suas várias instâncias e representações).

[...] das inúmeras cidades imagináveis, devem-se excluir aquelas em que os elementos se juntam sem um fio condutor, sem um código interno, uma perspectiva, um discurso. [...] ainda que o fio condutor de seu discurso seja secreto, que as suas regras sejam absurdas, as suas perspectivas enganosas, e que todas as coisas escondam uma outra coisa. [...] (Ítalo Calvino, *As cidades invisíveis*, 1990, p.44)

CAPÍTULO II

2. A REDE URBANA

Especialmente, a partir da década de 1920, os trabalhos sobre a temática redes geográficas, com destaque para as redes urbanas¹, passaram a ganhar importância, sendo desenvolvidos não somente por geógrafos, mas também por sociólogos e planejadores. Logicamente, o fato de esse período ser marcado por expressivas mudanças – tais como acentuação da urbanização, da industrialização, da metropolização em alguns países europeus, provocando rebatimentos sobre a sociedade, a economia, a política, e sobre o espaço, como um todo, mudanças essas operadas no bojo do desenvolvimento capitalista – não se constitui em coincidência para a relevância que o tema adquire neste momento. Tais transformações exigiam a reflexão sobre os impactos que estas promoveriam, na medida em que a articulação entre os lugares, através das redes técnicas, ampliava-se.

Também se questionava como essas transformações influenciariam as redes de cidades já existentes, bem como as mudanças que ocorreriam na produção de novos centros urbanos. Na Inglaterra, nos EUA e posteriormente na Alemanha, questões como: o conhecimento da funcionalidade econômica, área de influência das cidades, problemas relativos à dispersão ou concentração populacional e espacial propiciaram amplo debate e o desenvolvimento de inúmeros trabalhos na área de planejamento urbano e regional, buscando aplicar tais estudos a planos de reestruturação político-administrativa.

Na década de 1930, o trabalho de W. Christaller tornou-se um referencial para a reflexão da temática, sendo expressivo o volume de trabalhos que se apoiaram na teoria das localidades centrais para tratar o tema hierarquia urbana.

¹ Iremos nos reportar, especificamente, ao conceito de rede urbana, embora saibamos haver autores que diferenciam este de “sistema urbano” e “armadura urbana”. Bruna (1983), estabelece uma distinção básica, apoiada em diversos autores, considerando que a rede urbana encerra a oferta de serviços, a partir dos centros hierarquizados de determinado espaço regional, portanto, havendo uma área de influência sob o seu controle; já o conceito “sistema urbano”, não necessariamente engloba a hierarquia, envolvendo o estudo das cidades que compõem dada região; a “armadura urbana”, que essa autora também denomina “estrutura urbana”, teria abrangência mais ampla, podendo se considerar as escalas nacional e internacional (p.114-5). Ver também Beaujeu-Garnier (1983).

Esta propõe que, com o desenvolvimento do capitalismo, há uma diferenciação, cada vez mais acentuada das cidades, que acabam por se relacionarem segundo uma hierarquia. No topo dessa hierarquização urbana encontram-se metrópoles regionais que ofereceriam um grande conjunto de bens, serviços e infra-estrutura, tendo sua influência estendida por uma ampla hinterlândia; na base, estariam os centros locais, que atenderiam a demandas menores de bens e serviços, considerados mais simples. Toda cidade se constituiria em localidade central e, na medida em que seu nível hierárquico se ampliasse, maior seria sua área de influência, que se sobreporia sobre as demais, hierarquicamente².

O ápice desses trabalhos ocorreu no período entre 1950 e 1960, com a Geografia Teorética que, no Brasil, foi denominada de Quantitativa.

Sobre o entendimento dos conceitos de cidade e rede urbana em expressiva parcela de trabalhos produzidos, Corrêa (1989) destaca o seguinte:

[...] A cidade – e, por extensão, a rede urbana – é vista como se fosse uma coisa, destituída de vida social e, portanto, de interesses antagônicos, de conflitos: é assim passível de um tratamento marcado por uma postura pretensamente neutra [...] (p.47).

A emergência da Geografia Radical que, no Brasil, denominou-se Geografia Crítica, e de toda a revolução teórico-conceitual e até mesmo política, por esta engendradora, fez com que o tema fosse posto de lado por um breve período.

Porém, com o aparecimento e o destaque que as redes globais passam a adquirir no final dos anos 70, especialmente devido ao progresso das telecomunicações, bem como, com a reflexão acerca dos processos de globalização e mundialização do capital³, tendo em vista as inúmeras mudanças que se verificam na economia mundial já no início dessa década, o estudo das redes geográficas

² Para um melhor entendimento ver Corrêa, 1989, p.19-40.

³ Há diferentes concepções acerca desses conceitos. Para alguns autores, a globalização estaria vinculada a uma intensificação da tendência à padronização (usos e costumes que são disseminados mundialmente), implicando em um processo de homogeneização; já a mundialização representaria uma tendência à expansão do capitalismo em nível mundial, com destaque para as relações econômico-financeiras, bem como a constituição de redes mundiais de comunicações (ver SPOSITO, 1999, entre outros). Esses fenômenos têm promovido novas estruturas territoriais de produção, de consumo (sendo aqui entendido de forma ampla, abarcando informações, mercadorias, valores e, de forma singular, o espaço), de gestão, novos fluxos (de mercadorias, informações, idéias, pessoas...), dando origem à constituição e consolidação de redes também diferenciadas.

recupera sua relevância. Houve a percepção de que esse conceito é imprescindível para a compreensão de uma série de processos. Obviamente é necessário lembrar que as inovações técnicas, fazendo emergir os fenômenos da instantaneidade e simultaneidade, fizeram com que o tema retomasse ao debate com maior intensidade⁴.

Se, por um lado, essas “idas e vindas” de um conceito bastante significativo não somente para a Geografia, conferem um “sabor de moda” às discussões realizadas, por outro, permitem ampliar o conjunto de trabalhos sobre o tema, o que sempre é uma possibilidade de haver avanços nos conceitos, nas temáticas correlatas e na própria ciência social, como um todo⁵.

Apresentamos a seguir uma reflexão sobre rede urbana, devido a grande importância desse conceito para o desenvolvimento de nossa tese.

2.1. Rede urbana: iniciando uma reflexão

Oficialmente, o termo cidade no Brasil refere-se às sedes administrativas, tendo assim um caráter político-administrativo. Após 1950, houve expressivo crescimento do número de cidades, bem como houve o aumento da população urbana do país. Após essa década, diversos distritos adquiriram autonomia, sendo elevados à categoria de cidade, embora, em inúmeros casos, tal emancipação decorreu muito mais de interesses de cunho político do que efetivamente do crescimento econômico, populacional, ou seja, nem sempre significava a possibilidade concreta de autonomia de um núcleo urbano (GEIGER, 1963).

Verifica-se, em decorrência disso, grandes diferenças entre os diversos municípios brasileiros: em termos de dimensões territoriais, de contingente populacional, de existência e qualidade de bens de consumo coletivo (entendidos como o conjunto de infra-estrutura, equipamentos e serviços urbanos existentes, sendo que sua distribuição – tanto intra-urbana quanto interurbana – é bastante

⁴ São fatos marcantes a constituição e consolidação da rede mundial de computadores - Internet, a ampliação das transações de capitais nas bolsas de valores internacionais - que possibilitaram inclusive o aumento de sua volatilidade, a transmissão via satélite, sendo um dos exemplos mais marcantes, neste final de século, o impacto causado pela exibição da Guerra do Golfo (1990/1991) e, mais recentemente, a Guerra contra o Iraque, mostrando "ao vivo" os bombardeios, tornando a guerra um "espetáculo".

⁵ Esta breve introdução baseou-se em notas da aula Redes Geográficas, proferida pelo Prof. Dr. Roberto Lobato Corrêa, durante um dos tópicos da disciplina 'Seminários do Doutorado' (23/10/99), do Programa de Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP/Presidente Prudente.

desigual), atividades econômicas (comércio, indústria, serviços, atividades agrícolas praticadas), bem como o porte econômico destas. Isso também se verifica em relação aos fluxos e redes que atingem de forma desigual os centros urbanos, demonstrando os papéis que eles desempenham dentro da rede urbana⁶.

Segundo Geiger (1963), a relação entre a economia agrária e a evolução urbana muitas vezes influencia diretamente a instabilidade da rede urbana:

[...] a agricultura brasileira, cuja mobilidade espacial é conhecida, leva na sua marcha o germe de novas cidades florescentes, ao mesmo tempo, condiciona a decadência de cidades, nas áreas onde ela mesma decaiu. Estes aspectos, porém, interessam mais às cidades pequenas. (p.22)

Estes fatos – o surgimento, o rápido crescimento e a estagnação de núcleos urbanos no país – levaram Deffontaines a considerar a questão da instabilidade da rede urbana brasileira, analisando tal fenômeno como uma ‘anormalidade’ (GEIGER, 1963, p.21), porém, em verdade, ele é e foi decorrente da forma como se processou o desenvolvimento do capitalismo no país, da forma predatória como ocorreu a produção e a apropriação do espaço, articulado aos interesses das elites nacionais e demandas do mercado nacional e internacional.

Observa-se que fatores como a estrutura fundiária (relativa à distribuição de propriedades por classes de área e por proprietários, apresentando-se mais ou menos concentrada nos diferentes lugares), tipo de atividades exercidas no campo (se agricultura ou pecuária, se agricultura diversificada ou com predominância de apenas um produto, se destinada ao mercado interno ou ao mercado internacional), o nível de modernização da atividade (existência ou não de agroindústrias e o modo como estas controlam a produção realizada), bem como o nível de atividades comerciais, industriais e administrativas, assim como a área de abrangência desses negócios podem impulsionar ou se colocarem como fatores limitantes para o crescimento de uma cidade. De qualquer forma, esses fatores são importantes na observância das diferenças espaciais verificadas na rede urbana em sua totalidade ou em determinadas regiões do país.

Da mesma forma como tomamos o espaço como produto e condição tendo, portanto, que se considerar histórica e socialmente a sua produção, também assim

⁶ Cabe ainda lembrar que a definição, bem como as características que são consideradas para o entendimento sobre “cidade” são diferentes para o conjunto de países existentes, portanto, é questionável uma “definição universal de cidade”, haja vista as especificidades encontradas nas diferentes formações econômico-sociais e espaciais (GEIGER, 1963).

entendemos as redes geográficas⁷.

Tal assertiva permite que identifiquemos seu caráter universal (uma vez que as redes apresentam atributos comuns entre si quaisquer que sejam as redes geográficas), porém também em reconhecer que são portadoras de atributos singulares (próprios a uma determinada formação econômico-social⁸), e de atributos peculiares que “designam uma particularidade”⁹.

Há assim, uma historicidade que nos revela, a cada momento, o desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais, expressos, entre outros modos, na divisão territorial do trabalho e nas necessidades e possibilidades de articulação entre os diferentes nós de cada rede geográfica. Em outras palavras, a universalidade das redes geográficas expressa-se a cada momento, em configurações particulares e singulares. (CORRÊA, 1999, p.67).

As redes articulam escalas – do local ao mundial – e não podem ser compreendidas sem sua vinculação concreta ao território¹⁰.

A posição de Haesbaert (1997) é a de que, ainda que se possa fazer distinções analíticas entre rede e território, estes encontram-se articulados, do mesmo modo que os processos de territorialização-desterritorialização:

[...] As redes não podem ser vistas apenas como ‘destruidoras de territórios’: uma combinação articulada de redes, uma ‘malha’, por exemplo, pode ser a base de um processo de (re)territorialização, ou seja, de formação de novos territórios. (p.94).

As redes sempre foram, para Haesbaert (1997), elemento constituinte do território; entretanto, no período atual, tornaram-se elemento constituidor, com a malha tornando-se mais “globalizante”, muitas vezes tornando os territórios pontos ou “parcelas elementares das redes” (p.94).

⁷ Esse entendimento é expresso por Corrêa (1999, p.66).

⁸ Tomamos o sentido conferido ao conceito por Lefebvre, baseado em Marx, de que esta envolve: “... o processo concreto que se desenrola à base de um certo desenvolvimento das forças produtivas. O estudo de cada formação econômico-social revela a ação eficaz – política, administrativa, jurídica e ideológica – das grandes personalidades, mas nas condições e nos limites do tempo e do lugar, isto é, do modo de produção e da classe.” (LEFEBVRE, H. *O marxismo*, 1963, p.75).

⁹ Lefebvre, 1963, p.67.

¹⁰ Haesbaert, 1997, p.94.

Rochefort (1998)¹¹ destaca que, num estudo específico, é necessário verificar em que medida certas noções podem, efetivamente, adequarem-se às pesquisas em foco, pois a rede urbana pode se estruturar de diversas formas, devido a especificidades históricas, geográficas, estruturais (p.27). Do mesmo modo, o fato de haver grande diversidade quando se comparam países e regiões com níveis distintos de desenvolvimento, implica em atentar para a complexidade presente em cada caso particular.

Assim, propõe considerar a rede urbana como: “[...] a organização dos centros urbanos e de suas zonas de influência no interior de uma região controlada por um centro regional [...]” enquanto o arcabouço urbano representaria “[...] a organização desses centros regionais no interior do espaço comandado pela capital nacional [...]” (ROCHEFORT, 1998, p.21).

Apesar de trabalhar a partir da hierarquia entre os centros urbanos, de certo modo, o autor já enuncia as relações complementares que se estabelecem entre as cidades:

Existe, portanto, em função do grau de equipamento dos centros, uma interdependência em relação à clientela atendida e com frequência se têm utilizado centros diversamente equipados, mas interdependentes no interior do espaço de que constituem a rede urbana. (ROCHEFORT, 1998, p.42).

A análise acurada da questão exige a consideração de alguns aspectos expressivos: - a gênese, discutindo-se sob que circunstâncias se originou a rede em foco; - a evolução, buscando detectar o caráter mutável da rede; e - a dinâmica por esta manifestada, haja vista a velocidade com que, na atualidade, as mudanças são verificadas (CORRÊA, 1989, p.48).

Em trabalho mais recente, Corrêa (1997) propõe que o estudo seja feito a partir da consideração de três dimensões: - a organizacional (relativo à estrutura da

¹¹ A obra em referência corresponde, em sua primeira parte, à tese de doutorado do autor, publicada em 1960 (A organização urbana da Alsácia), sendo, ainda hoje, importante nos estudos de economia regional e urbana. Cumpre ressaltar alguns pontos que chamam a atenção: 1) o trabalho apresenta forte conteúdo da Geografia clássica francesa, estando, portanto, vinculado às tradições teóricas e metodológicas da época em que foi produzido; 2) decorrente desse fato, observamos que a análise da constituição da rede e da hierarquia urbanas não é feita com base na divisão territorial do trabalho, mais utilizada pela Geografia a partir da década de 1970; 3) vinculando-se à observação anterior, apesar do autor se reportar a profissões e aos setores de ocupação, bem como a níveis de vida (alto/baixo), não é feita referência ao conceito de classe social, mas à renda dos habitantes.

rede, os agentes, origens, funções etc.), - a temporal (dimensão que envolve a duração, a velocidade e a frequência com que ocorrem as mudanças) e - a espacial (relativa à forma espacial e às conexões existentes). Essas dimensões estão imbricadas no estabelecimento das redes (p. 109-116).

As interações espaciais – relações espaciais que produzem as redes geográficas – pressupõem a existência de fixos e fluxos¹², e estes estão marcados por expressiva assimetria, ou seja, há territórios densamente ocupados, por infraestrutura, serviços, pessoas etc., enquanto em outros, por diversas razões, tais características estão ausentes ou são rarefeitas e precárias, representando barreiras aos fluxos¹³:

As interações espaciais contextualizadas e tornadas inteligíveis na sociedade capitalista a partir do desvendamento da dimensão espacial do ciclo de reprodução do capital, apresentam padrões distintos no espaço e no tempo. Em outras palavras, os diferentes fluxos que articulam os fixos socialmente criados são caracterizados por lógicas que lhes conferem regularidades espaço-temporais que se reportam à organização social e a seu desigual movimento de transformação. (CORRÊA, 1997, p.295)

A rede urbana é, em si mesma, expressão e base da divisão territorial do trabalho, viabilizando a produção, a circulação, o consumo; permitindo o movimento de uma série de fluxos: pessoas, capital, mercadorias, informações (também hoje colocada como uma mercadoria) e idéias. Portanto, ao mesmo tempo em que manifesta concretamente a divisão territorial do trabalho, a rede urbana também acaba por defini-la, colocando-se como condicionadora dela. Temos, então, que:

O papel das cidades na distribuição de bens e serviços acentuou-se com o capitalismo. Nesta acentuação verificou-se uma integração paulatina das cidades, originando redes regionais e nacionais de centros. A integração foi acompanhada pela hierarquização das cidades, uma decorrência dos diferenciais de demanda e oferta de bens e serviços. Formaram-se então redes de distribuição de bens e serviços, isto é, de localidades centrais. (CORRÊA, 1989, p.67).

¹² Ver Santos: *Espaço e método* (1985); *Espaço e sociedade* (1979); *A natureza do espaço* (1996). Santos (1997) no trabalho *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*, afirma que, no período contemporâneo, a fluidez é uma condição sem a qual os fluxos não se realizam, permitindo a melhoria das comunicações e dos transportes, tendo como fundamento a ampliação da competitividade e eliminando os entraves ao mercado (p.33-4).

¹³ Santos (1997) alerta para a requalificação do espaço que atenderia, sobretudo, aos interesses hegemônicos, havendo áreas de densidade (que denomina de “zonas luminosas”, constituídas por um amplo conjunto de infra-estrutura, incluindo-se a ciência, a tecnologia e a informação) e áreas vazias (que denomina “opacas”, onde inexistiria ou existiria de modo precário o conjunto anterior), além de grande número de situações intermediárias (p.51-2).

Há que se ressaltar que a criação, a apropriação e a circulação do valor excedente ocorrem, no capitalismo, através da rede urbana, conforme salienta Corrêa, 1989, baseado em Harvey, 1980. Isso remete à questão das singularidades, na medida em que determinados processos podem se manifestar de forma diferenciada em diversos territórios. É por tal razão que a classificação, não como um fim em si mesma, apresenta-se como importante em uma pesquisa sobre o tema, bem como a necessidade de se avaliar as cidades a partir das posições que ocupam na hierarquia urbana e das funções que exercem no processo de urbanização:

[...] uma classificação funcional de cidades, isto é, a descrição da divisão territorial do trabalho em termos urbanos, deve procurar dar conta dos papéis que cada cidade cumpre na criação, apropriação e circulação do valor excedente. (CORRÊA, 1989, p.52).

Temos, então, que a articulação entre as diversas partes do território (em termos de fluxos, comunicações, inovações técnicas etc.) é que permitiu e permite a ampliação e redefinição da divisão técnica, social e territorial do trabalho e, portanto, a especialização funcional. A relação entre metrópoles¹⁴, cidades de porte médio, pequenos centros e áreas agrícolas ocorre a partir de lógicas particulares do capitalismo, pelos diversos tipos de capitais e, assim, pelos capitalistas, sujeitos que ocupam determinada posição no contexto da luta de classes, os quais se apropriam de lucro, da renda da terra, enfim, da mais-valia.

Para Corrêa (1989) o que temos, portanto, são relações entre cidade e região¹⁵ e não mais relações entre cidade e campo, que foram gradativamente superadas com o desenvolvimento do capitalismo. Tais relações não são complementares, no sentido de manterem relações de “equilíbrio”, mas manifestam, de fato, relações assimétricas de exploração (entre os sujeitos e entre capital e trabalho). Os investimentos de capitais urbanos também permitem a transferência do poder de controle e gestão dos pequenos centros para cidades maiores. Portanto “[...] A rede urbana, por onde circula a produção rural, constitui-se assim em uma cadeia de drenagem sobre o campo.” (CORRÊA, 1989, p.58).

¹⁴ Para Santos (1997), há a “...tendência à ‘dissolução’ da metrópole, entendida como sua presença simultânea e instantânea em todos os lugares do país: os novos papéis metropolitanos baseados no papel da informação e do sistema bancário, como suportes da produção material” (p.133). Ver também, no mesmo trabalho, p.154 e seguintes.

Sobre o processo de modernização da agricultura, o autor ainda ressalta:

Os investimentos realizados têm um forte impacto sobre o campo e as cidades menores. Primeiramente criam novas especializações produtivas rurais e urbanas. No que se refere às cidades, os investimentos acabam alterando a inserção delas na rede urbana. O campo é reestruturado, sendo afetados a estrutura fundiária, as relações de produção, os sistemas agrícolas, a pauta dos produtos cultivados, o *habitat* rural e a paisagem agrária que tende a se tornar vazia de homens. (CORRÊA, 1989, p.64).

Consideramos que aqui é preciso inserir outros elementos na discussão, no sentido de analisar esse processo e seus desdobramentos a partir das lógicas contraditórias pelas quais se desenvolve a agricultura no modo de produção capitalista, assim como entender as particularidades, especificidades e singularidades que imprimem às diversas porções do território, ou seja, ao modo como ocorreu, efetivamente, a territorialização (ou não) das “políticas de modernização”. O processo de modernização da agricultura, bem como a regulamentação de relações de produção no campo (Estatuto da Terra e Estatuto do Trabalhador Rural) tiveram expressivas conseqüências na organização espacial brasileira.

Tal fato propiciou a formação, nas periferias urbanas, de um exército de reserva bastante expressivo, decorrente do êxodo rural, da migração campo-cidade:

[...] Constitui uma força de trabalho temporário que, sobretudo na época da safra agrícola, realiza migrações pendulares entre cidade e campo. A pequena e a média cidade tornam-se então local de concentração da força de trabalho rural: este é um dos novos modos de inserção na rede urbana. (CORRÊA, 1989, p.65)

Assim, é especialmente nos pequenos núcleos urbanos, com pequena expressividade como localidade central, dentro da hierarquia urbana, que haverá a formação de verdadeiros “viveiros de mão-de-obra rural”, sendo parcela composta por trabalhadores temporários, pelos chamados “bóias-frias”.

No caso brasileiro tal fato é relevante, visto que a urbanização acelerada, fruto, entre outros, da migração campo/cidade, decorreu não em função da “atração exercida pelas cidades” (relacionada à melhoria da qualidade de vida que se poderia usufruir: educação, saúde, moradia, saneamento, trabalho, pois sabemos o quanto as cidades brasileiras estão distantes de garantir tais direitos a todos os cidadãos),

¹⁵ George (1983) também realizou a abordagem da relação entre cidade e região, além de enfatizar a importância das relações com outras cidades e com o campo (p.206).

mas em função da expulsão promovida pelo desenvolvimento do capitalismo no campo e da concentração fundiária.

O desenvolvimento industrial no país promoveu também expressivas modificações no campo, com o processo de modernização¹⁶ da agricultura”, que se constituiu e se constitui, visto que ainda se encontra em movimento, de forma heterogênea sobre o território, sendo, pois, diversificado segundo regiões e lugares, assim como entre as classes que puderam, efetivamente, apropriar-se dessa modernização ou que foram colocadas à margem do processo.

Em regiões densamente povoadas costuma ser marcante o número de pequenas cidades, apresentando pequenas distâncias entre si. Expressam a divisão territorial do trabalho, a demanda por bens e serviços, daí se constituírem em centros de mercado. Tal fato é reforçado, muitas vezes, por uma incipiente mobilidade da população residente nesses pequenos centros, devido mesmo ao alto preço dos transportes em relação aos baixos salários.

A industrialização, a urbanização, a maior segmentação social, a criação e melhoria da infra-estrutura de circulação, a modernização, a incorporação de áreas, a refuncionalização das já existentes, as mudanças na organização empresarial e em sua gestão, as mudanças no setor de distribuição comercial (atacadista e varejista) são apontados como fatores fundamentais que possibilitam entender a forma de inserção do país no atual processo de mundialização da economia. Lembramos que essas dinâmicas se encontram em marcha, promovendo diferencialidade espacial, podendo originar novos centros, alterar funcionalmente ou refuncionalizar os já existentes, atingindo toda a rede urbana¹⁷.

Com os impactos promovidos pela globalização e pela mundialização, pode ocorrer perda de centralidade ou ampliação desta com a introdução de especialização produtiva em determinados lugares. A perda de centralidade de um núcleo e sua refuncionalização podem ocorrer vinculadas, por exemplo, à produção exercida no campo, relacionada tanto à ampliação da acessibilidade e barateamento dos custos de transporte quanto a alterações na estrutura agrária, da qual podem decorrer também diminuição da população e, daí, perda do mercado consumidor:

¹⁶ Ressaltamos que a modernização não foi homogênea, ainda não tendo se generalizado para o conjunto do país, seja em termos das culturas produzidas, das regiões, em relação aos tipos de estabelecimentos etc. Podemos exemplificar com o caso do Estado de São Paulo, onde o processo de modernização iniciou-se na década de 1950, intensificando-se na década seguinte; já no Brasil, de um modo geral, o processo verificou-se especialmente a partir dos anos 70 (MÜLLER, 1994).

¹⁷ Corrêa, 1989, p.46-7.

[...] A transformação em local de concentração de força de trabalho engajada no campo é uma possibilidade corrente. Trata-se de força de trabalho que, no processo de industrialização do campo, foi destituída dos meios de produção e expulsa do campo. O *habitat* rural, disperso ou concentrado em 'colônias' localizadas no interior de grandes propriedades, desaparece, sendo, de certa forma recriado na periferia das pequenas cidades [...] (CORRÊA, 1999, p.49).

Já em relação à ampliação da centralidade, Corrêa (1999, p.50) afirma que ela pode derivar da implantação de atividades industriais constituindo-se "cidades no campo". No que se refere ao reforço da centralidade com a instalação, em sua área de influência, de uma agricultura moderna, verifica-se a emergência de "cidades do campo"¹⁸.

Nessa discussão também é necessário ressaltar o papel desempenhado pelas metrópoles, pois, no conjunto da rede urbana, apresentam posição de relevo, constituindo-se em "cabeças de rede", a partir das quais as grandes corporações multifuncionais e multilocalizadas podem exercer o comando, gerando novas diferenciações espaciais. Porém é necessário atentar que as pequenas cidades também são produto e condição da divisão territorial do trabalho, estando seu movimento, muitas vezes, verificado em um tempo mais lento, articulado à dinâmica global da rede.

As condições diferenciadas apresentadas, que podem se constituir em vantajosas ou desvantajosas, valorizando ou desvalorizando determinadas cidades, acabam por definir o papel delas dentro da rede urbana, podendo haver o crescimento da importância de um centro urbano ou sua decadência, sendo expressivo o papel que as políticas públicas exercem nesse processo.

Portanto, não podemos pensar a questão de forma fragmentada, apesar da necessidade de fazer determinados recortes para analisá-la. A rede urbana representa uma totalidade. Apesar do papel destacado e diferenciado das metrópoles no conjunto dessa rede, elas não são dotadas de autonomia em relação às demais cidades (pequenas ou médias); ao contrário, sua existência e expressão só são possíveis em razão da existência de uma complexa divisão territorial do trabalho.

¹⁸ As expressões "cidades no campo" e "cidades do campo" são baseadas em Santos (1993).

Segundo Veltz (1994)¹⁹, todas as transformações verificadas nas empresas e nos princípios de organização da produção provocam mudanças não somente no nível da localização das empresas, mas também modificam “[...] a *própria relação das empresas com o território*” (p.193, grifos do autor).

Citando um estudo realizado em 1987, Veltz destaca que estaria ocorrendo a “[...] passagem progressiva de um território-zona a um território-rede”, havendo, assim, duas tendências distintas:

[...] – o lugar ocupado por uma cidade nas redes de trocas e de produção que a ligam a outras cidades do mesmo nível ou de nível superior, tornar-se-ia a partir de agora mais importante do que as relações em extensão, baseadas na vizinhança e no encadeamento hierarquizado das áreas envolventes;
- as redes hierarquizadas à Christaller, isto é, baseadas numa árvore de ‘localidades centrais’ ligadas entre si numa sucessão encadeada de níveis da hierarquia urbana (em que cada rede de nível *n* deve possuir todas as funções dos níveis inferiores), ver-se-iam progressivamente substituídas por redes reticuladas, multipolares desprovidas dessa hierarquia arborescente. (VELTZ, 1994, p.200, grifos do autor)²⁰.

Inserindo mais elementos na discussão, Camagni (1993)²¹ observa que a “Teoria dos Lugares Centrais”, desenvolvida nos anos de 1930 e 1940²², apresentasse como a que melhor descreve o sistema urbano, e os trabalhos realizados a partir dessas referências não introduziram grandes avanços ao que fora, inicialmente, neles proposto. Esse autor faz a ressalva, entretanto, de que os “sistemas reais de cidades” são bastante diferentes dos propostos na teoria, uma vez que novos elementos surgiram e tornaram o modelo ainda mais distante da realidade atual. A diminuição dos custos de transporte, as novas demandas de variedades e de consumo, bem como as novas articulações na constituição de centros especializados, implicando em novas ordens de problemas e em novas lógicas de estruturação do sistema urbano, por conseguinte, exigem novas formas de pensar a problemática (p.107-109).

¹⁹ Veltz, P. (1994), Hierarquias e redes na organização da produção e do território. In: Benko, G. & Lipietz, A. (Orgs.) *As regiões ganhadoras: distritos e redes – os novos paradigmas da Geografia Econômica*. Oeiras: Celta, 1994, p.189-201.

²⁰ Idem, p.200.

²¹ Camagni, R. *Organization économique et réseaux de villes*. In: Sallez, Allain (Dir.) *Les villes, lieux d'Europe*. Paris, DATAR, Ed. De L'Aube, 1993, p. 107-128.

²² Faz referência, especificamente, aos trabalhos de Christaller, W. *Central places in southern Germany*, Englewood Cliffs, NJ, Prentice-Hall, 1966 (primeira publicação de 1933) e de Lösch, A. *The economics of location*, Yale University Press/Oxford, 1954 (primeira edição de 1940).

A principal contribuição de Camagni (1993) centra-se na proposição de que, atualmente, o “paradigma das redes” seria mais adequado ao estudo dos sistemas de cidades, tanto na interpretação de sua natureza, como de sua evolução. Partindo dessa perspectiva, identifica três lógicas de organização espacial das empresas que, inclusive, podem coexistir e se sobrepôr. Na lógica territorial, baseada na estrutura desenvolvida por Christaller e Lösch, evidencia-se a relação entre a empresa (sua produção) e o controle do espaço geográfico do seu entorno, sendo o custo de transporte um elemento fundamental. Na lógica competitiva, a empresa busca expandir sua área de mercado, inclusive em nível mundial, os elementos primordiais são a competitividade, o marketing e a organização em unidades especializadas. Na lógica em rede, a inovação e seu controle tornam-se o principal objetivo, estabelecendo-se relações de cooperação com outras empresas, havendo ligações “transterritoriais” e aos nós da rede global de informação tecnológica, financeira e de mercados, ou seja, as ligações “em rede”²³.

A essas lógicas espaciais corresponderiam os seguintes tipos de redes de cidades: A) as redes de complementaridade – compostas por centros especializados e complementares; B) as redes de sinergia – em que o principal ponto ocorre em relação à cooperação entre centros semelhantes; C) as redes de inovação – constituídas por centros cooperantes de projetos de produção ou infra-estrutura. Assim, para o autor:

[...] as redes de cidades são sistemas de relações e de fluxos de caráter essencialmente horizontal e não hierárquico, estabelecidos entre os centros complementares ou semelhantes e garantem a criação de externalidades ou de economias, respectivamente de especialização/complementaridade/divisão espacial do trabalho e de sinergia/complementaridade/inovação. (CAMAGNI, 1993, p.118).

Esse entendimento das lógicas espaciais subjacentes à rede de cidades leva o autor a questionar a planificação territorial, caso esta não considere as novas relações presentes, tanto para uma cidade, em particular, quanto para o sistema de

²³ Camagni, 1993, p.111-115.

idades, levando, portanto, à necessidade de se pensar novas estratégias de intervenção a partir desse paradigma²⁴.

Outro autor que nos alerta para as mudanças verificadas na constituição das redes urbanas é Santos²⁵ (1997):

Houve um tempo em que se podia tratar a rede urbana como uma entidade, onde as cidades se relacionavam segundo uma hierarquia de tamanho e de funções. Esse tempo passou. Hoje, cada cidade é diferente das outras, não importa o seu tamanho, pois entre as metrópoles, também há diferenças. (p.151).

Haesbaert (1997) também considera que as redes não somente podem ser hierárquicas, o que geralmente ocorre quando o território consegue manter o poder e a identidade, como também podem ser complementares, quando a “solidaridade” pode ser uma das expressões. As dinâmicas são diferenciadas pela extroversão em que haveria o domínio de “forças centrífugas”, geralmente, de ordem econômica, ou introversão com o domínio de dinâmicas centrípetas.

Apesar de dominadas pelo caráter ‘desigualizante’ das hierarquias (ligadas sobretudo à concentração e à centralização capitalista, ampliando e complexificando cada vez mais uma divisão territorial do trabalho), as redes podem também ser complementares. O grande capital formula estratégias não apenas de hierarquização, mas também de cooperação e complementaridade (principalmente em seus núcleos centrais). Isso faz com que as classes ou camadas sociais exploradas ou excluídas também se organizem territorialmente em redes ‘equipotenciais’ ou cooperativas, de solidariedade. [...] (HAESBAERT, 1999, p.102).

Raffestin (1993) estabelece relação entre rede e poder, observando que esta pode, inclusive, constituir-se em “instrumento” desse último²⁶.

²⁴ O autor é particularmente entusiasta da denominada planificação estratégica. Faz, assim, um breve comentário a respeito da possibilidade de maior desenvolvimento, a partir do entendimento desses novos elementos e fatores que introduz na discussão e que deveriam ser considerados no planejamento. Cabe uma ressalva de nossa parte: é preciso, efetivamente, pensar a quem “de fato” visa o “desenvolvimento” que se pretende; essa é uma discussão fundamental para se pensar no tipo de políticas adotadas, e para quem são pensadas. Isso implica não somente conhecer os objetivos explícitos das estratégias de intervenção, mas também no que está implícito, o que é fundamental para se chegar ao desenvolvimento não somente econômico, mas também social e espacial.

²⁵ Santos é um dos autores brasileiros que, desde a década de 1960, já se preocupava com a temática relativa à constituição das redes. Ver, deste autor, os trabalhos: *Crescimento nacional e nova rede urbana: o exemplo do Brasil* (1967) e *O espaço dividido* (1979).

²⁶ Raffestin, *Por uma Geografia do poder*, 1993, p.204.

Segundo Lefebvre (1999)²⁷, para a compreensão da realidade urbana é preciso incorporar conceitos específicos, sendo a rede um deles:

O urbano define-se *também* como justaposições e superposições de *redes*, acúmulo e reunião dessas redes, constituídas umas em função do território, outras em função da indústria, outras ainda em função de outros centros no tecido urbano. (p. 114).

Para tornar ainda mais complexa a questão, é necessário reforçar que, em cada contexto espaço-temporal, as dinâmicas que envolvem e articulam as redes podem ser modificadas. Isso ocorre com o desenvolvimento das forças produtivas, com novas dinâmicas na reprodução do capital, que incorrem em modificações no modo de (re)produção e de apropriação do espaço e também provocam alterações sobre os nexos, os fluxos e as articulações que se processam nas redes, e que se fazem de forma plural e multifacetada. Além disso, é possível identificar intensidades diferenciadas, bem como ritmos distintos em diferentes contextos socioespaciais e em formações econômico-sociais diversas²⁸.

As transformações intensas processadas na sociedade e na economia brasileira, em que surgiram novas formas de articulação da economia do país ao capitalismo internacional, apresentam intensas e variadas conseqüências espaciais, o que podemos exemplificar com o fenômeno da desconcentração industrial, iniciado especialmente na década de 1980 e intensificado na década passada, com profundos desdobramentos em termos sociais, como o desemprego, a precarização do trabalho e mesmo o aumento da violência, principalmente, nas maiores metrópoles brasileiras. Esses desdobramentos não são significativos somente no nível interno das cidades, mas também no nível da rede urbana²⁹.

A atual estruturação da rede urbana não deve, pois, ser entendida tendo como fundamento somente os fluxos intercidades em uma região ou em um território limitado. É necessário considerar articulações mais amplas que hoje se estabelecem entre empresas, governos (de diferentes níveis e países), entre

²⁷ Lefebvre, *A revolução urbana*, 1999.

²⁸ Conforme Corrêa (1999), que empreendeu uma profícua discussão sobre a rede urbana, a partir da contribuição conceitual de Santos (formação espacial).

²⁹ Souza (2001) desenvolve uma discussão acerca da “desmetropolização relativa” e da “fragmentação do tecido sociopolítico-espacial”, centrando sua análise nas transformações observadas na urbanização brasileira, especialmente nas décadas de 1980 e 1990. Ver: Da “fragmentação do tecido sociopolítico-espacial” da metrópole à “desmetropolização relativa”: algumas facetas da urbanização brasileira nas décadas de 80 e 90”, In: Sposito, M. E. B. (Org.) *Urbanização e cidades: perspectivas geográficas*. Presidente Prudente: [s.n.], 2001, p. 391-417.

instituições, que acabam resultando em novos fluxos, bem como contatos, associações, parcerias, acordos de cooperação, que têm a possibilidade de reorientar e reconfigurar as redes³⁰.

Se, no passado, o tamanho de uma cidade praticamente definia seu papel na rede urbana, no período contemporâneo tal correspondência já não encontra a mesma validade, na medida em que vemos cidades com porte populacional semelhante desempenharem papéis bastante diferentes.

Devemos ter claro que, sendo produto social de uma sociedade dividida em classes, há uma multiplicidade de agentes envolvidos na (re)produção da rede urbana. Dois deles, em função de suas práticas e de seu alcance espacial, possuem destacado papel:

- o Estado, por meio da implantação diferenciada do conjunto de infraestrutura em diferentes lugares;
- as grandes empresas, que atuam seletivamente sobre os diferentes lugares, buscando a plena (re)produção do capital.

Isso ocorre porque as atividades promovidas por tais agentes têm a potencialidade de repercutir sobre o conjunto da sociedade e do espaço, promovendo redefinições e novas diferenciações.

Assim, é preciso considerar, quando se discutem a constituição e consolidação da rede urbana, o expressivo papel desempenhado pelo Estado, em seus diversos níveis – federal, estadual e municipal, assim como a instância de sua atuação – executivo, legislativo ou judiciário. O Estado atua em diferentes frentes, sendo que podemos destacar seu papel:

a) do ponto de vista político-administrativo e jurídico, relativo à própria constituição de cidades, envolvendo disputas, interesses políticos e econômicos;

b) na distribuição dos recursos existentes, que tanto se manifestam espacialmente, em termos de unidades da federação, de regiões privilegiadas ou preteridas, como politicamente, quando se alocam recursos em áreas específicas para formação de “currais eleitorais”, por exemplo; como, ainda, em relação à priorização de determinados setores, com alocação insuficiente de recursos noutros.

Podemos exemplificar, para tornar mais clara nossa reflexão, com a implementação da rede de infra-estrutura (ferrovias, rodovias, energia etc.), que,

³⁰ Processos redimensionados com os processos de globalização e mundialização, considerando-se também os grandes avanços das comunicações e da informática.

dependendo do período em que ocorreu e das especificidades históricas, envolvendo os aspectos econômicos, políticos, sociais, espaciais existentes, apresenta repercussões também diferenciadas³¹.

A atuação do Estado tem importância expressiva, inclusive em relação à própria mobilidade populacional imbricada ao processo de modernização econômica, envolvendo modificações profundas em diversas escalas. Podemos citar o fenômeno da metropolização no país, que não pode ser entendido desvinculado de uma política de concentração de recursos, funcionando como atrativo tanto para migrantes em busca de trabalho e melhores condições de vida quanto para as empresas, com a criação das chamadas economias de aglomeração e a possibilidade de ampliação da acumulação e reprodução do capital³².

Santos (1997) problematiza a discussão do conceito de redes, fazendo um resgate histórico de seu surgimento e fornecendo uma série de pontos a serem considerados quando de sua análise:

1) um primeiro ponto importante refere-se a considerar não apenas seu aspecto material, sendo fundamental valorizar os aspectos sociais e políticos, tanto quanto se pensa em sua origem, quanto no modo de gestão das redes (ligado, portanto, ao controle sobre estas);

2) as redes podem ser analisadas no processo de sua constituição, privilegiando um enfoque genético (ligado às origens históricas), e também como um "dado da realidade atual"; porém uma reflexão combinada de ambos os enfoques permite uma visão mais ampla da questão (p.209-10);

3) a distribuição das redes sobre o território é extremamente desigual e é marcada por grande heterogeneidade, até porque o espaço expressa

³¹ Exigindo também que a pesquisa considere não somente a dimensão temporal, mas a faça articulada à dimensão espacial, daí a necessidade do estabelecimento de uma periodização apropriada (CORRÊA, 1989, p.78-86).

³² Verificamos hoje um outro momento do processo, articulado à globalização e mundialização, com o fenômeno de "desconcentração da metrópole", a partir da emergência das "deseconomias de aglomeração", que se iniciou na década de 1970, expandindo-se para o interior. Porém, ressalta-se que este reforça o comando de uma região metropolitana mais complexa, promovendo novas re-hierarquizações: "[...]Na região da metrópole desconcentrada, produto de expansão e adensamento, o centro se consolida reafirmando o primado da metrópole e a primazia da capital.[...]" (LENCIONI, 1994, p.208). Corrêa (1989) reflete que a descentralização das indústrias em direção ao interior decorre do fato de não necessitarem da proximidade de outras empresas (com operações mais articuladas dentro das indústrias de um mesmo grupo), da busca de mão-de-obra mais barata, politicamente menos estruturada e, efetivamente, reaver perdas em suas taxas de lucro (p.65-6). Esse processo não ocorre somente em nível nacional, portanto, não apenas redefinindo relações dentro do mesmo país ou região, verificando-se também em nível internacional. Ver ainda Davidovich (1978).

diferencialidade. Atualmente, devido à chamada "guerra dos lugares", as redes existentes ganharam maior destaque, tendo em vista as "vantagens comparativas" que podem proporcionar;

4) com a maior fluidez observada na atual fase histórica, as redes são cada vez mais integradas, mais globais, e a questão do poder é uma das dimensões a ser destacada:

A configuração pesa diferentemente nos diversos lugares, segundo seu conteúdo material. É a sociedade nacional, através dos mecanismos de poder, que distribui, no país, os conteúdos técnicos e funcionais, deixando os lugares envelhecer ou tornando possível sua modernização. Através das relações gerais direta ou indiretamente impostas a cada ponto do país, seja pela via legislativa ou orçamentária ou pelo exercício do plano, a sociedade nacional pesa com seu peso político sobre a parcela local da configuração geográfica e a correspondente parcela local da sociedade, através das qualificações de uso da materialidade imóvel e duradoura. (SANTOS, 1997, p.217)

5) em função da fluidez (resultado do atual período técnico-científico-informacional que exige "formas perfeitas universais"), verificamos que os lugares devem ser constantemente revitalizados, para que possam acompanhar as rápidas transformações, pois, caso contrário, o próprio valor do espaço fica comprometido (p.218-9).

Na proposta que empreende sobre a análise histórica (baseada em Braudel - que propôs a distinção entre a longa duração - referindo-se à situação estrutural - e a curta duração - a situação conjuntural), Santos (1997) sugere a adoção do tempo lento e do tempo rápido e explica:

O tempo rápido não cobre a totalidade do território nem abrange a sociedade inteira. Em cada área, são múltiplos os graus e as modalidades de combinações. Mas, graças à globalização e a seus efeitos locais, os tempos lentos são referidos ao tempo rápido, mesmo quando este não se exerce diretamente sobre lugares ou grupos sociais. (p.213).

Poder-se-ia pressupor que nos lugares em que há a presença de múltiplas redes, a velocidade (o tempo rápido) estivesse colocada de forma homogênea para toda a sociedade. Entretanto, dados as imensas diferenças sociais existentes, resultado da divisão em classes, o acesso ao conjunto dos equipamentos existentes não ocorre de modo igualitário, daí a existência de intensidades diferenciadas, segundo as quais os fluxos existentes numa dada rede influenciam a sociedade, ou seja, os "atores" são atingidos diferentemente.

Tais redes, tornadas mundiais, acabam por acrescentar novos elementos, ampliando a complexidade da problemática, remetendo à ampliação da divisão social, técnica e territorial do trabalho.

Corrêa (1989) também discute a importância de estudar a rede urbana, identificando seu significado e sua natureza, bem como quais as implicações e repercussões das ações dos diferentes agentes que nela atuam, em níveis, velocidades e intensidades diversificadas:

[...] é necessário que se compreenda a lógica da implantação das atividades no mais ou menos complexo mosaico de centros e hinterlândias em seus diferentes papéis e pesos. Isto implica o desvendamento das motivações dos diversos agentes sociais, bem como dos conflitos de interesses entre eles e suas aparentes soluções [...] (p.50) [Ressaltamos ainda que:] [...] É via rede urbana que o mundo pode tornar-se simultânea e desigualmente dividido e integrado. (p.49-50).

Essa questão traz à tona o debate atualmente realizado sobre a consolidação de uma rede de cidades em nível global. Tal dinâmica, para Sassen (1998), articula-se hoje à formação de um novo tipo de sistema urbano, que opera em diversificados níveis: o regional, o global e o transnacional, nos quais as cidades, especialmente as que apresentam uma multiplicidade de papéis, tornam-se parte das redes transnacionais.

Corrêa também aborda essa problemática, salientando que a ampliação das escalas de articulação das redes, só se tornou possível graças à divisão territorial do trabalho tornar-se crescentemente mais complexa e mundializada, daí que:

As cidades mundiais ou globais, sedes das grandes corporações multifuncionais e multilocalizadas, constituem, no final do século XX, os epicentros de numerosas, complexas e desiguais redes que tornaram a organização espacial caleidoscopicamente fragmentada e globalizada [...] (CORRÊA, 1997, p.108).

Acreditamos que a globalização provoca profunda reestruturação da rede urbana, apesar dos impactos serem diferenciados quando pensamos na intensidade, velocidade e períodos em que atingem determinados lugares³³.

Corrêa (1989) defende a tese de que a rede urbana seria

³³ Corrêa, 1999.

[...] um conjunto de centros funcionalmente articulados, tanto nos países desenvolvidos como subdesenvolvidos [...] [e, assim] [...] reflete e reforça as características sociais e econômicas do território, sendo uma dimensão socioespacial da sociedade [...] (p.8).

Consideramos que a constituição e consolidação da rede urbana devem ser entendidas tanto como condição quanto como produto da constituição de outras redes (das redes de estradas, ferroviárias, de energia, de telecomunicações, a rede mundial de computadores, entre outras), conectando a princípio somente em nível local e, em sua evolução histórica, articulando cada vez mais internacionalmente, culminando com os fenômenos atualmente verificados da simultaneidade e da instantaneidade, somente possíveis a partir do desenvolvimento do capitalismo e de todos os processos daí deflagrados: acentuação da divisão técnica, social e territorial do trabalho, das forças produtivas e da própria ciência como um todo.

Poderíamos então afirmar, concordando com Corrêa (1999), que a rede urbana representaria a síntese das redes existentes, tendo em vista que as cidades que a constituem representam os nós que articulam toda uma ampla gama de outras redes e fluxos, os mais diversos e complexos³⁴.

Santos (1997) afirma que as redes são, ao mesmo tempo, reais e virtuais³⁵, técnicas e sociais sendo, entretanto, fundamental considerar que o movimento, as dinâmicas são conferidos a partir das relações deflagradas socialmente (p.220-1).

Nessa perspectiva, é fundamental reconhecer a importância crescente tomada pelos meios técnico-informacionais, que possibilitaram não somente as comunicações de longa distância, através dos satélites, mas novas relações com (e sobre) os territórios. As relações diretas estão sendo progressivamente substituídas, ao menos em parte, por relações que se valem das técnicas para se realizarem, provocando redefinições espaciais bastante intensas. Assim a proximidade e a contigüidade do território, ainda que mantenham importância, não se constituem

³⁴ Concordamos com Corrêa (A rede urbana brasileira e a sua dinâmica: algumas reflexões e questões, 2001, p.359-367), quando considera necessário ampliar as pesquisas sobre as redes urbanas, pois há poucas análises sobre o tema e muitas questões ainda sem discussão. O Brasil coloca-se como "campo fértil" sobre tal problemática e envolve também o próprio entendimento da sociedade brasileira. In: Sposito, M. E. B., *Urbanização e cidades: perspectivas geográficas*. Presidente Prudente: [s.n.], 2001.

³⁵ No caso da rede urbana tal afirmação é válida, por exemplo, se pensarmos que a informação é um dos elementos que circulam, além de outros, materiais.

exclusivamente como as únicas possibilidades de relações entre os lugares, tornando, pois, as distâncias mais relativas (SPOSITO, 2001, p.628)³⁶.

Nesse mesmo sentido, é pertinente a contribuição de Santos (1997):

A rede urbana se torna, assim, um fenômeno ainda mais complexo, definido por fluxos de informação hierarquizados e fluxos de matéria que, nas áreas mais desenvolvidas, não são hierarquizantes. (p.128).

Pensar nos arranjos espaciais contemporâneos exige, portanto, não somente entendê-los a partir da contigüidade e continuidade, uma vez que a sobreposição também se realiza por “pontos” separados, através das redes. Santos (1997) adota os conceitos de horizontalidade e verticalidade para referir-se à questão, sendo as cidades o ponto de intersecção (p.206):

De um lado, há extensões formadas de pontos que se agregam sem descontinuidade, como na definição tradicional de região. São as *horizontalidades*. De outro lado, há pontos no espaço que, separados dos outros, asseguram o funcionamento global da sociedade e da economia. São as *verticalidades*. O espaço se compõe de um e de outros desses recortes, inseparavelmente. [...] (SANTOS, 1997, p.225).

Isto não implica desconsiderar ou entender tais processos como enunciadores da perda da importância do espaço, como alguns autores chegaram a afirmar, mas em considerar as redefinições que têm ocorrido com as mudanças técnicas.

Ainda que não se possa negar as transformações que, efetivamente, têm ocorrido e que colocam novas questões para pensar o espaço e a sociedade, privilegiar o tempo ou o espaço dicotomicamente representa a perda de uma das principais características desse par – que é a impossibilidade de serem entendidos de forma dissociada. Não conseguimos apreender tempo e espaço por uma leitura dicotômica, muito menos os processos passados e em curso que (re)produzem e (re)definem o espaço.

³⁶ Sposito, M. E. B. As cidades médias e os contextos econômicos contemporâneos. In: Sposito, M. E. B., *Urbanização e cidades: perspectivas geográficas*. Presidente Prudente: [s.n.], 2001, p.609-643.

2.2. A economia cafeeira: contextualização histórico-geográfica

A compreensão da estruturação da rede urbana no Estado de São Paulo exige um resgate histórico sobre a sua constituição, especialmente, no caso da pesquisa desenvolvida, sobre a expansão dessa rede no Oeste Paulista.

Isso porque a origem de grande parte dos núcleos urbanos do interior deu-se a partir da expansão cafeeira no Estado³⁷, ou seja, não é possível, devido a necessária articulação entre diversos elementos, entender a lógica de ocupação da área em foco, sem relacioná-la às condições histórico/espaciais em que ocorreu tal processo. A estruturação da Região Oeste do Estado de São Paulo constituiu-se, assim, em produto e condição para a expansão do complexo cafeeiro.

A emergência do complexo cafeeiro deve ser entendida em sua abrangência, tendo em vista que o capital cafeeiro não se limitou àquele diretamente vinculado às atividades agrícolas. Segundo Melo (1982)³⁸, o capital cafeeiro era, ao mesmo tempo, agrário, industrial e mercantil, havendo profunda integração entre financeiras (bancos), comércio importador e exportador, investimentos em transportes (ferrovias e portos), atividades ligadas ao beneficiamento da produção, constituindo um "complexo exportador cafeeiro".

Igual posição também é adotada por Silva (1976)³⁹, ao ressaltar os múltiplos aspectos do capital cafeeiro (agrário, industrial, bancário, comercial), exercendo, pois, múltiplas funções, estruturadas a partir de uma série de relações, agregando grandes e médios capitais, havendo, entretanto, a dominação das funções comerciais (p.58-62).

No século XIX, ocorreu no Brasil o rápido crescimento da produção cafeeira. É importante registrar que a economia cafeeira já era, desde 1840, o "carro-chefe" das exportações do país, constituindo-se no centro hegemônico da acumulação capitalista no país (SILVA, 1976, p.18).

As regiões cafeeiras do Rio de Janeiro e do Vale do Paraíba paulista e fluminense, cuja produção se assentava na utilização do trabalho escravo, foram substituídas pelas plantações de café nos planaltos de São Paulo com a introdução

³⁷ Em fins do século XVIII, a capitania de São Paulo tornou-se centro abastecedor de Minas Gerais; no final deste e início do século XIX, houve o desenvolvimento da cultura da cana-de-açúcar, apesar de ser uma produção modesta, e foram fundados núcleos urbanos (SINGER, P. Desenvolvimento econômico e evolução urbana, 1977).

³⁸ Melo, J. M. C. de *O capitalismo tardio*, 1982.

³⁹ Silva, S. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*, 1976.

do trabalho livre (dos imigrantes), decorrendo daí transformações expressivas (SILVA, 1976, p.50).

O contexto mundial teve grande influência no processo que se desenrolou no país, principalmente relativo à economia cafeeira, produzindo determinadas condições que estimularam o desenvolvimento capitalista⁴⁰.

Certas condições históricas sustentam o processo deflagrado com a economia cafeeira. Em nível internacional, houve um intenso crescimento do comércio, gestando condições para a transição capitalista no Brasil, em que a expansão cafeeira e a industrialização são entendidos como estágios desse processo (SILVA, 1976, p.18-9).

Houve transformações profundas, entre as quais as exportações de capitais, que assumiram posição dominante, superando o comércio internacional, o que demonstra que "[...] o desenvolvimento da produção capitalista realiza-se em escala mundial." (SILVA, 1976, p.30). Assim, temos a apropriação pelo capital em nível mundial, tendo como manifestação a ampliação do comércio em ritmo e intensidade jamais verificados anteriormente⁴¹.

Monbeig (1984)⁴² também ressaltou esse ponto, ao afirmar:

[...] Reduzir a marcha para o oeste a um fenômeno local, contentar-se com explicá-la por circunstâncias estritamente brasileiras, seria restringir abusivamente seus quadros e não enxergar mais que seus aspectos estreitos. Desde o seu início, a marcha para o oeste foi um episódio da expansão da civilização capitalista, surgida nas duas margens do Atlântico. Ambas não cessaram de ser solidárias. (p.105).

As condições internas no Brasil nessa fase também são fundamentais para a compreensão do quadro abordado: a independência política em 1822⁴³ e o domínio do trabalho escravo, sob o qual a produção cafeeira se desenvolveu na primeira metade do século XIX.

⁴⁰ As características da industrialização brasileira guardam profunda relação com o desenvolvimento da economia cafeeira, resultando de contradições. Não pretendemos enveredar demasiadamente nessa discussão, pois nosso objetivo é apenas estar caracterizando, de uma forma geral, o processo. Acerca dessa discussão ver Melo (1982) e Silva (1976).

⁴¹ Somente para registrar, houve um aumento significativo dos investimentos estrangeiros (tanto diretos quanto em forma de financiamento) no período, havendo um predomínio dos de capital inglês (SILVA, 1976, p.29-38).

⁴² Monbeig, P. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*, 1984.

⁴³ Conforme registram os documentos oficiais, porém lembrando que o fim do exclusivo colonial e a abertura dos portos já se constituíam em realidade desde a vinda da família real portuguesa para o país, em 1808.

As pressões para o fim da escravidão ocorriam desde a década de vinte do século XIX, por parte da Grã-Bretanha. Somente em 1851, com a Lei Eusébio de Queiróz, o tráfico de escravos foi proibido no Brasil e o Governo Imperial adotou a chamada "abolição progressiva", até a proibição da escravidão, com a assinatura da Lei Áurea, em 1888. Nesse interregno, entretanto, o trabalho escravo continuou a ser utilizado nas lavouras, havendo um comércio interno de escravos, provenientes de outras regiões brasileiras.

Essas medidas não foram suficientes para o rápido surgimento de um mercado de trabalho no país e passou-se a incentivar a constituição de uma mão-de-obra livre, a partir da imigração de trabalhadores estrangeiros⁴⁴.

Assim, o próprio desenvolvimento capitalista e, portanto, a acumulação, ocorreu de forma lenta no país. Entre os elementos estruturadores do processo de expansão cafeeira é imperioso destacar o estímulo à imigração estrangeira. Houve, progressivamente, a substituição do trabalho escravo através da contratação de trabalhadores livres que, inicialmente, ocorreu sob o sistema de parceria - iniciado pelo Senador Vergueiro, em 1840, com a "importação" de trabalhadores portugueses e, em 1847, de imigrantes alemães, sendo seguido por outros fazendeiros. Devido aos grandes problemas surgidos entre os fazendeiros e colonos⁴⁵, a imigração, a partir de 1884, passou a ser totalmente subsidiada pelo governo paulista (SALLUM JÚNIOR, 1982, p.89-90).

Outra medida importante no processo de constituição do mercado de trabalho, que é fundamental registrar, refere-se à instituição da Lei de Terras em 1850⁴⁶, pois, para que possa haver o pleno desenvolvimento do capitalismo, é necessário que se garanta que o trabalhador não seja proprietário de meios de

⁴⁴ Silva (1976) menciona a "resistência" do ex-escravo à "disciplina capitalista do trabalho" (p.46) e o retardamento da transição para o trabalho assalariado (através da lenta progressão das leis abolicionistas), tendo em vista que a abolição não ocorreu concomitantemente à introdução do trabalho assalariado.

⁴⁵ Essa forma de contratação foi fonte de inúmeros conflitos e tensões entre fazendeiros e colonos, decorrente da forma como eram elaborados os contratos, pelo endividamento dos imigrantes e a forma de pagamento do trabalho. Por essas razões, esse sistema veio a sofrer muitas modificações. Não consideramos necessário aprofundar esse ponto, pois a discussão tem aqui somente o propósito de expor os principais elementos constituintes da expansão cafeeira. Ver, entre outros, Sallum Júnior, B. *Capitalismo e cafeicultura: Oeste paulista, 1888-1930*, 1982.

⁴⁶ Acerca da comercialização e especulação de terras no Oeste, cabe ressaltar que já se tratava de uma expansão capitalista, processada no movimento de incorporação de novas áreas, à medida em que ocorria o avanço da lavoura cafeeira no Oeste Pioneiro. Ver, entre outros, Sallum Júnior (1982), Abreu (1972), Monbeig (1984) e Silva (1976).

produção, estando subordinado, para prover sua subsistência, à venda de sua força de trabalho⁴⁷.

A transição para o capitalismo não se processou sem profundas contradições, uma vez que é necessário entender os elementos estruturadores e os obstáculos surgidos especificamente no país, subordinado ao desenvolvimento econômico mundial e, obviamente, ressaltar que o desenvolvimento desigual, tanto decorrente da forma de inserção numa determinada divisão internacional do trabalho, quanto de uma divisão territorial do trabalho no plano interno, constitui-se em fundamento do modo de produção⁴⁸. É especialmente após 1880 que "[...] o café tornou-se o centro motor do capitalismo no Brasil." (SILVA, 1976, p.49).

Ainda acerca da expansão cafeeira, a reflexão desenvolvida pelo autor é bastante esclarecedora:

A importância do rápido crescimento da produção e desse deslocamento geográfico só poderá ser entendida se considerarmos as simultâneas mudanças ocorridas ao nível das relações de produção. Ao subir os planaltos de São Paulo, as plantações abandonam o trabalho escravo pelo trabalho assalariado. Com o trabalho assalariado, a produção cafeeira conhece a mecanização (pelo menos uma mecanização parcial, ao nível das operações de beneficiamento do café). Além disso, a possibilidade desse deslocamento é determinada pela construção de uma rede de estradas de ferro bastante importante. Finalmente, o financiamento e a comercialização de uma produção que atinge milhões de sacas implica o desenvolvimento de um sistema comercial relativamente avançado, formado por casas de exportação e uma rede bancária. (SILVA, 1976, p. 50).

Portanto, esse processo, iniciado no século XIX, teve como balizadores um conjunto de elementos que forneceu os sustentáculos para a expansão territorial da rede urbana paulista, estimulando a fundação de uma série de vilas e patrimônios que, posteriormente, se constituíram em cidades, após adquirirem o *status* de municípios.

A imigração estrangeira constituiu-se em um elemento complexo e fundamental, tanto porque estimulou o crescimento populacional, possibilitando a constituição e o incremento do mercado consumidor, quanto porque consolidou a ocupação do Oeste paulista.

⁴⁷ Sobre essa questão consultar Marx, K. *O capital* (1982); e sobre as especificidades do caso brasileiro, as análises feitas por Sallum Júnior (1982) e Silva (1976).

⁴⁸ Silva, 1976, p.17-47.

Um segundo elemento relevante foi a implantação da rede ferroviária, haja vista que a integração da economia paulista em escala mundial implicou no desenvolvimento dos transportes até então utilizados, em função de sua limitação e precariedade; determinou a substituição do transporte feito por tropas de mulas que, além dos custos bastante elevados na época, apresentava extrema fragilidade. Assim, a forma de transporte até então utilizada era vista como um obstáculo à expansão cafeeira.

Monbeig (1984) desenvolve essa questão destacando a participação dos fazendeiros, por volta de 1870, em sociedades ferroviárias (p.97-9), bem como na introdução de novos equipamentos, estimulando o progresso técnico na cultura cafeeira⁴⁹. O autor assim se refere:

[...] Tornava-se urgente a construção de estradas de ferro. À medida que as plantações se afastavam do litoral e que aumentava o volume da produção, o problema da distância apresentava-se cada vez mais seriamente.[...]
(p.98)

Outro autor que desenvolveu análise sobre a implantação da rede ferroviária paulista foi Silva (1976):

O desenvolvimento da economia cafeeira não teria sido possível sem as estradas de ferro. As antigas tropas de mulas não podiam escoar uma grande produção espalhada por milhares de quilômetros. Com as estradas de ferro as distâncias deixaram de ser obstáculo importante. Todo o interior de São Paulo estava apto a ser conquistado pelos 'pioneiros' do café. As plantações não seriam mais esmagadas sob o peso de colheitas impossíveis de escoar. (1976, p.56).

A primeira lei relativa à implantação de ferrovias data de 1835⁵⁰ e, apesar de algumas tentativas anteriores de se principiar a construção das vias, somente em 1859 as primeiras linhas iniciaram o seu funcionamento. A Sociedade de Estradas de Ferro Pedro II, organizada pelo Governo Imperial, constituiu-se na primeira estrada de ferro do café, e ligava o Rio de Janeiro a Cachoeira, em São Paulo (SILVA, 1976, p.56).

⁴⁹ O autor refere-se à introdução de maquinários: despoldadoras, secadoras artificiais e classificadoras mecânicas, objetivando melhorar a qualidade dos grãos de café, diminuindo seu tempo de tratamento e possibilitando auferir melhores preços no mercado internacional (MONBEIG, 1984, p.99). A respeito da primeira lei sancionada relativa à implantação da ferrovia, ver também Matos, O. N. de *Café e ferrovias*, 1990, p.59-61.

⁵⁰ Saes (1981), *As ferrovias de São Paulo - 1870-1940*, p.20-1.

Outras iniciativas se seguiram: em 1866, inaugurou-se o tráfego entre Santos e São Paulo⁵¹, integrando Jundiaí em 1867. O objetivo de integrar todo o planalto paulista foi conquistado com a implantação das companhias Paulista, Sorocabana e Ituana (que tiveram os primeiros segmentos implantados entre 1870-1880) e contaram com a participação acionária dos grandes fazendeiros, ou seja, foram organizadas pelo capital cafeeiro (MATOS, 1990, p.166), sobre o qual o Rio de Janeiro deteve hegemonia até 1894.

A exportação do café pelo porto do Rio de Janeiro foi substituída, numa concorrência já estabelecida a partir de 1880, pela supremacia do porto de Santos (SINGER, 1977, p.30).

A importância expressiva da implementação da rede ferroviária paulista decorreu não somente do escoamento da produção cafeeira, ainda que este tenha sido seu principal papel⁵², mas também possibilitou a integração do mercado consumidor no Estado. Outro aspecto refere-se ao processo de ocupação populacional no território paulista. A ferrovia funcionou como meio de transporte para fazer chegar os imigrantes às zonas pioneiras, em muitos casos, gratuitamente (SAES, 1981, p.42).

⁵¹ A construção ficou sob o encargo da São Paulo Railway Co. Ltd., de capital inglês (MONBEIG, 1977, p.98; SILVA, 1976, p.57). A companhia inglesa não se interessou pelo prolongamento das linhas, pois havia adquirido o monopólio de quase um século que garantia o trajeto até o porto de Santos, e outras companhias teriam, necessariamente, que se articular a ela. Esse fato estimulou os fazendeiros e capitalistas a investirem no desenvolvimento ferroviário (MATOS, 1990, p.166).

⁵² Porém, é preciso registrar que a Estrada de Ferro Sorocabana, em princípio, esteve vinculada à cultura do algodão (em seu primeiro trecho construído); somente com a crise deste, o café tornou-se o principal produto transportado.

2.3. A estruturação da rede urbana paulista

Matos (1990) destaca, baseado em diversos autores, que o planalto paulista permaneceu, praticamente, durante toda a época colonial, em grande isolamento, resultante das "condições geográficas" e das dificuldades e precariedade em relação às comunicações técnicas existentes na época, ou seja, na articulação entre a "marinha" (áreas litorâneas) e o "campo" (o interior).

O isolamento levou alguns autores a afirmarem o caráter autárquico da área (p.24). O fim do isolamento e autonomia inicia-se por volta da metade do século XVIII, ainda que seu povoamento tenha se iniciado antes, com a criação da Vila de São Paulo de Piratininga e, no século XVII, com as fundações de Atibaia, Sorocaba, Itu, Parnaíba, Jundiaí e Taubaté (p.26).

Durante o século XVIII, a descoberta do ouro nas Minas provocou fluxos de população para as regiões mineradoras, e os paulistas, inclusive, vieram a constituir "arraiais" que se tornaram o princípio de freguesias e vilas e posteriormente, de cidades (p.27-8). Também merece destaque a produção canavieira para a fabricação do açúcar, empreendimento que foi estimulado visando ao mercado internacional⁵³, que teve influência expressiva na forma como ocorreu a expansão cafeeira (MATOS, 1990, p.30-1).

O início de algumas cidades liga-se à instituição de freguesias, elevadas com o tempo à categoria de vilas, especialmente na região denominada de "Quadrilátero do Açúcar"⁵⁴. Aí se encontram as origens de importantes modificações na forma de ocupação do espaço, no sistema de comunicações e de transportes, ainda que a articulação litoral/planalto demoraria muito a superar as limitações e precariedades (MATOS, 1990, p.31).

Monbeig (1940), acerca da intrínseca relação entre a expansão cafeeira e a expansão dos trilhos sobre o território paulista, descreveu assim esse processo:

[...] A via férrea progride aos saltos, tendo por ponto terminal, durante três ou quatro anos, um centro urbano importante, uma boca de sertão; durante esse período forma-se mais para diante um novo foco de densidade, nasce e se desenvolve uma pequena cidade pioneira. E é somente quando a companhia de estrada de ferro está segura de encontrar frete e viajante, que ela se decide a levar os trilhos até a cidade pioneira, que de chofre

⁵³ Conforme Matos (1990), baseado em Petrone, M. T. S. *A lavoura canavieira em São Paulo*, 1968, p.29-30.

⁵⁴ Matos, 1990, p.31, baseado em Ellis Júnior, A., *O café e a Paulistânia*, 1950.

recebe que como uma chicotada: os terrenos valorizam-se, desenvolve-se o comércio e todos os dias chegam novos desbravadores. A antiga ponta dos trilhos, ao contrário, perde sua atividade, torna-se centro administrativo e escolar, aparecem algumas fábricas, a estação desdobra-se em oficina de conserto; tudo sossega e toma um aspecto provinciano. A boca do sertão está mais adiante. (MONBEIG apud MATOS, 1990, p.147)⁵⁵.

A fundação de patrimônios, que mais tarde viriam a se constituir nas "cidades pioneiras", tinha como objetivo primordial prover aos habitantes da zona rural um "quadro urbano", no qual, em geral, instalava-se uma pequena praça comercial para, minimamente, aprovisionar e comprar a produção da população do entorno. Conforme afirma o autor: "[...] tudo o que é indispensável à vida material e imaterial dos clientes [...]" (MONBEIG, 1984, p.235).

O processo de abertura dos patrimônios precedeu, muitas vezes, o início de empreendimentos de venda dos loteamentos rurais, sendo que a evolução tanto do primeiro quanto dos negócios com terras mantinha imensa articulação⁵⁶. A propaganda feita nesses negócios era fundamental, tendo em vista que uma das bases do sucesso desses empreendimentos fundava-se justamente na projeção de prosperidade feita pelos loteadores⁵⁷.

Particularmente, é necessário frisar que a evolução e o crescimento desses núcleos urbanos guardavam expressiva relação com a abertura e a localização das principais vias de circulação. A localização determinou a posição hierárquica dos núcleos na rede urbana que então se constituía; daí que o ritmo de sua evolução (dos núcleos) estava condicionado à sua forma de inserção no espaço que, no decorrer do processo histórico, ia se (re)produzindo.

Algumas considerações acerca das condições dos patrimônios fundados e da evolução diferenciada seguida por eles merecem ser elencados, como também a questão sobre em que as probabilidades de evolução dos núcleos diferiam a ponto de tornar alguns deles prósperos e impingir a outros um menor crescimento.

Ainda que descreva as condições naturais do Oeste pioneiro, Monbeig (1984), não considerou que elas determinaram o processo desigual de evolução das

⁵⁵ Monbeig, P. *Ensaio de geografia humana brasileira*. São Paulo: Martins, 1940.

⁵⁶ A especulação com terras também foi estudada por Monbeig e a valorização dos empreendimentos era organizada visando a este fim, sendo realizados gastos com publicidade e anúncios em jornais, destacando as "vantagens dos negócios" (MONBEIG, 1984).

⁵⁷ Monbeig faz uma ressalva que julgamos importante salientar: "[...] A despeito dos entusiasmos, entre os patrimônios, alguns chegam apenas a possuir esse complexo conjunto de caracteres exteriores, de funções econômicas e de atividades espirituais no qual o consenso popular reconhece uma cidade." (1984, p.337).

idades, e assinalou que os planos urbanos pouco diferiam entre si, pois todos tinham, geralmente, forma de tabuleiro de xadrez (p.345). E ainda que não tenha verticalizado a discussão, asseverou que:

[...] As condições geográficas não geram paisagens urbanas diferentes, nem são, na sua perfeita igualdade, a fonte dos diferentes êxitos dos patrimônios. São os homens, os únicos responsáveis pelos destinos desiguais de suas obras urbanas. (MONBEIG, 1984, p.346).

O prestígio político das lideranças locais, bem como o poder econômico com que contavam e a forma que tomaram os investimentos e empreendimentos loteadores é que se encontram na base da diferenciação (p.346-7). Um dos pontos cruciais constituiu-se, sem dúvida, na sua posição quanto à implementação das vias de comunicação:

[...] O trilho e a estrada de rodagem criam os sítios favoráveis às fundações urbanas. A facilidade das relações com as velhas zonas e com os desbravamentos operam uma verdadeira seleção entre os patrimônios, para transformá-los em cidades. (MONBEIG, 1984, p.347).

A expansão das ferrovias, por tal razão, não escapou de conflitos entre lideranças políticas locais, que envolveram tanto a obtenção de informações privilegiadas quanto as disputas entre fazendeiros acerca da extensão do seu traçado⁵⁸. A valorização das terras e do capital investido dependia, em grande medida, desse aspecto crucial⁵⁹.

O mesmo autor assinalou a relevância das cidades que se constituíram em "pontas de trilhos" - terminais temporários na implantação das ferrovias - e as "bocas de sertão" - aquelas situadas nas bordas onde "começa a penetrar o povoamento"⁶⁰.

O prolongamento dos trilhos dependia não somente de disponibilidades financeiras, ainda que essas tenham tido inquestionável importância em alguns casos, mas, fundamentalmente, da possibilidade de garantir um retorno lucrativo ao

⁵⁸ Acerca desse fato ver também Matos (1990), especialmente o capítulo IV e páginas 102 e 106, quando analisa o processo de implementação da Estrada de Ferro Araraquara (também denominada Araraquarense).

⁵⁹ Monbeig, 1984, p.347.

⁶⁰ Monbeig, 1984, p.348.

capital investido, por meio do transporte de cargas e passageiros⁶¹.

Os interesses dos cafeicultores e administradores determinaram os traçados das ferrovias:

[...] O desenvolvimento das estradas de ferro não obedecia, portanto, a um plano sistemático, antes foi conduzido pelos interesses dos administradores, dos produtores e dos comerciantes de café. (MONBEIG, 1984, p.175).

Ao mesmo tempo em que ressaltamos, baseando-nos em vários autores que trataram do tema, a importância decisiva da expansão ferroviária na ocupação do Oeste e na consolidação da ferrovia, cumpre destacar que as diversas crises atravessadas pela economia cafeeira representaram, por outro lado, um fator repressivo no povoamento. Nos momentos de crise, portanto, verificou-se, inclusive, diminuição da criação de municípios⁶² (MONBEIG, 1984, p.113).

O papel das ferrovias na ocupação do território paulista representou, por outro lado, para cada cidade "cortada" pelos trilhos, uma paisagem singular, marcada pelos trilhos e/ou pela estação. A estruturação urbana de muitas cidades teve os trilhos como orientadores da expansão e da valorização das terras urbanas, ainda que o fato deva ser interpretado em sua dinâmica, em seu movimento e nas singularidades que apresentou em diferentes cidades⁶³.

O estabelecimento da estação em dada cidade provocava o surgimento e a intensificação de diversas atividades que se implantavam na área central, em razão dos fluxos intensos de mercadorias e passageiros. No início, em geral, ocorria a instalação de hospedarias (hotéis e pensões), bares, restaurantes (destinados a atender à demanda de representantes comerciais e usuários das ferrovias), galpões, armazéns e depósitos, empresas de beneficiamento de grãos.

A propósito dessa característica é pertinente a análise de Matos (1990):

⁶¹ Sobre tal questão ver Matos (1990) e Saes (1981). O lucro das companhias só ocorria se houvesse, de fato, intenso transporte nas vias. Saes (1981) argumenta, ainda, que à exceção das ferrovias de São Paulo, incentivadas pela produção cafeeira, as demais ferrovias eram consideradas deficitárias. Somente as que operavam com grandes quantidades de café eram lucrativas e as deficitárias foram sendo repassadas para as mãos dos governos estaduais (p.25-6).

⁶² Apenas para exemplificar, Monbeig (1984) baseou-se no fato de, entre 1900 e 1910, não haver registro de criação de municípios; em contraponto, na década anterior, surgiram 41 novos municípios. As ferrovias continuaram sua expansão pelo território paulista, com a possibilidade de novas orientações econômicas, como foi o caso da pecuária; e afirmou "[...] A marcha para o oeste deixava de ser exclusivamente a marcha do café."(p.113).

⁶³ Análises interessantes podem ser vistas nos trabalhos: Abreu, D. S. *Formação histórica de uma cidade pioneira paulista: Presidente Prudente, 1972* e Sposito, M. E. B. *O "chão" em Presidente Prudente: a lógica da expansão territorial urbana*, 1983.

[...] a estrada de ferro criadora de paisagens, incentivando a colonização, auxiliando a agricultura e a indústria e promovendo a fundação de cidades, ou dando a elas uma configuração especial, notadamente nas que podem mesmo ser caracterizadas como 'cidades ferroviárias' [...] (p.167).

Todos esses aspectos foram profundamente modificados com a decadência do transporte ferroviário. As áreas das estações, em expressiva parcela dos casos, adquirem aspecto degradado e acabaram por se constituir em pontos de estrangulamento viário.

Matos (1990) considera que o fim do que denominou de "era ferroviária" ocorreu após a década de 1940, quando o país passou a investir, de forma mais efetiva, na implementação das rodovias que, inclusive, veio a permitir maior articulação interna do território.

Um dos fatores apontados como essenciais na progressiva substituição dos transportes ferroviários, especialmente no caso paulista, deveu-se ao fato de, ao longo do tempo e devido à nova inserção do país que já se manifestava com a progressiva industrialização, a rede ferroviária ter entrado em grave crise⁶⁴.

As ferrovias construídas para o atendimento de uma demanda específica, qual seja, o transporte do café do interior para o porto de Santos, de onde era remetido para o mercado internacional, foram, progressivamente, sendo substituídas pelo transporte rodoviário⁶⁵.

Contudo, não podemos entender o processo de decadência ferroviária de forma mecânica, mas entendê-lo no bojo da nova inserção econômica do país, cuja industrialização representou complexas transformações (sociais, espaciais, políticas).

Portanto, isso deve ser entendido dentro do contexto das transformações do próprio Estado brasileiro, que já vinha ocorrendo desde a Revolução de 1930, com a subida de Vargas ao poder, e que acentuou a intervenção estatal através de políticas de investimento em diversos setores. O conjunto dessas políticas é bastante amplo e complexo, mas podemos destacar os investimentos nos setores

⁶⁴ Para alguns autores as ferrovias se tornaram "antieconômicas", afirmação feita por Matos, 1990, p. 168-9.

⁶⁵ O investimento em rodovias ocorreu de forma maciça após a década de 1950, especialmente após o Plano de Metas (1956/1961) do governo Juscelino Kubitschek, e também, durante o Regime Militar, com o II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), em 1975.

de bens de produção, na criação de equipamentos e infra-estrutura e na regulação das relações de trabalho.

Os investimentos efetuados foram diferenciados seja social, econômica ou espacialmente, mas, de qualquer modo, é o caráter profundamente concentrador deles que promoveu grandes contrastes (em diversos sentidos) no país como um todo.

Os investimentos no setor de transportes foram bastante acentuados principalmente após a implantação das indústrias automobilísticas no país. O rápido e intenso crescimento desse setor levou o Estado a destinar expressiva parcela dos recursos na implementação dessa infra-estrutura.

Pode-se perceber, especialmente no caso de São Paulo, que muitas rodovias foram implementadas paralelas ao traçado dos eixos ferroviários. Essa concorrência ocorreu numa fase em que a principal carga transportada até então - o café - progressivamente perdia importância no novo cenário econômico que se delineava.

O desenvolvimento dos meios de transporte desempenhou um papel fundamental na estruturação do espaço paulista, permitindo e consolidando transformações econômicas e (re)estruturando espaços urbanos e regionais.

Assim, a partir do desenvolvimento industrial, o sistema rodoviário nacional adquiriu maior expressão e dinamismo. A justificativa era promover a maior integração, tendo em vista não somente reduzir a desarticulação existente entre as diferentes redes ferroviárias, mas também propiciar a inserção das áreas até então com crescimento limitado em razão da inexistência, em algumas delas, de uma rede de transportes.

A rede de transportes ferroviários, devido à forma como foi implementada, acumulou uma série de problemas⁶⁶ que geraram lentidão e estrangulamento, dificultando a articulação entre diferentes pontos do território. Além disso, a concorrência efetivada com a implementação das rodovias que, em muitos casos, seguiram os mesmos trajetos ferroviários, tornaram esta forma de transporte preterida em favor daquela. O fato de seu traçado ser pouco flexível e sua implantação mais lenta e onerosa, exigindo maiores investimentos, determinaram a supremacia da rodovia, tudo agravado pelo fato de que sua razão de ser ligava-se, estreitamente, ao escoamento da produção cafeeira (das regiões produtoras ao

porto exportador Santos); e a crise cafeeira, inevitavelmente, abalou a rede ferroviária.

Por sua vez, o caráter mais flexível do transporte rodoviário amplia em muito a acessibilidade, tanto quando se articula com outras formas de transporte, quanto facilitando a comunicação direta entre dois pontos, vindo a desempenhar papel fundamental na consolidação da rede urbana.

Nesse processo, obviamente, as cidades já privilegiadas pela rede ferroviária ganharam um reforço adicional à sua consolidação e reafirmaram o papel daquelas que, por terem capitalizado vantagens durante a fase cafeeira, já apresentavam polarização regional, estendendo seu nível de relações e seu raio de atuação e gerando/ampliando os fluxos em sua direção.

Em contrapartida esse processo provocou um esvaziamento dos fluxos até então destinados às cidades menores, levando à perda gradativa de seus papéis, e levando-as, em muitos casos, à estagnação econômica.

2.4. A região de Catanduva na constituição da rede urbana paulista

Conforme já mencionado, a estruturação da rede urbana paulista derivou do desenvolvimento do complexo cafeeiro, iniciado no século XIX. A região de Catanduva, no noroeste do Estado de São Paulo, assentada no Médio Planalto Ocidental Paulista, teve o processo de urbanização vinculado ao contexto de ocupação do chamado Oeste Pioneiro⁶⁷.

A ocupação, entretanto, iniciou-se com a penetração de mineiros e a introdução da pecuária (bovinos e suínos) em meados do século XIX, quando os indígenas ainda habitavam a região⁶⁸.

Conforme descreve Vasconcelos (1992), baseado em Monbeig,

⁶⁶ Tais como traçados imperfeitos, tamanhos diferenciados de bitola, extensão dos trajetos, entre outros (Fundação IBGE. Instituto de Geografia, Subsídios à regionalização, 1968, p.159-68; MATOS, 1990).

⁶⁷ Conforme Monbeig (1984). A respeito do processo de ocupação do Oeste Paulista ver também Cano, Gonçalves & Negri (1988).

⁶⁸ Há muitas controvérsias sobre a fundação dos núcleos urbanos na região Ver: Magalhães, S. L. Álbum da comarca de Rio Preto. SP: Duprat-Mayença, 1929; Arantes, L. *Dicionário Rio-pretense*. São José do Rio Preto: Editora Rio-pretense, 1997; Monbeig, P. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. São Paulo: Pólis, 1984 (p.133-7).

Os atuais municípios-sedes destas regiões tiveram seu surgimento e consolidação vinculados basicamente aos mesmos fenômenos: inicialmente a ocupação remota e ainda isolada (pelo menos entre 1850 e 1890) dos desbravadores, em sua maioria criadores de gado vindos de Minas Gerais e, em seguida, entre 1890 e 1920, um pouco antes ou um pouco depois da ferrovia, os imigrantes e, na liderança do processo, os fazendeiros cafeicultores paulistas.[...] (p.107).

As pequenas cidades do Oeste paulista surgiram como:

[...] resultado de um planejamento vinculado à ocupação e valorização regional, na primeira metade do século XX, das férteis terras situadas nos diversos divisores dos afluentes da margem esquerda do Paraná. Ao longo da ferrovia que percorre cada divisor foram criados, a cada 10 ou 15 quilômetros de distância (MONBEIG, 1984, p.347) núcleos de povoamento que rapidamente tornaram-se lugares centrais dispostos axialmente. Floresce, assim, uma rede urbana com numerosos pequenos centros. (CORRÊA, 1999, p.46).

No final do século XIX, é registrado o surgimento dos primeiros povoados na região analisada. Entretanto, somente após 1916, são elevados à condição de municípios paulistas (ver Quadro 2).

Assim, o grande isolamento da região somente conhece transformações com a integração crescente à economia do Estado a partir da disseminação da cultura cafeeira, possibilitada devido à extensão dos trilhos da Estrada de Ferro Araraquara.

A Estrada de Ferro Araraquara ou, como ficou mais conhecida, a Araraquarense, teve sua implantação iniciada no final do século XIX (em 1896), a partir do empreendimento de diversos fazendeiros que organizaram a Companhia. Seu primeiro segmento implantado constituía-se de 75 km, interligando Araraquara a Ribeirãozinho (Taquaritinga), no primeiro ano do século XX⁶⁹. Em 1909, os trilhos estenderam-se até Santa Adélia e Fernando Prestes; em 1910, chegaram a Pindorama e Catanduva e, em 1912, atingiram São José do Rio Preto. Os trilhos da Araraquarense tiveram esta última cidade por ponto terminal durante muito tempo, só atingindo Mirassol em 1922.

A afirmação feita por Monbeig (1984) a tal respeito é bastante pertinente:

Quando, em 1922, tocou a Mirassol ser ponta de trilhos, era a solidez de Rio Preto firme bastante, para que não sofresse concorrência, tanto mais que entravam em linha os primeiros caminhões, e estendiam ainda em maior escala o raio de ação de uma cidade, cujo renome não padecia dúvidas, no sertão. (p.349).

Para esse autor, em muitos dos casos em que houve períodos de estagnação na expansão das vias férreas, houve certo privilégio dos núcleos "ponta dos trilhos", uma vez que tal fato "[...] favorece um desbravamento da função urbana."(p.348).

A ocorrência de crises ao longo do período em que a economia cafeeira deteve papel hegemônico na economia do país, atingiu os empresários que investiam nas estradas de ferro e comprometeu o andamento das obras, uma vez que as crises tornavam o investimento desinteressante, já que o café era o produto motriz transportado. Essa ferrovia⁷⁰ passou por uma série de alterações e crises, sendo em 1919 passada para as mãos do Estado⁷¹. A crise de 1929 abalou profundamente a economia cafeeira tendo repercussões em todo o "Oeste Pioneiro".

⁶⁹ O café atravessou crises de superprodução e baixa de preço no mercado internacional, que acabou desembocando na Política de Valorização do Café. Ver: Silva, S. Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil, 1976, p.66-7.

⁷⁰ Antes da chegada da ferrovia, a principal via de articulação era feita pela Imperial Estrada do Taboado, que conectava Jaboticabal com o Porto do Taboado, no rio Paraná.

⁷¹ Conforme Monbeig, 1984, p.348; Matos, 1990, p.133.

Quadro 2 - Região de Catanduva: Data de criação dos municípios

Municípios	Origem do Desmembramento ⁷²	Ano de Emancipação	ÁREA (KM2)
Ariranha	Monte Alto	1918	133,5
Catanduva	São José do Rio Preto	1917	293,0
Catiguá	Catanduva	1959	145,8
Elisiário	Catanduva	1993	93,0
Ibirá	São José do Rio Preto	1921	271,3
Irapuã	Novo Horizonte	1944	258,1
Itajobi	Itapólis	1918	503,2
Marapoama	Itajobi	1993	113,6
Novais	Tabapuã	1993	117,3
Novo Horizonte	Itápolis	1916	935,3
Palmares Paulista	Ariranha	1959	82,5
Paraíso	Pirangi	1940	154,7
Pindorama	Santa Adélia	1925	185,0
Sales	Novo Horizonte/Irapuã	1959	309,5
Sta. Adélia	Taquaritinga	1916	331,9
Tabapuã	Monte Alto	1919	346,6
Uchoa	Rio Preto	1925	252,9
Urupês	Itajobi	1928	325,7

Fontes: FIBGE, Listagem de cidades e vilas do Brasil, 1995; Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, São Paulo, 1957.

2.5. A desestruturação do complexo cafeeiro e as transformações urbanas

A crise mundial de 1929 apesar da gravidade e das repercussões que provocou no país, precedeu a inserção econômica tendo como base o desenvolvimento industrial, que se tornou o novo padrão de acumulação na economia.

Tal crise (1929) coincidiu com a intensa expansão do café na região. Monbeig (1984) assinala que, além da queda expressiva dos preços, houve também redução dos rendimentos, resultado do descuido com os cafezais devido à redução do pessoal ocupado nas lavouras, além da "fadiga dos solos" e das intempéries enfrentadas (p.255-7)⁷³.

⁷² Refere-se somente ao último município de que foi desmembrado.

⁷³ Ao mesmo tempo, o governo tomou medidas administrativas para impedir novas plantações de café, bem como iniciou a política de erradicação dos cafezais mais antigos. Em contrapartida, houve a intensificação da produção cafeeira no Paraná a partir da década de 1920 (MONBEIG, 1984, p.257-8).

Em nossa região de pesquisa, podem-se perceber os efeitos da crise ao avaliarmos que dos 18 municípios atualmente existentes, 55,55% (10, no total), foram criados antes da crise de 1929. Ainda que consideremos essencial a questão política na decisão governamental de criar municípios, parece haver uma relação estreita entre a ocupação do território paulista e a crise na expansão cafeeira, indicativa de diminuição da dinâmica social, econômica e espacial na área em foco. Daí que somente em 1944 volta a haver mudança na circunscrição administrativa, com a criação do município de Irapuã⁷⁴.

Ainda assim, o café continuou tendo peso expressivo na produção agrícola regional, apesar desse período registrar maior diversificação da economia, inclusive com o crescimento agrícola de outras culturas como o algodão e a cana-de-açúcar⁷⁵.

Conforme Negri (1988), isso se deveu ao fato de que o complexo cafeeiro, conforme já destacado, em sua dinâmica e diversificação tanto possibilitou a reestruturação econômica quanto consolidou a primazia industrial em São Paulo.

Sob a dinâmica da economia cafeeira, os papéis desempenhados pelas cidades era, portanto, distinto do verificado atualmente. A população rural superava a população residente nos núcleos urbanos, a relação campo-cidade fundava-se, pois, em uma divisão social (e territorial) do trabalho totalmente diferente da que hoje se observa.

Segundo Silva (1999), baseada em Monbeig, as cidades exerciam funções complementares em relação ao campo:

[...] Pode-se dizer que, na civilização cafeeira, a configuração espacial era baseada nesta *complementaridade entre cidade-campo* no seio de uma divisão social do trabalho, determinada pela produção de meios de subsistência da maioria dos trabalhadores e demais residentes no campo. (p.221, grifo nosso).

⁷⁴Na década de 1950, quatro novos municípios são emancipados: Paraíso em 1953, Catiguá, Palmares Paulista e Sales em 1959. Posteriormente, somente na década passada novos municípios surgiram na região, com a emancipação de Elisiário, Marapoama e Novais, em 1993.

⁷⁵Vasconcelos, 1992.

2.6. A urbanização brasileira e a redefinição da rede urbana

Faz-se necessário destacar o papel fundamental desempenhado pelo Estado a partir da década de 1930, com investimentos maciços na infra-estrutura objetivando a implementação do projeto de substituição de importações a partir do desenvolvimento industrial nacional. Em termos políticos, é a elite industrial que assume a hegemonia política, ainda que isto não tenha representado verdadeira ruptura na sociedade brasileira⁷⁶.

O processo de industrialização que emergiu após 1930 veio redefinir o sentido da urbanização brasileira, conforme expresso por Sposito (1993):

Assim reorienta e estimula a urbanização, de um lado provocando taxas de crescimento urbano mais altas que as de crescimento industrial e, de outro e pelas mesmas razões propiciando a diversificação dos papéis urbanos. Multiplica-se o conjunto de atividades que eram necessárias ao próprio funcionamento das indústrias, e articula-se o conjunto das cidades através da formação de um mercado consumidor nacional para uma industrialização predominantemente apoiada na produção de bens de consumo. (p.67)⁷⁷.

Sem dúvida, ainda que a urbanização e a industrialização sejam processos distintos, há imbricação profunda entre ambos, que não podem ser analisados de forma dissociada. No que se refere ao país, especificamente, o processo de industrialização, ao redefinir a urbanização, contribuiu para a ampliação expressiva dos papéis urbanos, uma vez que as cidades se tornaram, de modo mais efetivo, lócus da produção industrial. Em razão da implementação da atividade industrial, há uma reestruturação não somente em relação à cidade específica em que se instala (decorrentes de novos fluxos de pessoas, mercadorias, matérias-primas etc., assim como ampliação da malha urbana), mas, também, na escala inter-urbana e, em nível nacional, com a ampliação dos fluxos entre cidades e regiões, ou seja, no nível da rede urbana.

Para permitir e assegurar a reprodução capitalista faz-se necessário, além do financiamento das atividades produtivas, o financiamento de atividades pouco rentáveis ao capital privado, ou seja, os bens de consumo coletivos. Houve,

⁷⁶ Ver: Fernandes, F. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*, 1975 e também Oliveira, F. de, *A economia brasileira: crítica à razão dualista*, 1972, p.33-4.

⁷⁷ Sposito, M. E. B., *A urbanização no Brasil*, 1993.

portanto, investimentos maciços do Estado na implementação de toda uma rede de infra-estrutura, constituindo vultosos investimentos em capital fixo, tais como: portos, aeroportos, rodovias e estradas, telecomunicações, hidrelétricas, entre outros, para dar suporte às atividades produtivas, consoantes à intensificação dos fluxos derivados da industrialização – intraurbanos, inter-urbanos e internacionais – para atender às novas demandas e à ampliação da circulação gerada pela industrialização.

Ao mesmo tempo, os investimentos relativos à reprodução do trabalho também foram ampliados: em serviços de saúde, educação (envolvendo a pesquisa e a tecnologia), habitação etc., que, embora direcionados à reprodução social são, da mesma forma, substanciais à reprodução do capital.

Assim, as mudanças derivadas da transição de uma economia de base agrário-exportadora para a de base urbano-industrial estimularam uma complexa mudança nas dinâmicas existentes, promovendo a constituição de um mercado interno cada vez mais articulado, aumentando a circulação e, assim, os fluxos entre os lugares. Tendo em vista as expressivas mudanças ocorridas com a intensificação do processo de urbanização – ampliando o número de cidades e consolidando as já existentes, interiorizando a urbanização e expandindo sua influência, reforçando a articulação da rede urbana – especialmente após a década de 1940, houve uma profunda redefinição do urbano brasileiro, seja pensado em termos econômicos, demográficos, urbanísticos, políticos, para o conjunto da rede urbana como um todo, seja pensado também em relação aos papéis exercidos pelas cidades em seu conjunto (SPOSITO, 1993, p.67)

Lembremos do fato, já ressaltado anteriormente, de que as cidades, no decorrer do processo histórico, sofrem transformações e sua própria inserção na rede urbana pode vir a se alterar. Isso pode decorrer tanto de iniciativas públicas (investimentos de diferentes naturezas, portes e com repercussões também diversas) como privadas (abertura e/ou reforço de empreendimentos capitalistas).

Destaquemos aqui o papel do Estado, com as políticas públicas que, dependendo do tipo de investimentos, podem ter repercussões expressivas em diferentes dimensões – econômicas, sociais, políticas, espaciais – e caso sejam interessantes à reprodução do capital, influenciar decisivamente na dinâmica de uma certa cidade, região ou mesmo em relação ao território como um todo.

Os investimentos do Estado no Brasil, após a década de 1930, tornaram-se complexos, tendo em vista a multiplicidade de setores em que houve efetiva intervenção seja de forma direta – na implementação, por exemplo, de infraestrutura e equipamentos – seja de forma indireta – na regulamentação de leis de diferentes conteúdos e em diferentes níveis (federal, estadual ou municipal) ou mesmo, na omissão frente a determinadas questões de ordem pública (um exemplo seria a proliferação de loteamentos irregulares).

Ressaltemos o fato de que as políticas públicas priorizaram, de modo mais efetivo, os centros de médio e grande porte, com destaque para as regiões metropolitanas que, com a maior captura de recursos públicos, foram também redefinidas.

As políticas de integração do território foram e são decisivas na (re)estruturação da rede urbana do país, repercutindo, de modo decisivo, na articulação e, assim, também na redefinição da divisão social e territorial do trabalho.

Negri (1988) define o período de 1930 a 1955 como o que efetiva a indústria como eixo da dinâmica de acumulação, sucedendo à crise da economia cafeeira, sendo denominada essa fase como "industrialização restringida", por ter sido assentada, em termos do desenvolvimento técnico e financeiro, sobre bases frágeis.

Na medida em que a diversificação agrícola se amplia, em decorrência da crise cafeeira, o Oeste Paulista se torna mais integrado à nova dinâmica verificada após 1930, havendo uma acentuação da divisão técnica e territorial do trabalho no Estado, com o avanço do processo de industrialização (VASCONCELOS, 1992, p.109).

No período entre 1936-1959, o café permaneceu como o principal produto agrícola na região de São José do Rio Preto, e a produção de algodão registrou elevação, com paralela diversificação na produção agrícola regional. A partir do final da década de 1940, a cana-de-açúcar adquire maior visibilidade na região e, em menor proporção, a laranja. Esse processo de diversificação verificado em toda a região administrativa de São José do Rio Preto, da qual Catanduva fazia parte, intensifica a articulação à dinâmica econômica paulista, acentuando e consolidando

papel expressivo na produção de culturas de exportação, de alimentos e matérias-primas para as agroindústrias⁷⁸.

Paralelamente, verificou-se intensificação da urbanização da região; isto implicou, com efeito, na ampliação das taxas de emprego urbano. Também houve, em contrapartida, o início da concentração, verificado em São Paulo, em diferentes setores: industrial, populacional, comercial etc., e a implantação, nas cidades do Oeste, de indústrias transformadoras de produtos agrícolas, bem como um setor industrial de pequena envergadura⁷⁹.

Todos esses elementos ressaltados (diversificação da agricultura, implantação de indústrias de beneficiamento da produção agrícola, bem como comércio e serviços a estes articulados) são reveladores das especificidades da integração econômica da Região Oeste do Estado, uma vez que esta não havia ainda se consolidado, redefinindo sua inserção dentro da divisão técnica e territorial do trabalho.

Admitimos, assim, que a intensificação do processo de urbanização no país vincula-se estreitamente à industrialização, portanto, ao desenvolvimento das forças produtivas e que, gradualmente, tornou-se o sustentáculo econômico do país.

O Estado assumiu, após 1930, com forte tendência centralizadora, a estruturação da economia nacional. O capital privado nacional nessa fase da industrialização demonstrava incapacidade econômica para o investimento em setores estratégicos (bens de capital e produção de tecnologia para possibilitar competitividade no mercado exportador), assumindo, pois, a implantação da indústria produtora de bens de consumo não duráveis. Houve, a partir de meados da década de 1950, a entrada de capital estrangeiro no país para investimento na indústria, que assumiu a produção dos bens de consumo duráveis.

Na visão de Davidovich (1984), o Estado desempenhou um marcante papel no processo de industrialização, o que a autora denomina de primeira fase da urbanização no país – de 1940 a 1980, promovendo um “capitalismo sem capital”, no qual a indústria se tornou o “motor” da economia brasileira. Ao implementar a “modernização conservadora”, a base urbano-industrial tornou-se o fundamento da economia, havendo grandes redefinições na produção, na divisão do trabalho entre

⁷⁸ Vasconcelos, 1992, p.112-113.

⁷⁹ Negri (1988) destacou as empresas que foram implantadas, de capital nacional e internacional, objetivando o beneficiamento de produtos primários, caso da Matarazzo, da Anderson Clayton e da SANBRA.

cidade/campo e entre diversos setores urbanos além de corroborar para uma nova configuração territorial do país⁸⁰.

Sposito (2001) destaca que de 1955 a meados da década de 1980, houve mudanças na divisão internacional do trabalho, havendo uma ampliação de investimentos de capital estrangeiro na industrialização do país, vindo a representar tanto aumento quanto diversificação da produção industrial, tornando maior a possibilidade de consumo⁸¹.

Nesse contexto, a expansão e a modernização verificadas no setor industrial promoveram impactos em diversos setores da economia (construção civil, agricultura etc.); a concentração da urbanização foi uma das conseqüências (fenômeno da metropolização), bem como o crescimento das cidades médias e a diminuição da importância das cidades menores no sistema urbano nacional⁸².

Sobretudo no decorrer da década de 1960, implementaram-se “políticas de urbanização”⁸³: 1) no nível intra-urbano, a intervenção visava, fundamentalmente, a equipar as cidades, principalmente as maiores, gerando concentração de recursos e permitindo a reprodução ampliada do capital; 2) no nível interurbano, houve a consolidação de uma rede urbana hierarquizada, ou seja, o conteúdo espacial representou importante estratégia ao desenvolvimento pretendido, sendo os pólos de crescimento e o programa de cidades de porte médio exemplos de tais políticas; 3) políticas de “expansão do ambiente construído”, que envolveram os planos setoriais com investimentos em transportes e comunicações, bem como investimentos em capital fixo (hidrelétricas, barragens, aeroportos etc.); e 4) políticas de “institucionalização de novos espaços urbanos” (regiões metropolitanas). Cabe salientar que tais políticas foram implementadas a partir de 1964, no bojo do projeto

⁸⁰ Davidovich, F. Considerações sobre a urbanização no Brasil, 1995.

⁸¹ Tal fato estimulou o país a executar novos papéis na Divisão Internacional do Trabalho, que foram decorrentes de novas alianças econômicas e políticas, com a conseqüente implantação de indústrias na “periferia do sistema capitalista, buscando redução nos custos de produção e ampliação do mercado consumidor (SPOSITO, 2001, p.621-2).

⁸² Sposito, 2001, p.623-5.

⁸³ Davidovich, F. Urbanização brasileira: tendências, problemas e desafios, 1984. A autora designa como “políticas de urbanização” “[...] o conjunto de estratégias que veio ao encontro do desenvolvimento capitalista no país.” (p.15-6). Concordamos com o fato da política urbana não se encontrar desvinculada da política econômica e da política em geral; em nossa opinião, tais políticas se consorciavam com as empreendidas em relação à agricultura de um modo geral (financiamentos, subsídios, regulamentação de legislação trabalhista e o Estatuto da Terra).

desenvolvimentista do Regime Militar, com forte concentração do poder e autoritarismo⁸⁴.

A implementação de infra-estrutura é, portanto, primordial nessa discussão, com a canalização expressiva de recursos públicos em setores estratégicos que permitiram maior integração do mercado interno e a ampliação progressiva da circulação.

Entretanto, é necessário ressaltar que a modernização não se fez de modo homogêneo por todo o território do país, tendo havido setores e áreas privilegiados, que receberam maior dotação de recursos públicos.

Outra importante característica do período foi a modernização da agricultura, que levou ao aumento da concentração fundiária, observando-se, como consequência, o aumento da migração campo-cidade. Dessa dinâmica decorreram profundas modificações na organização e distribuição da população e, por outro lado, ampliou-se a articulação entre a cidade e o campo.

Nessa perspectiva, as relações derivadas dos fluxos que se estabelecem entre as cidades, assim como com os espaços rurais, e que ocorrem em múltiplas escalas, definem os papéis destes na divisão regional, nacional e internacional do trabalho.

Após 1956, a industrialização brasileira insere-se de forma diferenciada, apoiada na indústria pesada (com a implementação da indústria de bens de capital e intermediário, também denominado por Departamento I) forjando, com a modernização e expansão industrial, novas bases técnicas no capitalismo do país (VASCONCELOS, 1992).

As cidades, especialmente as maiores, sentem os rebatimentos de tal processo. O Estado de São Paulo consolidou sua hegemonia tornando-se o principal centro econômico-industrial (tendo a Grande São Paulo como centro matriz), bem como centro importante de produção agropecuária. Assiste-se, no decorrer das décadas seguintes, ao avanço dessa modernização. Acerca das repercussões, consideramos pertinente a avaliação feita por Maricato (1996)⁸⁵:

⁸⁴ Davidovich, F. A urbanização brasileira: tendências, problemas e desafios, 1984, p.16-19. As consequências de tais políticas foram objeto de discussão de diversos autores, sendo que a concentração de renda e a exclusão social se encontram entre as mais graves; a conformação da classe média foi outro componente importante. Davidovich, 1995, Considerações sobre a urbanização no Brasil, p. 79-84.

⁸⁵ Maricato, E. *Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência*. São Paulo: Hucitec, 1996.

As cidades refletem o processo industrial baseado na intensa exploração da força de trabalho e na exclusão social, mas o ambiente construído faz mais do que refletir. Como parte integrante das características que assume o processo de acumulação capitalista no Brasil, o urbano se institui como pólo moderno ao mesmo tempo em que é objeto e sujeito da reprodução ou criação de novas formas arcaicas no seu interior, como contrapartidas de uma mesma dinâmica.(p.43).

Entre 1967/1968 e 1973/1974, ocorreu a consolidação da industrialização pesada, período conhecido como “milagre brasileiro”⁸⁶, em que diversos setores industriais, a agroindústria e a agropecuária sofreram impactos expressivos sobre sua base técnica, gerando daí conseqüências na produção, com a modernização que se verificou a partir de então. Ou seja, o desenvolvimento industrial no país promoveu também expressivas modificações no campo com o processo de modernização da agricultura⁸⁷.

Durante a década de 1970, merecem destaque os avanços em relação à produção e exportação de produtos agrícolas, verificando-se expressiva expansão do setor:

[...] Esta expansão especializada da produção agrícola estende e aprofunda as relações técnicas entre a agricultura, a indústria e os serviços modernos do país. (VASCONCELOS, 1992, p.117).

O final do período do “milagre” coincidiu com a crise no setor de exportação do açúcar (1974), tributária do primeiro “choque do petróleo”, de 1973. O Estado passou então a atuar no setor sucroalcooleiro de forma mais efetiva, culminando com a implementação do PROÁLCOOL (Programa Nacional do Alcool), em 1975,

⁸⁶ Vasconcelos, 1992, p.116. A expansão da economia brasileira do período ocorreu no contexto do Regime Militar e produziu, dialeticamente, como resultado do mesmo processo, o agravamento da pobreza e exclusão no país. Fausto, B., *História concisa do Brasil*, 2001, afirma que o período estendeu-se de 1969 a 1973, registrando expressivo crescimento econômico combinado com baixas taxas de inflação. Houve a combinação dos seguintes fatores: havia ampla disponibilidade de recursos na economia internacional; crescimento dos investimentos estrangeiros no país; crescimento das exportações brasileiras; crescimento da capacidade de arrecadação tributária do governo. Em contrapartida a vulnerabilidade de tal sistema decorria da extremada dependência externa, assim como suas nefastas conseqüências sociais, com o aumento da concentração de renda e a decorrente ampliação do “fosso social” (p.268-70).

⁸⁷ Ressaltamos que a modernização não foi homogênea, não tendo se generalizado para o conjunto do país, seja em termos das culturas produzidas, das diferentes regiões priorizadas, em relação aos tipos de estabelecimentos privilegiados, entre outros.

propiciando o prosseguimento da expansão da agroindústria sucroalcooleira no país⁸⁸.

A reestruturação verificada apresentou múltiplos desdobramentos econômicos, como também culturais, sociais, espaciais, devido à substituição da principal cultura da região, o café, pela cana-de-açúcar, que trouxe modificações expressivas no campo e na cidade e, no dizer de Silva (1999) resultou na transformação da "civilização cafeeira" em "civilização da usina" (p.221).

A divisão social, técnica e territorial do trabalho assentava-se em outras bases. As cidades exerciam funções complementares ao campo: vendas, lojas, pequenas fábricas, armazéns, bancos e serviços nas cidades. Os moradores do campo buscavam aí o que não era produzido nas fazendas e sítios, assim como aproveitavam para vender sua produção. Dessas modificações decorreram profundas transformações tanto no *habitat* quanto na paisagem desses lugares, inclusive decorrendo daí a produção de uma nova "leitura do espaço", tendo como um dos mais expressivos traços a substituição da paisagem da "civilização cafeeira"⁸⁹.

Isso significa que o processo deve ser compreendido além do estritamente baseado na saída da população do campo para as cidades, mas também nas conseqüências (sociais, culturais, espaciais) daí advindas: perda das relações com o lugar e das relações existentes entre os que produziam (e se reproduziam) nesses espaços; construção de novas relações em outro espaço (nas cidades).

Esse fenômeno também comparece na reflexão feita por Davidovich (1978)⁹⁰, que destaca:

[...] no planalto ocidental paulista, o avanço de uma agricultura de bases capitalistas e o declínio da população rural, mesmo em números absolutos, contribui para alterar padrões anteriores de lugares centrais. Hierarquias baseadas em funções regionais tradicionais modificam-se na medida de uma distribuição de bens e serviços relativamente equilibrada entre as cidades e na medida do próprio esvaziamento populacional de suas áreas de influência, no que se deparam os centros com a contingência de abrigar população com ocupação rural, de que os 'bóia-fria' são o exemplo mais propalado. (p.69-70).

De tal modo, consideramos que discutir a questão da historicidade da rede urbana é fundamental, pois, com as mudanças verificadas, podemos dizer que

⁸⁸ Conforme Bray, S. C., Ferreira, E. R. & Ruas, D. G. G. *As políticas da agroindústria canavieira e o PROÁLCOOL no Brasil*, 2000, p.55-6.

⁸⁹ Silva, 1999, 219-29. A autora utiliza a expressão 'leitura do espaço' de Nestor G. Reis.

muitas dessas pequenas cidades tiveram seus papéis redefinidos, inserindo-se diferentemente na nova divisão social e territorial do trabalho que emergiu dessas transformações, uma vez que sua inserção datava de um outro momento, passando a apresentar, portanto, novos papéis. A alteração na principal produção desenvolvida modificou inclusive o significado e a importância das redes que hoje articulam esse espaço. É preciso pensar nas transformações que têm sido operadas, sem esquecer, logicamente, que a questão do espaço herdado é fundamental.

Novas formas de articulação da economia nacional ao capitalismo internacional marcam o cenário brasileiro no período que abrange de meados da década de 1980 ao final do século XX.

Maricato (2001) discorre que, em contraposição ao crescimento econômico acelerado que marcou o período entre 1940 e 1980 no Brasil, houve, nas últimas duas décadas do século XX, um expressivo declínio econômico, com o agravamento da desigualdade social e da exclusão⁹¹.

Portanto, paralelamente a esse contexto econômico, verificou-se o agravamento do quadro social brasileiro, com o aumento das disparidades de renda e a ampliação da pobreza, reforçado pelo desemprego⁹². Tributário desses processos ocorreu o aumento da violência, especialmente nos maiores centros urbanos, em especial, nas metrópoles.

⁹⁰ Ressalvadas as diferenças de conteúdo das análises.

⁹¹ Maricato, E. *Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana*, 2001. A autora denomina de “tragédia urbana” o quadro da atual urbanização no país que, entretanto, deve ser compreendido no contexto histórico. Ainda que tais décadas sejam conhecidas como “décadas perdidas”, nas quais o crescimento econômico registrou forte queda, ao se comparar o crescimento do PIB entre 1940 e 1998 ao salário mínimo, verificou-se forte crescimento do primeiro e retração do segundo. Por outro lado, não podemos deixar de mencionar que o “crescimento econômico” aludido foi feito deixando à margem expressivo contingente da população, excluído do direito ao saneamento básico, à moradia, aos direitos trabalhistas etc. (p.29).

⁹² Aumentaram também o subemprego e a precarização das relações de trabalho, compondo a outra face da “reestruturação produtiva”, na atual conjuntura da mundialização da economia.

2.7. A dinâmica populacional na região de Catanduva

Inserimos a seguir Tabelas relativas aos dados sistematizados de população, que contribuem para a análise⁹³.

Comparando os dados da região de Catanduva (Tabela 5) com os existentes para o Estado de São Paulo (Tabela 3), vemos que há especificidades que merecem ser destacadas. Em 1940, a população urbana para o conjunto do Estado já registrava um índice de 39,48%, bem mais elevado, portanto, que o verificado para a região de Catanduva (23,55%); na década seguinte, para o Estado de São Paulo, a população urbana já ultrapassa a população rural (população urbana, 52,59% e população rural 47,41%); para a região de Catanduva, somente na década de 1970 esse fenômeno se verifica (a população urbana registra 56,33% e a rural 43,67%). A taxa de urbanização verificada em 2000 para o Estado de São Paulo é pouco superior (93,41%) ao apresentado para a região de Catanduva (91,36%).

A Tabela 2, em que constam os dados sobre a evolução da população, demonstra a tendência de aumento da população urbana em relação à total, bem como o seu rápido crescimento entre 1940 e 1991 (respectivamente, 69,45%, 67,44%, 79,47%, 53,74%, com pequena desaceleração entre 1980 e 2000, 32,07% e 18,00%, esta última próxima ao verificado no mesmo período para a população total do Estado de São Paulo).

Observando a Tabela 2, vemos que, no caso da população rural, os dois primeiros períodos mostram crescimento (de 7,95% e 10,37%), sendo que no período 1960/1970, registrou-se queda acentuada (-26,85%), que foi reforçada nos dois períodos intercensitários subseqüentes (-18,63% e -20,05%). Revela-se interessante que entre 1990 e 2000 tenha se observado pequeno crescimento da população rural (7,28%). A tendência para o crescimento da população total, que tem seu pico entre 1960 e 1970 é, de modo geral, bastante expressivo entre 1940 e 1991, ainda que tenha uma menor taxa entre 1991 e 2000 (17,22%).

⁹³ Os dados foram organizados a partir da década de 1940 até 2000 (FIBGE - Censos Demográficos de 1940-2000).

Tabela 2 - Estado de São Paulo: Evolução da população – período 1940/2000

Períodos	Populaçã o Urbana 1	Populaçã o Urbana 2	Cresc. %	Populaçã o Rural 1	Populaçã o Rural 2	Cresc. %	Populaçã o Total 1	Populaçã o Total 2	Cresc. %
1940- 1950	2835111	4804211	69.45	4012205	4330212	7.95	7180316	9134423	27.21
1950- 1960	4804211	8044377	67.44	4330212	4779429	10.37	9134423	12823806	40.39
1960- 1970	8044377	14437649	79.47	4779429	3495709	-26.85	12823806	17933358	39.84
1970- 1980	14437649	22196378	53.74	3495709	2844334	-18.63	17933358	25040712	39.63
1980- 1991	22196378	29314861	32.07	2844334	2274064	-20.05	25040712	31588925	26.15
1991- 2000	29314861	34592851	18.00	2274064	2439552	7.28	31588925	37032403	17.22

Fonte: FIBGE Censos Demográficos (1940-2000).

Tabela 3 - Estado de São Paulo: Taxas de população - período 1940/2000

ANOS	POP. URBANA	%	POP. RURAL	%	POP. TOTAL	%
1940	2835111	39.48	4012205	55.87	7180316	100
1950	4804211	52.59	4330212	47.41	9134423	100
1960	8044377	62.73	4779429	37.27	12823806	100
1970	14437649	80.50	3495709	19.50	17933358	100
1980	22196378	88.64	2844334	11.36	25040712	100
1991	29314861	92.80	2274064	7.20	31588925	100
2000	34592851	93.41	2439552	6.59	37032403	100

Fonte: FIBGE Censos Demográficos (1940-2000).

Tabela 4 – Região de Catanduva: Evolução da população – período 1940/2000

Períodos	Populaçã Urbana 1	Populaçã Urbana 2	Cresc. %	Populaçã Rural 1	Populaçã Rural 2	Cresc. %	Populaçã Total 1	Populaçã Total 2	Cresc. %
1940- 1950	43168	50120	16.10	136814	119786	-12.45	179982	168906	-6.15
1950- 1960	50120	80619	60.85	119786	102490	-14.44	168906	183109	8.88
1960- 1970	80619	101193	25.52	102490	74661	-27.15	183109	175854	-3.96
1970- 1980	101193	143485	41.79	74661	56403	-24.45	175854	208472	18.54
1980- 1991	143485	202666	41.24	56403	36172	-35.86	208472	238838	14.56
1991- 2000	202666	243949	20.37	36172	23085	-36.18	238838	267034	11.81

Fonte: FIBGE Censos Demográficos (1940-2000).

Tabela 5 – Região de Catanduva: Taxas de população - período 1940/2000

Período	População Urbana		População Rural		População Total	
	N.º Absoluto	%	N.º Absoluto	%	N.º Absoluto	%
1940	43168	23.98	136814	76.02	179982	100
1950	50120	29.67	119786	70.33	168906	100
1960	80619	44.03	102490	55.97	183109	100
1970	101193	57.54	74661	42.46	175854	100
1980	143485	68.83	56403	31.17	208472	100
1991	202666	84.86	36172	15.14	238838	100
2000	243949	91.36	23085	8.64	267034	100

Fonte: FIBGE Censos Demográficos (1940-2000).

Percebemos, nas Tabelas 4 e 5 sobre evolução da população e de taxas da população no período 1940/2000, relativos à região de Catanduva, que a população urbana apresenta significativo crescimento já entre 1940 e 1950 (16,10%), ainda mais se comparada aos dados observados para a população rural no período (-12,45%) e mesmo para a população total (-6,15%), indicando que parcela da população saída do campo em razão do declínio da economia cafeeira dirigiu-se para outras regiões. O maior crescimento percentual da população urbana ocorreu entre 1950 e 1960 (60,85%), apresentando diminuição em seu ritmo no período subsequente (25,52%) e nova subida entre 1970-1991 (41,79% e 41,24%). Entre 1991 e 2000 verificamos um menor crescimento da população urbana (20,37%), até porque já atinge mais de 90% da população total (91,36%).

Na região de Catanduva, em relação à população rural, vemos, ao contrário, o processo inverso ocorrer, marcado pela evolução negativa em todo o período analisado. Entre 1970 e 1980, a evolução negativa ficou em -24,45%, com os maiores percentuais registrados entre 1980 a 2000 (-35,86% e -36,18%).

É interessante analisar que a evolução em relação à população total não ocorreu de forma linear (Tabela 4); entre 1940 e 1950, verificamos queda (-6,15%), demonstrando que houve saída de pessoas da região; na década seguinte verificamos aumento de 8,88%. Entre os anos de 1960 e 1970, observou-se, novamente, queda no índice, com -3,96%, porém, nas décadas seguintes, houve expressiva elevação entre 1970 e 1980 (18,54%) e entre 1980 e 1991 (pouco menor que o anterior, 14,56%). Os dados relativos ao período de 1991 a 2000 demonstram um

crescimento um pouco menor da população regional (11,81%).

Acerca das taxas de população no período (Tabela 5): a população rural sai do patamar de 76,02% em relação ao total em 1940 e inicia um decréscimo acentuado; em 1970 registra, para o conjunto da região, menor taxa do que a da população urbana (42,46%), atingindo apenas 8,64% da população, em 2000. No caso da população urbana a tendência do período foi de crescimento acelerado: em 1940 registra 23,98% da população total; no início dos anos 1970, ultrapassa a população rural (57,54%), registrando, em 2000, taxa de urbanização de 91,36%.

Consideramos importante reforçar que o PROÁLCOOL, lançado em 1975, corroborou para tal dinâmica na região, na medida em que houve substituição de áreas, antes dedicadas a outros cultivos, pela cultura canavieira e também por pastagens, intensificando o esvaziamento do campo. Por tais dados, observamos que ainda é cedo para afirmar que o processo de esvaziamento do campo tenha se completado, sendo possível (e mesmo provável) que mais pessoas deixem a "zona rural"; em 2000, somente 8,64% das pessoas da região residiam no campo.

Para os municípios que compõem a região de Catanduva, também se fazem necessárias algumas observações relativas à dinâmica populacional. Podemos observar, desde a década de 1940, perda da população rural para a maioria expressiva dos municípios. Essa tendência é reforçada nas décadas seguintes, até 2000, estreitamente relacionada ao processo de modernização da agricultura que se intensifica em todo o Estado de São Paulo a partir da década de 1960.

Verificamos (Tabela 7) que, em alguns municípios, a diminuição da população total, muitas vezes combinada com a emancipação de municípios, fez com que a população de alguns, ao invés de apresentar crescimento progressivo, em 2000 apresentassem mesmo números inferiores em relação aos de décadas anteriores. É o caso, por exemplo, dos municípios de Catiguá (cujas população total, em 1960, era de 7314 e, em 2000, registrou 6555 habitantes); de Ariranha (que, em 1960, apresentava população total de 8892 e, em 2000, apresentou 7477 habitantes); de Ibirá (que apresentava população total de 12620 em 1940 e, em 2000, registrou 9447) e de Uchôa (que, em 1940, apresentava 12663 e, em 2000, registrou 9035 habitantes).

Tais dados revelam o quão intensas foram as transformações sofridas pela região com a decadência da economia cafeeira, que fez com que parcela dessa população fosse obrigada a deixar seus municípios em busca de novas

oportunidades seja em outras cidades da região – com destaque para o crescimento verificado para o município de Catanduva ao longo das últimas seis décadas – seja em outras cidades – no caso específico, São José do Rio Preto provavelmente recebeu parte desse contingente e mesmo para outras cidades e regiões do Estado de São Paulo, inclusive a capital.

Entre 1950 e 1970, podemos observar que ocorreu grande perda da população total para o expressivo conjunto dos municípios e/ou um crescimento modesto à exceção de Catanduva que, entre 1960 e 1970, apresentou um crescimento de 20,6% (Tabela 7).

A nova dinâmica econômica verificada a partir dos anos 1970, com o crescimento da produção da cana-de-açúcar na região, assim como da implantação de novas usinas e destilarias, modificou esse quadro e, entre 1970 e 1980, já se fazem sentir seus reflexos na dinâmica regional, com o crescimento da população de todos os municípios, fato também observado para o período subsequente, ainda que com algumas exceções.

Tabela 6 – Região de Catanduva: População (em números absolutos) – 1940/2000

Municípios	1940		1950		1960		1970		1980		1991		2000									
	Urb.	Rur.	Tot	Urb.	Rur.	Tot	Urb.	Rur.	Tot	Urb.	Rur.	Tot	Urb.	Rur.	Tot							
Ariranha	1116	6194	7310	1364	6663	8027	2250	6642	8892	2429	2698	5127	3617	1940	5557	4930	896	5826	6884	594	7478	
Catanduva	19321	21448	40769	23433	20998	44431	38127	11386	49513	50102	9612	59714	67353	6926	74279	89918	3410	93328	104195	1576	105771	
Catiguá	-	-	-	-	-	-	6125	1189	7314	1438	3772	5210	2448	3251	5699	4890	1371	6261	5919	640	6559	
Elisiário	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2191	387	2578	
Ibirá	2613	10007	12620	2894	7111	10005	3262	6121	9383	3884	3358	7242	5510	2751	8261	6959	1768	8727	8301	1143	9444	
Irapuá	-	-	-	798	5024	5822	1201	4627	5828	2153	3940	6093	3243	3992	7235	4297	1807	6104	5430	1229	6659	
Itajobi	2628	18470	21098	2076	12567	14643	2328	10708	13036	3072	8530	11602	6064	8570	14634	8914	6102	15016	10862	3362	14224	
Marapoama	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1540	693	2233	
Novais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2659	559	3215	
Novo Horizonte	7458	34978	42436	6903	19930	25833	8778	14315	23093	13398	9843	23241	18885	2830	27115	25617	4840	30457	28905	3515	32420	
Palmares Paulista	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1465	1617	3082	3013	1266	4279	6559	769	7328	8106	331	8437	
Paraiso	-	-	-	-	-	-	708	4257	4965	994	2434	3428	1745	1878	3623	3253	1480	4733	4457	972	5429	
Pindorama	2949	6653	9602	3115	7749	10864	3688	6501	10189	4754	4328	9082	6594	3733	10327	10607	1737	12344	12083	1020	13103	
Sales	-	-	-	-	-	-	653	3125	3778	977	3110	4087	1909	2909	4818	2423	1334	3757	3562	1004	4566	
Sta. Adélia	2616	10218	12834	2534	6898	9432	3135	5470	8605	4473	4410	8883	7035	3335	10370	10683	1930	12613	12072	1379	13451	
Tabapuã	2357	18293	20650	2112	13636	15748	3066	12254	15320	3465	7800	11265	5470	6915	12385	9601	3439	13040	9017	1468	10485	
Uchôa	2110	10553	12663	2266	8213	10479	2923	6628	9551	3527	3875	7402	4278	353	7815	6228	2064	8292	7880	1153	9033	
Urupês	-	-	-	-	2625	10997	13622	4375	9267	13642	5062	5334	10396	6321	5754	12075	7787	3225	11012	9787	2046	11833

Fonte: FIBGE – Censos Demográficos 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991; 2000.

Tabela 7 – Região de Catanduva: Evolução da população - 1940/2000

Municípios	1940/1950			1950/1960			1960/1970			1970/1980			1980/1991			1991/2000		
	Urb.	Rur.	Tot	Crescimento %	Urb.	Rur.	Tot	Crescimento %	Urb.	Rur.	Tot	Crescimento %	Urb.	Rur.	Tot	Crescimento %	Urb.	Rur.
Aíranha	22.22	7.57	9.81	64.96	-0.32	10.78	7.96	-59.4	-42.3	48.91	-28.1	8.39	36.30	-53.8	4.84	39.63	-33.70	28.35
Catanduva	21.28	-2.10	8.98	62.71	-45.8	11.44	31.41	-15.6	20.6	34.43	-27.9	24.39	33.50	-50.08	25.65	15.87	-53.78	13.33
Catiguá	-	-	-	-	-	-	-76.5	217.2	-28.8	70.24	-13.8	9.39	99.75	-57.8	9.86	21.04	-53.31	4.75
Elisiário (*)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9.87	-32.69	0.35
Ibirá	10.75	-28.9	-20.7	12.72	-13.9	-6.22	19.07	-45.1	-22.8	41.86	-18.1	14.07	26.30	-35.7	5.64	19.28	-35.35	8.21
Irapuã	-	-	-	50.50	-7.90	0.10	79.27	-14.8	4.55	50.63	1.32	18.74	32.50	-54.7	-15.6	26.36	-31.98	9.09
Itajobi	-21.0	-32.0	-30.6	12.14	-14.8	-11.0	31.96	-20.3	-11.0	97.40	0.47	26.13	47.0	-28.8	2.61	21.85	-44.90	-5.27
Marapoama(*)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	57.46	-28.92	14.33
Novais(*)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.98	-14.91	-0.74
Novo Horizonte	-7.44	-45.9	-39.1	27.16	-24.4	-10.6	52.63	-31.2	0.64	40.95	-16.4	16.67	35.65	-41.2	12.33	12.83	-27.37	6.44
Palmares Paulista	-	-	-	-	-	-	-	-	-	105.7	-21.7	38.84	117.7	-39.3	71.25	23.58	-56.95	15.13
Paraíso	-	-	-	-	-	-	40.40	-42.8	-31.0	75.55	-22.8	5.69	86.42	-21.2	30.64	37.01	-34.32	14.70
Pindorama	5.63	16.47	13.14	18.39	-16.1	-6.21	28.9	-33.4	-10.9	38.70	-13.7	13.71	60.86	-53.5	19.53	13.91	-41.27	6.14
Sales	-	-	-	-	-	-	49.62	-0.48	8.18	95.39	-6.46	17.89	26.93	-54.1	-22.0	47.00	-24.73	21.53
Sta. Adélia	-3.13	-32.5	-26.5	23.72	-20.7	-8.77	42.68	-19.4	3.23	57.28	-24.4	16.74	51.86	-42.1	21.63	13.00	-28.54	6.64
Tabapuã	-10.4	-25.5	-23.7	45.17	-10.1	-2.72	13.01	-36.3	-26.5	57.86	-11.3	9.94	75.52	-50.3	50.29	-6.08	-57.31	19.59
Uchôa	7.39	-22.2	-17.2	28.99	-19.3	-8.86	20.66	-41.5	-22.5	21.29	-8.72	5.58	45.78	-41.6	6.10	26.52	-44.13	8.93
Urupês	-	-	-	66.67	-15.7	0.15	15.70	-42.4	-23.8	24.87	7.87	16.15	23.19	-44.0	-8.80	25.68	-36.55	7.45

Fonte: FIBGE: Censos Demográficos 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000.

Observamos que os municípios sobre os quais o trabalho se debruça foram alguns com maior crescimento da população urbana entre 1980 e 1991: Ariranha com 36,30%; Catiguá com 99,75%; Palmares Paulista – que registrou o maior crescimento – com 117,7% (inclusive a que apresentou maior crescimento da população total na região, acima de 70%); Pindorama com 60,86% e Santa Adélia com 51,86% (Tabela 7).

Na mesma Tabela, no período entre 1991 e 2000, também merecem ser destacados os dois municípios que registram maior crescimento da população total: Ariranha (28,34%) e Palmares Paulista (15,13%).

Bray & Sanches (1995)⁹⁴, ao estudarem o impacto provocado pelo PROÁLCOOL e pelo PRO-OESTE⁹⁵ no Oeste do Estado de São Paulo, concluíram que os investimentos contribuíram para diminuir a evasão populacional:

[...] o PROÁLCOOL através do PRO-OESTE contribuiu para dinamizar as atividades econômicas, através das agroindústrias, nos municípios do Oeste Paulista, área com maior perda populacional do Estado de São Paulo a partir dos anos 70. (p.470).

Do total de municípios abrangidos pelo recorte territorial adotado no trabalho, três receberam investimentos do PRO-OESTE, com a implantação de destilarias autônomas: Catanduva, Novo Horizonte e Ariranha⁹⁶. De fato, podemos notar que tais municípios apresentaram, no período posterior, crescimento na população total, mas, por outro lado, também se destacam pela ampliação da expulsão da população do campo, como se pode observar na evolução negativa da população rural no período entre 1970 e 2000 (Tabela 7).

A observação de tais dados nos permite refletir que a dinâmica da região se transforma não somente tendo como balizador um dinamismo local autônomo, mas, mais intensamente, a partir do efeito de dinâmicas político-econômicas que decorrem de iniciativas e decisões que extrapolam a dimensão local, mas que têm repercussões expressivas em sua configuração espacial. Assim, as políticas relativas à modernização da agricultura e, em especial, àquelas relativas ao PROÁLCOOL, incentivadas pelo Estado, tiveram profundo e intenso impacto na região estudada.

⁹⁴ Bray, S. C. & Sanches, M. C., O impacto do PROÁLCOOL e do PRO-OESTE nos municípios em esvaziamento populacional, 1995.

⁹⁵ O PROÁLCOOL e o PRO-OESTE serão abordados no próximo capítulo.

Ao mesmo tempo, para atender às novas demandas surgidas com a ampliação da população urbana, são necessários também investimentos nas cidades que recebem esse contingente saído do campo: equipamentos, serviços e infra-estrutura (meios de consumo coletivos), assim como moradias. Desse modo, houve a necessidade de equipar as cidades para que estas pudessem absorver essa população e mantê-la para o trabalho no campo e nas agroindústrias.

Podemos afirmar que a região agrícola de Catanduva insere-se na rede urbana brasileira diferentemente no quadro da modernização da agricultura. Tal modernização se, por um lado, ensejou mudanças técnicas consideráveis, por outro lado, representou menor acesso à terra, decorrente da expressiva concentração fundiária, bem como dos elevados preços que decorreram dos maciços investimentos em um amplo conjunto de infra-estruturas no Estado de São Paulo, produzido via políticas públicas, equipando o território e intensificando a articulação da rede urbana.

Reforça-se que a atuação do Estado teve papel decisivo na estruturação da região de Catanduva, potencializando, através dos investimentos, a produção do espaço e permitindo a socialização dos equipamentos necessários à reprodução do capital; ao mesmo tempo, também houve investimentos em bens de consumo coletivos, fundamentais à reprodução do trabalho, entre os quais destacamos a moradia.

A atuação do setor privado, por outro lado, não deve ser desprezada na análise, pois é também agente decisivo na produção dessa espacialidade, porém é certo que suas ações foram e são articuladas às empreendidas pelo Estado, via políticas públicas.

Houve, a nosso ver, uma complexa articulação de políticas públicas, não somente urbanas, mas também relativas à agricultura, à economia, bem como ao nível da regulamentação de legislação em diversas esferas (trabalhista, urbana, tributária, fiscal etc.), às ações do setor privado que, imbricadas, foram primordiais para a configuração existente atualmente na região de Catanduva⁹⁷.

⁹⁶ Bray & Sanches, 1995, p. 468.

⁹⁷ Obviamente temos claro que este fato ocorreu em nível mais amplo, podendo se fazer tal leitura para outras regiões do Estado de São Paulo.

Podemos sintetizar a discussão empreendida resgatando seus principais pontos:

- tivemos o surgimento e inserção das pequenas cidades, como resultado da expansão da lavoura cafeeira e da constituição da rede ferroviária;

- a decadência dessa cultura e da rede que escoava a produção, bem como a constituição de novas redes, como a rodoviária;

- a consolidação da rede urbana paulista e um movimento de nova inserção na economia nacional e internacional, com a industrialização efetivando-se no país;

- e, no caso específico da região abordada, a produção canavieira e sua consolidação na década de 1980, que provocaram repercussões profundas e complexas nos papéis urbanos dessas cidades.

Queremos saber, o que vão
fazer
Com as novas invenções
[...]
E suas implicações
Na emancipação do homem
Das grandes populações
Homens pobres das cidades
[...]
(*Queremos saber*, Gilberto Gil)

CAPÍTULO III

3. A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA

O desenvolvimento industrial no país promoveu expressivas modificações no campo: os processos de modernização e de industrialização da agricultura¹. Tal modernização foi marcada por expressiva desigualdade, houve um aprofundamento da divisão técnica, social e territorial do trabalho, que se processou sob a chancela do Estado.

Para Oliveira (1995), nesse processo ocorreu maior articulação entre agricultura e indústria, porém isso não significa que a expansão do trabalho assalariado tenha se dado de forma total e absoluta, tendo em vista que o capitalismo se desenvolve de forma desigual e contraditória².

Profundas transformações caracterizam a agricultura brasileira nas décadas de 1960 e 1970, sendo que as políticas econômicas do Estado constituíram-se na base do processo. O crédito subsidiado³ foi de fundamental importância na estratégia de desenvolvimento adotado, apresentando desdobramentos marcantes, entre os quais se destacou a elevação da produtividade agrícola (do trabalho e da terra), porém resultando também em maior concentração de terra, maior exploração do trabalhador, inclusive com ampliação da utilização do trabalhador sazonal e intensificação do êxodo rural⁴.

Desde a metade do século XX, o aumento da demanda por produtos agrícolas, em razão dos processos de urbanização e de industrialização, colocou a agricultura brasileira na pauta de discussões.

¹ Consideramos que os processos de modernização e de industrialização da agricultura, foram profundamente trabalhados por economistas, historiadores, sociólogos, entre outros, não sendo nosso objetivo retomar tais estudos. Faremos, entretanto, algumas considerações, para clarificar os impactos desse processo na região em estudo. Ver, entre outros, Delgado, G. da C., *Capital financeiro e agricultura no Brasil*, 1984; Martine, G., *A trajetória da modernização agrícola: a quem beneficia?*, 1991; Müller, G. São Paulo - o núcleo do padrão agrário moderno, 1994; Müller, G., *A dinâmica da agricultura paulista*, 1985; Silva, J. G. da, *Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura*, 1981; Silva, J. G. da, *A nova dinâmica da agricultura brasileira*, 1996.

² Como exemplo o autor ressalta que ocorreu também a expansão da agricultura camponesa (p. 470-1).

³ Sistema Nacional de Crédito Rural.

⁴ Coletti, C., *A estrutura sindical no campo*, 1998, p. 91.

As péssimas condições de vida dos trabalhadores, os métodos de cultivo tradicionais e a baixa produtividade da terra foram colocados como entrave para a estratégia desenvolvimentista adotada⁵.

Para Silva (1999)⁶, o diagnóstico realizado sobre os cafezais paulistas no final da década de 1950, teve importância vital, uma vez que “[...] foi por meio dele que se justificou a intervenção direta do Estado na maneira de produzir e na promoção das mudanças das relações de trabalho.” (p.63).

Para essa autora, não se pode entender tal processo somente do ponto de vista da dinâmica capitalista, mas considerando-se conjuntamente as relações sociais que caracterizavam a sociedade nesse momento histórico:

[...] É preciso não se esquecer dos inúmeros acontecimentos políticos, das pressões por reformas sociais e políticas advindas dos setores da esquerda, trabalhadores urbanos e rurais organizados em todo o país. [...] (SILVA, 1999, p.63).

Em São Paulo, em termos gerais, conforme já mencionamos, foi ainda durante a década de 1950 que o processo de modernização da agricultura iniciou sua projeção sobre o território, intensificando-se na década seguinte. Já no país, de um modo geral, isso ocorreu somente a partir do anos 1970, quanto houve grande atenção do Estado para esse setor da economia⁷.

Segundo Kageyama & Silva (1987), o processo de modernização da agricultura brasileira iniciou-se no pós-guerra no país, com a transformação da base técnica da produção, após a incorporação do uso de fertilizantes e maquinários importados, visando à elevação da produtividade agropecuária. Na visão desses autores, o processo teve como ápice a própria industrialização da agricultura, em meados da década de 1960, após a implantação do Departamento I para a agricultura, internalizando assim a produção de insumos modernos, maquinários e equipamentos agrícolas:

⁵ Ver, entre outros, Silva, J. G., O que é a questão agrária, 1980; Rangel, I., A questão agrária brasileira, 1962.

⁶ Silva, M. A. de M., *Errantes do fim do século*, 1999.

⁷ Conforme Müller, 1994.

O que interessa realçar aqui é que a agricultura se industrializa nesse processo, isto é, torna-se um setor subordinado ao capital, integrado à grande produção industrial. Dito de outra maneira, a agricultura se transforma em um ramo de aplicação do capital em geral e, de modo particular, do capital industrial que lhe vende insumos e compra as mercadorias aí produzidas. (SILVA, 1981, p.44)⁸.

Assim, para Silva (1996):

O longo processo de transformação da base técnica – chamado de modernização – culmina, pois, na própria industrialização da agricultura. Esse processo representa na verdade a subordinação da Natureza ao capital que, gradativamente, liberta o processo de produção agropecuária das condições naturais dadas, passando a fabricá-las sempre que se fizerem necessárias. [...] (p.3)⁹.

A industrialização da agricultura envolve tanto mudanças na base técnica (máquinas, equipamentos, adubos, inseticidas, herbicidas, espaçamento racional, sementes selecionadas e híbridas etc.) quanto transformações substanciais nas relações de trabalho, decorrendo daí maior especialização do trabalho e, portanto, maior complexidade na divisão do trabalho, inclusive com a diminuição de grande parte do contingente de mão-de-obra envolvida na produção (KAGEYAMA & SILVA, 1987, p.7-11).

Caso tal processo não seja entendido em sua complexidade e em suas contradições, acaba sendo analisado como homogêneo para o conjunto do país, seja do ponto de vista técnico, econômico, social e espacial. Assim, ainda que concordemos que várias transformações foram operadas, e que estas, inclusive, estão articuladas ao processo de internacionalização da economia do país, houve uma seletividade no que tange ao modo como se territorializaram, priorizando certos setores, classes sociais e regiões do país.

Martine (1991) asseverou sobre a questão:

Entretanto, a ênfase dada à maturidade e à abrangência deste processo pode levar o leitor desavisado a concluir que o Brasil encontra-se num estágio avançado de desenvolvimento de sua atividade agropecuária, tendo as formas modernas e auto-sustentadas de produção penetrado homogeneamente em todas as regiões e setores, com capacidade para

⁸ Silva, J. G. da, *Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura*. São Paulo: Hucitec, 1981.

⁹ Silva, J. G. da, *A nova dinâmica da agricultura brasileira*. Campinas: UNICAMP/IE, 1996.

competir de igual para igual no mercado e gerar uma prosperidade para a sociedade brasileira. (1991, p.18)¹⁰.

Delgado (1984) também ressalta que a interpretação do processo não pode ser generalizada a todos os segmentos do setor agropecuário, havendo assim que se compreender que a modernização não significou apenas mudanças na base técnica da produção, sendo preciso considerar a integração da agricultura a segmentos industriais, financeiros, entre outros, envolvendo muitos interesses e, portanto, sendo complexa.

Consonante ao processo de modernização promovido, uma série de leis foram promulgadas (destacando-se a regulamentação do Estatuto do Trabalhador Rural – ETR, Lei 214/1963, e suas Leis Complementares 5889/73 e 6019/78, bem como do Estatuto da Terra – ET, Lei 4504/1964 e aceleraram a expulsão dos trabalhadores permanentes empregados no campo brasileiro, acentuando a migração campo/cidade, isto é, o êxodo rural. Da mesma forma, quando pensamos em tais leis, é preciso lembrar que são produtos das relações entre as classes sociais, expressas pelas instituições jurídicas¹¹.

Respectivamente, tais leis previam a regulamentação do trabalho no campo e a reestruturação agrária a partir da modernização da agricultura. O Estado desempenhou, portanto, papel fundamental, regulando as relações entre capital e trabalho, fomentando o ritmo da modernização através de uma política de créditos e subsídios¹², bem como selecionando setores que receberam maior aporte de recursos, decorrendo daí a deliberação de uma série de dinâmicas, que também se expressam em termos espaciais (aumento da urbanização, intensificação da concentração fundiária, aumento da exploração do trabalho etc.).

No caso brasileiro, tal fato é relevante, visto que a urbanização acelerada, fruto, entre outros, da migração campo/cidade, decorreu não em função da “atração exercida pelas cidades” (relacionada à melhoria da qualidade de vida que se poderia usufruir: educação, saúde, moradia, saneamento, trabalho, pois sabemos o quanto as cidades brasileiras estão distantes de garantir tais direitos a todos os cidadãos), mas em função da expulsão promovida com o desenvolvimento do capitalismo no campo e da concentração fundiária.

¹⁰ Martine, G. A trajetória da modernização agrícola: a quem beneficia?, 1991.

¹¹ Silva, 1999, p.62.

¹² Merece destaque a instituição do SNCR – Sistema Nacional de Crédito Rural.

Para Silva (1999), a implantação de tais leis faz parte do que se pode denominar modernização trágica¹³, sendo necessário entendê-la a partir da articulação de processos econômicos (relativos à necessidade de aumento da produção agrícola), sociais e políticos que emergiram no campo brasileiro nesse período (pressões para reformas sociais e políticas de trabalhadores organizados, setores da esquerda e outras instituições).

Segundo essa autora se, por um lado, o Estatuto do Trabalhador Rural polarizou as lutas dos trabalhadores e o Estado conseguiu evitar a organização política autônoma dessas classes, os direitos trabalhistas (muitos existentes desde 1943, porém não efetivados) limitaram-se a regulamentar a contratação dos trabalhadores permanentes, obrigando o empregador ao recolhimento dos gastos sociais e tornando desvantajosa a manutenção destes, estimulando sua contratação como volantes (gastos sociais não eram aplicados a esse regime). As leis 5889 (1973) e 6019 substituíram o Estatuto do Trabalhador Rural também não normatizaram a situação dos volantes, sendo que a segunda apenas veio a definir o trabalhador temporário ou eventual¹⁴.

¹³ Outros autores adjetivam de forma diferente esta "modernização" da agricultura no país: conservadora, dolorosa, perversa etc. (THOMAZ JÚNIOR, 1996, p.133).

¹⁴ A Lei 5889/73, em seu artigo 2.º, traz a seguinte definição de trabalhador rural (lembrando que esta estrutura jurídica é semelhante à do empregado urbano, com a diferença de que o que a define é o tipo de empreendimento no qual ocorre o trabalho, podendo, desse modo, abarcar diversas categorias profissionais, como, por exemplo, veterinários, tratorista, motorista etc.): "Empregado rural é toda pessoa física que, em propriedade rural ou prédio rústico, presta serviços de natureza não eventual a empregador rural, sob a dependência deste e mediante salário." (OLIVEIRA, 1996, p. 597). É preciso ressaltar que trabalhador e empregado são conceitos distintos; enquanto o empregado é regido pelas leis que compõem a CLT, o trabalhador avulso, o temporário, o eventual, o autônomo, o contratado por prazo determinado etc. apresentam especificidades próprias a cada uma dessas categorias. Segundo Nascimento (1996), sobre o conceito de trabalhador eventual existem diferentes teorias explicativas, nas quais são destacadas determinadas características do trabalho eventual: a eventualidade (a teoria do evento); serviços não coincidentes com os fins normais da empresa (a teoria dos fins); o caráter ocasional/espórádico do serviço prestado (a teoria da descontinuidade); e a não fixação do trabalhador a uma fonte exclusiva de trabalho (a teoria da fixação) (p.156-7). Interessamos, sobretudo, o exemplo que fornece sobre esse tipo de trabalhador (eventual): "[...] É eventual o "bóia-fria", volante rural, que cada dia vai trabalhar numa fazenda diferente, ganhando por dia, sem se fixar em nenhuma delas." (p.157). O trabalho temporário é definido da seguinte forma: "[...] aquele prestado por pessoa física a uma empresa, para atender à necessidade transitória de substituição de seu pessoal regular e permanente ou acréscimo extraordinário de serviços." (Lei n.º 6019, de 1974, art. 2.º), sendo complementada pelo art. 4.º: "Compreende-se como empresa de trabalho temporário a pessoa física ou jurídica urbana cuja atividade consiste em colocar à disposição de outras empresas, temporariamente, trabalhadores devidamente qualificados, por elas remunerados e assistidos." O vínculo é estabelecido, assim, não entre os trabalhadores e o cliente (empresa) que contrata os serviços da empresa de trabalho temporário, mas sim, entre essa e os trabalhadores. O contrato feito para o trabalho por prazo determinado é estabelecido diretamente entre a empresa e o trabalhador (que será subordinado a essa, que, por sua vez, "responderá por seus direitos"), sendo que uma das modalidades dessa forma de contratação é a do contrato de safra (Lei 5889/73, art. 14, parágrafo único): "Considera-se contrato de safra o que tem a sua duração dependente de variações estacionais da atividade agrária [...]" Sendo "[...] utilizado na agricultura para plantio e colheita. É um contrato por

[...] Essas leis, na verdade, regulamentaram a expulsão dos trabalhadores do campo, retirando-lhes não apenas os meios de subsistência como também os direitos trabalhistas. Surge o 'bóia-fria', trabalhador volante, eventual, banido da legislação. O 'bóia-fria' é duplamente negado, enquanto trabalhador permanente e enquanto possuidor de direitos. Negam-lhe até o direito de ser trabalhador. Imprimem-lhe a nomenclatura de 'bóia-fria', sentida como vergonha, humilhação.... Arrancam-lhe não só a roça, os animais, os instrumentos de trabalho. Desenraízam-no. [...] (SILVA, 1999, p.66).

O desenraizamento está associado à destruição da identidade cultural, assim como o processo de desterritorialização, deflagrado quando o território é esvaziado de seu conteúdo social. Assim, concordamos com Haesbaert (1998), quando associa tal processo à modernização, às inovações tecnológicas, haja vista que esta foi uma das facetas da transformação da agricultura brasileira. É preciso ressaltar que não devemos entender o processo por um prisma estritamente econômico, pois é também político e cultural, vinculado aos processos de modernização e globalização (HAESBAERT, 1998, p.106).

Esse processo encontra-se em curso e, atualmente, está em ritmo acelerado. Esses trabalhadores tornados "livres"¹⁵, desenraizados/desterritorializados foram assim totalmente excluídos.

Silva (1999) é contundente ao afirmar:

[...] Frisa-se que essas leis não só regulamentaram a expulsão como também legitimaram a condição de volante, do *excluído da lei pela lei*. Esse processo de volantização da força de trabalho permitiu os sucessos da modernização agrícola garantidos pelo Estatuto da Terra (1964) e pelo Proálcool (1975).[...] (p.66-7, grifo da autora).

Por outro lado, com o Estatuto da Terra, manteve-se o poder político dos proprietários rurais e, inclusive a concentração fundiária ampliou-se posteriormente. Assim, a concentração fundiária também se relaciona à dinâmica do processo de modernização¹⁶. As conseqüências foram, por um lado, a concentração fundiária e de renda e, por outro lado, o agravamento da miséria.

prazo determinado cujo início e término são fixados em função da safra a que se refere." (NASCIMENTO, 1996, páginas 144, 160 e 403). Para maiores detalhes ver: Nascimento, A. M., Iniciação ao direito do trabalho, 1996; Oliveira, J. de, CLT, 1996.

¹⁵ Segundo Marx, o "trabalhador livre" perde as condições objetivas para a sua reprodução, para tal deve vender no mercado sua força de trabalho.

¹⁶ Delgado, G. da C. Capital financeiro e agricultura no Brasil, 1984 – o autor denomina este processo de "modernização conservadora".

3.1. A constituição e consolidação da região canavieira de Catanduva

O setor sucroalcooleiro constitui-se em um dos ramos agroindustriais que mais se expandiram no país na década de 1970, porque foi um dos setores privilegiados pelo Estado através do PROÁLCOOL. Os investimentos foram diferenciados, tanto quando se pensa no tipo de inovação adotada pelas diferentes áreas, como também no montante de recursos canalizados, o que gerou grandes diferenças regionais (BERNARDES, 1995, p.253)¹⁷.

A constituição da região canavieira de Catanduva tem sua origem no início da década de 1950, porém sua consolidação só se efetivou após o surgimento do PROÁLCOOL, ou seja, após 1975, quando passou a haver incentivo ao Programa, com a implantação de destilarias autônomas na área em questão¹⁸.

A partir dos anos 1950, ampliou-se, crescentemente, a produção do açúcar em nível nacional. Szmrecsányi (1978) ressalta que esse período foi marcado pelo crescimento da agroindústria canavieira, por um lado, vinculada à urbanização e à industrialização, que exigiam maior produção em face ao crescimento do consumo no mercado interno e, por outro lado, tal incremento teve como resultado o país voltar a compor o grupo dos maiores exportadores no mercado internacional (p.62)¹⁹.

Na segunda metade da década de 1950, a distribuição das quotas oficiais de produção finalmente levou em conta a nova realidade da agroindústria canavieira que emergira durante a guerra. Os produtores do Centro-Sul, especialmente os do Estado de São Paulo, foram pela primeira vez autorizados a aumentarem suas capacidades instaladas de acordo com a evolução dos mercados regionais por eles abastecidos, enquanto que os excedentes de açúcar do Nordeste passaram a ser preferencialmente destinados à exportação. [...] (SZMRECSÁNYI & MOREIRA, 1991, p. 63-4)²⁰.

¹⁷ Bernardes, J. A. Mudança técnica e espaço: uma proposta de investigação, 1995.

¹⁸ Procuramos os representantes das usinas e destilarias da área da pesquisa para que pudessemos reunir informações sobre a implementação das agroindústrias na região. Apesar de nossa insistência em contatar pessoas (por telefone e correio eletrônico) que pudessem responder pelas empresas, não obtivemos êxito. Somente uma das empresas efetivamente enviou as informações solicitadas, e de uma forma sucinta (a agroindústria Antonio Ruelle Agroindustrial Ltda., localizada no município de Paraíso, através do Gerente Administrativo – Sr. José Carlos Biéla). Desse modo, estamos nos baseando especialmente em Bray, S. C., As políticas do Açúcar e do Alcool e do Programa Nacional Alcool e suas influências na área açucareira – alcooleira de Catanduva. *Geografia*. Rio Claro: IGCE/UNESP, 1985, n.10, v.20, out., 1985, p.99-123, ainda que esse autor não adote o mesmo recorte territorial aqui utilizado (exclui o município de Sales e inclui Cândido Rodrigues, Borborema, Fernando Prestes, Itápolis e Vista Alegre do Alto).

¹⁹ Para conhecer melhor o processo de expansão da agroindústria canavieira no Brasil, ver, entre outros, Szmrecsányi, T. O planejamento da agroindústria canavieira do Brasil (1930 – 1975), 1979.

²⁰ Szmrecsányi, T. & Moreira, E. P., O desenvolvimento da agroindústria canavieira do Brasil desde a Segunda Guerra Mundial, 1991, p. 57-79.

Nesse contexto, o Instituto do Açúcar e do Alcool²¹ (IAA) liberou a produção de açúcar em nível nacional na safra de 1950/51, através da Resolução nº 501/51, o que, segundo Bray (1985), foi fundamental para a implementação das primeiras usinas na região de Catanduva.

Segundo Bray (1978), alguns aspectos foram fundamentais para a constituição e consolidação da área canavieira de Catanduva²².

O surgimento das primeiras agroindústrias na região está diretamente ligado à Resolução nº. 501²³, do Instituto do Açúcar e Alcool, no início de 1951, pois permitiu a expansão da produção de açúcar para além das tradicionais áreas produtoras no Estado de São Paulo²⁴. O objetivo era não haver prejuízo para as tradicionais zonas produtoras, em relação ao fornecimento da matéria-prima e sobre a expansão monopolista das terras.

O principal objetivo ao promover essa expansão era, no entanto, tornar a agroindústria canavieira do país mais competitiva no mercado exportador.

Tal fato resultou no surgimento, na região de Catanduva, das usinas São Domingos e Catanduva, respectivamente em 1952 e 1953 (sendo que esta última pertence atualmente ao município de Ariranha, antigo distrito, desmembrado do município de Monte Alto) (BRAY, 1985, p.102-3).

Durante a década de 1960, a possibilidade de ampliação do mercado externo (especialmente o dos Estados Unidos²⁵) ao açúcar brasileiro, levou o IAA a definir novas prioridades. Assim, verificou-se o incremento das exportações e o Estado passou a atuar de forma mais direta, instituindo órgãos para fomentar ainda mais o setor, havendo as criações, em 1961, de uma Divisão de Exportação no IAA

²¹ Foi criado no início de 1933 pelo Decreto nº 22.789 e regulamentado e modificado pelo Decreto nº 22.981 (25/07/1933). Entre os objetivos de sua criação estavam o planejamento e a evolução da agroindústria canavieira do país, atuando de múltiplas formas, desde “[...] o controle da produção de açúcar, a implantação e expansão da indústria do álcool anidro, a ampliação da capacidade produtiva da agroindústria canavieira, o aumento das exportações, e a modernização da tecnologia aplicada ao subsetor. [...] “. Szmrecsányi, T. O planejamento da agroindústria canavieira do Brasil (1930 – 1975), 1979.

²² O autor assinala que essa região seria o “sexto núcleo canavieiro” consolidado em São Paulo, sendo antecedido pelas regiões de Piracicaba, Ribeirão Preto/Sertãozinho, Araraquara, Jaú e Vale do Paranapanema (p.100).

²³ Apesar desse documento definir que a maior parte da produção ficaria concentrada no Nordeste, São Paulo foi beneficiado em termos de incremento absoluto.

²⁴ Piracicaba, Ribeirão Preto e Araraquara, as regiões de Jaú e o Vale do Paranapanema apresentavam-se em processo de consolidação (BRAY, 1985, p.102).

²⁵ Devido à Revolução Socialista em Cuba, os Estados Unidos passaram a importar açúcar do Peru, República Dominicana e Brasil. Ver: Andrade, M. C. de, *Modernização e pobreza*, 1994, p.41.

(Decreto Federal nº 50.818), do Fundo de Recuperação da Agroindústria Canavieira (Decreto nº 51.104) e do Fundo de Consolidação e Fomento da Agroindústria Canavieira (SZMRECSÁNYI, 1979, p.256-7).

Em 1963, duas novas unidades agroindustriais de açúcar e álcool implantaram-se na região: a Cerradinho (em Catanduva) e a São José da Estiva (em Novo Horizonte), sendo que esta última representou a transferência da Usina Chibarro da região de Araraquara²⁶.

O surgimento dessas empresas ocorreu após a criação, pelo IAA, do que ficou conhecido como Plano de Expansão da Indústria Açucareira Nacional (1963) e um ano depois do convênio estabelecido entre o IAA e o Banco do Brasil (1962), para o financiamento de projetos para melhor aproveitamento da terra nas áreas canavieiras (BRAY, 1985, p.104-5).

Na década de 1970, houve a criação e implantação do Programa Nacional de Melhoramento da Cana-de-Açúcar (PLANALSUCAR), do Programa de Racionalização da Agroindústria Açucareira implantado pela Lei 5654, de 1971. Devido às repercussões verificadas no setor sucroalcooleiro, consideramos pertinente a reflexão de Thomaz Júnior (1988) acerca da Lei 5654 e Decreto Lei 1186, ambos de 1971, que propiciaram condições para o aumento da produtividade, redução de custos e elevação dos lucros dos empresários desse ramo agroindustrial:

Cabe observar que as condições de financiamentos definiram-se em bases de muita favorabilidade às empresas agro-industriais visto que, com a ausência de correção monetária, juros baixos e prazos extensos de pagamento, os empresários contraíram empréstimos a custo praticamente zero. Isto significa dizer que essas medidas aceleraram, a curto e a médio prazo, o processo de concentração de capital, de terra e de renda no setor agro-industrial, uma vez que os empréstimos eram feitos com facilidades creditícias e de pagamento, fazendo com que a cana-de-açúcar se expandisse por áreas anteriormente dedicadas às culturas de alimentos e pastagem. Ainda mais, as restrições que estavam contidas nas determinações desse Decreto Lei privilegiavam as usinas de médio e grande portes, jogando pesado no fortalecimento e no crescimento das empresas que em potencial contavam com os pré-requisitos para modernizarem-se. (THOMAZ JÚNIOR, 1988, p.94).

Esse autor acrescenta que tais medidas provocaram o fechamento de inúmeras usinas que foram, por sua vez, absorvidas por grandes grupos, ou seja, o efeito foi reforçador da concentração de terra, de produção, de capital; o setor

²⁶ Conforme Bray, 1985, p.105.

sucroalcooleiro territorializado no Estado de São Paulo foi o que mais recebeu e incorporou tais privilégios (THOMAZ JÚNIOR, 1988, p.95/6).

Torna-se importante ressaltar que esse fato veio representar, por parte do setor sucroalcooleiro, um aumento da apropriação da renda fundiária, evidenciando o que Thomaz Júnior (1988) destaca como “processo de territorialização do monopólio”, no qual os usineiros, por produzirem grande parcela da cana a ser processada, além do fato de controlarem/dominarem o processo produtivo, podem fixar o preço da matéria-prima (p.99-103).

Faz-se necessário também destacar que há casos em que o arrendamento é utilizado, ou seja, em que terras são arrendadas pelos grupos usineiros para o plantio, constituindo-se, portanto, em nova forma de monopolização de terras. O domínio sobre o processo produtivo permite a apropriação da renda da terra pelo capital (e, portanto, do trabalho que se dá sobre a terra)²⁷, conforme é destacado por Oliveira (1981):

[...] demonstra o monopólio total exercido pela agroindústria açucareira, talvez, no caso brasileiro, o único exemplo por demais evidente de desenvolvimento do monopólio na produção agrícola, fazendo com que, concomitantemente, a circulação ficasse a ela subordinada [...] (p.22-3).

Temos, então, a monopolização do território, quando se estabelece o controle e/ou monopólio na circulação, pois que diversos produtores são obrigados a vender sua produção à indústria, ou seja, há um monopólio na compra e se estabelece uma relação de dependência por parte dos produtores, permitindo, por sua vez, a apropriação da renda da terra pela indústria. Há também a territorialização do monopólio, quando a indústria detém a propriedade da terra, produzindo a matéria-prima a ser processada, podendo ditar o preço aos demais fornecedores, apropriando-se, portanto, da renda e do lucro (THOMAZ JÚNIOR, 1988, p.102-3).

²⁷ Destaque-se a importância da consideração do conceito de renda da terra para esse debate, visto que a industrialização da agricultura possibilitou uma elevação na renda extraída e na taxa de lucro pelo setor sucroalcooleiro. Ressaltamos que a renda da terra existe enquanto relação social, produzida historicamente. Assim as “[...] diferenças entre a terra e o capital, suas contradições e movimentos antagônicos não querem dizer que não sejam personagens de dentro do modo capitalista de produção, pois o são. São produtos de relações sociais. Assim, a propriedade fundiária não pode ser entendida como um entrave à expansão das relações capitalistas de produção no campo, mas como contradição fundamental do modo capitalista de produção; é o tributo que o capital tem que pagar, sem o qual não poderá se expandir na agricultura e dominar o trabalho no campo.” (OLIVEIRA, *Agricultura e indústria no Brasil*, 1981, p.7). Ver também Martins, *O cativo da terra*, 1979.

Por tal razão, Oliveira (1981) enfatizou:

Sem dúvida alguma a agroindústria açucareira, particularmente a paulista, representa hoje o exemplo mais significativo do processo de monopólio na produção com conseqüente subordinação da circulação aos desígnios da produção.[...] (p.20).

No início da década de 1970, a economia agrícola da região de Catanduva era policultora. Em termos de área ocupada, a região apresentava os seguintes produtos: milho; café (com área um pouco menor); a laranja e o arroz, empatados apareciam na terceira posição; a cana-de-açúcar e vindo em seguida o amendoim²⁸. O café, principal produto agrícola na década de 1970, progressivamente perdeu a hegemonia com a expansão da lavoura canavieira, decorrendo daí um processo amplo de mudanças, que envolveu, conforme já abordado, múltiplas dimensões, destacando-se a substituição da produção de alimentos pela cana-de-açúcar, bem como a concentração da terra.

O PROÁLCOOL (Programa Nacional do Álcool – PNA) foi criado a partir do Decreto 76593, de 14/11/75. Segundo Thomaz Júnior (1996), na raiz do Programa houve “comum acordo entre capital e Estado” (p.66). O Estado desempenhou papel decisivo e de extrema relevância, desenvolvendo uma política protecionista e concedendo privilégios para o capital sucroalcooleiro:

O Programa foi lançado e estrategicamente construído com o propósito de se produzir internamente uma alternativa energética própria, contrapondo-se à dependência do petróleo, num período de ascensão dos preços internacionais do produto e da queda acentuada das cotações de açúcar. (p.66).

Merece ser destacado que, a título de conseguir legitimação, o PROÁLCOOL também previa: diminuição das disparidades regionais de renda, desconcentração e intensificação do uso da terra, criação de empregos, incentivo à produção de bens de capital²⁹. Contraditoriamente, conforme já comentado, sua materialização promoveu intenso processo de concentração de terra, renda e capital, assim como o setor açucareiro se caracterizou pelo pagamento de baixos salários e intensa

²⁸ Conforme Tabela apresentada por Bray, S. C., 1985, p.120. Desde a década de 1950, esses eram os principais produtos da região, conforme dados econômicos dos municípios registrados na Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, São Paulo, 1957.

²⁹ Bray, S. C. & Sampaio, R. R., 1985, p.61.

exploração da mão-de-obra, sobretudo dos trabalhadores envolvidos no corte da cana-de-açúcar³⁰.

O PROÁLCOOL foi lançado em um momento de grave crise para as agroindústrias canavieiras: queda do preço do açúcar no mercado mundial e dívidas enfrentadas pelo setor³¹. Os empresários do setor apresentaram propostas que culminaram com a criação do PNA (Programa Nacional do Alcool - PROÁLCOOL)³².

Na primeira etapa do PROÁLCOOL (1975-79)³³, o Estado de São Paulo e em especial a DIRA de Ribeirão Preto foram bastante privilegiados com os recursos públicos; as taxas de juros eram menores do que a inflação; a produção do álcool era, prioritariamente, voltada ao anidro³⁴.

Com a criação do PROÁLCOOL (1975), houve a transformação de um alambique existente na área em destilaria autônoma: a Destilaria Colombo, atual Usina Colombo, implementada na década de 1960 e transformada em destilaria autônoma em 1976³⁵.

Na segunda etapa do Programa (1980-84), a partir do segundo choque do petróleo (1979), houve um redirecionamento da política, com a produção do álcool hidratado, efetivamente como substituto da gasolina. Novamente o Estado de São Paulo recebeu os maiores recursos do Programa, havendo também o estímulo (recursos) para a territorialização do PROÁLCOOL no Oeste Paulista, na implementação das destilarias autônomas, estimulada pelo Plano de Desenvolvimento do Oeste de São Paulo (PRO-OESTE), sendo operacionalizado

³⁰ Thomaz Júnior, 1996, p.81.

³¹ As dívidas foram oriundas dos programas PLANALSUCAR (Programa Nacional de Melhoria da Cana-de-Açúcar, que foi institucionalizado em 1971 pelo Instituto do Açúcar e Alcool – IAA), que permitiu pesquisa de novas variedades e modernização da agroindústria; Programa de Racionalização da Agroindústria Açucareira, que estimulou fusões, incorporações e realocações das empresas; e o FEE (Fundo Especial de Exportação), destinado ao incremento das exportações e modernização do setor (THOMAZ JÚNIOR, 1996, p.83; BRAY & SAMPAIO, 1985, p.61).

³² Segundo Thomaz Júnior (1996), havia outras alternativas para a substituição dos derivados de petróleo, pesquisas que contavam com apoio governamental (mandioca, babaçu, sorgo sacarino etc.), porém a cana-de-açúcar foi priorizada (p.134).

³³ Há diferentes periodizações para as diversas “fases” ou “etapas” do PROÁLCOOL. Para Bray, S. C.; Ferreira, E. R. & Ruas, D. G. G., no livro *Caminhos e descaminhos do PROÁLCOOL*, 2000, o Programa se dividiu em três fases (1975-1979, 1980-1985 e após 1986). Já Thomaz Júnior reconhece quatro etapas (1975-1979, 1980-1984, 1985-1989, e após 1990). Tomaremos esta última periodização para fazer a discussão.

³⁴ O anidro era misturado à gasolina (20% para cada litro de combustível), conforme Thomaz Júnior, 1996, p.83. Bray, S. C.; Ferreira, E. R. & Ruas, D. G. G., no livro *Caminhos e descaminhos do PROÁLCOOL*, 2000, destacam o surgimento de novos “Estados alcooleiros” (Paraná, Goiás, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais), bem como o fortalecimento dos que já se notabilizavam pela produção do açúcar (São Paulo, Pernambuco e Alagoas), p.60.

pelo PROCANA (Programa de Expansão da Canavicultura para a Produção de Combustível do Estado de São Paulo), políticas desenvolvidas pela Secretaria do Estado da Agricultura e Abastecimento³⁶. A produção e o consumo de carros movidos a álcool passaram a ter grande projeção na frota nacional³⁷.

Ressaltamos que foi nesse contexto que a região em estudo efetivamente se consolidou como importante núcleo canavieiro no Estado.

Com o surgimento do PRO-OESTE - Bases para um Plano de Desenvolvimento do Oeste do Estado de São Paulo, em 1979, implementado através do Programa de Expansão da Canavicultura para a Produção de Combustível do Estado de São Paulo (PROCANA), um aporte expressivo de recursos foi concedido à região, derivando daí a implantação de duas novas destilarias autônomas: a Destil (Destilaria Itajobi S.A., atualmente pertencente ao município de Marapoama, antigo distrito de Itajobi), em 1980, e a Destilaria Santa Isabel Ltda., em 1981, no município de Novo Horizonte³⁸.

A terceira etapa do Programa compreende o período entre 1985-1989. Essa etapa foi marcada pela diminuição dos recursos governamentais, com condições de financiamento menos vantajosas para o setor; estabeleceu-se uma política de controle do preço dos combustíveis; houve a exclusão da cana-de-açúcar do sistema de crédito agrícola; verificou-se ruína financeira, a partir desse momento, de empresas do setor; aumentou-se a capacidade ociosa em face do aumento dos veículos movidos a álcool, culminando com a crise de abastecimento do mercado, desestimulando o consumo e a produção do carro a álcool³⁹.

Em 1985, uma nova empresa instalou-se na região, a Antonio Ruelle Agroindustrial Ltda., no município de Paraíso, mas que somente em 1988 iniciou a produção de aguardente de cana. Segundo as informações que obtivemos, consoante à diminuição dos recursos governamentais para o setor, esta empresa não recebeu quaisquer incentivos para a sua instalação na região de Catanduva.

³⁵ Bray, 1985, p.111. Os alambiques que se transformaram em destilarias autônomas de álcool foram denominados de "pingueiros" do PROÁLCOOL (BRAY, S. C.; FERREIRA, E. R. & RUAS, D. G. G., 2000, p. 58).

³⁶ Estas políticas objetivavam conter o avanço da cana sobre as culturas de alimentos, porém não conseguiram evitar sua expansão sobre os mesmos (THOMAZ JÚNIOR, 1996, p.86).

³⁷ Bray (1985) destaca a concentração e a ampliação do arrendamento de terras na região de Catanduva, após os investimentos realizados através do PRO-OESTE (p.116).

³⁸ Segundo Bray (1985) esta agroindústria ainda se encontrava em construção em 1983.

³⁹ Segundo Thomaz Júnior (1996), a crise foi determinada pelo aumento dos preços do açúcar no mercado internacional, no que o setor empresarial, em busca de maiores lucros, retomou a produção do açúcar, diminuindo a de álcool (p.92-3).

Desde 1991, essa empresa deixou de produzir aguardente e passou a produzir álcool hidratado. A partir de 1998, também começou a produzir álcool anidro e desde 2001 novos produtos passaram a ser fabricados: álcool hidratado, álcool anidro, açúcar VHP (exportação) e levedura (ração animal)⁴⁰.

A quarta etapa do PROÁLCOOL, de 1990 em diante, é marcada por intensas disputas intercapitais, os empresários sucroalcooleiros do Centro-Sul colocam-se contra o protecionismo do Estado para as empresas ineficientes; ao mesmo tempo os empresários do setor pressionavam pela manutenção do PROÁLCOOL, por anistia e renegociação das dívidas do setor, além da diminuição de impostos⁴¹. Ou seja, os empresários formulam um conjunto de sugestões e têm expressiva parcela destas aceitas pelo governo. Por um lado, houve pressão para a desregulamentação do Estado; por outro lado, pressionaram para a manutenção de subsídios e novas linhas de crédito junto às instituições públicas, revelando, portanto, as contradições existentes⁴².

Durante o ano de 1999 e de 2000, foram fortes as pressões do empresariado sucroalcooleiro pela revitalização do PROÁLCOOL e também, de modo contraditório, verificamos que os trabalhadores vinculados à agroindústria sucroalcooleira foram utilizados em manifestações na tentativa de ressuscitar o Programa⁴³.

Porém já era de conhecimento público, seja por parte do Estado (que instituiu o Decreto 42.056/97 e o regulamentou através da Lei nº 11.241 de 2002⁴⁴), do setor sucroalcooleiro, do setor fabricante das colhedeiças de cana-de-açúcar (que aumentou a produção e a venda nos últimos anos) e dos próprios trabalhadores (vinculados aos mais diferentes sindicatos, representantes das diferentes categorias

⁴⁰ Essa empresa está com um projeto para co-geração de energia junto ao BNDES. Informação concedida por José Carlos Biéla, gerente administrativo da empresa, através de formulário.

⁴¹ Thomaz Júnior (1996, p.96/103).

⁴² Thomaz Júnior (1996, p.385).

⁴³ No dia 1/6/99 foi realizada a manifestação "Dia Nacional de Luta pelo Emprego e Pela Produção", que contou com a participação de 6 mil trabalhadores em Brasília, organizada pelos empresários do setor; houve também diversas manifestações isoladas em cidades que têm economia ligada à produção da cana-de-açúcar.

⁴⁴ A Lei nº. 11.241, promulgada em 19 de setembro de 2002 pelo Estado de São Paulo, dispõe sobre a eliminação gradativa da queima da palha da cana-de-açúcar. Essa Lei define prazos para que isso ocorra; para tanto, considera diferenças existentes entre áreas, classificadas como mecanizáveis (terrenos acima de 150 ha, com declividade igual ou inferior a 12% e solos com estruturas que possibilitem a utilização de técnicas de mecanização no corte da cana) e não mecanizáveis (terrenos com declividade acima de 12% e solos em que não seja possível adotar as técnicas de mecanização do corte da cana). De acordo com o estabelecido pela Lei, nas áreas mecanizáveis, no ano de 2021, 100% da área cortada deverá ter eliminado totalmente a queima da cana; nas áreas consideradas não mecanizáveis, esse prazo é 2031. Essa Lei substituiu o Decreto nº. 42.056, de 06/08/1997 do Governo do Estado de São Paulo, que apresentava prazos mais reduzidos para a eliminação total.

de trabalhadores vinculados à agroindústria sucro-alcooleira) que a mecanização do corte é uma questão de tempo, sendo mais uma das contradições geradas no atual momento⁴⁵. Além da questão ecológica⁴⁶, bastante destacada, a tônica geral tem sido a necessidade de manutenção dos empregos para os trabalhadores. Porém, a julgar pelo avanço do uso das colheitadeiras⁴⁷ pelas agroindústrias e pela nova Lei, que fixa prazo para o fim das queimadas, portanto, para o fim do corte manual⁴⁸, trata-se de mais uma estratégia para garantir recursos para o capital, sendo posteriormente operacionalizado o *descarte da bagaceira*⁴⁹.

3.2. O avanço da mecanização na colheita de cana-de-açúcar

No capitalismo, o desenvolvimento das forças produtivas e a incorporação do progresso técnico é constante, implica na substituição do trabalho vivo (da força de trabalho) – pelo trabalho morto, na extração da mais-valia relativa. Thomaz Júnior (1999), baseado em Marx (1980), enfatiza que:

⁴⁵ Questionado a este respeito, o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Catanduva, Sr. Walter Hipólito, comentou que a manifestação foi organizada por empresários que ‘dispensaram’ os trabalhadores para participarem do ‘ato’, e que este foi apoiado pelos sindicatos ligados à agroindústria. Reconhece a intensificação do uso de máquinas e da diminuição de cortadores de cana. A luta atualmente é para tentar manter os empregos, através de acordos, mas, diante da nova legislação ambiental, o fim do corte manual parece inevitável (entrevista informal).

⁴⁶ A alegação de que o álcool combustível é uma fonte de energia menos poluente, além de ser um recurso renovável, têm aumentado o número de empresas sucroalcooleiras que têm investido na queima do bagaço da cana para a produção de energia elétrica, sendo que há inclusive projetos em andamento na área da pesquisa. Essa explicação reforçou-se com a crise energética enfrentada em 2001 pelo país. Entretanto, há um amplo conjunto de impactos associados à produção canavieira e às agroindústrias – poluição de rios e córregos, degradação do solo, poluição do ar – em razão das queimadas, efetuadas principalmente no período de abril a novembro, época da colheita; geralmente, quando o setor evoca tal “questão”, omite as que não lhe convêm.

⁴⁷ Folha de São Paulo, Agrofolha 5, p.1, 11/5/1999. Segundo informações, na safra de 1998, foi estimado em 250 o número de máquinas atuando no corte; grande parcela concentrada no parque canavieiro de Ribeirão Preto, considerado o maior pólo sucroalcooleiro do mundo. Em entrevista que nos foi concedida, os diretores do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Catanduva (Walter Hipólito) e de Ariranha (José Carlos Bento) alegaram não possuir informações precisas sobre o uso de colheitadeiras, mas afirmaram que já atuam na região, sendo que uma das empresas que possui maior número de máquinas é a Usina Colombo, localizada em Ariranha.

⁴⁸ Tal medida concorrerá para acentuar o corte mecanizado da cultura e, é de se esperar, provocará grandes repercussões quanto à força de trabalho empregada nas regiões produtoras de maior destaque. A queimada é feita para facilitar o corte da cana, pois permite, por um lado, a diminuição dos riscos de acidentes de trabalho (animais peçonhentos e cortes e arranhões nos trabalhadores, provocadas pelas folhas da cana). A quantidade de cana cortada manualmente é significativamente maior após a queima, cerca de dez vezes mais (informações fornecidas pelo E.D.R./CATI de São José do Rio Preto).

⁴⁹ Expressão que invoca o intenso processo de exploração da mão-de-obra envolvida no processo de corte manual da cana às “vésperas” de ser excluída do emprego no setor (SILVA, 1999, p.305-21).

[...] o desenvolvimento das forças produtivas (relações técnicas de trabalho e produtividade) depende e é condição do desenvolvimento das relações sociais de produção (regras de trabalho, gerenciamento), sendo assim, o 'progresso' da ciência no modo capitalista de produção, deve ser analisado como o desenvolvimento de técnicas que proporcionam o fortalecimento da dominação do capital sobre o trabalho. Em síntese, esse processo redefine a espaço-temporalidade da relação capital-trabalho numa determinada formação econômico-social. Por isso, a tecnologia em si não está contra o trabalho ou contra o trabalhador, mas sim, ela está a favor do capital, isto é, o trabalho de pesquisa técnico-científica se dá dentro dos moldes e prioridades da produção/reprodução do capital, onde a descoberta (máquinas etc), é a síntese da própria acumulação de capital. (p.9).

A mudança na base técnica do setor sucroalcooleiro, com a combinação do trabalho vivo a máquinas e instrumentos, intensificou-se a partir dos anos 70. A constituição de centros de pesquisa foi decisiva para tais modificações no processo produtivo, via inovações técnico-científicas, poupadoras de mão-de-obra, que elevaram a produtividade e que, por outro lado, impõem novo ritmo de trabalho, intensificando a exploração do trabalhador.

Tais inovações acabam interferindo também na gestão do trabalho, ou seja, a sua introdução traz consigo um conjunto de modificações, envolvendo toda a produção: a escolha da variedade a ser plantada, nivelamento, espaçamento, forma de plantio, até o corte, em parte feito, nas regiões em que essas mudanças ocorrem de modo mais acelerado, pelas novas colheitadeiras⁵⁰ (SILVA, 1999, p.306).

Se, em um primeiro momento, o corte mecanizado é feito por 'máquinas de vitrine', com o Programa Nacional do Alcool, em meados da década de 70, passa a "revolucionar o processo técnico" (SILVA, 1999, p.307).

Os termos utilizados para adjetivar o processo de modernização da agricultura (trágico, doloroso, perverso), são muitos. No caso verificado atualmente em relação à cana-de-açúcar, acerca da mecanização da colheita, podemos perceber que essa modernização ainda não se completou. Os adjetivos *trágico*, *perverso* e *doloroso* podem ser aplicados para caracterizar esse processo, quando

⁵⁰ As primeiras colheitadeiras foram inseridas na década de 60, no início da safra, posteriormente substituídas por trabalhadores bóias-frias; isto mudou a partir das greves – especialmente a de Guariba, que espalhou-se para outras áreas, na qual os trabalhadores protestavam contra a mudança imposta autoritariamente sobre a forma de corte, implicando em maior exploração, na área cortada e no desgaste físico, além de representar queda na remuneração. Para maiores detalhes ver: Gebara & Baccarin (1984), Gebara et. al. (1984). Esta pressão por parte dos trabalhadores teve como rebatimento a maior pressão do setor empresarial no uso das máquinas, objetivando intimidar os movimentos grevistas e as solicitações sindicais. Hoje a questão é outra, é um projeto ligado à reestruturação produtiva das usinas (SILVA, 1999, p.308-9). Se, anteriormente, a viabilidade do investimento e as vantagens econômicas não se colocavam (THOMAZ JÚNIOR, 1988, p. 290), atualmente estas já se colocam de forma expressiva (SILVA, 1999, p.306).

se consideram as péssimas condições de trabalho dos que dependem de tal atividade para a sua reprodução: extensa e extenuante jornada, ausência de equipamentos de proteção, insalubridade e baixa remuneração recebida pelos trabalhadores envolvidos.

Por outro lado sabemos que, em geral, esses trabalhadores não estão capacitados para outros empregos, em função da ausência ou baixa escolaridade, da idade (no caso dos mais velhos), entre outros fatores.

Para Silva (1999), o atual momento da modernização tem correspondido a uma maior seleção e, desse modo, maior exclusão dos trabalhadores, sendo que os mais idosos, as mulheres (que demonstram menor força física), os com baixo grau de escolaridade já estão sendo preteridos dentro do setor sucroalcooleiro (p.305-10)⁵¹.

É preciso refletir sobre as repercussões de tal política, que podem ampliar a já imensa exclusão verificada⁵².

Se, num primeiro momento, a modernização provocou a transformação de rendeiros, parceiros, pequenos sítiantes em bóias-frias, desenraizando-os, neste momento negam sua 'capacidade para o trabalho', transformando-os em itinerantes que vagam à procura de todo tipo de ocupação, destruindo sua cidadania, ainda não efetivada de forma plena (SILVA, 1999, p.312).

Segundo Silva (1996), a inserção do país na nova Divisão Internacional do Trabalho exige pensar em novas formas e possibilidades de trabalho:

⁵¹ Especialmente a partir dos anos 70, tais atividades passaram a se desenvolver intensamente. Thomaz Júnior (1996), destaca que ao mesmo tempo que a modernização produz novos tipos de trabalho, também gera novas formas de gestão do trabalho e, em especial a mecanização eleva a super-exploração do trabalho. O desenvolvimento da 'agricultura de precisão', relativo à cana-de-açúcar, tem buscado potencializar a produtividade, baixar custos e estabelecer 'padrões ótimos', com a utilização de diversos tipos de tecnologia. Há projetos de monitoramento bastante sofisticados (usando imagens de satélite e softwares na análise das informações) em desenvolvimento no Centro de Tecnologia Copersucar, visando à diminuição de custos, à elevação dos lucros e a menores impactos ao ambiente, auxiliando dessa forma no gerenciamento das atividades agrícolas. Há expressiva literatura abordando tais aspectos, embora limitando-se à dimensão técnica da produção: Donizelli et. Al. (1997), Neves & Pierossi (1997), Donzell & Joaquim (1997), Ricci Júnior (1997); porém é inegável que essas inovações podem, em um futuro próximo, promover novas redefinições no processo de trabalho e gestão, implicando em novas repercussões sobre os trabalhadores.

⁵² Segundo Silva (1999), este fato tem despertado a atenção de amplos setores da sociedade, especialmente em áreas de intensa produção de cana-de-açúcar: sindicatos, partidos políticos, prefeituras, igrejas, entidades governamentais etc.; o destino dos milhares de trabalhadores safristas de São Paulo e de outras regiões, são o ponto central da discussão (p.309-10).

[...] Trata-se no fundo de buscar novas formas de ocupação para esta população de ex-parceiros, ex-meeiros, ex-bóias-frias, ex-pequenos produtores rurais marginalizados pela modernização conservadora das décadas passadas.[...] (p.8).

Consideramos essa discussão necessária, pois, no caso específico dos trabalhadores vinculados ao corte manual da cana-de-açúcar, a mecanização da colheita tem provocado elevados contingentes de desempregados. Muitos não conseguem inserir-se em outras atividades (seja na própria cultura, em trabalhos como a carpa e o plantio; seja em outras culturas) durante todo o ano, no mercado de trabalho, sendo desnecessário lembrar que muitas famílias vivem no limite de sua reprodução.

Nessa perspectiva, não é desprezível o impacto que haverá em diversas áreas do Estado de São Paulo, especialmente em pequenos municípios⁵³, que têm praticamente a renda local gerada a partir desses empregos (portanto, atrelada a uma determinada forma de produção e relações de trabalho específicas).

As mudanças em curso inserem-se no bojo de um complexo processo histórico, sendo que o desenvolvimento das forças produtivas detém papel crucial nesta análise. O desenvolvimento de novas técnicas, maquinários e processos de trabalho repercutiu profundamente sobre a gestão do trabalho e a desregulação dos mercados trouxe consigo a exigência da também desregulamentação do mercado de trabalho, portanto, com desdobramentos profundos na relação entre capital e trabalho, bem como nas relações de produção e de organização do processo produtivo e daí nas relações de trabalho, controle e gestão.

Podemos destacar outra conseqüência do processo atual de reestruturação produtiva, lembrando que este (re)qualifica formas de produção e relações de trabalho anteriormente dominantes (sendo consonante com a processualidade), interessante para o Capital, porém de conseqüências nefastas para o Trabalho: a diminuição da “margem de manobra” do trabalhador organizado em sindicatos (tanto em termos políticos quanto econômicos, relativos à questão dos salários, bem como de outros benefícios)⁵⁴.

⁵³ Ressaltamos o comentário de um empresário do setor sucroalcooleiro, extraído de um artigo de jornal: “Há vários municípios no interior que dependem das usinas. **Se elas não esmagam cana, não produzem, as cidades fecham.**” (José H. Braghini, Usina Junqueira, Igarapava/SP, grifos nossos). Folha de São Paulo, 1/6/99, caderno Agrofolha, p.3.

⁵⁴ Sobre a discussão sindical no setor ver: Thomaz Júnior, A. Por trás dos canaviais, os “nós” da cana: a relação capital x trabalho e o movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canavieira paulista, 2002; Coletti, C. *A estrutura sindical no campo*, 1998.

O final da década de 1990 e início de 2000 foram marcados por fortes pressões do empresariado sucroalcooleiro pela revitalização do PROÁLCOOL. Atualmente, devido aos preços do açúcar no mercado internacional estarem propiciando lucros ao setor (devido à desvalorização da moeda brasileira frente ao dólar), novamente o abastecimento de álcool hidratado e anidro está colocado em questão. Tais fatos denotam que o empresariado do setor tem como uma de suas únicas preocupações auferir lucros.

A expressiva maioria das empresas atualmente segue a tendência de fabricar vários produtos⁵⁵, inclusive como forma de se resguardar de períodos de crise de um produto específico. Outra direção tomada por muitas das empresas é a de investir em projetos de geração de energia elétrica a partir do bagaço da cana, sendo que muitas já estão com projetos em desenvolvimento e outras encaminharam projetos para o BNDES. Do mesmo modo, já se verifica, na região, a introdução de colheitadeiras para o corte mecanizado, portanto, já iniciando a substituição gradual do corte manual e ampliando as taxas de desemprego na região.

3.3. A dependência dos pequenos municípios canavieiros

Podemos verificar no quadro 3, o crescimento da produção canavieira na região de Catanduva. Até 1975, anteriormente, portanto, ao lançamento do PROÁLCOOL, a área ocupada pela cana-de-açúcar era significativamente menor ao observado dez anos após, pois, nesse período, essa área mais que triplicou. Essa expansão ocorreu, conforme já comentamos, em decorrência dos grandes recursos canalizados para o setor sucroalcooleiro da região e sobre áreas destinadas, anteriormente, a outros cultivos. Entre 1985 e 1995, ainda que tenha havido um crescimento, ele foi bem menor em relação ao período anterior, tendo em vista a diminuição dos recursos públicos destinados ao PROÁLCOOL nessa fase.

A paisagem desses municípios, como de outras regiões do Estado de São Paulo em que a cana-de-açúcar se tornou o principal produto, é marcada por essa

⁵⁵ Em entrevista à Revista Globo Rural (Açúcar transforma destilarias em usinas), o empresário Antônio Ruetete afirmou que desde a safra 2001/2002 passou a produzir açúcar, e todas as usinas da região de Catanduva, a partir da safra desse ano, também passarão a produzir (20/02/2003).

cultura, e é pouco perceptível a presença de outros cultivos para quem cruza as estradas da região⁵⁶.

A economia dos pequenos municípios sobre os quais esta pesquisa se debruçou gira em torno da economia canavieira. Nas Prefeituras Municipais dos cinco municípios pesquisados, os prefeitos e/ou seus representantes foram taxativos quanto a essa afirmação. A questão do desemprego de seus moradores é um dos mais graves problemas enfrentados, especialmente durante o período da entressafra, quando parcela deles, que são contratados como safristas para trabalhar na colheita da cana-de-açúcar, fica sem trabalho.

⁵⁶ A laranja é a segunda maior área plantada.

Quadro 3 – Região de Catanduva: Área (ha) ocupada pela cana-de-açúcar - 1975/1995

MUNICÍPIOS	ANOS		
	1975	1985	1995
Ariranha	3678	6679	6300
Catanduva	4964	13039	11204
Catiguá	4113	8310	7000
Elisiário	0	0	3000
Ibirá	36	1081	2000
Irapuã	73	1617	1500
Itajobi	0	4586	5500
Marapoama	0	0	1750
Novais	0	0	2100
Novo Horizonte	1076	7269	9000
Palmares Paulista	2628	5572	4630
Paraíso	1587	3488	4180
Pindorama	1165	5695	6700
Sales	1	0	300
Santa Adélia	1470	11080	12000
Tabapuã	1010	5899	2080
Uchôa	885	2114	3300
Urupês	0	630	2386
TOTAL	22686	77059	84930

Fonte: IBGE - Censos Agropecuários (1975-1995/6).

Consideramos importante registrar trechos em que comparece, nas entrevistas realizadas, a análise dos principais problemas enfrentados pelo município, como entendem o desemprego e como avaliam essa dependência, quase que exclusiva, desse setor da economia.

Os principais problemas que nós enfrentamos [no município] é a falta de emprego...né.... E a questão... isso gera uma... essa... essa... gera uma situação pela falta de indústria... não tem... Não é industrializado o município. [...] O que ocorre... o que... eleva o número de trabalhadores que busca guarida em outros... em outros locais de trabalho, ou seja como usina de açúcar e álcool. Essas usinas são pertencentes a outros municípios. [...] Ela é positiva [referindo-se à agroindústria canavieira], se falar que é negativa é mentira... mas só que tem um pormenor aí... porque ele não tem o... ele não... não cria um vínculo empregatício... se ele entra numa usina ele não fica empregado lá... é... contrato temporário, por temporada...Quando termina a safra de cana, pára... Então boa parte daqueles que estão dependendo daquilo... ficam sem o emprego... aí o que eles pegam, eles vão pra laranja, vão fazer a alternativa... quer dizer... são emprego temporário... não é fixo [...] (Antônio Roberto Pinotti⁵⁷ - Prefeitura de Santa Adélia).

Como uma economia rural/agrícola [refere-se a como define o município]. **A principal cultura é a cana-de-açúcar, laranja é bem pouco. Você só vê cana. A maioria dos moradores trabalham no corte de cana.** Aqui quase todos trabalham para a Usina Catanduva... O forte é o corte de cana. Por isso os problemas sociais provocados pela entressafra, quando aumentam os problemas sociais no município. (Rosenei Perpétua Garcia Pereira Coltri, Prefeita de Palmares Paulista , grifo nosso)

Porque aí... **nossa região aqui é baseado em cana-de-açúcar... então dá uma crise nisso aqui dá crise na cidade... afeta aqui, afeta Catanduva...** [...] É nessa... nesse período na lacuna da entressafra da cana é que o município... que boa parte da população... dessa... dessa mão-de-obra, acaba sendo aproveitada aí na lavoura da laranja, que é esse período... mas não chega a atingir a 40% dessa população [...] dessa... dessa comunidade... dessa...dessa... desse pessoal... dos bóias-frias... Os bóias-frias... eles não são aproveitados na sua totalidade na lavoura da laranja... que seria o ideal... se fosse meio a meio... a distribuição econômica disso aí... se fosse meio a meio... metade laranja e metade cana... parou a cana, entra na laranja. [...] (Nelson Trabuco - Prefeito de Pindorama, grifo nosso)

A “parada da cana”, como muitos se referem à entressafra, é um período crítico para esses municípios, pois, conforme fica demonstrado na fala do Prefeito de Pindorama, nem todos os que trabalham na safra da cana conseguem emprego

⁵⁷ O funcionário foi designado para nos atender na Prefeitura e ocupa o cargo de contador.

nessa época do ano, seja em outras culturas (caso, principalmente, da laranja na região), seja em outras ocupações.

Silva (1999) faz uma importante consideração sobre a questão analisada:

O contrato por safra ou por tarefa encobre a relação de um trabalho permanente. É mais um elemento para a não-garantia da estabilidade do emprego. Os proprietários lançam mão deste instrumento para não assumir, na entressafra, todos os trabalhadores contratados para a safra. Isto ocorre em relação aos 'bóias-frias' e também aos 'de fora', ao contingente do exército de reserva, proveniente de outras regiões do país [...] (p.86).

Nesse período, segundo as entrevistas realizadas, aumentam as demandas sociais nos municípios e os moradores buscam a Prefeitura e os serviços públicos existentes para solucionar desde o problema da alimentação da família, até o pagamento de contas de água e energia elétrica, o que indica que a remuneração paga pelo setor sucroalcooleiro não é suficiente para garantir a reprodução dos trabalhadores e de suas famílias.

Ao mesmo tempo, há que se considerar que nessas pequenas cidades, a oferta de empregos é assaz reduzida, em razão de praticamente inexistir outros setores de atividades capazes de absorver toda a mão de obra desempregada na entressafra.

Alguns chegam a admitir que essa quase exclusividade da agroindústria não é positiva para os municípios, conforme podemos perceber na fala dos entrevistados nas Prefeituras de Pindorama, Catiguá e Ariranha:

Hoje... hoje Catiguá está essencialmente canavieiro. **O município está rodeado por cana.** Existe o pequeno produtor que tem lá dez alqueires e é melhor ele arrendar pra usina que dá mil e quinhentos contos [sic] por mês e ele mora na cidade e arrenda a propriedade. **Catiguá... dependemos de duas usinas, que é a Usina Cerradinho e a Usina São Domingos.** (Osvaldir Darcie – Prefeito de Catiguá, grifos nossos).

A gente entende, por exemplo, que o problema maior é essa monocultura que existe na cana-de-açúcar. [...] Nós temos duas usinas instaladas no município... Nós temos mais duas ou três em cidades limites no município, né... Antigamente por exemplo, há pouco tempo atrás existia, o que dominava era cana e a laranja. E poucas pequenas atividades agrícolas [...]E essa mão-de-obra com essa monocultura tornou-se... ela ficou bastante ociosa essa mão-de-obra. [...] (Elsio Arlindo Villa, representante da Prefeitura de Ariranha, grifos nossos).

A dependência do setor canavieiro é considerada tão extremada, que se subentende nas falas dos entrevistados, que chega a “sufocar” outras possibilidades

de “desenvolvimento” econômico dos municípios, pois as pequenas cidades estão “rodeadas/cercadas por cana”, impedindo o surgimento de outros setores de atividades e de outras alternativas de trabalho para os moradores. O Prefeito de Catiguá ainda é mais enfático ao avaliar a situação do município no caso de crise no setor sucroalcooleiro:

Catiguá precisa... precisaria ter outra opção a não ser a cana. **Por que se um dia a cana fracassar, pode fechar Catiguá... porque não tem sobrevivência própria. O município é pobre e não tem sobrevivência...** O dia que as usinas, a cana, der qualquer problema na economia do país, pode fechar Catiguá, não tem condição de sobrevivência. (Osvaldir Darcie – Prefeito de Catiguá, grifos nossos)

Tendo em vista a preocupação com a modernização do setor e a substituição do corte manual da cana-de-açúcar pelas máquinas, perguntamos aos presidentes dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Ariranha e Catanduva como avaliavam a situação da categoria e das cidades em que residem parcela da mão-de-obra ocupada nas agroindústrias sucroalcooleiras. Transcrevemos os diálogos abaixo:

P. Na sua opinião, o que vai acontecer com os que trabalham no corte da cana na região e com as cidades em que eles moram?

R. Num ponto que a gente tá vendo hoje... que já tá tendo um pouquinho... desemprego... eu daqui dez anos se a pessoa fica em dificuldade.... que hoje todas as firmas tão exigindo a pessoa se estudar... pra ter aquele diploma ou a oitava série, essas coiserada... Mas se continuar do jeito que vai indo também não vai ter vaga pra tudo esse pessoal... Pra mim isso vai virar um... tipo o que ... daqui dez anos uma... briga entre os parceiros, entre amigos, que cada um vai, por exemplo, se vai fazer um salário e ele vai por outro menos... como já existe desde hoje mesmo...hoje... vai lá pede pro patrão um tanto, vem outro que recebe menos...

P. Ah, sim... Você acha que vai ter um rebaixamento do salário do trabalhador... na verdade...

R. Isso.

P. Então você acha que vai haver uma disputa, que vai haver gente que vai aceitar trabalhar por menos pra não perder a colocação?

R. Isso. Que aqueles que tem condições de estudar hoje ele estuda... ele vai pegando aquele grau e vai subindo... e aquele que não tem? Porque tem vários analfabetos... que depende do serviço também... e, as vezes, não vai ter ... hoje a gente tá vendo... no meu ponto até pra cortar cana vai ter que ter a oitava série do jeito que vai indo... que hoje tão exigindo tudo... Então vai chegar numa época, por exemplo, daqui dez anos, vai virar aquele tumulto... que por exemplo, se eu entro e oferto duzentos e outro fica por menos acabou isso aí... essa é a minha opinião... (Entrevista com José Carlos Bento - Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ariranha).

Ou seja, a tendência é ampliar a disputa dos trabalhadores rurais que se empregam no corte da cana-de-açúcar pelos postos de trabalho. Isso, com certeza, será definido na manutenção daqueles que apresentam maior produtividade (quantidade de cana cortada por dia), portanto, os que se apresentarem fisicamente mais fortes para o trabalho; implicando na diminuição da contratação dos

trabalhadores de maior idade, do sexo feminino, dos que solicitam dispensas mais freqüentes por problemas de saúde. A tendência é o agravamento do quadro da exploração do trabalho, visto que os que podem permanecer nessa função terão de ampliar o gasto de energia até o limite de suas forças.

O tempo de trabalho necessário à sobrevivência dos trabalhadores e de suas famílias (necessário à sua reprodução) implica em longas jornadas e na sua intensificação, estimulada pelo pagamento decorrente da quantidade de cana colhida, articulada a condições insalubres de trabalho faz com que este seja vivenciado como “sofrimento e castigo” (IAMAMOTO, 2001, p.216-35).

Outro sindicalista ouvido ressaltou a tendência do agravamento do quadro social da região, com a elevação das dificuldades na reprodução das famílias que têm membros que atuam no setor, da criminalidade, do consumo de drogas e mesmo do aparecimento e crescimento de movimentos de luta pela terra na região.

P. Quais as conseqüências que você acha que esse processo de modernização vai trazer pra pequenas cidades? Porque, por exemplo, Catanduva ainda é uma cidade de economia mais dinâmica, tem mais diversidade e, portanto, empregos em outros setores, mas as pequenas cidades, em geral, grande parte dos trabalhadores são ocupados na lavoura... Porque é uma região essencialmente agrícola. O que você enxerga como perspectiva disso no futuro? Que conseqüências você acha que essa modernização (substituição do corte manual pelo mecanizado) vai ocasionar?

R. Eu falo pra você... é uma guerra civil, porque o pessoal vai querer comer e não vai ter o que comer, o pessoal são trabalhadores que querem trabalhar, que quer pagar suas contas, e não tem com o que pagar, porque não vai ter emprego. Os seus filhos vão reclamar que tá com fome, vão sair, vai aumentar a criminalidade, porque aumenta (ininteligível). Pode fazer um pesquisa nas delegacias... você pode ver a criminalidade que aumenta. As crianças se drogando, porque os pais não conseguem dominar. Saem pra rua, as escolas estão cheias de muro, e o pessoal vendendo droga ou aumentar a frente do pessoal dos sem-terra... o Movimento Sem-Terra e invadir essas propriedades. Porque cana não é questão social. **Cana é a questão econômica, não social. A terra é preciso ser discutida como uma questão social. Então o que nós tem que fazer, ela é produtiva? Ela é produtiva, ela produz álcool e açúcar e energia elétrica agora... Só que é o seguinte, ela tá fazendo seu papel social?... Não tá fazendo seu papel social.** Então vamos invadir estas terras, entendeu? E vamos aumentar. (Entrevista com Walter Hipólito – Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Catanduva, grifos nossos).

O depoimento feito é instigante, visto que questiona até que ponto se pode considerar a função social da propriedade descolada da geração de empregos e renda para os que vivem na região. A terra é considerada produtiva, porém a modernização do corte da cana-de-açúcar pode significar desemprego para um contingente expressivo de trabalhadores, numa região com empregos pouco numerosos em outros setores da economia.

As pequenas cidades da região acabam, assim, por se enquadrarem, dentro da divisão territorial do trabalho, como “cidades do campo”, para retomar a

expressão utilizada por Santos (1993), predominando o setor agroindustrial na economia regional. Um dos seus principais papéis é prover de trabalhadores (mal remunerados) o setor sucroalcooleiro, garantindo a produção de moradia financiada com recursos públicos (federais, estaduais e municipais) nas pequenas cidades, sem expressividade em termos de papéis urbanos.

Além do fato de terem pequena população, a expressiva maioria dos habitantes também não usufrui de renda elevada⁵⁸ que possibilite o interesse de outros setores (principalmente comércio e serviços) em abrir novos negócios nos pequenos municípios.

3.4. A concentração fundiária na região

Avaliando a estrutura fundiária na Tabela 8 que contém os dados para a região de Catanduva como um todo, é interessante observar que houve, no período entre 1960 e 1995, crescimento no número e pequena diminuição na área ocupada pelos estabelecimentos de até 100 hectares. Percebemos, nesse mesmo período, que ocorreu maior concentração em relação ao número de estabelecimentos acima de 100 hectares (de 17,49% passa a 13,65%); já em relação à área houve uma retração (de 69,55% para 67,47%). Houve crescimento dos estabelecimentos acima de 1000 hectares se observamos que essa classe, em 1960, concentrava 21,86% da área e passou, em 1995, a 23,82% do total.

Esses fatos demonstram que há especificidades para o conjunto dos dezoito municípios que compõem a região, conforme podemos inferir observando os dados individuais para os cinco municípios selecionados em nosso recorte territorial e do município de Catanduva, que utilizaremos para reforçar nossa análise.

Em Catanduva, a exemplo do que ocorre nos pequenos municípios, a concentração de terras é marcante na evolução da estrutura fundiária. Percebemos claramente na Tabela 9 a diminuição progressiva da área ocupada pelos estabelecimentos de até 100 hectares e, mesmo em relação ao número destes, há

⁵⁸ Conforme já destacamos na discussão sobre a rede urbana, as atividades urbanas serão mais diversificadas e sofisticadas quanto maior for o nível de renda da população de uma cidade; dito de outro modo, um menor nível de renda representa menor diversidade de papéis e menor variedade de produtos e serviços ofertados; por outro lado, tais cidades apresentam, geralmente, influência restrita no âmbito da rede urbana.

queda acentuada (em 1995 totalizou 78,33% dos estabelecimentos existentes, que ficavam somente com 23,46% da área ocupada). Também em relação aos estabelecimentos entre 100 e 500 hectares, houve retração, tanto em número absoluto quanto em área ocupada. Notamos que já os grandes estabelecimentos (acima de 500 hectares) apresentam crescimento e, em 1995, apenas 6,09% dos estabelecimentos somam 44,12% da área rural total.

Notamos claramente, pela Tabela 10, a concentração de terras em Ariranha. Após 1970, os pequenos estabelecimentos sofrem retração em número de estabelecimentos (de 89,21% em 1970, para 87,86% em 1995). Tal processo é verificado ainda em relação aos estabelecimentos entre 100 e 500 hectares, em que a área ocupada passa de 55,34% em 1960, para 24,53 em 1995; em número de estabelecimentos tal fato é, do mesmo modo, percebido: cai de 28,42% em 1960, para 9,25% do total existente em 1995. Os estabelecimentos acima de 500 hectares conhecem uma evolução positiva, em 1995 apenas 2,89% dos estabelecimentos no município controlavam 43,87% da área total.

Além das terras próprias as usinas também arrendam as pequenas propriedades do município, conforme explicitado nessa fala:

E mesmo a questão de terra, por exemplo, certo... Aqui nós não temos, nós não temos mais o pequeno proprietário. Ou ele foi engolido, certo... porque a propriedade grande sufoca mesmo... Certo... Ou ele arrendou, porque ele não pode desenvolver uma outra atividade senão for plantar cana [...] Por ser uma pequena propriedade dele, ele não tem condições dele plantar. E ele produzir, não compensa o equipamento. Para ele pode produzir não compensa... Sufocou completamente. Se não está na mão dos usineiros, tá arrendado para eles. (Elsio Villa - Prefeitura de Ariranha).

Nota-se que o processo de concentração também é significativo na evolução da estrutura fundiária do município de Catiguá (Tabela 11). Os estabelecimentos acima de 500 hectares (3,61%) detinham, em 1960, 38,47% das terras, passando a monopolizar, em 1995, 62,15% destas (num total de 12,85% dos estabelecimentos).

Quanto aos pequenos estabelecimentos (até 100 hectares) que representavam, em 1960, 79,7% do total e ocupavam 29,74% das terras, perderam terreno. Em 1995 representavam 54,29% dos estabelecimentos existentes e ficavam somente com 7,63% da área.

O monopólio da cultura da cana-de-açúcar acaba forçando o pequeno proprietário, sem perspectivas de obter financiamentos (e posteriormente conseguir pagá-los) a vender a terra ou a arrendá-la para as usinas da região:

Hoje... hoje Catiguá está essencialmente canavieiro. O município está rodeado por cana. Existe o pequeno produtor que tem lá dez alqueires e é melhor ele arrendar pra usina que dá mil e quinhentos contos por mês e ele mora na cidade e arrenda a propriedade. Catiguá... dependemos de duas usinas, que é a Usina Cerradinho e a Usina São Domingos. (Osvaldir Darcie - Prefeito de Catiguá).

Os estabelecimentos entre 100 e 500 hectares também perderam espaço: em 1960 representavam 16,66% do total, e ocupavam 31,75% da área, passando para 32,86% dos estabelecimentos em 1995, ocupando uma área de 30,22%. Portanto, o monopólio da terra pelos grandes estabelecimentos é bastante expressivo e claramente verificado na tabela.

É notável a concentração em Palmares Paulista desde os anos 1970 (Tabela 12), mas que é reforçada nos dados do último Censo Agropecuário (1995/1996). Em 1995, 9,53% dos estabelecimentos acima de 500 hectares se apropriavam de 63,52% da área, demonstrando que o surgimento do município (derivado de Catanduva) tinha como uma de suas marcas mais expressivas a concentração fundiária. Os estabelecimentos até 100 hectares perderam tanto em número quanto em área ocupada. Os estabelecimentos entre 100 e 500 hectares também perderam espaço, evidenciando mais a concentração.

Tabela 8 – Região de Catanduva: Evolução da estrutura fundiária - 1960/1995

Classes de área (em hectares)	1960			1970			1975			1985			1995		
	Estab.	Área (ha)	%	Estab.	Área (ha)	%									
Menos de 10	12.06	0.83	21.42	2.24	20.26	1.75	17.13	1.51	20.51	1.77	1.77	20.51	1.77	1.77	
10 a menos de 100	70.45	29.62	65.32	33.19	64.61	32.02	68.20	34.92	65.84	30.76	30.76	65.84	30.76	30.76	
100 a menos de 500	15.12	35.40	11.74	36.72	13.69	43.25	12.98	39.49	11.73	32.89	32.89	11.73	32.89	32.89	
500 a menos de 1000	1.53	12.29	1.09	11.98	1.06	10.26	1.34	13.19	1.18	10.76	10.76	1.18	10.76	10.76	
1000 e mais	0.84	21.86	0.43	15.87	0.38	12.72	0.35	10.89	0.74	23.82	23.82	0.74	23.82	23.82	
Total	100														

Fonte: FIBGE – Censos Agropecuários, 1960, 1970, 1975, 1985, 1995.

Tabela 9 – Catanduva: Evolução da estrutura fundiária - 1960/1995

Classes de Área	1960			1970			1975			1985			1995		
	Estab.	%	Área (ha)	Estab.	%	Área (ha)	Estab.	%	Área (ha)	Estab.	%	Área (ha)	Estab.	%	Área (ha)
Menos de 10	103	19.61	513	1.45	136	25.0	791	2.34	129	24.66	627	1.81	65	14.	359
10 a menos de 100	339	64.57	11053	31.42	328	60.29	10065	29.78	311	59.46	10310	29.90	313	68.	10588
100 a menos de 500	75	14.28	15631	44.44	70	12.86	14744	43.62	71	13.57	14106	40.91	65	14.	13111
500 a menos de 1000	5	0.95	3177	9.03	8	1.47	5482	16.22	10	1.91	6634	19.24	12	2.6	7508
1000 e mais	3	0.57	4798	13.64	2	0.36	2712	8.02	2	0.38	2998	8.69	1	0.2	1150
Total	525	100	35172	100	544	100	33794	100	523	100	34475	100	456	100	32716

Fonte: FIBGE – Censos Agropecuários, 1960, 1970, 1975, 1985, 1995.

Tabela 10 - Ariranha: Evolução da estrutura fundiária - 1960/1995

Classes de Área	1960			1970			1975			1985			1995		
	Estab.	%	Área (ha)	Estab.	%	Área (ha)	Estab.	%	Área (ha)	Estab.	%	Área (ha)	Estab.	%	Área (ha)
Menos de 10	12	6.09	71	0.31	61	23.28	434	3.55	53	20.54	316	2.21	23	12.99	166
10 a menos de 100	121	61.42	5103	22.57	173	66.03	5546	45.38	171	66.27	5351	37.47	123	69.49	4937
100 a menos de 500	56	28.42	12510	55.34	28	10.68	6240	51.06	30	11.62	6057	42.41	28	15.81	6004
500 a menos de 1000	8	4.06	4918	21.75	-	-	-	-	4	1.55	2555	17.89	3	1.69	1941
1000 e mais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	197	100	22602	100	262	100	12220	100	258	100	14279	100	177	100	13048

Fonte: FIBGE – Censos Agropecuários, 1960, 1970, 1975, 1985, 1995.

Tabela 11 – Catiguá: Evolução da estrutura fundiária - 1960/1995

Classes de Área	1960			1970			1975			1985			1995		
	Estab.	%	Área (ha)	Estab.	%	Área (ha)	Estab.	%	Área (ha)	Estab.	%	Área (ha)	Estab.	%	Área (ha)
Menos de 10	11	7.97	56	0.37	7	5.03	43	0.30	32	20.25	216	1.51	18	14.28	107
10 a menos de 100	99	71.73	4347	29.37	102	73.38	4228	30.43	92	58.22	2965	20.75	68	53.96	2819
100 a menos de 500	23	16.66	4699	31.75	26	18.70	5539	39.86	29	18.35	7364	51.53	36	28.57	8670
500 a menos de 1000	3	2.17	2589	17.49	2	1.43	1237	8.90	5	3.16	3745	26.20	3	2.38	2033
1000 e mais	2	1.44	3105	20.98	2	1.43	2846	20.48	-	-	-	-	1	0.79	1101
Total	138	100	14796	100	139	100	13893	100	158	100	14289	100	126	100	14730

Fonte: FIBGE – Censos Agropecuários, 1960, 1970, 1975, 1985, 1995

No município de Pindorama (Tabela 13), também podemos verificar que, na evolução da estrutura fundiária, houve concentração de terras, intensificada após 1975. Os estabelecimentos com menos de 100 hectares perderam área (de 34,5% em 1960, para 29,35% em 1995, sendo expressivo terem atingido 46,23% de área ocupada em 1975) e o número de estabelecimentos cresceu ligeiramente: de 87,37% para 87,62%.

Do mesmo modo, esse fato é percebido em relação aos estabelecimentos entre 100 e 500 hectares, que passam de 44,63% da área ocupada em 1960 para 31,54% em 1995, com menor alteração se considerarmos o número de estabelecimentos (de 10,83% para 10,95%). Os estabelecimentos acima de 500 hectares, no entanto, verificaram expressivo crescimento de área ocupada (de 20,87% para 39,05%) tendo diminuído o número de estabelecimentos (de 1,8% para 1,43%).

Em Santa Adélia, o quadro não é diferente; porém é o município em que mais se verifica a concentração de terras, e esta pode ser observada ao longo da evolução da estrutura fundiária da Tabela 14. É bastante interessante que os estabelecimentos de até 100 hectares tenham ampliado sua participação em área ocupada (44,32%) até 1975 (data de implantação do PROÁLCOOL) e, a partir daí, apresentado queda nos índices (em 1995, 88,96% dos estabelecimentos ficavam com apenas 22,08% das terras). Ao contrário, verificamos o aumento da área controlada por estabelecimentos acima de 500 hectares - de 24,21% em 1960 para mais de 60% em 1995, ressaltando-se que essas terras são "repartidas" somente entre 2,27% dos estabelecimentos. Há um claro indício de monopolização das terras para produção de cana-de-açúcar. Também os estabelecimentos entre 100 e 500 hectares perderam em número e área ocupada (em 1960, 13,76% dos estabelecimentos dessa classe ficavam com 36,89% das terras, passando em 1995, para 8,77% dos estabelecimentos, diminuindo a participação na área ocupada para 17,81%).

Tabela 12 – Palmares Paulista: Evolução da estrutura fundiária - 1960/1995

Classes de Área	1960			1970			1975			1985			1995							
	Estab	%	Área (ha)	Estab	%	Área (ha)	Estab	%	Área (ha)	Estab	%	Área (ha)	Estab	%	Área (ha)					
Menos de 10	N.E.	N.E.	N.E.	58	51.32	337	4.22	18	19.03	104	1.30	4	7.54	17	0.21	7	15.55	19	0.26	
10 a menos de 100	N.E.	N.E.	N.E.	35	30.97	1158	14.50	27	43.54	1136	14.30	30	56.60	1666	21.25	26	57.77	1090	14.95	
100 a menos de 500	N.E.	N.E.	N.E.	16	14.15	3779	47.34	12	19.35	3459	43.54	16	30.18	4320	55.11	8	17.77	1685	23.11	
500 a menos de 1000	N.E.	N.E.	N.E.	4	3.53	2708	33.92	5	8.06	3244	40.84	3	5.66	1835	23.41	1	2.22	552	7.57	
1000 e mais	N.E.	N.E.	N.E.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	6.66	3944	54.10
Total	N.E.	N.E.	N.E.	113	100	7982	100	62	100	7943	100	53	100	7838	100	45	100	7290	100	

Fonte: FIBGE – Censos Agropecuários, 1960, 1970, 1975, 1985, 1995.

Tabela 13 – Pindorama: Evolução da estrutura fundiária - 1960/1995

Classes de Área	1960			1970			1975			1985			1995							
	Estab	%	Área (ha)	Estab	%	Área (ha)	Estab	%	Área (ha)	Estab	%	Área (ha)	Estab	%	Área (ha)					
Menos de 10	46	16.61	283	1.59	13.76	277	1.57	37	13.70	178	1.19	28	11.81	182	1.10	54	24.00	349	2.19	
10 a menos de 100	196	70.76	5846	32.91	73.15	6977	39.52	194	71.85	6764	45.46	196	82.70	5998	36.18	140	62.22	4486	28.17	
100 a menos de 500	30	10.83	7927	44.63	11.74	7660	43.38	37	13.70	6913	46.46	35	14.77	6789	40.95	27	12.00	5183	32.54	
500 a menos de 1000	4	1.44	2507	14.11	3	1.01	1566	8.87	2	0.74	1045	7.02	6	2.53	3611	21.78	2	0.89	1050	6.59
1000 e mais	1	0.36	1200	6.76	1	0.34	1176	6.66	-	-	-	-	-	-	-	2	0.89	4859	30.51	
Total	277	100	17763	100	298	100	17656	100	270	100	14879	100	237	100	16580	100	225	100	15927	100

Fonte: FIBGE – Censos Agropecuários, 1960, 1970, 1975, 1985, 1995.

Tabela 14 – Santa Adélia: Evolução da estrutura fundiária - 1960/1995

Classes de Área	1960			1970			1975			1985			1995							
	Estab	%	Área (ha)	Estab	%	Área (ha)	Estab	%	Área (ha)	Estab	%	Área (ha)	Estab	%	Área (ha)					
Menos de 10	25	6.14	134	0.43	136	20.70	1021	3.60	198	30.60	1167	4.22	98	21.54	612	1.97	73	21.35	450	1.37
10 a menos de 100	320	78.62	11918	38.48	457	69.56	11848	41.72	387	59.81	11085	40.09	295	64.84	9242	29.68	227	66.37	7053	21.53
100 a menos de 500	56	13.76	11425	36.89	59	8.98	10872	38.29	57	8.80	11091	40.11	50	10.99	9970	32.02	32	9.36	6019	18.38
500 a menos de 1000	3	0.74	2294	7.41	4	0.61	2804	9.87	3	0.46	1842	6.66	8	1.76	5460	17.54	3	0.88	1889	5.77
1000 e mais	3	0.74	5202	16.80	1	0.15	1851	6.52	2	0.30	2461	8.90	4	0.88	5853	18.80	7	2.05	17341	52.95
Total	407	100	30973	100	657	100	28396	100	647	100	27645	100	455	100	31137	100	342	100	32752	100

Fonte FIBGE – Censos Agropecuários, 1960, 1970, 1975, 1985, 1995.

Podemos, a partir das análises da evolução da estrutura fundiária da área de pesquisa, afirmar que, no processo de consolidação do setor sucroalcooleiro, não apenas se conservou como se ampliou o poder dos proprietários rurais, tendo em vista a concentração de terras. Tal processo, sem dúvida, permitiu não somente o domínio político da região (com a articulação a outros atores da classe dominante), mas corroborou na ampliação da exploração econômica dos trabalhadores que aí residem, pois é um dos setores da economia que mais empregam na região, contribuindo, assim, para o rebaixamento dos salários.

Ou seja, a articulação de interesses que derivou da constituição e consolidação do setor agroindustrial, em que o Estado desempenhou papel decisivo com as políticas implementadas, especialmente as relativas ao PROÁLCOOL, fomentando a modernização agrícola, redefiniram a região em múltiplas dimensões (espacial, social, econômica, cultural) e, particularmente, em termos da divisão territorial do trabalho e do modo como se insere, a partir de então, a região na rede urbana.

[...] imaginei um modelo de cidade do qual extraio todas as outras [...] É uma cidade feita só de exceções, impedimentos, contradições, incongruências, contra-sensos. Se uma cidade assim é o que há de mais improvável diminuindo o número de elementos anormais aumenta a probabilidade de que a cidade realmente exista. Portanto, basta subtrair as exceções ao meu modelo e em qualquer direção que eu vá sempre me encontrarei diante de uma cidade que, apesar de sempre por causa das exceções, existe. Mas não posso conduzir a minha operação além de um certo limite: obteria cidades inverossímeis demais para serem verdadeiras. (Ítalo Calvino, *As cidades invisíveis*, 1990, p.67).

CAPÍTULO IV

4. A MORADIA E A REPRODUÇÃO SOCIAL

A cidade enquanto produto histórico e social, em sua dimensão espacial, revela permanências de outros tempos, compondo na paisagem urbana um mosaico de tempo-espaço, ou seja, expressa tempos e espaços múltiplos e, ao mesmo tempo, aponta para novas transformações decorrentes de sua (re)produção.

Para Carlos (2001):

A análise do processo de produção do espaço urbano requer a justaposição de vários níveis da realidade, momentos diferenciados da reprodução geral da sociedade, como o da dominação política, o da acumulação do capital, da realização da vida humana. [...] (p. 12)

É também necessário observar que

A noção de produção se vincula a produção do homem, às condições de vida da sociedade em sua multiplicidade de aspectos, e como é por ela determinado. Aponta, por sua vez, para a reprodução, e evidencia a perspectiva de compreensão de uma totalidade que não se restringe apenas ao plano do econômico, abrindo-se para que o entendimento da sociedade em seu movimento mais amplo, o que pressupõe uma totalidade. Portanto, a noção de produção está articulada, inexoravelmente, aquela de reprodução das relações sociais *latu sensu* – em determinado tempo e lugar. Termo amplo que envolve a produção e suas relações mais abrangentes, o que significa, neste contexto, o que se passa fora da esfera específica da produção de mercadorias e do mundo do trabalho (sem, todavia, deixar de incorporá-lo) para estender-se ao plano do habitar, ao lazer, à vida privada, guardando o sentido do dinamismo das necessidades e dos desejos que marcam a reprodução da sociedade. Nessa direção, a noção de reprodução desvenda como perspectiva analítica a realidade urbana em constituição, analisa a vida cotidiana como lugar da reprodução em sentido amplo. [...]. (CARLOS, 2001, p.13-4).

Destarte, é essencial entender que a realidade encontra-se em constante movimento e este não se faz de forma linear e mecânica, mas de forma complexa e contraditória. O espaço, enquanto uma das dimensões da totalidade, revela as transformações históricas e sociais que se operam e que adquirem expressão material. A leitura do espaço permite identificar as contradições que estão encobertas nas formas, ou seja, a relação forma-conteúdo do espaço permite seu entendimento dialético.

A reflexão de Carlos (2001)¹ contribui para corroborar esta afirmação:

[...] A sociedade constrói um mundo objetivo; na prática socioespacial esse mundo se revela em suas contradições, em um movimento que aponta um processo em curso, com base no processo de reprodução das relações sociais (que se realiza como relação espaço-temporal). É por isso que podemos afirmar que no espaço se pode ler as possibilidades concretas de realização da sociedade. A análise geográfica do mundo é aquela que caminha no desvendamento dos processos constitutivos do espaço social. (p. 11-12).

Ao discutirmos a reprodução do espaço, devemos ter clara sua imbricação à reprodução do trabalho (constituindo-se a moradia em um dos espaços essenciais dessa reprodução) e à reprodução do capital, sendo fundamental a compreensão dessa articulação, sob pena de fazermos uma análise compartimentada. Esses níveis se imbricam, conformando a totalidade.

A moradia, tal qual a cidade, constitui-se enquanto produto (das relações sociais que se desenvolvem entre proprietários e não proprietários, entre o poder público e a sociedade, entre a produção coletiva e a apropriação privada), meio (na medida em que se constitui em lugar essencial para a existência, ou seja, enquanto dimensão da vida) e condição (por assegurar a reprodução, articulando-se a reprodução biológica, individual, familiar e a reprodução da força de trabalho²). Identificamos, assim, na região pesquisada, uma unidade entre a reprodução do espaço – a partir da produção de moradias financiadas para moradores de pequenas cidades – e a reprodução social, portanto, do trabalho e do capital.

O processo de reprodução espacial é, neta perspectiva, analisado enquanto complexo, contínuo e contraditório. Temos então a moradia, enquanto uma das formas de apropriação do espaço, colocando-se como imprescindível para a reprodução do trabalho e, portanto, da reprodução social.

A forma de apropriação do espaço urbano, pelos diferentes segmentos sociais, a partir da cidade, é, portanto, diferenciada, ficando evidenciado, pelas diferenças espaciais, as contradições sociais, lembrando que a produção da cidade é coletiva, mas sua apropriação, em razão da propriedade privada, ocorre de forma

¹ Carlos, A. F. A., *Espaço-tempo na metrópole*, 2001.

² Ver sobre esta questão: Evers, T. et al., *Movimentos de bairro e estado: lutas na esfera da reprodução na América Latina*, 1985.

privada³.

O Estado desempenha papel de destaque na reprodução do espaço urbano, e os investimentos produtivos, na visão de diversos autores⁴, absorvem a maior parcela dos recursos públicos. Ou seja, tanto a reprodução do capital quanto a reprodução da força de trabalho (produção de bens e serviços sociais públicos), passaram, especialmente no pós II Guerra Mundial, através das políticas do denominado *Welfare State* (Estado do Bem-Estar Social), a terem no fundo público a base de financiamento da economia capitalista⁵.

Nas palavras de Oliveira (1988):

[...] o fundo público, em suas diversas formas, passou a ser o pressuposto do financiamento da acumulação do capital, de um lado, e, de outro, do financiamento da reprodução da força de trabalho, atingindo globalmente toda a população por meio dos gastos sociais. (p. 19-20).

Para Cignolli (1985), a política do *Welfare State*, empreendida no Brasil no século XX, guarda profundas diferenças da que foi aplicada nos países europeus. O Estado empenhou-se numa escala maior, em termos de investimentos públicos, em garantir a reprodução do capital, assumindo o ônus dos investimentos que não são implementados pelos capitalistas de forma individual. Nesse contexto, podem ser citados os investimentos em infra-estrutura, que possibilitaram e possibilitam a reprodução e a circulação do capital, a concessão de créditos e financiamentos que potencializaram e permitiram a acumulação (p.110-11). Por outro lado, ao regular a relação entre o capital e o trabalho, de múltiplas formas, como, por exemplo, determinando o nível do salário mínimo, estabelecendo as normas e regras para a contratação dos empregados, reprimindo o movimento sindical etc., o Estado permitiu, na visão de Cignolli (1985, p.102-111), a ampliação da exploração da força de trabalho.

Segundo este mesmo autor:

³ Sobre o processo de produção coletiva da cidade e sua apropriação privada, ver, entre outros, o trabalho de Rodrigues, A. M. *Na procura do lugar o encontro da identidade: um estudo do processo de ocupação de terras* – Osasco, 1988.

⁴ Ver entre outros Lojkine, J. *O Estado capitalista e a questão urbana*, 1981; Cignolli, A. *Estado e força de trabalho*, 1985.

⁵ Oliveira, F. de. *O surgimento do antivalor: capital, força de trabalho e fundo público*, 1988. Ainda que o referido autor proponha na tese bastante provocativa da teoria do valor presente na obra de Marx,

A reprodução da força de trabalho compreende três domínios principais: 1) a manutenção da capacidade de trabalho, fundamentalmente mediante o salário, para repor as energias gastas pelo trabalhador no processo de produção; 2) a restituição dessa capacidade mediante salários 'indiretos', serviços coletivos, prestações e manutenção de sua reserva; 3) a reprodução de novos trabalhadores. (CIGNOLLI, 1985,p. 102).

A principal singularidade do Estado brasileiro, e do modo como o *Welfare State* foi aplicado, para Cignolli (1985), consiste no fato de que não é fundamental o investimento em parcela dessa força de trabalho para garantir a reprodução do capital, daí haver a exclusão social e péssima distribuição de renda no país. Nas palavras do autor:

[...] não é necessário investir na reprodução de uma parte da força de trabalho para manter a acumulação. A intervenção do Estado é parcial neste aspecto, e se limita a certas categorias graças ao lugar estratégico que ocupam no processo produtivo para satisfazer necessidades técnicas de produção ou para atender a pressão reivindicativa dessas categorias. [...] As intervenções do Estado não são para 'socializar' o consumo, mas para privatizá-lo. [...] (CIGNOLLI, 1985, p.110).

Sob essa perspectiva, os investimentos na esfera da reprodução da força de trabalho serão mais privilegiados quanto maior for o interesse do Estado e do capital em garantir essa reprodução. É com este sentido que identificamos a produção expressiva de conjuntos habitacionais, financiados com recursos públicos, na região estudada. Investe-se na produção de habitação financiada em pequenas cidades que pouco oferecem em termos de papéis aos seus habitantes, obrigando-os ao deslocamento para que possam ter satisfeitas necessidades essenciais à sua reprodução social (trabalho, atendimento médico-hospitalar, educação superior, lazer etc.).

As pequenas cidades, resguardadas as diferenças conceituais, político-administrativas e espaciais, colocam-se espacialmente do mesmo modo que as periferias, tomadas aqui no sentido de lugares com carência ou precariedade dos meios de consumo coletivos, dos médios e grandes centros urbanos.

Lojkin (1981) propõe definir a oposição, que se encontra na base da urbanização capitalista, da seguinte forma:

pretendemos, tão somente, utilizar essa sua contribuição. Ver também, do mesmo autor, *Os direitos*

[...] essa oposição é muito mais materializada hoje pela segregação espacial entre os grandes centros urbanos – que concentram ao mesmo tempo o trabalho intelectual mais desenvolvido e os órgãos de comando – e as zonas periféricas onde estão disseminadas as atividades de execução e os lugares de reprodução empobrecida da força de trabalho. [...] (p.142).

Segundo Lojkine (1981), ao discorrer sobre as características da cidade capitalista, há uma crescente concentração dos meios de consumo coletivos, sendo o Estado o principal encarregado da produção desses bens. Assim, entre as diversas esferas de atuação do Estado, em relação à reprodução do capital e à reprodução da força de trabalho, deve-se destacar a produção de um amplo conjunto de bens de consumo coletivos (infra-estrutura, equipamentos e serviços).

Rodrigues (1988)⁶, ao analisar a atuação do Estado enquanto agente produtor do espaço urbano, através das políticas públicas, assinala:

Será o Estado, através de todas as suas instâncias, que se encarregará do financiamento, da produção e do gerenciamento, enfim, da produção de determinados valores de uso – os meios de consumo coletivos – necessários à produção, que viabilizem a cooperação capitalista e a reprodução da força de trabalho. [...] (p.109).

Os investimentos feitos na produção desses bens implicam em sua territorialização, sendo que o Estado, ao implementar os meios de consumo coletivos, promove uma distribuição espacial desigual, privilegiando determinados setores produtivos e/ou segmentos da população. A existência da propriedade privada, em função da desigual distribuição dos meios de consumo coletivos e da forma de atuação do Estado, a partir das políticas públicas, prioriza a produção dos equipamentos, serviços e infra-estrutura, o que têm como resultado reforçar o processo de segregação socioespacial.

A urbanização, desse modo, não pode ser explicada sem considerar que, ao mesmo tempo, é produto, meio e condição da divisão social e territorial do trabalho. Assim sendo, as transformações em suas formas e funções, ocorrem de modo combinado com tal divisão. Nesse sentido, a urbanização e o fenômeno urbano adquirem dimensões e especificidades no contexto do capitalismo.

Para Lojkine (1981), na análise dos efeitos úteis de aglomeração ou

do antivalor: a economia política da hegemonia imperfeita, 1988.

cooperação espacial propiciadas pela urbanização, deve-se considerar as novas exigências postas pelo atual estágio de desenvolvimento capitalista e, desse modo,

[...] o conjunto dos meios de formação de uma força de trabalho complexa, adaptada às novas condições de trabalho como à nova divisão espacial das atividades, que é adaptado a esta socialização do território nacional e multinacional: para localizar suas unidades de produção, de gestão, de pesquisa ou de direção, os capitalistas exigem mais não só estradas ou instrumentos de telecomunicação mas também conjuntos coletivos de habitação, escolas, universidades, centros de pesquisa... [...] (p.145).

Para Lojkine (1981), a intervenção do Estado na urbanização capitalista potencializa, sobremaneira, os efeitos produzidos pela aglomeração urbana, ampliando, por conseguinte, as possibilidades de reprodução do capital:

Sendo assim, a aglomeração da população, dos instrumentos de produção, do capital, *dos prazeres e das necessidades* – em outras palavras *a cidade* – não é de modo algum um fenômeno autônomo sujeito a leis de desenvolvimento totalmente distintas das leis da acumulação capitalista: não se pode dissociá-la da tendência que o capital tem a aumentar a produtividade do trabalho pela socialização *das condições gerais* da produção – das quais a urbanização [...] é componente essencial. (p. 137, destaque do autor).

Nesta perspectiva, as novas exigências colocadas pelo atual estágio de desenvolvimento capitalista exigem que a “cooperação das formas produtivas” se façam de modo mais amplo, extrapolando a dimensão da unidade de produção, de forma que “[...] não se pode mais separar a concentração dos homens e das máquinas, os lugares de reprodução de sua força de trabalho e os lugares de acumulação de capital. [...]” (LOJKINE, 1981, p.321).

Outro autor que fornece uma contribuição importante ao entendimento sobre a reprodução do espaço ser essencial à reprodução das relações sociais⁷ é Lefebvre (2002)⁸ e analisa que um projeto de transformação social, necessariamente, deve ter no espaço uma das dimensões centrais. Este autor, discutindo a reprodução das relações sociais, baseado em Marx, faz os seguintes questionamentos:

[...] as relações de exploração e de dominação, de autoridade e de poder,

⁶ Rodrigues, A.M. *Na procura do lugar o encontro da identidade: um estudo do processo de ocupação de terras* – Osasco, 1988.

⁷ Para Lefebvre envolve a reprodução biológica (efetuada pela família), a reprodução da força de trabalho e a reprodução das relações sociais de produção, três aspectos distintos desse processo.

⁸ Lefebvre, H. *Estrutura Social: a reprodução das relações sociais*, 2002.

que implicam relações entre aqueles que decidem e os que executam, poderão perpetuar-se apenas nos locais de trabalho, nas unidades de produção? Não implicarão condições exteriores às condições de trabalho? Onde, como e porque se realiza então esta reprodução que nem coincide com a produção como tal, nem com a reprodução dos meios, humanos e materiais de produção? [...] (LEFEBVRE, 2002, p.191).

E conclui que

Não é apenas toda a sociedade que se torna o lugar da reprodução (das relações de produção e não já apenas dos meios de produção): *é todo o espaço*. [...] (LEFEBVRE, 2002, p.208, destaque do autor).

A produção dos conjuntos habitacionais é também utilizada de forma política e ideológica e identificamos sua real dimensão a partir do entendimento da reprodução social. Novamente recorreremos a Lojkin (1981), para quem é necessário distinguir entre os programas oficiais, a partir dos quais são feitas pelo poder público “as declarações de intenções” com as políticas efetivamente produzidas, as “práticas reais”, ainda que ressalte que ambos se constituem em produto de uma mesma “lógica social” (p.175-219).

É com esta perspectiva que buscamos analisar a produção de conjuntos habitacionais nos cinco municípios pesquisados, analisando como os programas habitacionais, implementados com recursos federais, estaduais e municipais, inscrevem-se espacialmente, ou seja, territorializam-se. Por tal razão, devemos entender que programas habitacionais e políticas habitacionais são, pois, produto de uma mesma lógica, de um mesmo processo e, em última instância, objetivam uma dada forma de reprodução espacial que se imbrica à reprodução social.

A moradia implementada através dos conjuntos habitacionais financiados com recursos públicos é uma das formas mais marcantes de (re)produção do espaço, seja porque implica numa incorporação de áreas geralmente extensas, seja pela transformação extremamente rápida com que modifica a paisagem urbana.

O fato da remuneração de parcela expressiva da força de trabalho ser insuficiente para garantir sua reprodução social, especialmente a ocupada junto à agricultura de forma sazonal, torna praticamente impossível a sua sobrevivência e de sua família, obrigando a existência de outras políticas públicas, além da política habitacional, que permitam, ainda que minimamente, sua reprodução social.

O Estado, através do PROÁLCOOL, investiu maciçamente recursos públicos na agroindústria sucroalcooleira, criando, estimulando e ampliando as condições

necessárias à reprodução do capital, sendo várias as políticas que se articularam e se combinaram ao processo.

Nos municípios pesquisados, entendemos que as políticas habitacionais e aquelas promovidas, particularmente pelos governos locais, como distribuição de cesta básica e, em alguns casos, de uma “complementação de renda”, devem ser entendidas no bojo do processo mais amplo de constituição da região e de sua nova inserção na divisão territorial do trabalho. Ainda que, na aparência, não possam ser imediatamente identificadas, parecendo tratar-se de movimentos autônomos, nossa leitura é de que, de fato, são complementares.

Nesse contexto, consideramos que, mesmo não sendo de forma declarada, há um inegável interesse do setor sucroalcooleiro em que o poder público, em suas diferentes esferas, promova investimentos na esfera da reprodução da força de trabalho, sendo a moradia financiada uma das dimensões fundamentais em que se realiza a reprodução social.

Essa articulação demonstra a especificidade de como se processou e se processa a reprodução do capital, no Brasil, em que as políticas públicas se tornam um fator preponderante na garantia da reprodução da força de trabalho que interessa mais diretamente aos setores produtivos e, portanto, permitindo a possibilidade de sua exploração.

4.1. Breve resgate da política habitacional no Brasil no contexto pós-1964

A política habitacional no Brasil deve, necessariamente, ser compreendida no quadro contraditório da formulação das políticas públicas. No caso em estudo, interessam aquelas referentes ao urbano, que devem ser entendidas enquanto parte essencial na produção do espaço brasileiro.

Isto porque as políticas urbanas não ocorrem descoladas do contexto político-econômico, mas, antes, são parte integrante do modelo político econômico no âmbito do qual foram instauradas.

No caso da problemática tratada, faremos um recorte a partir de 1964, ano em que se instaurou o Regime Militar no país, a partir de quando foram formuladas políticas essenciais para a compreensão da produção da cidade e da urbanização

brasileira⁹, com a criação, através da Lei n.º 4380, do Banco Nacional da Habitação (BNH), do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) e do Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU)¹⁰.

Inúmeros trabalhos produzidos demonstraram o quanto tais políticas urbanas efetivadas, a partir dos programas implementados, tiveram expressiva repercussão na (re)estruturação e na (re)produção do espaço urbano em todo o Brasil.

Os financiamentos concedidos conferiram uma aspecto “estandardizado” às cidades brasileiras, uma vez que os planos urbanísticos e projetos arquitetônicos dos conjuntos habitacionais eram e são extremamente semelhantes entre si, independentemente da região ou tamanho de cidade em que se implantam. Essa homogeneização, sobretudo tratando-se de projetos tão elementares, facilita a produção, conferem maior rapidez à execução dos planos e programas implementados e barateiam sobremaneira os custos.

Daí o aspecto similar de várias cidades, guardadas certas especificidades, o que se verifica pela existência de conjuntos habitacionais homogêneos, obras de canalização e saneamento de fundos de vale de orientação padronizada, arquitetura assemelhada em equipamentos coletivos implementados, promovendo, enfim, uma efetiva padronização espacial e contribuindo para um processo de produção da cidade, marcado pelas diferenças e pela separação socioespacial.

Entre os objetivos expressos, que constam da legislação que deu origem ao BNH, ao SFH e ao SERFHAU, tais agentes deveriam atuar, por um lado,

⁹ As primeiras intervenções do Estado na questão da moradia no Brasil datam do final do século XIX, especialmente direcionadas a uma preocupação higienista/sanitária, devido à proliferação de cortiços e favelas. No início do século XX, houve estímulo à construção das vilas operárias; a origem das organizações de seguro social no país data de 1923, com a criação da Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários, seguidas pela criação dos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs), na década de 1930; a partir de 1942 outra forma de intervenção reporta-se às Leis do Inquilinato. Tais políticas denotam a preocupação crescente do Estado com a questão habitacional, as quais devem ser compreendidas no contexto do desenvolvimento do capitalismo no país. Como um dos objetivos centrais destas políticas, podemos destacar a intenção de ampliar o controle político sobre as classes trabalhadoras, ao mesmo tempo buscando a maior legitimação do Estado. Para maiores detalhes destas políticas, ver, entre outros: Kowarick, L. & Ant, C. Cem anos de promiscuidade: o cortiço na cidade de São Paulo, 1994; Bonduki, N. Crise na habitação e a luta pela moradia no pós-guerra, 1994; Bonduki, N. Origens da habitação social no Brasil, 1994; Campos Filho, C. M. *Cidades brasileiras: seu controle ou o caos: o que os cidadãos podem fazer pela humanização das cidades*, 1989; Kowarick, L. & Bonduki, N. Espaço urbano e espaço político: do populismo à redemocratização, 1994.

¹⁰ Entre os autores que resgataram a instituição do BNH, destacamos: Bolaffi, G. Para uma nova política habitacional e urbana: possibilidades econômicas, alternativas operacionais e limites políticos, 1980; Azevedo, S. & Andrade, L. A. G. *Habitação e poder – da fundação da casa popular ao Banco Nacional da Habitação*, 1982; Maricato, E. *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil Industrial*, 1982; Maricato, E. *Política habitacional no regime militar: do milagre brasileiro à crise econômica*, 1987.

estimulando o setor da construção civil, promovendo a ampliação de empregos e, por outro lado, possibilitando o acesso à habitação para a população, em especial, a de renda mais baixa.

A função do BNH seria, então: “[...] orientar, disciplinar e controlar o SFH, para promover a construção e a aquisição da casa própria, especialmente pelas classes de menor renda.” (AZEVEDO & ANDRADE, 1982, p.61)¹¹.

Inicialmente, os recursos eram captados através do recolhimento compulsório de 1% dos salários pagos aos trabalhadores contratados em regime de CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) no país, da instituição da correção monetária nos contratos imobiliários e da arrecadação da Loteria Federal¹².

A partir de 1966, os recursos passaram a ser canalizados da Sociedade Brasileira de Poupança e Empréstimo (SBPE) e, principalmente, do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), o que o tornou o segundo maior banco do país (BOLAFFI, 1980, p.50). Apenas em 1975, os recursos provindos do FGTS foram superados pelos captados da SBPE, verificando-se nos anos subsequentes uma oscilação entre um e outro¹³.

Vários foram os autores que se debruçaram sobre o surgimento destas políticas e analisaram seus impactos e repercussões na produção do espaço urbano, assim como o papel exercido pelo Estado em tal produção e a complexidade que envolve sua atuação.

Assim, ao empreenderem análise críticas acerca da política urbana gestada após 1964, atribuíram ao BNH objetivos que não estavam expressos no discurso oficial, porém, que foram manifestados em nível social, político e espacial nas cidades em que foram concretizados.

Uma das constatações e críticas mais contundentes faz referência ao papel ideológico dos planos e programas implementados, imprescindível para a manutenção e a legitimação do Regime Militar, especialmente no que diz respeito à casa própria, tendo esta se constituído numa representação “ideal” da sociedade, particularmente das classes trabalhadoras, tendo em vista fornecerem ao morador

¹¹ Azevedo, S. & Andrade, L. A. G. *Habitação e poder* – da fundação da casa popular ao Banco Nacional da Habitação, 1982.

¹² Ibid.

¹³ Azevedo, S. & Andrade, L. A. G., 1982, p.66.

maior segurança frente a situações como desemprego e crise econômica. Para o Estado, por sua vez, representou um importante sustentáculo político¹⁴.

Outro ponto fundamental destacado nos trabalhos, que se centraram nesta problemática, refere-se ao enorme estímulo oferecido por tais políticas ao setor da construção civil, não somente dinamizando e ampliando o número de empregos, mas, também, vindo “à reboque” no patrocínio de obras de infra-estrutura e desenvolvimento urbano, interessantes e fundamentais à expansão e desenvolvimento do capitalismo no país e, portanto, imprescindíveis à reprodução do capital¹⁵.

Outro autor que corroborou esta análise foi Mello (1988), ao afirmar que o setor da construção civil, através das políticas habitacionais e de desenvolvimento urbano patrocinadas com recursos do FGTS, que são recursos dos trabalhadores, foi um dos que mais lucraram e se beneficiaram do modelo de política implementada e viabilizada pelo BNH.

O setor bancário foi outro dos grandes beneficiários das políticas urbanas colocadas em curso, através da arrecadação do FGTS e do gerenciamento da SBPE, uma vez que efetuavam operações financeiras com estes recursos, antes de os transferir ao BNH¹⁶.

Serra (1991) reforçou a análise acerca da deliberada legitimação do Regime Militar, tendo em vista que, no período de 1964 a 1984, ampliou-se o controle político sobre os municípios brasileiros, que tiveram sua autonomia suprimida por ocasião da reforma tributária promovida pelo Governo Federal. Assim, as políticas públicas e os programas de planejamento empreendidos são marcas do centralismo autoritário instaurado no país pós-1964, que não possibilitava muitos caminhos aos

municípios para implementar os seus projetos de infra-estrutura e equipamentos coletivos sem a solicitação de verbas ao Governo Federal, gerando certo atrelamento político ao Regime Militar.

¹⁴ Maricato, E. *Política habitacional no regime militar: do milagre brasileiro à crise econômica*, 1987, p.30. Ver também: Azevedo, S. & Andrade, L. A. G. *Habitação e poder: da fundação da casa popular ao Banco Nacional da Habitação*, 1982.

¹⁵ Ver, entre outros, Maricato (1982), Maricato (1987), Azevedo & Andrade (1982).

¹⁶ Tal prática somente foi suspensa quando a CEF (Caixa Econômica Federal), vindo a substituir e assumir as antigas atribuições do BNH, efetuou a centralização da captação dos recursos provindos do FGTS, no final da década de 1980. Ver mais em Arretche, M. T. S. *Intervenção do Estado e setor privado: o modelo brasileiro de política habitacional*, 1990.

Neste contexto, o discurso da modernização, do progresso e do desenvolvimento desempenhou importante papel. Tal orientação fez parte do “ideário desenvolvimentista” colocado em marcha neste contexto histórico. Sobre esta ideologia, consideramos pertinente a contribuição dada por Rodrigues (1988)¹⁷.

Será através do desenvolvimento, onde se destaca o urbano, que se darão, segundo essa concepção, as soluções aos problemas que se intensificam. Para o planejamento urbano, principalmente no pós 64, os homens na cidade são abstrações, a tecnocracia controlará a distribuição dos investimentos nas cidades, onde se elabora todo um aparato que tentará regular os ‘vetores’ de crescimento da economia. (p.132).

Também foram desenvolvidas reflexões importantes versando sobre a drenagem dos recursos públicos para os setores privados da economia, ou seja, através do privilegiamento de obras voltadas às linhas de desenvolvimento urbano que, a partir da década de 1970, passaram a obter maior volume de recursos, estando mais voltadas aos interesses da reprodução do capital (especialmente obras do sistema viário, iluminação, redes de comunicação, drenagem, etc.), do que voltados à reprodução da força do trabalho (aplicados nos setores de educação, saúde e lazer)¹⁸.

Exemplo flagrante da forma como intervém o Estado na produção do espaço, em geral, é a forma como estas políticas fomentaram a acumulação do setor da construção civil, havendo favorecimento da indústria da construção pesada¹⁹.

Tal fato foi ressaltado por Maricato (1987), ao afirmar que o BNH quando:

[...] enveredou pela trilha das grandes obras foi coerente com as orientações mais amplas da política econômica do período e coerente, em particular,

¹⁷ Rodrigues, A. M. *Na procura do lugar o encontro da identidade: um estudo do processo de ocupação coletiva de terra para moradia* – Osasco, 1988.

¹⁸ Podemos citar como exemplos de programas: o FIMACO (Financiamento de Materiais de Construção), de 1967; o PLANASA (Programa Nacional de Saneamento), instituído em 1971 e voltado para a promoção de saneamento básico (água e esgotos); o Programa CURA (Comunidade Urbana para Recuperação Acelerada), criado em 1973. No caso deste último, cabe enfatizar que sua aceitação estava vinculada à adoção também do PLANASA, que, em muitos casos, vinculava os recursos à substituição das concessões de serviços de água e esgoto existentes nos municípios pela atuação da SABESP (Empresa de Saneamento Básico do Estado de São Paulo). Para Maricato (1987) as prefeituras eram praticamente coagidas à adoção do PLANASA e da SABESP, p.38-9.

¹⁹ Análise compartilhada por Maricato (1987) e Mello, M. A. B. Regimes de acumulação, Estado e articulação de interesses na produção do espaço construído (Brasil, 1940-1988), 1990.

com os interesses das grandes empresas nacionais de construção pesada. (p.40).

Outra importante contribuição, acerca da política habitacional, demonstrou que a maior parcela de recursos captados pelo BNH acabou sendo destinada não para o setor de habitação de interesse social, mas foram canalizados para as faixas de renda superiores (ainda que o maior número de unidades financiadas tenha sido voltada para a faixa de interesse social)²⁰.

O estímulo verificado no setor da produção imobiliária e a ampliação da especulação imobiliária foram outras das repercussões das políticas urbanas implementadas, via BNH. Muitas das obras realizadas com recursos financiados acabaram patrocinando maiores ganhos (de renda e lucros à chamada “valorização imobiliária”) àqueles que privilegiam, na terra e no imóvel residencial, seu caráter de mercadoria, ou seja, seu valor de troca, tendo em vista a instituição jurídica da propriedade privada²¹. Os resultados da produção social da cidade, da qual toda a sociedade participa, acabam sendo apropriados pelos que detêm a propriedade fundiária urbana.

Nesta perspectiva, a intervenção do Estado, através de sua intervenção direta e indireta, como, por exemplo, na regulamentação e normatização das políticas públicas, na mediação dos conflitos e na produção direta do espaço, coloca-se como imprescindível, ao se refletir acerca dos processos de produção, consumo e apropriação da cidade.

Daí a necessidade de analisar de forma crítica o discurso utilizado pelo poder público ao anunciar seus programas e políticas e, especialmente, refletir sobre a sua prática, sua efetiva intervenção, e as conseqüências sociais e espaciais deflagradas. No contexto do Regime Militar, o discurso da modernização, do progresso e do desenvolvimento, colocado sob uma ótica centralizadora e autoritária, teve expressivo papel na produção do espaço e nas diretrizes definidas para a política habitacional.

A política habitacional revestiu-se, segundo esta orientação, de um caráter privado, desde a instauração do SFH e do BNH, com a utilização dos recursos oriundos dos trabalhadores (FGTS) e por meio do gerenciamento destes recursos

²⁰ Rodrigues, A. M. *Moradia nas cidades brasileiras*, 1989, p. 59.

²¹ Ver Harvey, D. *A justiça social e a cidade*, 1980 e Rodrigues, A. M. *Na procura do lugar o encontro da identidade: um estudo do processo de ocupação coletiva de terra para moradia* – Osasco, 1988.

visando a expansão capitalista do país e, conseqüentemente, beneficiando o setor privado.

Ao mesmo tempo, houve expressiva parcela dos trabalhadores que, apesar de contribuírem para esta política, via poupança compulsória (FGTS) ou voluntária (SBPE), não conseguiram ter acesso aos programas, seja pelo fato de sua renda ser insuficiente para garantir sua inserção ou por não terem meios de comprová-la (caso dos trabalhadores subempregados e autônomos, por exemplo), seja por não conseguirem manter o pagamento do financiamento, com a quitação das prestações da casa, seja, ainda pela forma como as unidades foram distribuídas geograficamente.

Os custos do financiamento eram totalmente transferidos para o custo final da produção do imóvel, porém as taxas praticadas nos contratos eram menores que aquelas efetuadas no mercado privado, as amortizações feitas sobre o financiamento não garantiam a remuneração do montante investido, até meados da década de 1980, fato que impediu o retorno dos recursos aplicados.

Isto se colocou como uma das razões para o colapso financeiro do Sistema Federal de Habitação, que ocorreu ainda naquela década, mas que também derivou da crise econômica deflagrada no período posterior ao “milagre econômico” brasileiro. Houve uma expressiva diminuição dos recursos para a habitação e também para os programas de desenvolvimento urbano, refletindo-se na diminuição dos programas implementados²².

Em 1986, no final do Regime Militar, o BNH foi extinto, sendo suas atribuições transferidas para a Caixa Econômica Federal (CEF). As principais modificações se deram no plano administrativo, não havendo modificações substanciais nas políticas desenvolvidas, que haviam sido marcadas por extrema centralização e rigidez, fatores preponderantes na padronização verificada nas políticas e programas implementados.

Seguiu-se um período de indefinição após o desmonte do SFH/BNH, mas um aspecto importante, que deve ser ressaltado, ocorreu em 1989, com a criação do

²² Esta crise teve como resultados uma diminuição dos recursos captados da SBPE; repercussões na captação dos recursos do FGTS (com a ampliação dos saques e diminuição da arrecadação do Fundo), em função do aumento do desemprego e do subemprego; além da inadimplência no pagamento das prestações. Para um entendimento mais profundo, ver: Azevedo, S. Cenários da política habitacional na década de 90: cenários e perspectivas, 1989 e Mello, M. A. B. Estruturação intra-urbana, regimes de acumulação e sistema financeiro da habitação: Brasil em perspectiva comparada, 1990.

Conselho Curador do FGTS, que teve o intuito de definir normas para a arrecadação e a utilização dos recursos do Fundo²³.

Houve, como consequência da crise que se seguiu no fim do BNH, uma redução na construção da habitação pelas COHABs (Companhias Habitacionais), tendo em vista sua grande articulação às políticas de financiamento federal.

Segundo Fernandes (1998), medidas tomadas após 1995, diminuíram o papel das Companhias Habitacionais²⁴ e sua atuação foi direcionada para o estabelecimento de parcerias com prefeituras, secretarias de habitação estaduais e grupos privados, objetivando uma produção mínima para a manutenção das empresas²⁵.

Para Maricato (1995) o grande avanço verificado neste contexto foi a ampliação da participação popular, através das entidades ligadas aos movimentos de moradia. Uma das decorrências deste período foi o incentivo à descentralização da política habitacional no país. Este processo decorreu de uma incapacidade operacional, uma vez que os recursos do Governo Federal minguaram, devido à nova orientação político-econômica seguida, o que redundou no repasse de funções aos Estados e municípios e, portanto, na ampliação da atuação deles.

Dentro dessa ótica, é que identificamos, nas cinco cidades pesquisadas, a produção dos conjuntos habitacionais, que conforme veremos a seguir, tem seu início no final da década de 1970, mas amplia-se consideravelmente, com os recursos do governo estadual e dos governos locais, nas décadas seguintes, período em que se dá, também, a consolidação da região enquanto importante núcleo sucroalcooleiro no Estado.

²³ Ver Arretche, M. Balanços e perspectivas do federalismo fiscal no Brasil. Canais de acesso aos fundos públicos no Brasil. Políticas de habitação popular para baixa renda e saneamento básico, 1994. A autora faz um resgate bastante completo do período posterior à extinção do BNH, demonstrando os “percursos” da política habitacional, que estiveram sob a responsabilidade de diversos ministérios do governo federal.

²⁴ A legislação que orientou a criação dos Institutos de Orientação a Cooperativas Habitacionais – INOCOOPs – e as Companhias de Habitação Popular (COHABs), estabeleceu estes como agentes promotores do SFH, vinculados às políticas empreendidas pelo BNH, que objetivaram, com a concessão dos financiamentos, a implementação dos projetos habitacionais formulados. Um autor que desenvolveu uma análise importante sobre as COHABs, fazendo um resgate de sua atuação é Azevedo, S. *Política de habitação popular e subdesenvolvimento: dilemas, desafios e perspectivas*, 1982.

²⁵ Fernandes, S. A. de S. *Territorialização das políticas habitacionais em Bauru e Presidente Prudente: a atuação da CDHU, Cohab-CRHS e Cohab-Bauru*, 1998 (Dissertação de Mestrado).

4.2. A política habitacional nos pequenos municípios

A análise dos papéis urbanos das pequenas cidades, a partir da perspectiva da produção da moradia e da reprodução social, deve ser entendida no contexto do modo como se realiza, atualmente, a reprodução do espaço. Isto pressupõe pensar na nova dinâmica econômica da região, a partir dos anos 1970, quando ocorreu a consolidação do setor agroindustrial, em especial o sucroalcooleiro, sem esquecer, entretanto, o espaço herdado do passado, surgido no contexto da economia cafeeira.

Nesta parte do trabalho, a partir dos diversos dados coletados, faremos uma análise sobre a política habitacional nos cinco municípios pesquisados. Também apresentaremos uma análise da localização dos conjuntos habitacionais na malha urbana dos cinco pequenos municípios estudados.

Na cidade de Ariranha (Tabela 15), somente a partir de 1988, identificamos a existência de uma efetiva política habitacional local²⁶ em termos da produção dos conjuntos habitacionais e loteamentos urbanizados implementados.

Revela-se interessante que, em Ariranha (Tabela 15), a primeira iniciativa em relação à política habitacional seja de âmbito local, com a doação de 198 lotes “populares”, efetuada pelo poder público municipal. Isto em razão de aí estarem localizadas duas agroindústrias sucroalcooleiras, porém, o pequeno tamanho da população urbana, a segunda menor entre os cinco municípios, fornece uma pista inicial para essa particularidade. Uma hipótese para essa iniciativa apresenta dupla determinação: a prefeitura ter feito tentativas, junto ao SFH/BNH e agentes promotores como, por exemplo, as COHABs, mas não obtido sucesso ou mesmo não ter havido, por parte do governo local, solicitação de programas habitacionais para a cidade.

De qualquer forma, foi a ausência de políticas relativas à habitação de caráter estadual ou federal, que levou o poder público a assumir e empreender, localmente, uma política para o município.

²⁶ Utilizaremos, no caso, a data de início da construção dos conjuntos habitacionais e/ou da distribuição dos loteamentos urbanizados. No caso das cidades de Ariranha, Catiguá e Santa Adélia, as datas se baseiam somente nas informações obtidas nas prefeituras municipais. Nos casos de Palmares Paulista e Pindorama, em que houve dificuldades com a obtenção da totalidade das informações, especialmente as relativas às datas de início e entrega das unidades e do número de unidades, estamos nos valendo, também, de informações fornecidas pelos moradores, obtidas durante a pesquisa de campo.

Com efeito, a visibilidade de programas de habitação foi tratada, por diferentes autores, enquanto uma estratégia política bastante comum, como forma de constituição dos chamados “currais eleitorais”, e consideramos que é uma das dimensões presentes nessa iniciativa. Outra possibilidade é o fato de se constituir numa tentativa de minimizar o “déficit” dos que não fazem parte da demanda solvável. Considere-se, ainda, essa iniciativa enquanto uma estratégia para as pequenas cidades não perderem habitantes, nem recursos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

Tabela 15 – Ariranha: Conjuntos habitacionais e tamanho da amostragem

Conjuntos Habitacionais	Unidades (Pref. Municipal)	Agente Promotor	Início da construção	Ano de entrega	% do Total do Município	Amostragem Inicial	Unidades Pesquisa de Campo	Amostragem Definitiva	% Sobre Total de Unidades
C. H. João Lázaro Colombo (Ariranha A)	300	CDHU	1990	1993	52.81	71	300	71	23.66
C. H. Irineu Villa (Ariranha B)	98	CDHU	1991 1996	1993 1998	17.25	23	98	23	23.46
Loteamento Popular José Carnelossi	170 (*)	Prof. Municipal	1988	1988	29.92	40	170	40	23.52
TOTAL	568	-	-	-	100	134	568	134	23.59

Fontes: Prefeitura Municipal, Pesquisa de Campo, CDHU.

(*) O número de lotes doados foi 198, porém fomos informados de que cerca de 170 tinham construído as unidades e desse total foi estabelecida a amostragem.

Além dessas razões de ordem local, também é preciso considerar as relativas à conjuntura da época. Relembremos o fato de que, em 1986, houve a extinção do BNH e a política habitacional brasileira foi duramente afetada, sendo que a atuação das COHABs – agentes promotores do SFH – era atrelada às determinações realizadas na esfera federal. De fato, na análise feita por Azevedo (1989)²⁷, a crise iniciada no BNH em 1982 já vinha tendo efeitos sobre a política habitacional, com a redução da produção de unidades através das COHABs.

Por outro lado, os dados também demonstram a ampliação da participação dos recursos estaduais na oferta de moradia financiada nos pequenos municípios. Verificamos, pelos dados apresentados na tabela 15 que a CDHU, em Ariranha, foi responsável, até o ano de 2000, por quase 70% das unidades financiadas ou com algum tipo de subsídio público (caso dos lotes urbanizados doados).

Com efeito, é especialmente a partir de 1982, que os estados e municípios brasileiros, efetivamente, assumem a tarefa de realizar projetos habitacionais de modo mais amplo. Tal fato ocorreu no contexto de crise do BNH, que obrigou a reestruturação da política habitacional no país.

Segundo Fernandes (1998), duas agências atuaram no Estado de São Paulo como agentes promotores do Sistema Financeiro da Habitação: a Cecap (Caixa Estadual de Casas para o Povo), e a Codespaulo (Companhia de Desenvolvimento do Estado de São Paulo), que veio a substituí-la em 1978; por sua vez, esta precedeu a criação, em 1982, da CDH (Companhia de Desenvolvimento Habitacional), que atuaria na produção de conjuntos habitacionais a partir de recursos do Tesouro do Estado e da Loteria da Habitação (Caixa Econômica Federal)²⁸.

A CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional de Urbano) foi criada em 1989, para substituir a CDH e

[...] vinculou-se à Secretaria da Habitação do Estado de São Paulo, que administrava os recursos provenientes dos impostos estaduais. O artigo 182 da Constituição do Estado de São Paulo de 1989, estabelece como incumbência do Estado e Municípios, promover programas de construção de moradias populares e saneamento básico, visando à melhoria das

²⁷ Ver, também, Maricato (1987).

²⁸ Fernandes, S. A. de S. *Territorialização das políticas habitacionais em Bauru e Presidente Prudente: a atuação da CDHU, Cohab-CRHS e Cohab-Bauru*, 1998 (Dissertação de Mestrado).

condições habitacionais. Para isso, naquele mesmo ano, uma lei estadual aumentou em 1% a alíquota do ICMS, destinando-o à realização dos projetos de habitação pela CDHU, gerenciados pela Secretaria da Habitação, o que aumentou consideravelmente os recursos a serem utilizados nos programas habitacionais, permitindo uma produção mais acentuada, na medida em que ampliou a autonomia do estado em relação aos recursos federais. (FERNANDES, 1998, p.113-4).

Em Ariranha, observamos que dois dos conjuntos habitacionais, o conjunto Habitacional João Lázaro Colombo e o Conjunto Habitacional Irineu Villa (Fotos 1 e 2), encontram-se localizados na porção sudeste da cidade, sendo ambos implementados pela Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano – CDHU (Mapa 2).

Podemos observar que apresentam uma localização estratégica, próximos às áreas destinadas à ocupação industrial existentes na cidade. Também fazem limites, por outro lado, com áreas onde há propriedades rurais.

Já o Loteamento Popular José Carnelossi foi implementado na porção nordeste de Ariranha, não apresentando aspecto característico de conjunto habitacional, ou seja, a padronização das unidades residenciais não é destacada, tendo em vista a especificidade de sua produção. Esse loteamento decorreu de iniciativa local, da Prefeitura Municipal, em doar lotes e fornecer modelos de plantas para a construção das casas, bem como vistoria técnica na condução das obras. Esse fato torna o “conjunto”, bastante singular, diferindo de outros bairros da cidade, em comparação com os conjuntos habitacionais implementados pelas Companhias de Habitação.

Dos três “conjuntos” existentes, o denominando Conjunto Habitacional Irineu Villa (Ariranha B), que tem um total de 98 unidades habitacionais, apresentou aspecto mais precário quando da aplicação dos questionários, sendo necessário ressaltar que: a) é de implementação mais recente que os demais; b) não possuía toda a infra-estrutura urbana (pavimentação e rede de iluminação apenas em parte do conjunto); c) possui, em seu contorno, sítios e matas.

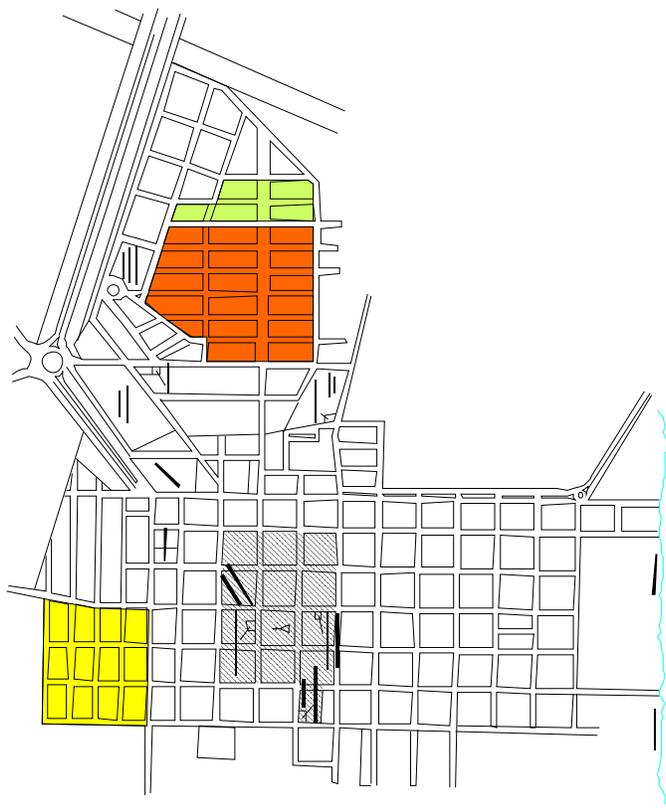


Foto 1 – Ariranha: C.H. João Lázaro Colombo – apesar da padronização podem ser observadas modificações nos imóveis.
Dezembro/2000.



Foto 2 – Ariranha: C.H. Irineu Villa – ainda sem toda a infra-estrutura urbana.
Dezembro/2000.

MAPA 2
ARIRANHA
Localização dos conjuntos habitacionais e loteamentos urbanizados 2000



LEGENDA

-  CONJUNTO HABITACIONAL JOÃO LAZARO COLOMBO (CDHU)
-  CONJUNTO HABITACIONAL JOÃO LAZARO COLOMBO (CDHU)
-  LOTEAMENTO POPULAR JOSÉ CARNELOSSI (PREF. MUNICIPAL)
-  ÁREA CENTRAL



FONTE : PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIRANHÃ
ORG. : MARA LUCIA F. H. BERNARDELLI
ED. GRÁFICA : FLORAH. SATO

Catiguá teve o início das primeiras políticas de habitação no final da década de 1970 (Tabela 16). As primeiras unidades em Catiguá foram entregues em 1977²⁹, o Conjunto Habitacional Ângelo Venturin (Foto 3), sob a atuação, portanto, da Cecap³⁰, cuja segunda fase só foi entregue em 1984. No ano seguinte, em 1985, ficou pronto um conjunto financiado com recursos municipais (o Conjunto Habitacional Antônio Nicoletti), feito pela EMUCAT³¹. Em 1988 ficou pronto, também em duas fases, o Conjunto Habitacional Ernesto Nicoletti (Foto 4). Outros dois, também tendo como agente promotor a CDHU, foram entregues na década de 1990, tratam-se do Conjunto Habitacional Bernardino Rodrigues e do Conjunto Habitacional João C. de Souza. O maior conjunto existente nesta cidade, com 150 unidades, ficou pronto em 1993, o Conjunto Habitacional Clécio S. Fernandes, tendo como agente promotor a COHAB/Bauru. Portanto, 56,75% dos recursos investidos nessa cidade, na implementação dos conjuntos habitacionais, são provenientes de recursos estaduais, 31,38% decorrem de verbas federais (CEF).

Analisando a produção realizada pela CDHU, até o ano de 1992, referentes somente ao programa denominado Plano Municipal de Habitação (PMH), Fernandes (1998), ressalta que, em grande parte dos municípios atendidos por este agente promotor, houve a priorização na construção de pequeno número de unidades, que contribui para revelar o papel desempenhado por esta companhia, que:

[...] pode ser analisada sob dois aspectos. Em primeiro lugar, teria o objetivo de tentar obter dividendos políticos através da política habitacional. Tanto para o governo estadual [...] quanto para os governos municipais. Os pequenos municípios, em especial, têm interesse nesta promoção já que não dispõem de recursos para desenvolverem projetos de habitação popular municipais. [...] (p.120).

²⁹ Informação obtida no WEB SITE da CDHU, nos dados de produção por município.

³⁰ Quando solicitamos os dados dos conjuntos habitacionais existentes na Prefeitura de Catiguá, fomos informados de que havia 6 conjuntos no total. No entanto, dois deles, produzidos pela CDHU, tiveram duas fases de implementação, caso do Conjunto Habitacional Ângelo Venturin (Catiguá A e All), e do Conjunto Habitacional Ernesto Nicoletti (Catiguá C1 e C2). A prefeitura informou que o início da primeira fase do Ângelo Venturin deu-se em 1977, porém não possuía no cadastro a data de início da segunda fase, o mesmo acontecendo com o Conjunto Habitacional Ernesto Nicoletti.

³¹ Empresa Municipal de Catiguá.

Tabela 16 – Catiguá: conjuntos habitacionais e tamanho da amostragem

Conjuntos Habitacionais	Unidades (Pref. Municipal)	Agente Promotor	Início da construção	Ano de entrega	% de Total do Município	Amostragem Inicial	Unidades Pesquisa de Campo	Amostragem Definitiva	% Sobre Total de Unidades
C. H. Ernesto Nicoletti (Catiguá C)	80	CDH	1985	1988	16.73	19	80	20	25.00
C. H. Bernardino Rodrigues (Catiguá B)	100	CDH	1986	1991	20.92	24	100	24	24.00
C. H. Angelo Venturin (Catiguá A2)	60	CDH	1977	1977 1984	12.55	14	60	14	23.33
C. H. Clécio S. Fernandes (Catiguá I)	150	Cohab/Bauru	1986	1993*	31.38	35	150	35	23.33
C. H. João C. de Souza (Catiguá D)	36	CDHU	1995	1999*	7.53	9	36	9	25.00
C. H. Antonio Nicoletti (EMUCAT)	52	Pref. Municipal	1984	1985	10.87	12	52	12	23.07
TOTAL	478	-	-	-	100	113	478	114	23.84

Fontes: Prefeitura Municipal, Pesquisa de Campo, CDHU.

(*) Ano de aprovação do Conjunto.



Foto 3 – Catiguá: Ao fundo vemos o C.H. Ernesto Nicoletti, ao lado de uma área rural.
Outubro/2000.



Foto 4 – Catiguá: C.H. Ângelo Venturin – ao fundo vemos plantações de cana-de-açúcar.
Outubro/2000.

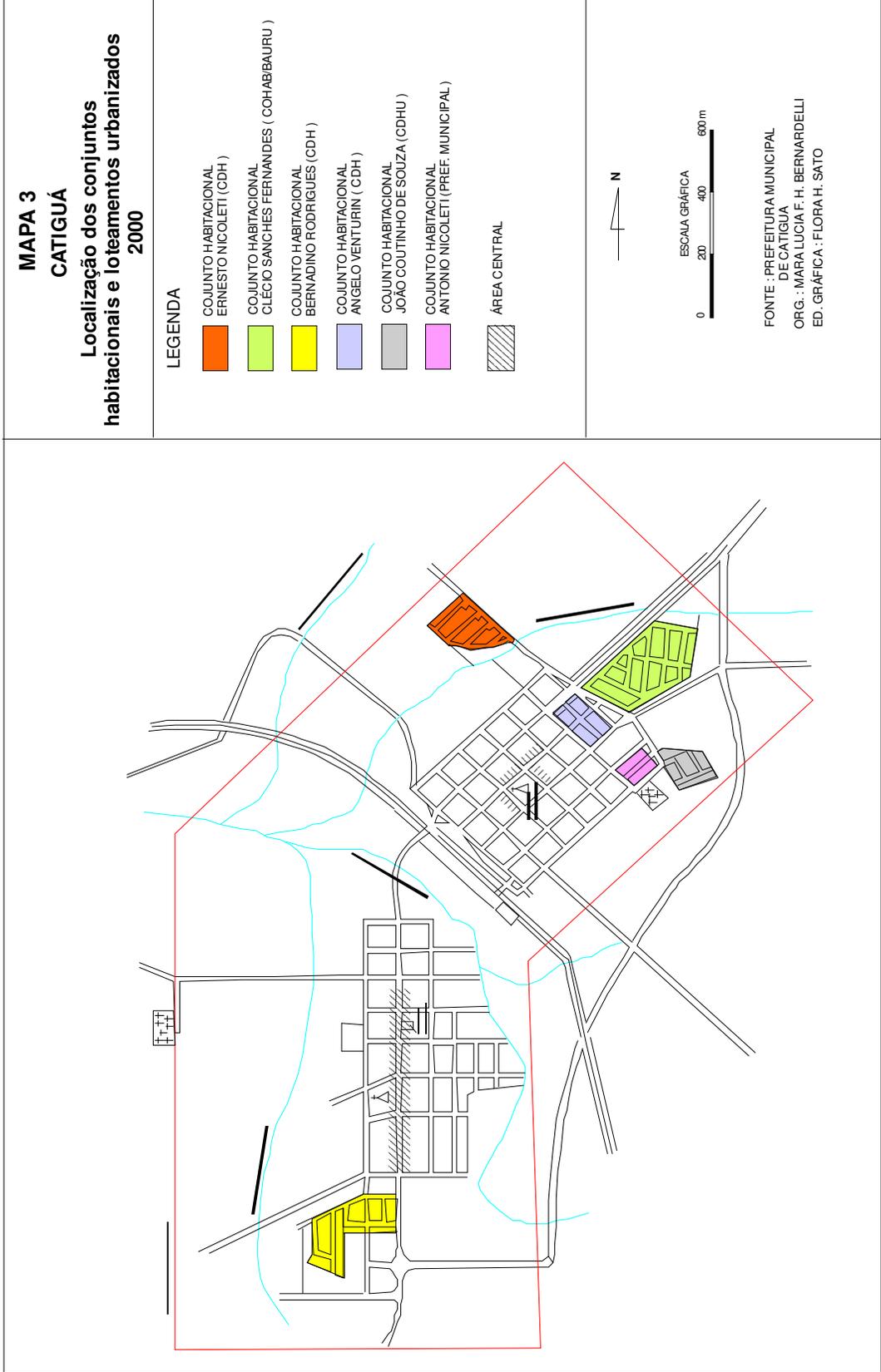
Em razão das alterações nas orientações das políticas habitacionais federais, no início da década de 1980, houve uma expressiva ampliação do volume de casas financiadas com recursos estaduais, vindo a se tornar, conforme recente propaganda veiculada no Estado de São Paulo, o “maior programa habitacional do país”, havendo uma “pulverização” da atuação da CDHU por todo o território paulista (FERNANDES, 1998).

Identificamos, no mapa da cidade de Catiguá (Mapa 3), dois núcleos distintos, separados tanto pelos trilhos da ferrovia, quanto pelo Rio São Domingos. Segundo os moradores, essa separação agrava-se em anos mais chuvosos, quando o rio chega a transbordar, afetando os moradores que ocupam residências nas áreas mais próximas das suas margens, que ficam inundadas, assim como a transposição da ponte, que funciona como articulação da principal via de circulação da cidade.

Observamos, em seguida, que a maioria dos conjuntos habitacionais encontra-se localizada na porção nordeste do núcleo urbano, somente estando localizado a sudoeste o Conjunto Habitacional Bernardino Rodrigues (Catiguá B), com 100 unidades residenciais. Portanto, os demais cinco conjuntos habitacionais (Conjunto Habitacional Ernesto Nicoletti – Catiguá C; Conjunto Habitacional Ângelo Venturin – Catiguá A2; o Conjunto Habitacional Clécio Sanches Fernandes – Catiguá I; o Conjunto Habitacional João Coutinho de Souza – Catiguá D e o Conjunto Habitacional Antonio Nicoletti), totalizando 378 unidades habitacionais, ficam concentrados na parte nordeste do núcleo urbano.

Identificamos, em razão da existência dessa separação entre os dois núcleos, uma concentração de bens e serviços distribuída em duas partes na cidade.

No núcleo São Sebastião, denominação genérica desta porção da cidade, tendo em vista a localização da Igreja Católica (também assim nomeada), a avenida José Zancaner se constitui na principal via de articulação da cidade (interligando os dois núcleos), tendo em vista atravessá-la no sentido Norte – Sul, apresenta uma concentração comercial e de serviços. No núcleo chamado Santa Izabel, o entorno da praça, onde se localiza a Igreja Católica de mesmo nome, também apresenta usos do solo comercial e de serviços.



Em catiguá, também verificamos que os conjuntos habitacionais estão localizados em áreas limítrofes, tendo em seu entorno fazendas com plantações de cana-de-açúcar.

Observamos que, em Palmares Paulista (Tabela 17), a primeira iniciativa na produção de conjuntos habitacionais, financiados com recursos públicos, ocorreu no início da década de 1980, com as primeiras unidades do Conjunto Habitacional Carmem Ruelle de Oliveira entregues em 1983 (CDH).

Ainda na década de 1980, houve a construção de 167 unidades, tendo como agente promotor a COHAB-CHRIS (Foto 5), em 1988. Trata-se da única cidade em que houve atuação deste agente promotor. Fernandes (1998), ao analisar a atuação desse agente salientou que sua atuação, inicialmente, deu-se com a produção de conjuntos habitacionais com pequeno número de unidades. Ainda de acordo com essa autora, isto pode estar ligado ao modo de distribuição do capital social desta companhia³², revelando ser uma

[...] estratégia política de distribuição de unidades, pulverizando a produção em vários municípios, em geral pequenos, em conjuntos habitacionais, atendendo assim a inúmeros municípios. [...] (p.94).

Na década de 1990, houve a implementação de 260 novas unidades pela CDHU, que foi realizada em três etapas distintas e entregues entre 1996 e 2000³³.

Segundo Fernandes (1998) a atuação da CDHU, desde o início de sua criação, consistiu no aumento progressivo de unidades e conjuntos implementados, inclusive em muitos municípios com menos de 20 mil habitantes (p.119-20).

³² Dividido entre 34 prefeituras, além de pequena participação de capital privado.

³³ Inicialmente a prefeitura nos informou serem 250 unidades, na pesquisa de campo, obedecendo as indicações feitas por um funcionário, na planta fornecida pela Prefeitura, contamos 256, e sobre esse número estabelecemos a amostragem. Em 2003, pelo WEB SITE da CDHU, verificamos que, de fato, são 260 unidades (denominadas de Conjunto Habitacional Carmem Ruelle de Oliveira A1, A2, A3). Aproveitamos para destacar que a obtenção de informações não foi facilitada por se tratar de pequenas cidades, ou seja, em algumas prefeituras, os setores responsáveis mostraram-se pouco organizados, revelando desprezo pela conservação da história urbana.

Tabela 17 – Palmares Paulista: Conjuntos habitacionais e tamanho da amostragem

Conjuntos Habitacionais	Unidades (Pref. Municipal)	Agente Promotor	Início da construção	Ano de entrega	% do Total do Município	Amostragem Inicial	Unidades Pesquisa de Campo	Amostragem Definitiva	% Sobre Total de Unidades
C. H. Palmares Paulista I	166	Cohab/Chris	1986	1988	18.41	39	167	40	23.95
C. H. Carmem Ruelle de Oliveira	200	CDH	1981	1983	22.05	47	200	47	23.50
C. H. Carmem Ruelle de Oliveira A1, A2, A3	255	CDHU	1994 1996 1998	1996 1998 1999 2000	28.22	60	256 (**)	61	23.82
C. H. Carmem Ruelle de Oliveira III - Mutirão	256	Pref. Municipal	1996	1998	16.54	61	150	35	23.33
Lotes Urbanizados	-	Pref. Municipal	1999	1999	14.77	-	134 (***)	40	29.85
TOTAL	877	-	-	-	100	207	907	223	24.58

Fonte: Prefeitura Municipal, Pesquisa de Campo, CDHU.

(*) Prefeitura não possui informação, nem os moradores souberam precisar.

(**) Em 2003, em consulta ao WEB SITE da CDHU, verificamos que o total de unidades é 260.

(***) Prefeitura não forneceu número total de lotes doados, fizemos uma contagem durante a pesquisa de campo.



Foto 5 – Palmares Paulista: C.H. Palmares Paulista I – O ônibus estacionado é utilizado no transporte dos “rurais”. Janeiro/2001.



Foto 6 – Palmares Paulista: Lotes urbanizados – ausência de infraestrutura é marcante no local. Janeiro/2001.

iniciativa do governo local, em Palmares Paulista, também é percebida na década passada, com a entrega de 150 lotes no conjunto Habitacional Carmem Ruelle de Oliveira III, já entregues com alicerce pronto e doação de planta, que os moradores terminaram de construir, com recursos próprios, sob a forma de autoconstrução³⁴. Outra iniciativa local é representada pelos denominados lotes urbanizados (Foto 6), em que a autoconstrução também foi adotada, implementada em 1999³⁵.

Podemos perceber que a produção com recursos estaduais soma mais de 50% do total de unidades existentes³⁶. Os recursos federais, através da produção da COHAB-CHRIS, somam cerca de 25% e os referentes aos recursos municipais pouco mais de 23%. Em termos de número de unidades, este município representa maior volume de unidades produzidas com recursos locais.

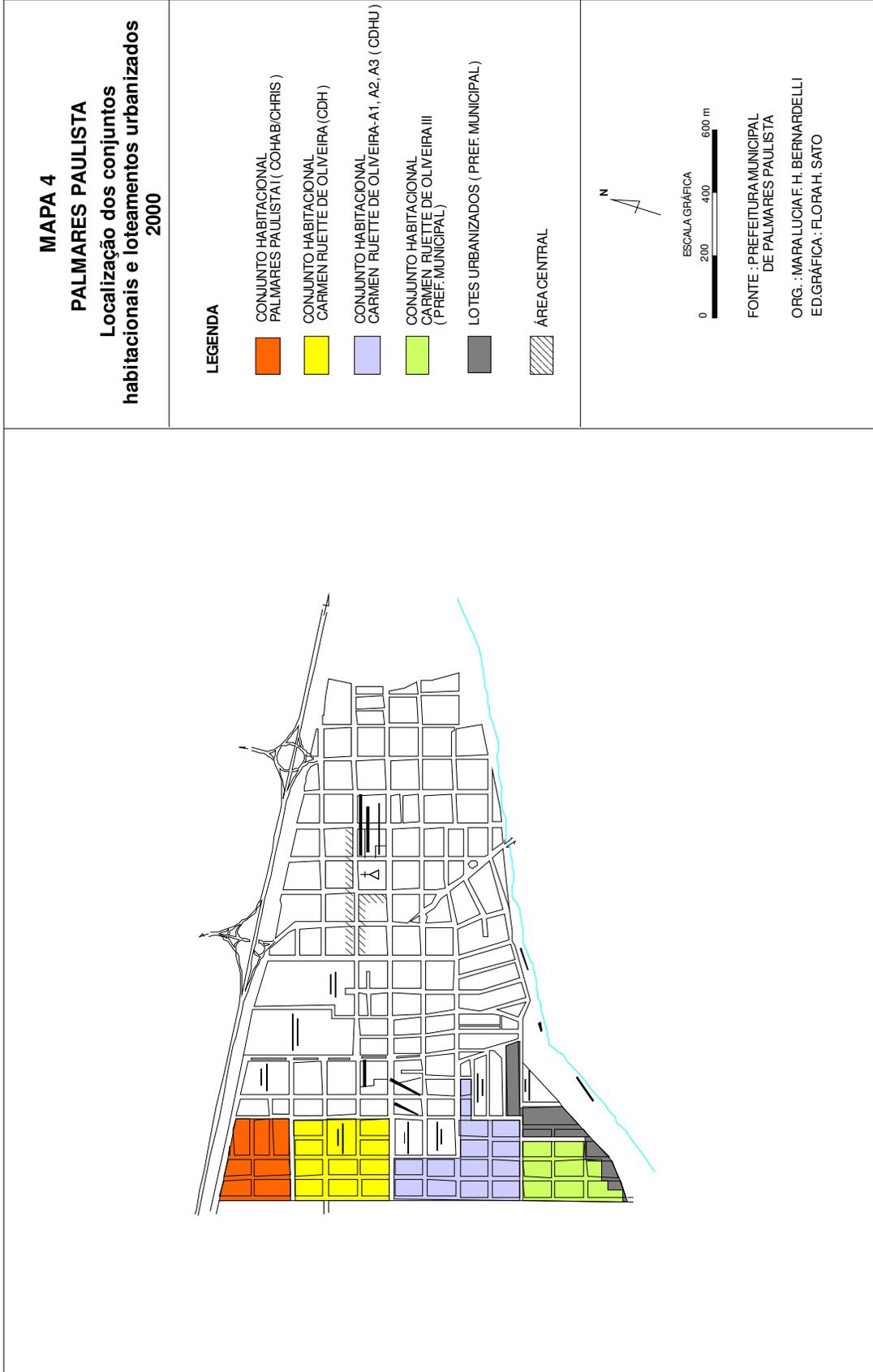
Podemos observar que a concentração dos conjuntos habitacionais está na porção oeste da cidade de Palmares Paulista (Mapa 4), e os conjuntos estão limitados, na sua porção norte, pela rodovia e a oeste e sul por área onde se cultiva cana-de-açúcar, de propriedade da Usina Catanduva.

Quando pensamos em cidades pequenas, uma das atribuições que relacionamos, de forma imediata, é o caráter concentrado da malha urbana. Isso se demonstra válido ao analisarmos o mapa, porém podemos notar que os usos do solo relativos à estrutura comercial e de serviços encontra-se distante da área ocupada pelos conjuntos habitacionais. Somando a isto o fato de não haver transporte coletivo intraurbano, a distância, na prática cotidiana da expressiva maioria dos moradores (os que não possuem veículo particular), amplia-se. Assim, dependendo da situação do indivíduo, por exemplo, os que possuem crianças pequenas, as pessoas idosas, doentes ou com algum tipo de deficiência física que prejudica sua locomoção, as distâncias tornam-se maiores.

³⁴ O conjunto, por esta razão, tem aspecto bastante homogêneo. Segundo informações dos moradores, posteriormente confirmadas na prefeitura do município, a área deste conjunto foi doada pela Usina Catanduva.

³⁵ O funcionário que nos atendeu na Prefeitura de Palmares Paulista não soube precisar o número correto de unidades, apesar de insistirmos em diferentes ocasiões. Fizemos uma contagem das casas já erguidas e que já se encontravam ocupadas por famílias, apesar da maioria das casas ainda estar inacabada, para que fosse possível estabelecer a amostragem.

³⁶ Posteriormente ampliada, com a entrega de mais 35 unidades da CDHU, em maio de 2002.



Apesar da proximidade entre os conjuntos habitacionais, é possível estabelecer algumas diferenças. Os Lotes Urbanizados apresentam aspecto bastante precário comparado aos demais conjuntos, porque, além da ausência de infra-estrutura, havia entulho em vários pontos do bairro³⁷. As áreas verdes existentes na área circunvizinha encontravam-se em estado de abandono, apresentando entulho e mato alto. Destacam-se, também, no quesito “precariedade”, reduzido tamanho dos terrenos, lixo e entulho acumulado nas proximidades do Córrego do Jacaré, assim como, pela pequena distância das fazendas que plantam cana-de-açúcar, conferindo limites que dão à paisagem um aspecto desolado, dada, também, a pobreza da maioria das construções.

Em Pindorama (Tabela 18), ainda que um dos conjuntos habitacionais tenha iniciado a construção no final da década, 1977, a maior parte dos conjuntos foram entregues na década de 1980, à exceção de dois conjuntos, entregues na década de 1990: o Conjunto Habitacional Ítalo Narciso Colombo (Foto 7) e o Conjunto Habitacional Antônio Sela (Foto 8), em 1997³⁸.

Até o ano de 2000, em relação aos agentes promotores, destaca-se uma maior distribuição entre o percentual de unidades produzidas: COHAB/Ribeirão Preto (cuja produção soma 47,82%), o pequeno número de unidades produzidas por parcerias entre empreiteiras e a CEF (dois conjuntos, representando, percentualmente, 7,10%), ou seja, produção vinculada aos recursos do governo federal, a CDHU (com 40,08%) e a iniciativa municipal (5%).

A concentração dos conjuntos habitacionais encontra-se, principalmente, na porção leste da cidade de Pindorama (Mapa 5). Podemos verificar também que, apesar do pequeno tamanho do núcleo urbano, ocorre uma expansão descontínua de sua malha, apresentando os chamados “vazios urbanos”. Consideramos que esse fato apresenta-se tão problemático quanto o que ocorre em inúmeras cidades de porte médio e grande, em que muitas parcelas da terra urbana são deixadas em “pousio social”, como “reserva de valor”, aguardando o melhor momento para o parcelamento, via mercado imobiliário.

³⁷ Outro pequeno conjunto habitacional estava sendo implementado (de 35 casas, tendo a CDHU como agente promotor) e construções se espalhavam por toda a área.

³⁸ Foram entregues mais dois conjuntos em meados de 2002 pela CDHU, totalizando 299 novas unidades, um expressivo incremento da participação de recursos estaduais. Os novos conjuntos foram construídos no prolongamento do Conjunto Habitacional Ítalo Narciso Colombo.

Tabela 18 – Pindorama: Conjuntos habitacionais e tamanho da amostragem

Conjuntos Habitacionais	Unidades Pref. Municipal	Agente Promotor	Início da construção	Ano de entrega	% do Total do Município	Amostragem Inicial	Unidades Pesquisa de Campo	Amostragem Definitiva	% Sobre Total de Unidades
C. H. Ítalo Narciso Colombo (Pindorama C)	22	CDHU	1994	1998	23.06	23.06	221	52	23.52
C. H. João de Paula Busnardo	242	Cohab/Rib. Preto	1980	1981	25.26	25.26	242	57	23.55
C. H. Antonio Bento Motta	100	Cohab/Rib. Preto	1987	1989	10.43	10.43	100	24	24.00
C. H. Hélio Trida	116	Cohab/Rib. Preto	1977	1980	12.10	12.10	116	30	25.86
C. H. Luiz Bigatti (Distrito de Roberto)	80	CDHU	(*)	1989	8.35	8.35	80	19	23.75
C. H. Antonio Sela (Pindorama B)	83	CDHU	1996	1997	8.66	8.66	83	19	22.89
C. Res. Carmem Ruelle de Oliveira	26	Pref. Municipal	1988	1989	2.71	2.71	20	6	30.00
C. Res. João Comelli	22	Pref. Municipal	1987	1988	2.29	2.29	10	3	30.00
C. Hab. João C. Gallo	38	Assoc. Emp./CEF	1984	1988	3.96	3.96	38	9	23.68
C. Hab. Jd. Mariana	30	Assoc. Emp./CEF	1987	1988	3.13	3.13	30	7	23.33
C. Res. Sebastião A. de Brito	-	Pref. Municipal	1987	1989	-	-	18	6	33.33
TOTAL	958	-	-	-	100	100	958	232	24.21

Fontes: Prefeitura Municipal, CDHU, Pesquisa de Campo.



Foto 7 – Pindorama: C.H. Ítalo Narciso Colombo – verifica-se a ausência de infra-estrutura.
Fevereiro/2001



Foto 8 – Pindorama: C.H. Antônio Sela – Observamos a ausência de infra-estrutura e, ao fundo, propriedades rurais.
Fevereiro/2001

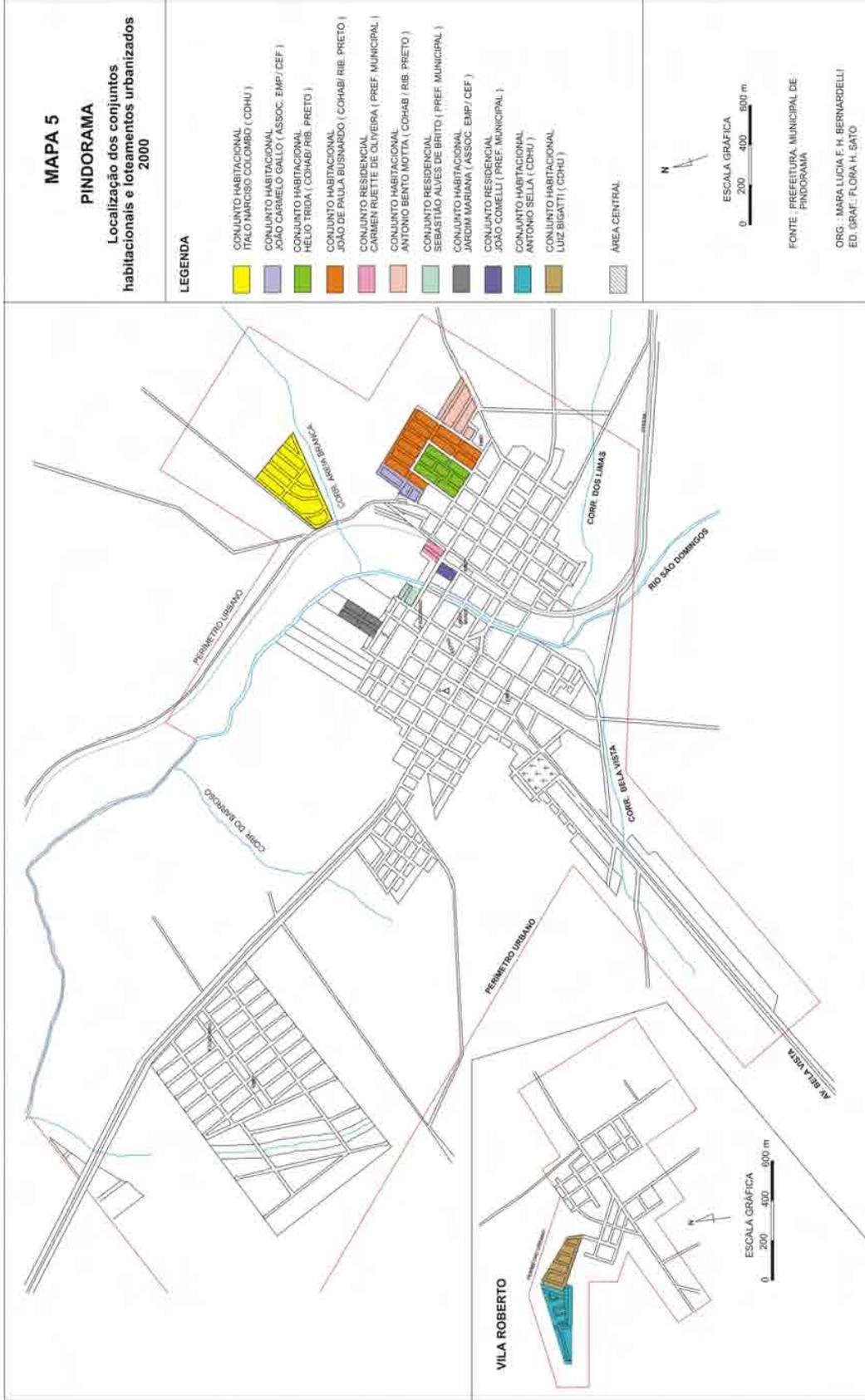
Tal processo, conforme já discutido por diferentes autores, na maior parte dos casos, não é “combinado” pelos agentes envolvidos na incorporação imobiliária ou proprietários de terras. Ou seja, a decisão de “reservar” uma área para especulação futura não é tomada em conjunto. Ainda assim, não foram poucos os autores que, analisando tal processo, concluíram que o grande prejudicado é o conjunto da sociedade, dado que a produção do espaço é social mas sua apropriação é mediada pela propriedade privada da terra. Dada a existência de uma sociedade de classes, em que o acesso à terra e à moradia pauta-se pela propriedade privada e, portanto, pela diferenciada capacidade de pagamento desses bens, as classes de renda mais baixa são as maiores prejudicadas com essa forma de produção do espaço³⁹.

É fato largamente conhecido que a extensão desmesurada da malha urbana provoca o encarecimento da implementação dos meios de consumo coletivos, haja vista a necessidade de extensão das redes de infra-estrutura entre as áreas vazias e os novos loteamentos, provocando a “valorização” dessas áreas, e a apropriação do “lucro” pelos proprietários e incorporadores, às custas da produção social do espaço urbano.

Como podemos observar, todos os conjuntos habitacionais na cidade de Pindorama estão localizados na porção leste, em áreas limítrofes (Mapa 5).

Os conjuntos situados mais próximos ao centro da cidade (o Conjunto Habitacional Jardim Mariana, e os Conjuntos Residenciais Sebastião Alves de Brito, Carmem Ruelle de Oliveira e João Comelli), os três últimos de iniciativa local, destacam-se por: terem tamanhos reduzidos, em termos de número de unidades; estarem localizados muito próximos ao Córrego São Domingos; e dois deles situarem-se próximos aos trilhos da estrada de ferro.

³⁹ Ver, entre outros, Rodrigues (1988) e Kowarick (1980). Em geral, tal fato é resultado de uma legislação que durante muito tempo tem se revelado insuficiente para lidar com a produção e com a apropriação do espaço urbano, bem como com as práticas e políticas públicas que não conseguem ou, não se interessam em conter a descontinuidade espacial e todos os problemas daí decorrentes. A nova lei federal nº 10257/01, recentemente aprovada, mais conhecida como o Estatuto da Cidade, foi regulamentada tendo como um dos seus pressupostos mais importantes definir e fixar regras para que se cumpra a função social da propriedade, e pode, caso seja realmente colocada em prática no Brasil, restringir essa forma de crescimento urbano.



Portanto, a porção leste da cidade concentra a maioria dos conjuntos habitacionais. Esse fato vem reforçar que essa área da cidade foi escolhida pelo poder público para concentrar os conjuntos habitacionais⁴⁰.

No Distrito de Vila Roberto, os conjuntos também estão cercados por propriedades rurais. O que foi implantado mais recentemente (Antônio Sela) não tem infra-estrutura básica (ver novamente a Foto 8), como rede de esgoto, asfalto e iluminação pública, conferindo ao local uma imagem distante da representação feita, geralmente, sobre o “urbano”⁴¹.

O caso de Santa Adélia (Tabela 19) é semelhante ao de Ariranha. O início da construção dos primeiros conjuntos habitacionais ocorre a partir do final da década de 1980 mais precisamente, em 1988.

O aspecto marcante, em Santa Adélia, reside na elevada produção de unidades da CDHU, demonstrando os investimentos expressivos da atuação dessa companhia na cidade, em que, à exceção de 134 unidades financiadas com verbas do governo federal, através da CEF, mais de 76% das casas existentes foram construídas por este agente promotor. Em dez anos, entre 1988 e 1999 foram entregues 574 unidades, o que é bastante representativo para um município com cerca de 13 mil habitantes.

Percebemos, em Santa Adélia (Mapa 6), uma maior concentração dos conjuntos habitacionais na parte leste da cidade.

A área é cercada, por um lado, em todo o seu contorno, por uma área de propriedades rurais e, por outro lado, pelo Córrego do Matadouro, que confere um aspecto deteriorado ao local.

⁴⁰ Constatamos a existência de uma granja próxima a essa concentração de conjuntos habitacionais (na porção leste da cidade), sendo que parte dos moradores destacou como um problema do conjunto e da cidade o forte cheiro. O cheiro é forte e desagradável percebido durante o trabalho.

⁴¹ Porém, isso pode ser relativizado quando acrescentamos outros fatos à análise. Questionados sobre os problemas dos bairros, alguns moradores, para nosso estranhamento, citaram à violência no local. Diante de nossa surpresa, relataram um assassinato ocorrido havia poucos meses, envolvendo dois adolescentes. Segundo o avô da vítima, que foi assassinada em sua presença, ambos os envolvidos procediam da cidade de São Paulo. O que fora assassinado foi enviado pela mãe, para passar um tempo na casa do avô, para evitar seu envolvimento com “más companhias”. O que cometeu o crime já possuía passagem pela FEBEM e a família também pretendia afastá-lo de um “ambiente ruim”. Segundo relatos, o desentendimento ocorreu na escola, por um motivo banal, culminando na morte do primeiro, no Conjunto Habitacional Luiz Bigatti.

Tabela 19 – Santa Adélia: Conjuntos habitacionais e tamanho da amostragem

Conjuntos Habitacionais	Unidades (Pref. Municipal)	Agente Promotor	Início da construção	Ano de entrega	% do Total do Município	Amostragem Inicial	Unidades Pesquisa de Campo	Amostragem Definitiva	% Sobre Total de Unidades
C. H. Elza G. Branco (Santa Adélia B1)	186	CDHU	1988	1988	32.40	44	186	44	23.65
Santa Adélia D	102	CDHU	1988 1990 1991	1990 1992 1994	17.77	24	102	24	23.52
C. H. Elza G. Branco (desmembramento)	97	CDHU	1988	1990	16.89	23	128	30	23.43
C. H. Felício Leite - Distrito de Botelho (Santa Adélia E)	55	CDHU	1996	1997	9.58	13	55	13	23.63
C. H. Vila Zanqueta	134	Assoc. Emp./CEF	1998	1999	23.34	32	134	32	23.88
TOTAL	574	-	-	-	100	136	605	143	23.63

Fonte: Prefeitura Municipal, Pesquisa de Campo, CDHU

MAPA 6
SANTA ADÉLIA
Localização dos conjuntos habitacionais e loteamentos urbanizados 2000

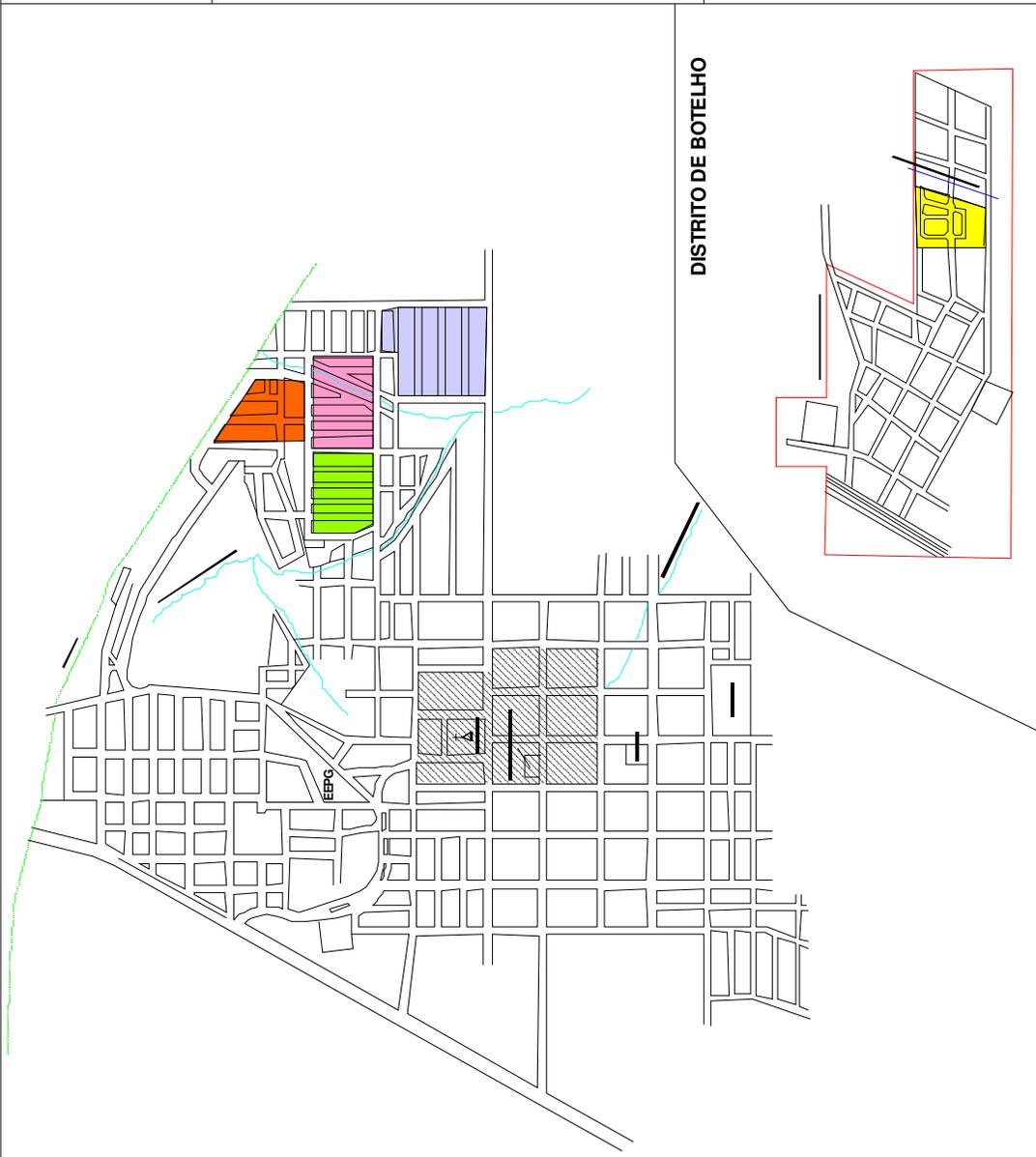
LEGENDA

-  CONJUNTO HABITACIONAL SANTA ADÉLIA D (CDHU)
-  CONJUNTO HABITACIONAL FELICIO LEITE (CDHU)
-  CONJUNTO HABITACIONAL VILA ZANQUETA/ASSOC. EMP./CEF
-  CONJUNTO HABITACIONAL ELZA GALVÃO BRANCO B1 (CDHU)
-  CONJUNTO HABITACIONAL ELZA GALVÃO BRANCO- DESMEMBRAMENTO (CDHU)

 ÁREA CENTRAL



FONTE : PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ADÉLIA
ORG. : MARALUÇIA F. H. BERNARDELLI
ED. GRÁFICA : FLORAH. SATO



DISTRITO DE BOTELHO

Destaca-se que o Conjunto Habitacional conhecido, genericamente, por Elza Galvão Branco, é, na realidade, subdividido em 4 partes, implementadas em anos distintos: Conjunto Habitacional Elza Galvão Branco (Santa Adélia B 1), Conjunto Habitacional Elza Galvão Branco (desmembramento), e Santa Adélia D, todos implementados pela CDHU. O de implantação mais recente é o Conjunto Habitacional Vila Zanqueta (Foto 9).

Verificamos que as residências que compõem o primeiro Conjunto Habitacional implementado, o Elza Galvão Branco, possuem uma melhor localização, estando mais próximas do acesso que liga essa porção da cidade com a área considerada mais central, onde se concentram os equipamentos comerciais e de serviços. As unidades deste conjunto também apresentam mais modificações e infra-estrutura, o mesmo não ocorrendo com os demais (a parte conhecida como “Desmembramento”, o Santa Adélia D, e o Conjunto Habitacional Vila Zanqueta) que, além de terem em seus limites propriedades rurais, também apresentam problemas relacionados à falta de canalização e/ou tratamento mais adequado do Córrego existente no local.

No Distrito de Botelho, constatou-se uma distância do Conjunto Habitacional Felício Leite (Foto 10) da área mais compacta deste núcleo. Assim, seu entorno é cercado por áreas de matas e propriedades rurais, combinadas com a ausência de infra-estrutura e de equipamentos, evidenciando certo isolamento.

Verificamos que, apesar de vários agente promotores terem atuado na produção de moradias nas cinco cidades pesquisadas, mais recentemente, e com maior expressão em termos de número de unidades, merece destaque a participação da CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo), cuja produção deriva principalmente de recursos estaduais.

Outro ponto importante é o fato de que a produção habitacional deu-se progressivamente a partir dos anos de 1980, mesmo período em que a região se consolida como importante núcleo sucroalcooleiro no Estado de São Paulo. A progressiva concentração de terras e a expulsão de parcela da população do campo, ainda que sua transferência para a área urbana não implique necessariamente em trabalho urbano, redundou na necessidade de produção de moradia nas pequenas cidades.



Foto 9 – Santa Adélia: C.H. Vila Zanqueta. Observamos o padrão das habitações e, nas imediações a presença de entulho. Dezembro/2000.



Foto 10 – Santa Adélia – Distrito de Botelho: C.H. Felício Leite. Verificamos a padronização das residências e a falta de infra-estrutura. Dezembro/2000.

A reprodução do espaço regional foi, neste contexto, redefinida pela nova forma de reprodução social, que só pode ser entendida enquanto articulada e combinada à nova inserção da região na divisão do trabalho no bojo da rede urbana paulista.

4.3 O trabalho de campo e a tabulação dos dados

Para considerar de forma adequada a amostragem e não dificultar o trabalho a ser realizado, buscamos o auxílio de um profissional da área de Estatística⁴².

Primeiramente, tendo em mãos o questionário a ser utilizado na pesquisa, o profissional solicitou que estabelecêssemos as principais questões deste instrumento e o objeto central a ser buscado. No caso, o ponto central do questionário (Apêndice A) refere-se ao setor de ocupação ao qual os moradores estão vinculados, tendo em vista que o objetivo inicial era relacionar a produção da moradia financiada com recursos públicos (em nível federal, estadual ou municipal) e sua ocupação por trabalhadores volantes.

Porém, no decorrer do trabalho, refletimos sobre o limite representado por tal categoria, que poderia restringir demais as relações que pensávamos estabelecer entre trabalho e setor sucroalcooleiro, motivo pelo qual ampliamos o objeto principal para todo trabalho vinculado à agropecuária e à agroindústria. Desse modo, a questão principal a identificar seria estimar o percentual de trabalhadores vinculados à agricultura e à agroindústria.

Para que pudesse ser estabelecida a amostra necessária, o profissional consultado solicitou que fizéssemos uma estimativa percentual de quantos moradores dessas categorias profissionais poderiam residir nos conjuntos habitacionais a serem investigados.

A partir de nossas incursões feitas nas Prefeituras Municipais, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Catanduva e Coordenadoria de Assistência Técnica Integrada/Escritório de Desenvolvimento Rural (CATI/EDR, também de Catanduva) e, de acordo com as primeiras informações obtidas junto a essas instituições, estipulamos que em 50% das casas, nos conjuntos habitacionais, encontraríamos

⁴² Prof^ª. Dra. Aparecida Doniseti Pires de Souza, pertencente ao Departamento de Matemática e Estatística da UNESP – *campus* de Presidente Prudente, a quem agradecemos o apoio.

pelo menos um trabalhador vinculado aos referidos setores de ocupação.

Assim, a partir de uma estimativa inicial $p = 0.5$ (proporção de moradias com trabalhadores vinculados aos setores mencionados), foi definido o tamanho da amostra, que representaria um nível de 95% de confiança para uma margem de erro de 3% na estimativa final.

A seguinte fórmula foi utilizada para definição da amostra:

$$n = \left(\frac{Z_{\alpha/2}}{e} \right)^2 \hat{p}(1 - \hat{p}) = \left(\frac{1.96}{0.03} \right)^2 0.5 * 0.5 = 1067$$

Como $N = 3455$ (tamanho da população)⁴³, implica

$$\frac{N - n}{N - 1} = \frac{3455 - 1067}{3454} \cong 0,69 < 1,$$

o tamanho da amostra corrigido para pequenas populações será:

$$n^* = \frac{n}{1 + \frac{1}{N}(n-1)} = \frac{1067}{1 + \frac{1066}{3454}} \cong 815$$

O tamanho amostral (815) foi então distribuído proporcionalmente ao tamanho dos conjuntos habitacionais, como se verifica na Tabela 20.

Tabela 20 - Municípios selecionados e tamanho amostral definido

Municípios	Nº de Conjuntos Habitacionais	Total de unidades	%	Amostra por município	% Sobre total de unidades
Ariranha	3	568	16.4	134	23.59
Catiguá	6	478	13.8	113	23.64
Palmares Paulista	4	877	25.4	207	23.60
Pindorama	10	958	27.7	226	23.59
Santa Adélia	6	574	16.6	135	23.51
TOTAL	29	3455	100	815	23.58

Fonte: Pesquisa de campo.

Nas tabelas 15 a 19, já apresentadas, também estão organizados os dados relativos ao tamanho da amostragem adotada para cada município, com as informações primeiramente fornecidas pelas prefeituras municipais, que sofreram pequenas alterações, conforme explicamos a seguir.

A amostragem dentro de cada conjunto poderia ser a amostragem aleatória simples ou a amostragem sistemática, sendo que optamos pela primeira.

A cidade de Catiguá serviu como "piloto" para a primeira amostragem, sendo o primeiro município em que efetuamos o trabalho de campo - aplicação dos questionários nos conjuntos habitacionais - havendo dois objetivos principais:

- 1) verificar se a questão inicial apresentava os resultados esperados, ou seja, se detectávamos a existência, ao menos em 50% das residências, de trabalhadores vinculados ao setor agropecuário ou à agroindústria;
- 2) detectar problemas em relação às perguntas do questionário.

Antes de se iniciar o trabalho de campo, foram feitas novas incursões às prefeituras das cidades selecionadas em nosso recorte territorial, para solicitar as plantas urbanas das cidades e dos conjuntos habitacionais. Essas plantas foram fundamentais para o trabalho de campo, tendo em vista que traziam a divisão em lotes, que facilitou o "sorteio" das casas em que os questionários seriam aplicados.

⁴³ Número total de unidades habitacionais financiadas com recursos do poder público (nos níveis federal, estadual e municipal), existentes no conjunto dos municípios definidos (Ariranha, Catiguá, Palmares Paulista, Pindorama e Santa Adélia).

Com base nas plantas urbanas fornecidas, foram feitos *croquis* dos conjuntos habitacionais, facilitando a localização das casas, que foram numeradas e sorteadas de forma simples. Também foi sorteado um número de casas "reservas", que, se necessário, seriam utilizadas como substitutas nos seguintes casos:

- a) do morador da casa selecionada recusar-se a responder ao questionário;
- b) das casas estarem fechadas ou dos moradores terem saído;
- c) da pessoa que nos atendesse ser incapaz de fornecer as informações (caso dos empregados domésticos ou de menores de 16 anos).

Posteriormente, fizemos a tabulação manual da primeira parte dos questionários aplicados em Catiguá, referentes à "Caracterização da População", sendo confirmada a hipótese de que encontraríamos ao menos em 50% das moradias, trabalhadores ocupados nos setores de Agropecuária e Agroindústria⁴⁴.

O procedimento básico foi o seguinte: inicialmente fomos para o campo e fizemos um "reconhecimento da área", confirmando a delimitação dos conjuntos habitacionais inicialmente fornecida pelas prefeituras. De posse das plantas eram feitos *croquis* com a divisão em lotes, que eram numerados e posteriormente sorteados, tendo como base a amostragem estipulada.

Também houve casos em que a prefeitura não possuía a planta dos conjuntos com o detalhamento em lotes. Nestes casos, antes da aplicação dos questionários, estes conjuntos habitacionais eram percorridos e os *croquis* feitos pela pesquisadora, de forma a possibilitar o sorteio (inclusive das casas "reservas")⁴⁵.

Tais fatos foram verificados em quatro municípios: Catiguá, Palmares

⁴⁴ O desenvolvimento do trabalho de campo, a pleno contento, exigiu a contratação de pessoas que participaram de um treinamento prévio para auxiliar a aplicação dos questionários nos conjuntos habitacionais. O treinamento foi feito durante um período de aproximadamente 4 horas, envolveu a leitura dos questionários, a explicação de cada questão e sua importância na pesquisa, a forma de utilização da planilha (Apêndice B), onde as informações de cada casa eram anotadas (sendo que cada planilha permitia a aplicação de 10 questionários) e das instruções (Apêndice C) que também eram levadas a campo pelos pesquisadores. Houve, ainda, uma simulação acerca das respostas, dúvidas e situações que poderiam surgir durante o trabalho de campo, de forma que houvesse máxima eficiência do grupo. Foram confeccionados crachás com a identificação dos pesquisadores, bem como uma orientação de como se apresentarem aos moradores e explicarem de forma sucinta e clara o trabalho realizado. Essa orientação era importante para que não fôssemos confundidos com outros pesquisadores, com membros das Companhias Habitacionais, ou com pessoal ligado ao governo (federal, estadual ou municipal) o que poderia, inclusive dificultar o trabalho.

⁴⁵ Eram feitas cópias dos croquis para cada membro da equipe, sendo que as casas a serem entrevistadas eram destacadas e os números substitutos eram indicados. Ou seja, determinava-se, a priori, para cada pesquisador, um certo número de casas e de substituições. Quando não dava certo a

Paulista, Pindorama e Santa Adélia, sendo que Ariranha constituiu-se em exceção. Ao todo foram produzidos 30 *croquis*.

Essa etapa inicial foi de suma importância, tendo em vista que constatamos algumas divergências, em alguns municípios, das informações inicialmente fornecidas pelas prefeituras, exigindo correção da amostragem em alguns casos⁴⁶.

Tivemos, então, alteração na amostragem inicialmente definida, com um pequeno aumento, não comprometendo de qualquer forma a pesquisa.

Sobre as dificuldades ou facilidades encontradas junto aos moradores dos conjuntos habitacionais quando da aplicação dos questionários, destacamos as seguintes:

1. Explicar a razão da pesquisa e por que apenas uma parcela das residências era objeto das entrevistas (referente, portanto, à questão da amostragem). A razão pela qual efetuávamos o sorteio e nos dirigíamos, especificamente, para determinadas residências, bem como para as “casas reservas”, também foi questionada.

aplicação do questionário em uma das casas sorteadas, pelos motivos já apontados, ocorria a sua substituição.

⁴⁶ No município de Santa Adélia, verificamos que o conjunto habitacional Elza Galvão Branco - Santa Adélia C - possuía 128 unidades e não 97 como inicialmente informado, de forma que aumentamos a amostra de 23 para 30 residências. No município de Palmares Paulista, a informação fornecida pela Prefeitura de que havia 4 conjuntos também não correspondeu ao verificado empiricamente. Nesse caso havia apenas uma planta geral da cidade, que estava dividida em lotes, tendo um funcionário do setor de planejamento da Prefeitura delimitado a localização dos conjuntos habitacionais. Entretanto, durante o trabalho de campo, deparamos com um número maior e inclusive com uma diferença na arquitetura das casas e mesmo no tamanho dos lotes do Conjunto Habitacional Carmem Ruelle de Oliveira III, de iniciativa local, o qual, de acordo com as informações iniciais, possuía um total de 256 unidades. Houve, assim, necessidade de fazermos a contagem das casas e de conversarmos com os moradores para a definição do limite. Verificou-se que, na verdade, o conjunto habitacional era constituído por duas partes: 150 lotes entregues pela prefeitura com o alicerce pronto e planta para que os moradores, sob regime de autoconstrução, finalizarem com recursos próprios e outra na qual os terrenos e plantas das residências foram doados pela prefeitura, porém somente com a demarcação, e os próprios moradores fizeram ou estavam fazendo (como era o caso da maioria) as casas também em regime de autoconstrução, sendo que verificamos a existência de 134 casas já ocupadas. Assim, num primeiro momento, deveríamos aplicar 61 questionários; porém, com a ampliação do número de casas, aplicamos 35 no conjunto entregue já com os alicerces e 40 questionários no que somente foram doados os lotes. Em Pindorama, esse fato também ocorreu. Quando estivemos na prefeitura municipal requisitando as plantas dos conjuntos, verificamos que um dos conjuntos habitacionais havia sido anteriormente omitido - o Conjunto Residencial Sebastião Alves de Brito com 18 unidades no total. Houve a necessidade de sua inclusão, de forma que, tendo como base a amostragem nos outros conjuntos, aplicamos 6 questionários, aumentando o número final de nossa amostra. Já o Conjunto Residencial João Comelli, que a prefeitura (e mesmo na planta) indicou contar com 22 residências, constatamos empiricamente a existência de somente 10 unidades, sendo que diminuimos a amostra de 5 para 3 questionários. Também verificamos uma diferença no Conjunto Habitacional Carmem Ruelle de Oliveira: a informação era da existência de 26 unidades, porém verificamos *in loco* apenas 20 residências.

2. O questionário demorava, em média, dependendo da compreensão do morador, entre vinte e vinte e cinco minutos para ser aplicado, isto sem considerar o deslocamento feito a pé, a recusa ou impossibilidade de alguns em responder ao questionário, e mais um tempo para as explicações dadas ao entrevistado. Tendo em vista esse problema já haver se manifestado na aplicação piloto feita em Catiguá, os pesquisadores contratados foram amplamente instruídos em como proceder e a forma de dissolver as dúvidas dos entrevistados⁴⁷.
3. A desconfiança dos moradores de que estávamos fazendo pesquisa política ou para as Companhias de Habitação. Buscamos, todo o tempo, explicar e esclarecer o mais didaticamente possível, que se tratava de pesquisa acadêmica, utilizando uma linguagem adequada para o morador abordado.
4. Outra preocupação foi garantir que suas respostas, de qualquer natureza, seriam mantidas em sigilo, revelando-se acertado de nossa parte termos adotado o sistema de planilhas para a coleta das informações, não anotando o nome de quem as forneceu⁴⁸.
5. Ao falarmos sobre a pesquisa e questionarmos se poderiam nos responder a algumas perguntas, muitos diziam, sem saber ainda da natureza das questões, que não conseguiriam responder, e para fazermos a aplicação do questionário em outras casas. Procurávamos tranquilizar
6. os entrevistados, dizendo tratar-se, como de fato, se tratava, de questões simples sobre os membros da família, o conjunto habitacional em que moravam e a cidade em que viviam; somente aí se dispunham a responder.
7. Algumas questões, em especial, causavam certo constrangimento nos entrevistados, como, por exemplo, a que dizia respeito à renda domiciliar (demonstravam desconforto ao admitirem uma renda muito baixa ou

⁴⁷ Alguns chegaram a desconfiar de que estávamos participando de “pegadinhas” para redes de televisão; outros pensaram que poderíamos ser golpistas ou no final “empurrarmos” algum tipo de mercadoria. Um dos entrevistados chegou a solicitar que se anotasse nome, telefone, e número de documentos em uma folha para que depois pudesse mostrar ao filho.

⁴⁸ Desse fato decorreu uma consequência negativa, tendo em vista que não anotamos na planilha, devido ao fato de não termos pensado nesta questão, o sexo e a idade da pessoa que nos concedeu as informações.

elevada, considerados os padrões da cidade), e a referente ao número de prestações em atraso, geralmente acompanhada de uma justificativa para o pesquisador.

Em todos os conjuntos habitacionais também houve o preenchimento de um Formulário de Avaliação Qualitativa (Apêndice D). O objetivo desse instrumento (preenchido em conversa com moradores e quando possível feito com lideranças ou habitantes mais antigos dos conjuntos habitacionais) foi possibilitar mais informações sobre as cidades e, especificamente, sobre os conjuntos.

Para facilitar a tabulação dos dados obtidos junto aos moradores dos conjuntos habitacionais, tendo em vista o número elevado de questionários aplicados, optamos pela produção de uma base de dados⁴⁹.

Julgamos que, apesar do imenso trabalho de repassar para a base de dados todas as informações concernentes às questões "fechadas" e mesmo a impossibilidade de utilizar esse recurso em relação às questões "abertas", o esforço seria compensado pela visão mais ampla e especificidade que obteríamos na análise das respostas.

O primeiro passo para a constituição da base de dados foi converter todos os dados das questões fechadas em números. Ou seja, se nos questionários, instruções e planilha, as informações foram obtidas em alternativas que utilizavam as letras do alfabeto, a montagem da base de dados exigiu a transformação destas em números que posteriormente foram "lidos/decodificados" na planilha Excel e, em seguida, tratados na linguagem de programa R⁵⁰.

Essa base de dados foi construída no programa Excel e em razão do número de questões, alternativas e quantidade de questionários aplicados (846) foi necessária a divisão da base de dados em três partes.

A primeira parte contemplou a "caracterização da população", lembrando que cada registro feito nessa primeira base de dados representava, portanto, uma pessoa, sendo que os questionários aplicados englobaram ao todo 3219 pessoas.

Por município, esse total encontra-se assim distribuído:

⁴⁹ Nesse caso, também foi fundamental a colaboração do Departamento de Matemática e Estatística da UNESP, campus de Presidente Prudente, na pessoa da Prof^a. Dra. Aparecida Doniseti Pires de Souza, que orientou a melhor forma de montar essa base de dados, feita no Programa Excel.

⁵⁰ Programa estatístico de domínio público.

Quadro 4 - Questionários aplicados e número de pessoas abrangidas, por município

Municípios	Número de Questionários Aplicados	Número de Pessoas Abrangidas(*)
Ariranha	134	516
Catiguá	114	468
Palmares Paulista	223	828
Pindorama	232	844
Santa Adélia	143	563
Total	846	3219

(*) Inclui todos os membros que moram na casa principal. Não foram consideradas as famílias que residiam no mesmo terreno, mas ocupavam edículas separadas e não compartilhavam a renda domiciliar.

Consideramos o total de pessoas abrangidas pela pesquisa um número bastante significativo para a análise de nossa problemática. É importante ressaltar que essa base, que abrangeu a totalidade dos municípios e, portanto, todos os conjuntos habitacionais, foi feita como um único arquivo.

O fato de não termos inserido, nessa primeira parte da base de dados, o item "renda domiciliar" (questão 7), decorreu do fato dessa questão ser "aberta", ou seja, a renda foi anotada em valores, para que pudéssemos, juntamente com as informações 11 (valor da prestação - para imóveis em aquisição) e 12 (valor do aluguel - residências alugadas) detectar, com o seu cruzamento, quanto da renda domiciliar é empregada no pagamento da moradia pela família. Essa tabulação foi feita manualmente.

A segunda parte abrangeu a "caracterização do imóvel e do conjunto habitacional", com exceção da questão de número 20 (citar os três principais problemas enfrentados por morar neste conjunto habitacional), que por suas características e extensão (16 itens a compõem) acabou integrando a terceira parte da base de dados. Essa etapa da tabulação também acabou incluindo a primeira parte de duas questões "abertas" (25 e 26), bem como a questão 27. Tal etapa foi considerada bem mais fácil de digitar que a primeira parte da base de dados, que exigiu que cada pessoa, individualmente, tivesse os dados anotados.

Já a terceira parte da base de dados (caracterização da cidade, que também incluiu a questão de número 20, relativa ao conjunto habitacional), foi, com certeza, a mais trabalhosa para digitar, tendo em vista o número de itens de cada questão⁵¹.

A tabulação das questões abertas (24, 25 e 26) foi feita manualmente, tendo apresentado uma multiplicidade de respostas e, portanto, sendo bastante complexa. Por essa razão, houve a necessidade de padronizar as respostas fornecidas através de categorias. Exigiu que empreendêssemos uma leitura atenta das respostas fornecidas, a fim de que não houvesse perda dos detalhes mencionados pelos moradores, para, em seguida, estabelecermos uma categorização que permitisse, em seus múltiplos aspectos, avaliar e analisar os dados obtidos.

Os dados que analisamos a seguir, apresentados sob a forma de tabelas, referem-se aos questionários aplicados nos trinta conjuntos habitacionais, em que procuramos oferecer uma idéia de como se estrutura a reprodução social dos moradores nas pequenas cidades.

4.4. A moradia nos conjuntos habitacionais das pequenas cidades

A moradia representa, para os moradores das pequenas cidades, a possibilidade de maior estabilização material, no sentido de que assegura o *locus* fundamental para sua reprodução social, uma vez que permite sua sobrevivência mesmo no caso da renda familiar ser irregular, caso de parcela dos moradores que não conseguem ocupação estável durante todo o ano.

Em termos psicológicos, a moradia apresenta-se importante, pois diminui a insegurança quanto ao futuro, além de permitir a apropriação de um espaço e a construção de uma identidade com o lugar⁵².

No caso particular das pequenas cidades, a moradia também serve aos interesses políticos locais, na medida em que uma determinada administração deixa impressa no espaço uma “marca” concreta da administração. Os conjuntos

⁵¹ Essa parte também foi a mais trabalhosa porque foram tentadas duas formas diferentes de tabulação, sendo que a primeira delas não funcionou, impossibilitando posterior leitura dos dados do Excel pelo programa, consumindo um grande tempo de trabalho, que se revelou inútil. Além da tarefa ser bastante mecânica e cansativa, houve a necessidade de uma minuciosa conferência posterior, para reduzir o máximo possível os erros de digitação, que poderiam comprometer a avaliação das informações. A leitura no Programa R foi realizado pelos alunos do 4º ano da graduação em Estatística (2001): Marcos Santos de Oliveira e Daniela Carine Ramires.

habitacionais financiados com recursos públicos causam mudança perceptível na paisagem urbana, especialmente em pequenos núcleos urbanos; além disso, o morador adquire maior vínculo com o lugar, mesmo no caso desse não apresentar um mercado de trabalho capaz de absorver grande contingente de trabalhadores, bem como dificulta sua migração para outras cidades. Torna-se, assim, interessante para as administrações locais das pequenas cidades, na medida em que tende a diminuir a evasão de população e, portanto, diminui a possibilidade de perderem receitas derivadas do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

Na tabela 21, sobre a condição de ocupação do imóvel, verificamos que o total de domicílios próprios quitados representa, no geral, 32,98%, índice que, porém, varia bastante de município para município. O percentual mais elevado de imóveis próprios é registrado em Palmares Paulista (48,88%), mas é necessário lembrar que há expressiva parcela de habitantes nos denominados lotes urbanizados, assim como conjuntos onde os moradores terminaram as casas em regime de autoconstrução.

Em Pindorama, também, encontramos um expressivo índice de imóveis próprios quitados (43,96%), fato que além de ter relação com a participação do poder público local na produção da moradia, também está relacionado ao fato de haver conjuntos habitacionais mais antigos. Em Santa Adélia, temos o menor número de residências próprias quitadas (3,50%) que, do mesmo modo, tem relação com a ausência de produção de moradia com recursos próprios do município.

⁵² Evers, T. et al., Movimentos de bairro e Estado: lutas na esfera da reprodução na América Latina, 1985.

Tabela 21 – Condição de ocupação do imóvel

Condição de ocupação	Ariranha		Catiguá		Palmares Paulista		Pindorama		Santa Adélia		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Próprios	36	26.86	27	23.68	109	48.88	102	43.96	5	3.50	279	32.98
Em aquisição	89	66.42	82	71.93	102	45.74	118	50.86	133	93.00	524	61.94
Alugados	9	6.72	4	3.51	10	4.48	7	3.02	4	2.80	34	4.02
Cedidos	-	-	1	0.88	2	0.90	5	2.16	1	0.70	9	1.06
Total	134	100	114	100	223	100	232	100	143	100	846	100

Fonte: Pesquisa de campo.

Inversamente, percebemos que o maior número de imóveis em aquisição é registrado em Santa Adélia 93,00%, seguida de Catiguá (71,93%), Ariranha (66,42%), Pindorama (50,86%) e Palmares Paulista, com o menor percentual (45,74%). O índice de imóveis alugados representa, no total, somente 4,02%, sendo o maior índice verificado em Ariranha (6,72%) e o menor em Santa Adélia (2,80%). Também encontramos imóveis cedidos, o que correspondeu a 1,06% no total.

Questionados sobre a importância da política habitacional existente e em que medida ela contribui para a diminuição da evasão de habitantes, é interessante registrar as falas dos entrevistados nas Prefeituras Municipais:

Acho que sim...Porque ele ficando aí tendo a (moradia)... sabe... a pessoa tem sempre o sonho desde criança... [...] Então desde criança ele tem o sonho de ter a casa. **Ele tendo a casa, ele fica mais... ele tem motivação...** Que o que o povo precisa é motivação... [...] Então eu acho que... é... (Antônio Roberto Pinotti – representante da Prefeitura de Santa Adélia, grifos nossos).

Concordamos que a casa própria funciona como uma “motivação” importante para a permanência dos moradores, especialmente quando a cidade desempenha papéis urbanos pouco expressivos e se torna uma limitação para a própria mobilidade cultural e social dos habitantes, pois caso objetivo, por exemplo, cursar o ensino superior, será necessário buscar esse serviço em outra cidade, deslocando-se cotidianamente para a satisfação dessa necessidade.

O mesmo acontece quando o morador trabalha fora de seu município de residência, ao que podemos acrescentar o grande desgaste a que se sujeita o trabalhador, pois o tempo gasto no deslocamento acaba por estender, de certa forma, a jornada de trabalho, diminuindo o tempo de descanso.

O fato da moradia servir como estímulo à permanência dos moradores também foi admitida pelo Prefeito de Catiguá:

Não tenha dúvida. Por que Catiguá, é o que eu te falei, existe ainda empregos por causa das duas usinas, mas... é claro que a pessoa que faz uma faculdade, ela vai embora... Mas a essa pessoa que é do setor agrícola, ele vem para cidade, para morar no município... Para ficar mais cômodo, onde tem escola para os filhos, tem a noite para estudar... então, fica mais cômodo. **E aí evita, sim, a saída do pessoal do município para outra cidade.** (Osvaldir Darcie – Prefeito de Catiguá, grifos nossos).

Ressaltemos que os pequenos municípios, ainda que vinculados principalmente às atividades agrícolas, têm papel importante no contexto econômico

regional. O processo de urbanização acelerado, que se verificou no país especialmente após a década de 1950, combinou-se ao processo de modernização da agricultura, consorciado com o Estatuto do Trabalhador Rural (1963) e ao Estatuto da Terra (1964), provocando a expulsão de um contingente expressivo de pessoas do campo, uma vez que, somente, entre a década de 1960 e 1980, no Estado de São Paulo, 2,5 milhões de pessoas deixaram a área rural⁵³. Na região de Catanduva, conforme já comentamos, tal processo também foi verificado e parcela dessa população acabou por buscar as áreas urbanas dos municípios mais próximos para residir.

A migração para essas cidades não necessariamente implicou em mudança de setor de atividade de trabalho. Apesar de residirem em áreas consideradas urbanas, grande parcela continuou ocupada em atividades agrícolas ou agroindustriais, ou seja, trabalhando no campo, em muitos casos de forma sazonal, obedecendo ao calendário agrícola.

A oferta de moradias construídas com financiamentos públicos é importante na medida em que, devido aos rendimentos da expressiva maioria da população serem baixos, impossibilita ou dificulta a aquisição da habitação, via mercado imobiliário/construtor, a oferta das unidades construídas com recursos públicos é, portanto, essencial.

Catiguá (Tabela 7) registrou crescimento expressivo da população urbana entre 1980 e 1991 (99,75%), resultado principalmente da saída de população do campo, na década seguinte apresentou ampliação de 20,94% e ainda que não consideremos esse fator o principal da migração campo-cidade, conforme já discutimos, a oferta de maior número de moradias pode ter tido influência na escolha em permanecer em um município com inexpressivos papéis urbanos.

Conforme discutido por Faria (1983)⁵⁴, o processo de urbanização no Brasil promoveu a constituição de uma significativa rede urbana bastante diferenciada se comparada a outros países latino-americanos, onde a primazia urbana foi mais expressiva.

No caso brasileiro, esse processo representou a multiplicação do número de cidades, além da intensificação do crescimento das já existentes, especialmente após a década de 1950, conferindo grande complexidade e dinamismo à

⁵³ Silva (1999), p.63.

urbanização do país. As mudanças engendradas foram representativas tanto se consideramos a configuração do espaço quanto como se pensarmos na redistribuição da população.

Vimos que, na região de Catanduva (Tabela 4), entre as décadas de 1940 e 1950, houve decréscimo da população (-6,15%), em razão da substituição da cultura cafeeira por outras culturas agrícolas ou pela pecuária que utilizavam menos mão-de-obra. Novamente, registrou-se diminuição populacional, entre 1960 e 1970 (-3,96%), indicativa das mudanças provocadas com o processo de modernização da agricultura e acentuadas com a concentração fundiária ocorrida especialmente após 1975, quando o setor sucroalcooleiro tomou maior impulso.

Retomando a discussão sobre a habitação, ressaltamos que os conjuntos habitacionais financiados têm impacto expressivo na oferta de moradias sobre o conjunto total de domicílios urbanos, nas cidades estudadas.

Ajuda, ajudou. Certo. Porque se a gente, por exemplo, não tivesse essa quantidade desses (ininteligível) de conjunto, e esses 200 lotes urbanizados, que nós demos quer dizer, esse pessoal teria que, certo... O investimento particular no município é pouco... certo... em construção... de habitação [...] Próprio morador é pouco. Houve um aumento, mas não foi um aumento expressivo. (Elsio Arlindo Villa – representante da Prefeitura de Ariranha).

Conforme admite o representante da Prefeitura de Ariranha, as moradias produzidas com recursos exclusivos dos moradores provocam menor impacto e são em número mais reduzido, na última década, do que as produzidas via financiamentos públicos, seja de origem estadual (CDHU) seja pela atuação municipal, que doou terrenos diminuindo o custo da produção da moradia, através dos chamados lotes urbanizados (Loteamento José Carnelossi), para estimular a construção de casas pelo próprio morador.

A política habitacional... o aumento da oferta de moradia é bom, é importante... Mesmo na entressafra sempre alguma coisa ... emprego... tem. Tem a colheita de laranja, a carpa na cana. **Então é necessário a moradia. Foi... foi... é importante, é um sinal que a cidade tá desenvolvendo... há o aumento de habitantes... Com certeza ela contribuiu para a diminuição do esvaziamento do município. Porque as COHABs fizeram a cidade crescer.** (Rosenei Perpétua Garcia Pereira Coltri – Prefeita de Palmares Paulista, grifos nossos).

⁵⁴ Faria, 1983.

A fala da Prefeita de Palmares Paulista é, especialmente, interessante, pois nos auxilia e corrobora nossa reflexão de que a moradia financiada com recursos públicos teve e têm papel fundamental para o próprio incremento populacional nos pequenos municípios.

Tal política habitacional não somente colabora para fixar os habitantes já residentes, mas também funciona como atrativo para novos moradores⁵⁵. Ou seja, em não havendo tal política, a dificuldade decorrente de pouco se oferecer, em termos de serviços urbanos e de trabalho, a possibilidade de fixação nos pequenos municípios seria reduzida e mais ainda se pensamos na entrada de novos habitantes, pois consideramos que a produção de conjuntos habitacionais financiados com recursos públicos acaba também atraindo novos habitantes.

Assim a justificativa fornecida é interessante não apenas porque, por meio dela, admite-se que a produção de moradia financiada com recursos públicos constitui-se numa forma de estimular a permanência dos habitantes da cidade, mas também por ser estímulo para atrair novos moradores. Reflete uma concepção, segundo a qual o crescimento físico da cidade é entendido enquanto “desenvolvimento”, ainda que parcela da população ativa esteja desempregada ou trabalhe de forma sazonal, apenas durante a safra.

O município de Palmares Paulista é considerado na região de Catanduva como um dos que mais recebem trabalhadores vindos de outros estados brasileiros para o trabalho no corte da cana-de-açúcar. Conforme vimos na tabela 7, foi o município que mais registrou crescimento populacional entre 1980 e 1991 (acima de 70%, com a população total passando de 4279 para 7328 habitantes, e com a população urbana crescendo no período 117,70%), e o segundo em crescimento na região entre 1991 e 2000 (15,13%). A migração contribuiu para esse crescimento, região entre 1991 e 2000 (15,13%). A migração contribuiu para esse crescimento, sendo a possibilidade de adquirir moradia um atrativo a mais para os migrantes, pois além da produção significativa de unidades habitacionais, também houve incremento na oferta com o programa municipal de lotes urbanizados.

Acerca dos trabalhadores de outros estados que migram para a cidade, o representante da CDHU fez o seguinte comentário:

⁵⁵ Nas prefeituras de Ariranha e de Pindorama os entrevistados admitiram que pessoas de outros municípios se inscrevem para concorrer à habitação financiada.

Exemplo mais típico que eu tenho lá naquela região é Palmares Paulista. Nós, acho que, eu não sei... lá vem da Bahia... **lá vem da Bahia... Eu acho que nós esvaziamos algumas cidades de lá...** Inclusive o povo da cidade reclama muito.[...] Como critério é três anos de moradia, ou três anos de trabalho (e eles têm trabalho). (Antônio César Polimeno – CDHU – Regional de Araraquara, grifos nossos).

A Prefeita de Palmares Paulista afirmou que a maioria dos terrenos para a construção dos conjuntos foi doada pela Usina Catanduva, isso explícita, a nosso ver, o interesse do setor sucroalcooleiro na construção de conjuntos habitacionais ou dos denominados lotes urbanizados, nesses pequenos municípios.

A própria expansão do tecido urbano nessas cidades é, de certo modo, limitado pelo setor sucroalcooleiro, pois muitas das cidades estão literalmente cercadas por cana-de-açúcar, seja de propriedade das usinas ou de fornecedores. O grande poder político e econômico que detém, o controle de grandes áreas rurais, obriga o poder local a negociar a expansão das cidades. Todos os entrevistados nas prefeituras admitiram que as áreas em que se localizam os conjuntos habitacionais e lotes urbanizados foram negociadas com as usinas ou com proprietários rurais.

Silva (1993) trabalhando com as denominadas “cidades-dormitórios”, as quais se refere também como “cidade dos bóias-frias”, na região de Ribeirão Preto⁵⁶, chega à conclusão de que as transformações operadas com a substituição da cultura cafeeira pela canavieira, bem como o aumento da população dessas cidades, não provocou mudanças substanciais nas relações de dominação existentes.

Em algumas dessas cidades, o controle político e social exercido pelas classes dominantes têm importante papel no próprio crescimento das cidades, inclusive restringindo a entrada de migrantes em certas cidades⁵⁷, exercendo, portanto, poder sobre a reprodução dos trabalhadores⁵⁸.

⁵⁶ Silva, M. A. de M., *As cidades dos bóias-frias: o desdobramento do poder e controle da empresa*, 1993. A autora reforça, entretanto, que estas apresentam diferenças sociais no tocante à reprodução de relações de dominação existentes, não se podendo “[...] impingir a marca de conjuntos homogêneos a estas cidades.” (p.34).

⁵⁷ Verifica-se, também, que em outras cidades há estímulos a entrada de migrantes. As cidades de Paraíso e Palmares Paulista, que são limítrofes, podem ser tomadas como exemplo. Um funcionário do EDR/Catanduva, residente na primeira, afirmou que Palmares Paulista era uma cidade de “bóias-frias”, particularmente por receber levas de migrantes no período da safra, distinguindo Paraíso, por não receber migrantes e por ser mais “bonitinha”.

⁵⁸ Esse poder ocorre tanto pelos grandes fazendeiros como pela Usina, podendo ser exercido diretamente ou por “prepostos” (SILVA, 1993, p.30), sendo também uma forma de dificultar a organização política dos trabalhadores (SILVA, 1999, p.239).

[...] Algumas destas cidades podem ser equiparadas a verdadeiras vilas-operárias, sem cessão de moradia. Todas elas originaram-se do período da civilização cafeeira. Com o domínio da civilização da usina sofreram remodelações em virtude da divisão territorial do trabalho, leia-se, divisão realizada pelas indústrias, usinas e fazendas, de tal forma que cada uma delas *serve* a uma determinada empresa ou mais empresas. Algumas representam verdadeiras seções da empresa, verdadeiros quintais. [...] (SILVA, 1999, p.225-6).

Em Palmares Paulista, constatamos na pesquisa de campo que alguns moradores, inclusive, se incomodam com a presença dos migrantes na cidade; isso foi verificado também na cidade de Ariranha, na fala do diretor do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, pois os trabalhadores “de fora” geralmente “reclamam menos do trabalho” (e dos salários) e “se esforçam mais no serviço” que os residentes nas cidades.

A maioria dos representantes dos municípios pesquisados admitiu que a política habitacional existente no município contribuiu e contribui para fixar habitantes.

O Prefeito de Pindorama afirmou não ter o dado sobre o déficit habitacional no município⁵⁹, mas acredita que não seja muito elevado, visto a oferta de moradia ter sido significativa nos últimos anos na cidade:

Hoje não é tão... **Hoje mesmo é o emprego... como diz o outro não adianta ter casa e não ter emprego... dar a casa mas não dar emprego.** [...] Mas só que... teria que ter uma política habitacional... juntamente com uma política industrial. [...] Porque abrir novas... novos conjuntos viria pessoas de outras cidades na procura de emprego e não tendo você aumentaria uma crise social. [...] (Nelson Trabuco – Prefeito de Pindorama, grifos nossos).

E foi complementado por um assessor:

Dar a casa, mas não dar o dinheiro pra pagar as parcelas [...]

Sobre um dos principais problemas dos pequenos municípios estar relacionado à falta de empregos, em especial na entressafra, e das formas de atuação para superação dos problemas, todos confirmaram que as prefeituras acabam destinando parcela de recursos públicos para colaborar com a reprodução

⁵⁹ Nenhuma das prefeituras soube precisar o déficit habitacional em suas cidades.

dos trabalhadores. Nesse caso, também consideramos importante registrar as falas dos entrevistados:

É... superação... **é dando cesta-básica, alimentação, remédios... para esse povo que necessita na entressafra.** [...] (Osvaldir Darcie – Prefeito de Catiguá, grifos nossos).

Os pequenos municípios enfrentam sérias dificuldades financeiras para implementação de projetos locais. Apesar de adquirirem maior autonomia a partir da Constituição de 1988 isto não implicou em maior autonomia financeira, pois contam com recursos reduzidos para investimentos, já que suas receitas advêm, quase que exclusivamente, dos repasses do Governo Estadual e Federal (Fundo de Participação dos Municípios) para atenderem as demandas locais. Nesse contexto, apresentam uma capacidade limitada para investimentos e mesmo dificuldades na ampliação de programas assistenciais na época da entressafra.

Praticamente, todos manifestaram a necessidade da diversificação da economia regional, bem como a implantação de outros setores da economia nos municípios como forma de diminuição da dependência do setor sucroalcooleiro (especialmente no quesito trabalho para seus habitantes), ainda que tenham noção das dificuldades para atrair novos empreendimentos:

[...] É aí é que nós vamos tentar diversificar a... cana... diversificar... outras atividades, outros produtos agrícolas, que seria: tentar uma mini usina de leite, fazer fábrica de doces... Certo... E aí é que nós vamos tentar... E aí é que nós vamos incentivar o produtor a plantar, os pequenos produtores que tem, tentar ver se diversifica e ele fica no município com as pequenas propriedades, sem arrendar pra cana [...] (Osvaldir Darcie – Prefeito de Catiguá).

Dado o elevado grau de monopolização pelo setor sucroalcooleiro, com a cana-de-açúcar ocupando a parcela mais expressiva das terras nos municípios, criam-se enormes dificuldades para a implantação de outros setores de atividades e mesmo de indústrias processadoras de outros produtos agrícolas na região.

Santos & Silveira (2001)⁶⁰, ressaltam que as localidades que abrigam contingente de trabalhadores “agrícolas que são urbano-residentes”, podem ser consideradas como “cidades do campo”:

⁶⁰ Santos, M. & Silveira, M. L. *O Brasil – território e sociedade no início do século XXI*, 2001.

De maneira geral, na cidade do campo a produção regional acaba por influir sobre as iniciativas dos agentes urbanos. As atividades de fabricação e serviços são, em geral, tributárias da atividade regional e, desse modo, relativamente especializadas a partir dessa inspiração. Tal especialização liga-se sobretudo às necessidades de resposta imediata e próxima às necessidades da produção, da circulação, do intercâmbio, da informação dos agentes. (p.283).

Assim, os pequenos municípios têm suas dinâmicas especialmente vinculadas às atividades agrícolas e agroindustriais, e desta forma se inserem na divisão territorial do trabalho, compondo a economia regional, a qual fornecem respaldo importante, seja por suas áreas rurais estarem monopolizadas em grande parte pela cana-de-açúcar, seja por abrigarem os trabalhadores rurais envolvidos nessa produção.

Acerca da opinião dos moradores que têm imóveis em aquisição ou alugados, inserimos a questão sobre o preço pago mensalmente (Tabela 22). Separamos os imóveis em “alugados” e “próprios em aquisição” (os que ainda estão sendo pagos) para fazermos as considerações mais adequadas.

Percebemos na tabela 22 que os dados para os cinco municípios são bastante diferentes. Para 51,07% do total, o preço cobrado nas prestações ou aluguel é justo, ou seja, não o consideram desproporcional frente à renda domiciliar da família. O maior índice na categoria compareceu em Santa Adélia, com 68,61% das respostas nessa categoria; em Palmares Paulista o percentual é o mais baixo (26,78%); em Ariranha (43,88%); em Catiguá (60,46%); em Pindorama (52,80%).

Tabela 22 – Opinião sobre a prestação ou o aluguel

Categorias	Ariranha		Catiguá		Palmares Paulista		Pindorama		Santa Adélia		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Justa	43	43.88	52	60.46	30	26.78	66	52.80	94	68.61	285	51.07
Irrisória	2	2.04	2	2.33	6	5.36	6	4.80	1	0.73	17	3.05
Elevado	38	38.78	17	19.77	56	50.00	40	32.00	28	20.44	179	32.08
Abusivo	15	15.30	15	17.44	20	17.86	13	10.40	13	9.49	76	13.62
Não sabe	-	-	-	-	-	-	-	-	1	0.73	1	0.18
Subtotal em aquisição e alugados	98	73.14	86	75.44	112	50.22	125	53.88	137	95.80	558	65.96
Quitado	36	26.86	27	23.68	109	48.88	102	43.96	5	3.50	279	32.98
Cedido	-	-	1	0.88	2	0.90	5	2.16	1	0.70	9	1.06
Total	134	100	114	100	223	100	232	100	143	100	846	100

Fonte: Pesquisa de campo.

Tabela 23 – Pagamento da prestação ou aluguel da moradia

	Ariranha		Catiguá		Palmares Paulista		Pindorama		Santa Adélia		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Prestação em dia	56	41.79	63	55.26	59	26.45	94	40.52	78	54.54	350	41.37
Prestação em atraso	33	24.63	19	16.65	43	19.28	24	10.34	55	38.46	174	20.57
Aluguel em dia	4	2.98	2	1.76	7	3.14	2	0.86	4	2.80	19	2.25
Aluguel em atraso	5	3.73	2	1.76	3	1.35	5	2.16	-	-	15	1.77
Quitado	36	26.87	27	23.68	109	48.88	102	43.96	5	3.50	279	32.98
Cedido	-	-	1	0.88	2	0.90	5	2.16	1	0.70	9	1.06
Total	134	100	114	100	223	100	232	100	143	100	846	100

Fonte: Pesquisa de campo.

Tabela 24 – Percentual de renda domiciliar comprometida com o aluguel ou a prestação da moradia

Classes de renda	Ariranha		Catiguá		Palmares Paulista		Pindorama		Santa Adélia		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Até 15%	65	66.33	59	68.60	64	57.15	82	65.60	112	81.75	382	68.46
+ 15 até 25%	21	21.43	18	20.93	22	19.64	23	18.40	7	5.11	91	16.31
+ 25 até 50%	6	6.12	5	5.81	17	15.18	12	9.60	6	4.38	46	8.24
+ 50 até 80%	-	-	-	-	1	0.89	1	0.80	1	0.73	3	0.54
+ de 80 %	-	-	-	-	1	0.89	1	0.80	-	-	2	0.36
Sem informação	6	6.12	4	4.66	7	6.25	6	4.80	11	8.03	34	6.09
Subtotal em aquisição e alugados	98	73.14	86	75.44	112	50.22	125	53.88	137	95.80	558	65.96
Próprios quitados	36	26.86	27	23.68	109	48.88	102	43.96	5	3.50	279	32.98
Cedidos	-	-	1	0.88	2	0.90	5	2.16	1	0.70	9	1.06
Total	134	100	114	100	223	100	232	100	143	100	846	100

Fonte: Pesquisa de campo.

Houve ainda os que declararam ser irrisório o preço pago nas prestações ou aluguel, no geral ficando em 3,07%. Entretanto, os que declararam considerar o preço elevado somam 32,08%, sendo essa categoria mais expressiva em Palmares Paulista (50%) e menor em Catiguá (19,77%). Ou seja, para grande parte dos que pagam prestações ou aluguel, o dinheiro empregado na moradia é considerado elevado em relação aos ganhos familiares, comprometendo, portanto, a reprodução da família. Soma-se a estes dados o fato de que, para 13,62%, os preços praticados são abusivos, indicando que muito provavelmente tenham sérias dificuldades em cumprir com os compromissos no pagamento mensal da moradia.

A respeito do pagamento das prestações (Tabela 23), 41,37% do total declararam estar em dia com as prestações da moradia; os quitados representam 32,98%; as prestações em atraso para o conjunto dos imóveis representam 20,57%. Tais dados devem ser relacionados ao da tabela 24, na qual estão deslindados para uma melhor análise.

Podemos verificar na tabela 24, que, na expressiva maioria dos casos, em todas as cidades estudadas, no que se refere ao percentual comprometido com o aluguel ou prestação da moradia, a faixa até 15% da renda domiciliar é a que apresentou os maiores percentuais – de 81,75% em Santa Adélia a 57,15% em Palmares Paulista. Na faixa de renda que compromete acima de 15% até 25% da renda domiciliar temos: Ariranha, com 21,43%, Catiguá, com 20,93%, Pindorama, com 18,40%, Palmares Paulista com 19,64% e, por último, Santa Adélia com 5,11%. Com gastos acima de 25% até 50% da renda domiciliar podemos destacar o caso de Palmares Paulista, totalizando acima dessa faixa 15,18% dos imóveis pesquisados⁶¹. O número dos que não declararam a renda ou o valor pago no aluguel ou na prestação de moradia impossibilitaram o cálculo de 6,09% dos casos.

Nesse caso, é importante lembrar que há muitas diferenças entre os conjuntos habitacionais de cada cidade, o que têm correspondência com o tipo de programa implementado e com a capacidade de pagamento dos mutuários.

No caso da CDHU, a Companhia de Habitação responsável pelo maior número de unidades e de conjuntos implementados, a renda familiar exigida para a participação nos programas varia entre um e dez salários mínimos. No caso da

⁶¹ Esses indicadores foram tabulados manualmente, devido às dificuldades apresentadas no programa utilizado para obter os resultados estatísticos, assim, houve uma conferência de cada um dos questionários aplicados.

modalidade denominada Habiteto (HA), que se destina às famílias com rendimentos entre um e três salários mínimos, prioritariamente vinculado aos moradores de baixa renda, e que financia o material de construção da habitação própria que é realizada em regime de mutirão, a prestação é fixada em 15% da renda familiar declarada pelo mutuário. Esta modalidade é considerada “altamente subsidiada” para a CDHU:

[...] altamente subsidiado. Aqui sempre as prefeituras em comum acordo com a gente nós tentamos... tentamos limitar a inscrição, mas isso é um acordo que fazemos aí, até quatro salários, para você realmente atingir, como o Habiteto é para os de menor renda. [...] (Antônio C. Polimeno – representante da CDHU – Araraquara).

No caso da modalidade denominada Empreitada Global (EG), a prestação é estabelecida por faixas de renda, conforme declarada na assinatura do contrato.

[...] A CDHU sempre foi a companhia habitacional, que procurou atender sem discriminar... se tinha registro ou não, aceitando declaração, certo. Eu acho que a companhia sempre usou este critério. Eu não tenho conhecimento que ela endureceu em determinada hora, só para... Sempre atendeu a todos. (Antônio César Polimeno – representante da CDHU – Araraquara).

Ainda que subsidiada, a moradia financiada com recursos públicos implica na capacidade de pagamento do mutuário, definindo o tipo de financiamento para cada faixa de renda, o que envolve, por sua vez, diferenças na localização dos conjuntos habitacionais, no tamanho dos imóveis e no padrão de construção.

Podemos observar, quanto ao pagamento da prestação, tabela 25, que a maioria expressiva encontra-se entre os que estavam em dia com a prestação (mês anterior), representando 41,37% do total, sendo mais expressivo em Catiguá (55,26%) e Santa Adélia (54,54%), e sendo o menor índice verificado em Palmares Paulista (26,45%). O número de moradores que ainda não quitou o financiamento do imóvel varia bastante para o conjunto de municípios, representando em Santa Adélia 95,80% e o menor sendo verificado em Palmares Paulista (45,74%), onde há número expressivo de lotes urbanizados.

Do universo dos proprietários dos imóveis pesquisados, 20,57% encontravam-se com as prestações em atraso, número este mais representativo em Santa Adélia (38,46%), seguida de Ariranha (24,65%), Palmares Paulista (19,28%), Catiguá (16,65%), com o menor índice representado por Pindorama (10,34%). O

aluguel em atraso foi verificado em 1,77% (15 imóveis no total), quase a metade dos imóveis alugados.

Tais dados são reforçados pela tabela 26, na qual consta o número de meses em que as prestações não são pagas. Nesta tabela, desagregamos a informação para tornar mais clara a análise. Do total de imóveis em aquisição, a expressiva maioria (66,79%), encontra-se com os pagamentos em dia, ou seja, vem cumprindo os contratos de financiamento. Porém, praticamente a terça parte do total (33,21%) que se encontra com o imóvel “próprio em aquisição”, apresentam algum atraso no pagamento do financiamento. Há, entretanto, diferenças para o conjunto dos municípios, pois, enquanto em Pindorama 79,66% dos mutuários com imóveis em aquisição estão pagando regularmente as prestações, em Palmares Paulista este índice é o mais baixo, com 57,84%; esta mesma informação representa em Catiguá 76,83%, em Ariranha 62,92% e em Santa Adélia 58,65%.

Tabela 25 – Número de meses em que não paga a prestação ou o aluguel

	Ariranha		Catiguá		Palmares Paulista		Pindorama		Santa Adélia		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
2 meses	2	6.06	1	5.26	2	4.65	5	20.83	9	16.37	19	10.92
3 a 6 meses	11	33.34	10	52.63	17	39.53	10	41.67	40	72.73	88	50.57
7 a 12 meses	10	30.30	8	42.11	13	30.24	5	20.83	6	10.90	42	24.14
Mais de 12 meses	6	18.18	-	-	7	16.28	3	12.50	-	-	16	9.20
Atrasado s/ informação	4	12.12	-	-	4	9.30	1	4.17	-	-	9	5.17
Subtotal atrasados	33	37.08	19	23.17	43	42.16	24	20.34	55	41.35	174	33.21
Prestação em dia	56	62.92	63	76.83	59	57.84	94	79.66	78	58.65	350	66.79
Subtotal em aquisição	89	100	82	100	102	100	118	100	133	100	524	100
Aluguel em atraso	5	3.73	2	1.75	3	1.35	5	2.16	-	-	15	1.77
Aluguel em dia	4	2.98	2	1.75	7	3.14	2	0.86	4	2.80	19	2.25
Quitado	36	26.87	27	23.68	109	48.88	102	43.96	5	3.50	279	32.98
Cedido	-	-	1	0.88	2	0.90	5	2.16	1	0.70	9	1.06
Total	134	100	114	100	223	100	232	100	143	100	846	100

Fonte: Pesquisa de campo.

Tabela 26 – Modificações no imóvel

	Ariranha		Catiguá		Palmares Paulista		Pindorama		Santa Adélia		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Não modificou	36	26.86	8	7.02	51	22.87	37	15.95	27	18.88	159	18.79
Ampliação	25	18.66	10	8.77	41	18.39	38	16.38	37	25.87	151	17.85
Melhorias diversas	9	6.72	7	6.14	6	2.69	40	17.24	16	11.19	78	9.22
Ampl./melhorias div.	64	47.76	89	78.07	89	39.91	114	49.14	63	44.06	419	49.53
Outros	-	-	-	-	36	16.14	3	1.29	-	-	39	4.61
Total	134	100	114	100	223	100	232	100	143	100	846	100

Fonte: Pesquisa de campo.

Palmares Paulista é o município em que mais moradores, dos que estavam trabalhando, estão vinculados à agricultura e agroindústria, assim como Pindorama foi o que apresentou o menor índice de ocupação nesse setor. Tal dado reforça nossa hipótese das dificuldades estarem ligadas à manutenção regular dos pagamentos na entressafra, especialmente para os trabalhadores empregados através dos contratos de safra, problema que pode ser estendido aos empregados registrados (CLT), pois muitos alegaram receber mais durante a safra, por fazerem horas-extras.

Analisando os imóveis que se encontram em atraso com os pagamentos dos financiamentos, os indicadores são mais expressivos em Palmares Paulista (42,16%), seguida por Santa Adélia (41,35%), Ariranha (37,08%), Catiguá (23,17%) e Pindorama (20,34%).

Dos que estão em atraso, é interessante verificar que a expressiva maioria já se encontra há mais de três meses sem cumprir o pagamento, representando 83,91% do total que, caso somado aos que alegaram estar em atraso, mas não souberam precisar o número de meses, mas que acreditamos, pelo que depreendemos da pesquisa de campo, serem também superiores a três meses, temos um total de 89,08%.

Nessa mesma linha de raciocínio, agregando os que não pagam há mais de três meses com os “sem informação”, caracterizando, portanto, situação de inadimplência, temos Palmares Paulista novamente em primeiro lugar (95,35%), seguida por Catiguá (94,74%), Ariranha (93,94%), Santa Adélia (83,63%) e Pindorama (79,17%).

Lembremos o fato de que se o morador teve dificuldades para pagar o financiamento num dado mês, o acúmulo de meses sem pagar torna ainda mais difícil reunir o valor necessário para a quitação de débitos. Acreditamos, nesse caso, que somente com o reescalonamento das dívidas é possível que volte a cumprir com os pagamentos do financiamento da casa própria.

Para reforçar esta idéia, basta observamos na mesma tabela (26) que aqueles que estão há mais de sete meses sem pagar representam 48,48% em Ariranha, 46,52% em Palmares Paulista, 42,11% em Catiguá, 33,33% em Pindorama, com Santa Adélia apresentando o menor índice, 10,90%.

A questão se torna mais complexa se observamos os que já estão sem pagar há dois meses, o que representa no conjunto, 6,70%, indicador de que o problema

apresentava tendência a se agravar. Isso mostra que a proporção dos que moram nas pequenas cidades que não conseguem quitar os pagamentos é representativa.

Em entrevista realizada com o coordenador da CDHU/Regional de Araraquara, responsável pelos municípios pesquisados, este comentou que em municípios onde predomina a pequena propriedade, ele avalia serem menores os casos de inadimplência do que naqueles em que há predominância do setor sucroalcooleiro:

Eu não tenho... eu só posso te dizer o seguinte, eu vou te dizer isso de 'orelhada', por experiência... **Geralmente aonde a cidade é bóia-fria, tipo trabalhador de usina, essencialmente de usina, a inadimplência é maior por causa da entressafra, tá...** Aonde existe... tipo, Urupês, Itajobi, **aonde tem trabalhador rural, mas é predominantemente por pequenas propriedades rurais, certo, a inadimplência é menor.** (Antônio César Polimeno, CDHU/Regional de Araraquara, grifos nossos).

E ainda que tenha ressaltado não ser este um dado “oficial” complementou:

[...] Não... [é dado oficial] **De você pegar pela cidade, onde o pagamento é mais freqüente, na época de safra dos empregados de usina vai tudo bem, chega na entressafra, você sabe que não guarda.** [...] Não... se na safra ele paga, certo e ganha um pouco a mais, esse pouco a mais, você sabe como é, ele vai comer melhor, ele vai vestir melhor, ele não tá pensando lá... Mesmo porque **a CDHU tem sido, pai, mãe e avô e ele já aprendeu isso.** (Antônio César Polimeno, CDHU/Regional de Araraquara, grifos nossos).

Essa afirmação corrobora nossa hipótese de que, na entressafra, amplia-se a inadimplência dos mutuários. Porém, consideramos que tais mutuários ficam divididos entre pagar a prestação e conseguir sobreviver até a próxima safra, quando a oferta de trabalho nos pequenos municípios canavieiros volta novamente a se ampliar.

No modo capitalista de produção, a exploração do trabalho é premissa básica para a extração da mais-valia, permitindo sua transmutação em lucro. Assim, é uma simplificação a idéia de que na época da safra esse trabalhador ganhe “um pouco a mais”, pois dado o modo capitalista de produção vigente, necessariamente ele ganha menos do que produz e menos do que precisa para sobreviver, inclusive durante a safra, quiçá no período da entressafra. O pagamento fica comprometido na medida em que a própria reprodução social é colocada “em xeque”. Tampouco, concordamos com o fato de o trabalhador necessariamente, por estar “empregado”, possa se “vestir ou comer melhor”, uma vez que, pelo que pudemos observar nas

idades, conversar com os moradores e nas entrevistas realizadas, o rebaixamento salarial tem sido a tônica que predomina no setor onde estão empregados grande parcela dos moradores.

Inserimos uma reflexão incisiva de Silva (1999) acerca da reprodução desses trabalhadores:

As condições alimentares, de saúde, de moradia e de educação refletem, com algumas variações, a situação de uma população cujos salários não garantem a necessidade da reprodução social da força de trabalho. Forma-se, assim, um círculo vicioso por meio do qual o sistema de dominação assenta-se nos salários vis e na reprodução das diferenciações sociais (étnico/racial e de gênero). Extremamente explorados, dominados, muitas vezes excluídos do mercado de trabalho pelas listas negras ou obrigados a aceitar um rebaixamento ainda maior dos salários durante a entressafra, muitos evitam, com seu trabalho, 'morrer de fome'. [...] (SILVA, 1999, p.248-9, grifos nossos).

Também esse fato comparece na fala dos entrevistados nas prefeituras municipais. Inserimos uma delas para deixar mais claro seu significado. Um dos entrevistados assim se referiu ao problema salarial:

E como as usinas detêm essa mão-de-obra, esse pessoal acaba tendo, um... um salário não condigno com a realidade vivida pela região. [...] Além disso, também existe a migração. O pessoal que vem da Bahia, Minas Gerais, certo... Atrás dessa mão-de-obra também... tá... E esse período de entressafra também, o pessoal fica bastante ocioso. [...] Não...Não...Há um determinado tempo atrás quando existia, por exemplo, esta mão-de-obra na, ah... O pessoal das usinas utilizava essa mão-de-obra e essa remuneração era boa... certo... O que... que o pessoal fazia, ele guardava, certo, no tempo da safra ele guardava pra poder sobreviver... [...] No período da entressafra... certo... **O que acontece agora é... mal dá, por exemplo, para subsistir no próprio período de safra... certo... Aí fica numa situação difícil. O município tem que atuar com cesta básica, com diversos programas que a gente tem.** Então, complementando renda, uma série de projeto que a gente tem... tem que complementar isso aí. Além de medicamento, uma série de coisas... [...] (Elsio Arlindo Villa – representante da Prefeitura de Ariranha, grifos nossos).

Outro município em que há programas sociais que colaboram com a reprodução social é Santa Adélia:

Ela tem... ela tem uma triagem e através do bem-estar social, através de... ali tem todo o apoio, né... **Então o bem-estar social ela tem... ela fornece uma base como leite, como cesta básica, como psicólogo...Depois da entressafra... Diminui... diminui a carência...** Isso. Para dar a cobertura necessária para... para subsistência nessa... [...] (Antônio Roberto Pinotti – representante da Prefeitura de Santa Adélia, grifos nossos).

Assim, na época em que o emprego diminui nos municípios, o poder público local é acionado para garantir a reprodução social, com políticas de assistência à subsistência das famílias que têm membros vinculados ao trabalho agrícola (cestas básicas, programas de renda).

No modo capitalista de produção, a força de trabalho constitui-se em mercadoria “negociada” no mercado de trabalho; o trabalhador encontra-se alijado dos meios de produção, bem como das mercadorias que produz no processo de trabalho, sendo, portanto, obrigado a vender a sua força de trabalho para garantir sua sobrevivência, que, no caso de um cortador de cana, é pouco qualificada, representando menores salários, além do fato de haver um grande número de trabalhadores que compõem o chamado “exército de reserva”, rebaixando ainda mais os salários pagos.

O fato de que a “CDHU têm sido pai, mãe e avô” e o mutuário já ter “aprendido isso”, revela, em nossa opinião, tanto uma estratégia de sobrevivência como também de resistência ao pagamento da moradia, como se o trabalhador quisesse mostrar que, por ser mal remunerado, morar em um lugar que pouco oferece em termos de emprego, lazer, saúde, educação, devesse haver uma “compensação” e poder pagar menos pela habitação (aproveitando os descontos dos juros das dívidas, como no caso dos imóveis com prestação em atraso financiados pela CDHU).

Na entrevista realizada, o representante da CDHU afirmou que dificilmente a empresa retoma as casas e as coloca novamente à venda ou as destina a leilão⁶²:

É mais caro do que você renegociar. Você tendo uma paciência, uma renegociação, quer dizer, além de você não gerar um problema social, você imagina... vamos imaginar que em outubro viesse aqui uma porção de notificações pra gente botar 38% fora, **imagina o caos social que ia ser.** Uma porque a gente não vai gerar caos social, e outra porque não existe departamento jurídico montado hoje para absorver tal número de processos e o custo disso, certo...? [...] Eu acho que você vai fazendo uma média de custo disso tudo e é melhor que você acionar, assim em geral, eu acho que tem que acionar como nós estamos fazendo, os mais inadimplentes. (Antônio César Polimeno – representante da CDHU – Regional de Araraquara, grifo nosso).

O próprio leilão de uma moradia, num pequeno município, é mais complicado, pois, em razão da baixa renda média da população, é bastante improvável encontrar

⁶² Segundo o representante, há casos de inadimplência que somam até 80 meses.

interessados que disponham do dinheiro para quitar o imóvel no ato da compra.

Questionado se o número de inadimplentes em um município interfere na possibilidade do município conseguir aprovação para implementação de novos projetos de conjuntos habitacionais financiados pela CDHU, o representante da Companhia fez o seguinte comentário:

[...] Não, aqui na CDHU, não... Foi o que eu falei, (a CDHU) não é uma empresa financeira... Não sofrem sanções [as prefeituras dos municípios]. Ah, se fosse assim, já tinha municípios aí... [...] (Antônio César Polimeno – representante da CDHU – Regional de Araraquara).

Entretanto, ainda que tenha se colocado dessa forma, em uma Revista da CDHU⁶³, encontramos uma nota intitulada “Mutuários: A luta contra a inadimplência não pode parar”, na qual se comenta a campanha promovida pela Companhia para diminuir os casos de inadimplência. Houve, a partir de outubro de 2002⁶⁴ uma forte campanha para baixar os níveis de inadimplência, diminuindo os índices de quase 40% para cerca de 14% em todo o Estado de São Paulo. Porém, novo monitoramento já indicava que os níveis estavam novamente se elevando, demandando novas ações da CDHU para conter tais índices, sendo uma delas o monitoramento dos mutuários que fizeram acordos e também com ações judiciais contra os inadimplentes:

Estamos entrando com medidas judiciais contra aqueles que, depois de terem feito acordo conosco, voltaram a acumular três prestações em atraso. (Wagner Linhares – equipe financeira da CDHU).

Ainda, segundo esta nota, a política de austeridade da CDHU:

[...] vem resultando na média de 40 despejos por mês – não só resolve alguns problemas como estimula os demais mutuários a manter a regularidade de seus pagamentos.

Tal “austeridade” objetiva, assim, desestimular o acúmulo de prestações em atraso,

⁶³ CDHU Gente, agosto, edição n.8, 2002, p.2.

⁶⁴ A renegociação das prestações em atraso com “condições especiais”, ou seja, sem o pagamento dos juros, ocorreu no período entre 20/10/2002 a 19/01/2003.

parecendo ser uma política recente da CDHU, provavelmente frente ao crescente aumento do número de inadimplentes⁶⁵.

Pensamos que uma possibilidade de melhorar a situação da inadimplência seria tomar medidas que adequassem a política habitacional à realidade de pequenos municípios de economia agrícola, ou seja, adequando-a às possibilidades de ocupação de parcela dos mutuários. Significa dizer que, nas famílias em que houvesse membros ocupados no setor agrícola, a cobrança das prestações consideraria o trabalho sazonal, prevendo uma redução no período em que a renda apresentasse decréscimo.

Conforme vimos pelos dados, o índice de inadimplentes nos cinco municípios pesquisados chega a quase um terço das moradias. Nessa perspectiva, esta “política de austeridade”, caso efetivamente aplicada pela CDHU, pode ter impacto social bastante grave, com muitos despejos nos pequenos municípios.

A importância do mutuário manter as prestações em dia é o fato de que o retorno à Companhia permite o reinvestimento em novos projetos, ainda que a mesma capte recursos de outras fontes, como da Caixa Econômica Federal (inclusive do FGTS, dinheiro dos trabalhadores), do Banco do Brasil, além do ICMS do Estado de São Paulo.

Daí que:

[...] É por isso que existe a cláusula (contratual) que você não pode vender, não pode alugar, não pode ceder. Porque você que tem casa na CDHU, eu que não tenho e ele que tá na fila esperando, estamos ajudando a pagar sua casa, quando você compra um produto e recolhe o ICMS... Então... entendeu?... Todos os paulistas estão ajudando a pagar a sua casa. (Antônio César Polimeno – representante da CDHU – Regional de Araraquara, grifos nossos).

Trata-se de recurso público que exige retorno e não de “fundo perdido”, quando não há a necessidade de retorno da verba concedida.

Não detectamos na pesquisa, de forma efetiva, entretanto, casos de pessoas que perderam de fato o imóvel por falta de pagamento. Isso reforça nossa hipótese de que a produção da habitação, ainda que seja colocada como uma política que visa tão somente beneficiar segmentos da população que não podem, por terem

⁶⁵ Quando estivemos nos 18 municípios que integravam o primeiro recorte territorial da pesquisa, alguns funcionários das prefeituras comentaram que além de terem conhecimento de que o número de inadimplentes nos municípios era elevado, também sabiam que o período de atraso era bastante grande, chegando a mais de doze meses.

uma remuneração insuficiente, participar da demanda solvável do mercado privado de habitação, tem alcance mais amplo. A produção dos conjuntos habitacionais coloca-se assim, ao mesmo tempo, como necessária a uma determinada forma de reprodução social – e conseqüentemente, do espaço – inclusive, compreendendo o domínio e controle do espaço pelo capital e pelo Estado.

Verificamos que há, mesmo entre os que alugam imóveis nos conjuntos habitacionais pesquisados, os que não têm conseguido pagar, sendo o maior dado apresentado em Ariranha (3,73%).

Primeiramente, lembremos que o número de imóveis alugados não é muito expressivo em nenhuma das cidades, o que também corrobora a idéia de que a moradia própria tem papel fundamental nos pequenos municípios. Em segundo lugar, ressaltamos que o não pagamento do aluguel pode representar, mais do que nos casos dos imóveis próprios financiados em atraso, ações de despejo dos locatários, além de maior constrangimento e pressão por parte dos proprietários dos imóveis. Assim, é preciso considerar que o inquilino só atrasará o aluguel em caso de extrema necessidade, quando, com sua renda, efetivamente não consegue suprir sequer as necessidades básicas da família.

Os dados relativos a modificações efetuadas pelos moradores nos imóveis são apresentados na tabela 27. Também podem ser percebidas singularidades para os diferentes conjuntos habitacionais das cinco cidades, especialmente no caso dos mais recentemente implantados, que apresentam, no geral, menor índice de modificações.

Podemos verificar pela tabela que a expressiva maioria dos imóveis sofreram modificações com o tempo, o que representa 81,21% do total. Os que declararam não ter modificado representam 18,79% do total; temos em Ariranha o maior percentual entre os que não modificaram (26,86%) e o menor em Catiguá com 7,02%.

Na expressiva maioria dos imóveis, os moradores declararam, tanto ter realizado ampliação da casa, quanto também diversas melhorias (construção de muros, portões, calçamento, troca de pisos etc.) que, ao longo do tempo, foi a que mais se destacou, representando no geral 49,53% no conjunto dos municípios. Em Catiguá esse índice foi mais expressivo, com 78,07%, e, em Palmares Paulista, o mais baixo, com 39,91%.

Os que declararam ter somente feito ampliação no imóvel representam 17,85% do total e os que afirmaram ter somente efetuado melhorias diversas correspondem a 9,22%, no conjunto dos municípios. A categoria “outros” representa os que, a exemplo do encontrado em Pindorama, declararam ter demolido a casa e construído novamente no terreno. No caso de Palmares Paulista, essa categoria foi também adotada para os imóveis pertencentes ao loteamento urbanizado, no qual a maioria dos moradores ainda estava construindo a casa, ocupando-a com maior ou menor grau de precariedade.

Ainda que outros loteamentos tenham a mesma natureza em outros municípios, consideramos somente as modificações realizadas após o ingresso na residência, embora tenhamos claro que grande parte dos moradores leve anos para conseguir tornar o imóvel mais próximo do “sonho da casa própria”.

Ainda que essa modalidade de acesso à casa própria, represente para a grande maioria, praticamente, a única possibilidade de conseguir adquirir seu imóvel, o morador entra na casa já sonhando com a possibilidade de modificá-la, visto que ela é entregue sem muros, portões e com o mínimo em termos de material de acabamento, não sendo raros os casos em que parte da infra-estrutura, ainda não se encontre totalmente implementada, quando da ocupação dos moradores (pavimentação, coleta de esgoto e iluminação pública são os tipos de infra-estrutura de ausência mais comum).

De tal forma, uma parcela dos recursos envolvidos na reprodução desses trabalhadores acaba sendo investida nas reformas da casa, o que somado ao pagamento das prestações, torna ainda mais oneroso o dispêndio com a habitação.

Mais do que o desejo de modificar a moradia, o que ocorre é que são necessários certos investimentos dos mutuários, como fazer os muros, colocar o portão, pavimentar minimamente a frente das residências e fazer as calçadas, para melhorar a habitabilidade da residência. Nas residências menores, especialmente nas famílias com mais membros, torna-se importante também ampliar o número de dormitórios.

Os imóveis dos conjuntos habitacionais apresentam um padrão médio de tamanho entre 29 m² e 60m², este último sendo somente verificado na cidade de Catiguá, cujo agente promotor foi a COHAB/Bauru. Ou seja, os imóveis são bastante básicos, de tamanho reduzido, objetivando diminuir os custos de

construção das casas. Por outro lado, acaba representando um gasto para ampliar o tamanho e proporcionar maior conforto para as famílias mais numerosas.

A respeito do número de dormitórios (Tabela 28), vemos que o padrão mais comum é o de dois quartos (51,07%), que está acima de 50%, em quatro dos municípios pesquisados: Palmares Paulista (54,71%), Catiguá (54,39%), Ariranha (53,73%) e Pindorama (50%); Santa Adélia têm, nessa categoria, 41,95% das moradias. Esse é, geralmente, o padrão que predomina também nas construções financiadas com recursos públicos. O grupo de imóveis com três dormitórios corresponde a 32,03% do total, dado mais expressivo em Catiguá, onde 40,35% das casas pesquisadas têm esse padrão. Isso indica que é elevado o número dos que ampliam a residência, fazendo um novo quarto na moradia.

Nos imóveis implementados em datas mais recentes, também verificamos que o índice que apresenta somente um dormitório é significativo (13,59%, para o conjunto dos municípios); aparece em maior percentual em Palmares Paulista (21,52%), especialmente no caso dos lotes urbanizados. Em Catiguá, temos o menor número de imóveis nesse padrão, com apenas 4,39% declarando possuir somente um dormitório.

Tabela 27 – Número de dormitórios da moradia

Categorias	Ariranha		Catiguá		Palmares Paulista		Pindorama		Santa Adélia		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Um	10	7.46	5	4.39	48	21.52	24	10.34	28	19.58	115	13.59
Dois	72	53.73	62	54.39	122	54.71	116	50.00	60	41.95	432	51.07
Três	46	34.33	46	40.35	47	21.08	87	37.50	45	31.47	271	32.03
Quatro	6	4.48	1	0.88	6	2.69	4	1.73	4	2.80	21	2.48
Cinco ou mais	-	-	-	-	-	-	1	0.43	6	4.20	7	0.83
Total	134	100	114	100	223	100	232	100	143	100	846	100

Fonte: Pesquisa de campo.

Tabela 28 – Número de banheiros da moradia

Categorias	Ariranha		Catiguá		Palmares Paulista		Pindorama		Santa Adélia		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Um	121	90.30	103	90.35	210	94.17	201	86.64	128	89.51	763	90.19
Dois	12	8.95	11	9.65	12	5.38	31	13.36	14	9.79	80	9.46
Três	1	0.75	-	-	1	0.45	-	-	1	0.70	3	0.35
Total	134	100	114	100	223	100	232	100	143	100	846	100

Fonte: Pesquisa de campo.

Ainda que não tenhamos incluído nos questionários a solicitação da informação acerca da existência de mais de uma residência no mesmo terreno, durante a pesquisa percebemos que parcela significativa de casas possuíam edículas, com outras famílias ocupando o mesmo quintal. Muitas vezes eram ocupadas por parentes, sem condições de comprar, alugar ou financiar a habitação; em muitos casos, as edículas eram cedidas, mas acreditamos que também haja casos de aluguel, utilizado para contribuir com a renda das famílias. O pequeno tamanho dos terrenos torna o espaço mais exíguo, além de implicar em compartilhar o espaço do quintal com outras famílias. Silva (1999) faz uma consideração a esse respeito:

A exigüidade dos terrenos em virtude da construção de várias casas, o pequeno número de cômodos e dormitórios, o uso freqüente de tanques, banheiros, varais e quintais comuns imprimem a essa população um 'modo de morar' que constitui um dos elementos do modo de vida da civilização da usina. 'Modo de morar' que significa muito mais um ajuntamento de pessoas num determinado lugar. (p.256).

Desse modo, para essa autora, houve uma ruptura entre o "modo de morar" anterior e o que foi constituído com a denominada "civilização da usina", desestruturando a sociabilidade anterior vivenciada no campo e mesmo diminuindo o espaço das chamadas "atividades reprodutivas" (p.257). Isso acaba provocando, segundo esta autora, problemas de convivência, devido ao grande número de pessoas partilhando o mesmo espaço.

A tabela 29 traz os dados relativos ao número de banheiros da moradia. A expressiva maioria das residências apresenta apenas um banheiro, o maior índice é o da cidade de Catiguá (94,17%), e o menor aparece na cidade de Pindorama (86,64%), o que indica que a maioria prefere ampliar o número de quartos ou o tamanho dos cômodos ou ainda construir edículas separadas no fundo dos imóveis.

Verificamos, em relação à questão "onde residia anteriormente", na tabela 30, que a maioria expressiva dos moradores morava em área urbana do mesmo município, sendo o maior indicador o apresentado por Palmares Paulista (70,85%), e o menor por Catiguá (48,24%).

Nos casos de Catiguá e Ariranha, em segundo lugar, aparecem aqueles que residiam na área rural do mesmo município (respectivamente 31,58% e 20,90%), demonstrando que houve saída do campo para uma parcela significativa de

moradores; em terceiro lugar, ainda para essas duas cidades, aparece a categoria área urbana de outro município do Estado de São Paulo (respectivamente 11,40% e 18,66%).

Para as cidades de Santa Adélia, Palmares Paulista e Pindorama, a categoria que ocupa o segundo lugar acerca da residência anterior dos moradores é a dos que residiam em área urbana de outro município do Estado de São Paulo, demonstrando que ocorreu uma migração de caráter urbano, provavelmente ligado à atração provocada pela produção de conjuntos habitacionais nestas cidades; temos respectivamente: 16,08%, 10,31% e 12,93%. Do mesmo modo, para essas três cidades, em terceiro lugar aparece a categoria “área rural do mesmo município”, Santa Adélia com 9,79%, Palmares Paulista com 8,52% e Pindorama com 12,93%, indicando que, nessas cidades, a saída de pessoas do campo que migraram para as pequenas cidades para residir nos conjuntos habitacionais foi menor. Outro fato que fica claro na tabela é que os moradores vindos de outros Estados, seja de área urbana ou rural não representam número significativo.

Porém é preciso ressaltar que muitos, para poderem “concorrer” ao sorteio das moradias produzidas com recursos públicos precisam comprovar residência, o que, no caso da CDHU é de três anos morando e/ou trabalhando no município (o que pode ser verificado tanto na Carteira de Trabalho como por declaração apresentada pelo interessado, quando este não têm registro formal, fato também aceito pela CDHU). Alguns podem recorrer a expediente do tipo pedir “emprestado” uma conta de água ou luz de um amigo ou parente para conseguir atender a esta exigência, como se denota na fala de um dos moradores entrevistados:

É. Eu sei lá... eu gosto daqui... É bom aqui, mas a gente veio porque foi sorteado na casinha... (morador de Ariranha).

Depreende-se, por esta fala, que este morador pode ter recorrido a tal tipo de estratégia para conseguir concorrer ao sorteio das casas ou terrenos doados pelas prefeituras.

Ou seja, reforça-se nessa fala que, caso o morador não tivesse conseguido a moradia, “ser sorteado” e ter a possibilidade de financiamento de uma habitação com recursos públicos, não residiria nesse município.

Isso dá-nos a dimensão do que representa a oportunidade do financiamento da casa própria para os moradores, o que não é tarefa que lhes seja considerada “fácil”. Assim, como foi “sorteado na casinha”, não poderia perder a chance, talvez a única que teria, de adquirir a habitação, de realizar “o sonho da casa própria”, o que pode ser lido, portanto, como uma estratégia de sobrevivência e como possibilidade de garantir sua reprodução social, ainda que, num lugar, que pouco ofereça em termos de oportunidades de ascensão social e de papéis urbanos.

Em quatro das cinco cidades pesquisadas, o imóvel anterior ocupado pelos entrevistados era alugado, conforme representado na tabela 30: Santa Adélia com 58,74, Ariranha com 55,97%, Pindorama com 46,55% e Palmares Paulista somando 42,15%.

No caso de Catiguá, a maior parte declarou que morava em imóvel cedido (41,23%), sendo que expressiva parcela destes moradores residia em casas em área rural (31,58%), cedidas nas fazendas em que trabalhavam no próprio município. A substituição da principal cultura, o café, pela cana-de-açúcar e a ampliação da área de plantio, obrigou os moradores a deixarem as fazendas, conforme informação dada durante o trabalho de campo.

A categoria “cedido” aparece em segundo lugar em Ariranha (33,58%), Santa Adélia (26,57%) e Pindorama (27,16%), sendo que, muitas vezes, tais imóveis são cedidos por parentes.

Também verificamos que, em quatro das cinco cidades, a categoria que ocupa o terceiro lugar é a de “domicílio anterior próprio”, sendo que, nesse caso, a maioria dos entrevistados declarou que residia na casa dos pais. Temos Catiguá com 24,56%, Ariranha com 10,45%, Santa Adélia com 14,69%, e Pindorama com 26,29%; ainda para esta categoria, em Palmares Paulista aparece em segundo lugar (com 34,98%).

Tabela 29 – Onde residia anteriormente

	Ariranha		Catiguá		Palmares Paulista		Pindorama		Santa Adélia		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Urb. Mesmo município	73	54.48	55	48.24	158	70.85	154	66.38	101	70.63	541	63.95
Urb. Outro município SP	25	18.66	13	11.40	23	10.31	37	15.95	23	16.08	121	14.30
Urb. Outro Estado	4	2.98	1	0.88	8	3.59	2	0.86	1	0.70	16	1.89
Rur. Mesmo município	28	20.90	36	31.58	19	8.52	30	12.93	14	9.79	127	15.01
Rur. Outro município SP	4	2.98	8	7.02	7	3.14	8	3.45	2	1.40	29	3.43
Rur. Outro Estado	-	-	1	0.88	8	3.59	1	0.43	2	1.40	12	1.42
Total	134	100	114	100	223	100	232	100	143	100	846	100

Fonte: Pesquisa de campo.

Tabela 30 – Imóvel anterior

	Ariranha		Catiguá		Palmares Paulista		Pindorama		Santa Adélia		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Próprio	14	10.45	28	24.56	78	34.98	61	26.29	21	14.69	202	23.88
Alugado	75	55.97	39	34.21	94	42.15	108	46.55	84	58.74	400	47.28
Cedido	45	33.58	47	41.23	51	22.87	63	27.16	38	26.57	244	28.84
Total	134	100	114	100	223	100	232	100	143	100	846	100

Fonte: Pesquisa de campo.

A tabela 31 mostra os principais problemas ou necessidades enfrentados pelos que moram nos conjuntos habitacionais, sendo que aqueles aos quais os moradores fizeram referência pouco diferem entre as cidades estudadas.

Assim, para quatro das cinco cidades, o maior problema seria o desemprego, aparecendo o maior índice para Catiguá (48,25%), seguida por Palmares Paulista (47,98%), Pindorama (43,97%) e o menor para Ariranha (38,81%); apesar de constar em terceiro lugar, em Santa Adélia, o percentual foi elevado (42,66%).

Outro problema comum, detectado em relação a este aspecto, foi o fato de grande parcela dos moradores fazer referência a problemas com o atendimento fornecido nos postos de saúde das cidades, desse equipamento estar ausente no conjunto habitacional ou de ser distante do lugar em que mora, sendo que muitos reclamaram de falta de remédios para distribuição aos moradores, da demora no atendimento ou a ausência de médicos especialistas, obrigando-os, quando em caso mais grave, a buscar atendimento fora da cidade.

Os índices mais significativos foram: em Santa Adélia, em primeiro lugar, com 57,34%; Ariranha com o percentual de 35,82%; em Palmares Paulista este problema foi citado por 29,15%; e em Pindorama por 25% dos moradores; para os entrevistados de Catiguá, apenas, 6,14% consideraram que este representa um problema.

Verificamos que uma grande porcentagem de moradores, em todas as cidades pesquisadas, fez referência à ausência de lazer, sendo o maior percentual observado em Pindorama (24,57%) e o menor em Ariranha (19,40%).

Consideramos que a categoria relativa à “prestação elevada paga pela moradia” apresentou, para três cidades, percentual importante: em Ariranha (20,90%), em Catiguá (17,54%) e em Palmares Paulista (16,14%), ficando abaixo de 10% nas demais (Pindorama e Santa Adélia).

Verificamos, ainda, que, nas tabelas, em cada uma das cidades aparecem especificidades relativas a questões particulares, muitas vezes decorrentes de problemas sentidos em conjuntos habitacionais específicos.

Tabela 31 – Problemas ou necessidades enfrentados por morar neste conjunto habitacional

	Ariranha		Catiguá		Palmares Paulista		Pindorama		Santa Adélia	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Não informou	-	-	-	-	-	-	1	0.43	-	-
Ausência/distância da escola	8	5.97	19	16.67	15	6.73	32	13.79	78	54.55
Iluminação	4	2.99	8	7.02	49	21.97	5	2.16	23	16.08
Esgoto	3	2.24	17	14.91	33	14.80	6	2.59	9	6.29
Água	8	5.97	39	34.21	17	7.62	11	4.74	4	2.80
Limpeza e coleta de lixo	4	2.99	5	4.39	46	20.63	24	10.34	15	10.49
Conservação de ruas/asfalto	23	17.16	17	14.91	51	22.87	102	43.97	28	19.58
Posto de saúde	48	35.82	7	6.14	65	29.15	58	25.00	82	57.34
Ausência de áreas de lazer	26	19.40	24	21.05	44	19.73	57	24.57	31	21.68
Transporte coletivo	14	10.45	1	0.88	38	17.04	32	13.79	52	36.36
Creche	4	2.99	2	1.75	13	5.83	34	14.66	22	15.38
Prestação elevada	28	20.90	20	17.54	36	16.14	21	9.05	10	6.99
Segurança	4	2.99	2	1.75	35	15.70	36	15.52	4	2.80
Desemprego	52	38.81	55	48.25	107	47.98	102	43.97	61	42.66
Outros	13	9.70	25	21.93	32	14.35	45	19.40	11	7.69
Não existem problemas	34	25.37	21	18.42	20	8.97	33	14.22	1	0.70

Fonte: Pesquisa de campo.

Na cidade de Catiguá, grande parcela queixou-se das tarifas de água, informando-nos que, recentemente, a SABESP assumiu o serviço de distribuição de água e coleta de esgoto, anteriormente sob administração municipal, e os preços subiram muito, assim como o corte no fornecimento ocasionado com a falta de pagamento, fato que não ocorria antes dessa mudança.

Na cidade de Santa Adélia, podemos destacar duas outras especificidades. Primeiramente, o fato de que grande parcela citou a ausência/distância da escola (54,55%); nesse caso, tendo em vista a pesquisa em campo, pudemos verificar que as escolas localizadas próximas à área central, ficam relativamente distantes dos conjuntos, que estão concentrados na porção leste da cidade. Em função da topografia acidentada, o volume de queixas acaba sendo potencializado, reforçado pelas temperaturas altas na maior parte do ano. O mesmo ocorre, no caso das queixas referentes à ausência de transporte coletivo na cidade, que foi citado por 36,36% dos moradores.

Em Ariranha, um elevado percentual de moradores (25,37%) afirmou não haver problemas ou necessidades decorrentes da moradia nos conjuntos habitacionais.

Na cidade de Palmares Paulista, outro destaque percebido nas respostas fornecidas refere-se ao serviço de limpeza e coleta de lixo (20,63%). Moradores afirmaram que, no final do mandato do prefeito, em razão dele não ter conseguido reeleger-se, para retaliar a população, houve diminuição e mesmo suspensão dos serviços de limpeza das ruas e coleta de lixo da cidade, o que causou graves transtornos no destino a ser dado ao lixo domiciliar, nos conjuntos habitacionais, o qual acabou ficando amontoado nas calçadas.

Pindorama registrou um elevado percentual de queixas em relação à conservação de ruas e seu asfaltamento, tanto no caso dos conjuntos que ainda não possuíam pavimentação quanto naqueles em que já havia, o problema foi apontado (43,97%), ocupando, inclusive, o primeiro lugar nas queixas, ao lado do problema do desemprego.

Nas entrevistas realizadas, houve manifestações dos representantes do poder público local de que somente possibilitar a aquisição financiada da casa própria é insuficiente, reforçando que seria necessário haver um crescimento econômico nos municípios, para possibilitar também trabalho para os habitantes,

inclusive para que o morador possa cumprir com o pagamento das prestações da habitação.

Isso fica patente na fala do Prefeito de Pindorama:

[...] Mas só que... teria que ter uma política habitacional... juntamente com uma política industrial... [...] Porque abrir novas... novos conjuntos... viria pessoas de outras cidades na procura de emprego e não tendo você aumentaria uma crise social. [...] (Nelson Trabuco – Prefeito de Pindorama, grifos nossos).

Dentro dessa visão, não adianta haver somente a oferta de moradia financiada no município, mas teria também de haver maiores oportunidades de trabalho para que o morador pudesse quitar a sua prestação, e não precisar depender tanto dos recursos do poder público.

É, o problema dessa migração... de trazer esse número de pessoas... é que eles vem... eles trabalham a lavoura de cana... são de seis a sete meses a safra... e esse... a lacuna que fica pra começar a outra safra... esse povo fica exclusivamente na dependência do município. [...] E é aí onde cresce o problema de criminalidade... onde cresce o problema da dependência... o problema da saúde... quando cresce o problema da dependência da promoção social... [...] (Nelson Trabuco – Prefeito de Pindorama, grifos nossos).

Nessa mesma direção, houve também os que declararam que seria mais eficaz, no caso dos pequenos municípios, incremento no aumento da moradia via poder local, através dos chamados “loteamentos urbanizados”, em que a prefeitura cede o terreno, ou o vende, mas por preço e prazo mais acessíveis que os geralmente oferecidos pelo mercado, e o próprio morador, através da autoconstrução, realiza, aos poucos, a produção de sua moradia, com a “vantagem” de não necessitar pagar as prestações, ou seja, sem assumir dívidas de longo prazo.

Aqui tem cinco conjuntos. Eu fui Prefeito de 1989 a 1992, eu construí cem casas populares, depois nem um prefeito construiu mais. Mas eu pretendo fazer um loteamento, mesmo com dificuldades na CETESB, e a SABESB... que eu pretendo fazer, ainda esse ano (2003) um loteamento de 50 lotes... e dar lotes para o pessoal de baixa renda... [...]Para que eles não... Para eles construam, para que eles não precisem pagar uma prestação, porque tem muita inadimplência nessas casas de COHAB em Catiguá... Acredito que exista de 50% para mais... Então eu pretendo fazer isso para que eles construam. [...] E não dependam de COHAB, CDHU, para ficar... porque tá difícil [...] (Oswaldir Darcie – Prefeito de Catiguá, grifos nossos).

Essa consideração demonstra não somente a preocupação com as dificuldades enfrentadas quanto ao pagamento das prestações nos conjuntos habitacionais financiados, agravada no período da entressafra, mas também reforça que a inadimplência nos pequenos municípios é uma questão grave.

A pequena margem de manobra, em termos financeiros, existente nos pequenos municípios, dificulta a implementação de conjuntos habitacionais totalmente construídos e financiados pelo poder público local, visto os recursos disponíveis serem pequenos, tendo em vista a maior parte de suas receitas advir dos repasses do governo estadual e federal.

A solução encontrada para o provimento de habitação para a população de baixa renda acaba sendo o de incentivar a autoconstrução⁶⁶ através da doação de terrenos. Isso representa sobretrabalho para um grande conjunto de estudiosos da questão⁶⁷.

Para Oliveira (1972)⁶⁸ representa, por um lado, reprodução da força de trabalho, por outro, significa dilapidação da força de trabalho, tendo em vista que as moradias construídas pelo próprio morador, através da autoconstrução, com a família ou com a cooperação de amigos e parentes (em regime de mutirão), é efetivada no tempo que deveria ser destinado ao descanso dos trabalhadores:

[...] a habitação, bem resultante dessa operação, se produz por trabalho não-pago, isto é, supertrabalho. Embora aparentemente este bem não seja desapropriado pelo setor privado da produção, ele contribui para aumentar a taxa de exploração da força de trabalho, pois o seu resultado – a casa – reflete-se numa baixa aparente do custo de reprodução da força de trabalho – de que os gastos com habitação são um componente importante – e para deprimir os salários reais pagos pelas empresas. Assim, uma operação que é, na aparência, uma sobrevivência de práticas de ‘economia natural’ dentro das cidades, casa-se admiravelmente bem com o processo de expansão capitalista, que tem uma de suas bases e seu dinamismo na intensa exploração da força de trabalho. (OLIVEIRA, 1972, p.31).

Representa, portanto, um extremo sacrifício para os trabalhadores,

⁶⁶ Campanário (1984) compreende que não somente a autoconstrução, mas também a favela constitui-se em uma forma de “reprodução doméstica” de valores de uso, resposta produzida pelas classes de menor poder aquisitivo, em especial os que não conseguem participar (por não atender às exigências) dos programas de financiamento públicos, buscando garantir a moradia, condição vital para a reprodução (p.100). Este entendimento é partilhado por Rodrigues (1981), que considera esta forma de moradia uma “instituição necessária” para a reprodução do capital (p.161).

⁶⁷ Ver entre outros: Bonduki, N. & Rolnik, R. Periferia da grande São Paulo: reprodução do espaço como expediente da reprodução da força de trabalho, 1979; Maricato, E. *Autoconstrução: a arquitetura possível*, 1979.

provocando achatamento das condições de vida, na medida em que, por exemplo, retiram parte da renda que poderia ser empregada em alimentação, além de obrigarem ao maior dispêndio de energia, representando, assim, aumento da jornada de trabalho, além de retirar das famílias horas de descanso e de lazer. Porém, em muitos casos, significa uma das vias possíveis de ter acesso à moradia própria, permitindo a sua reprodução social, visto que o número de unidades produzidas, via recursos públicos, é insuficiente para o atendimento de toda a demanda e envolve, por esta razão, uma "disputa" entre os demandantes, feita, geralmente, através de sorteios.

Parte dos que necessitam de moradia também pode não se enquadrar nas regras estipuladas pelos agentes promotores para poder concorrer a uma unidade, tais como renda mínima exigida e registro formal na Carteira de Trabalho, o que exclui grande parcela da população que necessita morar.

Além desse fato, a autoconstrução significa, na grande maioria das vezes, dada a diferença entre o montante dos salários e o custo dos materiais de construção, um longo período de sacrifícios até a casa ficar pronta. Além disso, muitos moradores acabam se mudando tão logo os primeiros cômodos são erguidos para, o quanto antes, suprimir os gastos com aluguel. Isso implica em morar, muitas vezes, sem que as mínimas condições de habitabilidade tenham sido produzidas. Muitos dos loteamentos construídos sob essa forma de produção dão a impressão de estarem, permanentemente, "inacabados".

Reforçamos que a moradia, sendo uma mercadoria especial, além do valor de uso, representa uma garantia para períodos de instabilidade de emprego, como o que atualmente assola o país, permitindo ao seu proprietário maior segurança e garantia de sua reprodução e da sua família (leia-se aqui, sobrevivência), ou seja, acaba se constituindo em uma garantia para períodos de desemprego⁶⁹.

Ampliamos aqui o entendimento de Oliveira (1972) e consideramos que a moradia financiada com recursos públicos, seja ou não construída sob a forma de

mutirão, revela-se fundamental para a reprodução do trabalho, logo, para a reprodução social.

⁶⁸ Oliveira, F. de, *A economia brasileira: crítica à razão dualista*, 1972.

⁶⁹ Esta idéia é desenvolvida por Rodrigues, A. M. *Na procura do lugar o encontro da identidade: um estudo do processo de ocupação coletiva de terra para moradia* – Osasco, 1988.

Nos pequenos municípios estudados, a produção de moradia, juntamente com outras políticas – federais, estaduais e municipais, assegura aos que trabalham sazonalmente a garantia de sobrevivência no período em que diminui a possibilidade de inserção no mercado de trabalho, permitindo a reprodução dessa força de trabalho.

A moradia é, portanto, uma condição para a fixação e manutenção de moradores nos pequenos municípios, sendo implementada para tal, ainda que não haja garantia de que todos poderão efetivamente quitar o financiamento da casa própria.

[...] Aqui nós não temos isso [possibilidade de emprego agrícola para a totalidade dos que trabalham como safristas no corte da cana-de-açúcar]... e esse pessoal que fica ocioso é o que acaba provocando o déficit do município... que vai depender mais de.... Esse pessoal tá em casa eles acabam... eles não tão trabalhando, eles não tão comendo... eles acabam ficando doentes... eles acabam dependendo da promoção social para comer... eles acabam dependendo da Prefeitura para ter o remédio... sabe..? [...] Nós damos [cestas básicas] o ano todo... Nós... o nosso aqui... o atendimento é integral, é no ano todo... [...] Aumenta um pouco [no período da entressafra]... mas não é tanto... aumenta mais a parte de médico, né?... Saúde... Atendimento da saúde... (Nelson Trabuco – Prefeito de Pindorama).

Segundo Santos (1981), a presença de determinados capitais em uma região pode vir a representar uma barreira à entrada de outros capitais e empresas.

A burguesia local às vezes confina a cidade nas velhas funções tradicionais. [...] (SANTOS, 1981, p.84).

E continua:

São numerosos os exemplos de cidades incapazes de se impor novos papéis, em virtude de não estarem preparadas para isto e permanecendo, desse modo, sujeitas aos antigos quadros burgueses. (SANTOS, 1981,p.84).

Questionado, se a dependência excessiva do setor sucroalcooleiro, provoca ou impede o desenvolvimento local, o Prefeito de Catiguá deu resposta emblemática:

Sem dúvida. [...] Então essas firmas grandes é difícil, porque Catiguá é essencialmente canavieira, uma firma não vai... se aqui não produz laranja, não produz goiaba, não vai instalar em Catiguá. (Osvaldir Darcie – Prefeito de Catiguá).

Nas entrevistas realizadas com os representantes do poder público local, somente dois admitiram que a forma como a agroindústria sucroalcooleira se organizou colocou entraves para outras atividades se instalarem na região.

Entendemos que não há interesse na mudança desse quadro, visto que o poder político que tal agroindústria controla possa vir a ser enfraquecido com a entrada de novos capitais em sua área de atuação. Podemos citar como exemplos o risco de diminuição da área de cultivo da cana-de-açúcar com o estímulo para outras atividades serem empreendidas no campo; a disputa de diferentes empresas pela mão-de-obra local, pressionando assim o aumento dos salários dos trabalhadores; e mesmo a perda do controle político “direto” - da administração pública nos municípios, provocando a diminuição de sua influência em certos investimentos⁷⁰.

Portanto, a concentração fundiária nos municípios e seu controle especialmente pelo setor sucroalcooleiro acaba funcionando como uma barreira à entrada de outras culturas que pudessem ser produzidas na região, dificultando ainda mais a possibilidade de entrada de novos empreendimentos produtivos nos municípios.

O Prefeito de Catiguá complementou:

As duas usinas ficam na divisa do município, pertencem para Catanduva: Cerradinho e São Domingos. Catiguá fica com o problema social, fica consertando a cidade que passam os caminhões canavieiros, o maquinário... o asfalto fica detonado... e nós ficamos consertando... Então isso é difícil para o município... (Osvaldir Darcie – Prefeito de Catiguá, grifos nossos).

Assim, temos que a arrecadação gerada pelas empresas é revertida em favor do município no qual se encontram implementadas e os municípios do entorno são utilizados de diversas formas, inclusive como *locus* de residência de parcela da força de trabalho, ainda que, para eles, o retorno em termos de arrecadação seja bastante reduzido.

Os problemas decorrentes desse praticamente monopólio de um setor de atividades cabem às “cidades” (na verdade, o ônus é social): muitos dos caminhões,

⁷⁰ Sentimos que esse controle é bastante forte em Ariranha, onde estão localizadas duas empresas, as Usinas Catanduva e Colombo e em Catiguá que tem expressivo contingente de moradores

ônibus, utilizados nos deslocamentos dos trabalhadores e maquinários, utilizados pelas empresas, ficam estacionados nas ruas; a pavimentação das vias e estradas utilizadas, conforme constatamos na pesquisa de campo, apresentam-se mal conservados; os trabalhadores que ficam sem remuneração na entressafra, para poderem sobreviver muitas vezes necessitam de “amparo” do poder público; os postos de saúde, durante a safra, especialmente por conta das queimadas, lotam de pessoas que têm problemas respiratórios, principalmente crianças e idosos.

Nas entrevistas realizadas, nas Prefeituras dos municípios da região estudada, com os representantes do poder público, todos ressaltaram as dificuldades geradas durante a entressafra em razão do aumento do desemprego nos municípios, quais sejam: a ampliação dos atendimentos junto aos postos de saúde e prontos-socorros existentes nas cidades, o aumento da demanda de trabalhadores que buscam o setor de assistência social dos municípios para tentar conseguir cestas básicas ou se inserir em programas de renda existentes (para comprar alimentos, pagar contas de água e/ou luz e remédios, entre outros).

Tais políticas de assistência social decorrem do reconhecimento do poder público de que os baixos salários pagos e a forma de contratação de parcela significativa dos trabalhadores, através dos contratos de trabalho por tempo determinado ou por tarefa, não possibilitam sua reprodução no período de entressafra, com um mínimo de dignidade.

Consideramos pertinente inserir novamente a reflexão desenvolvida por Silva (1999) sobre tal forma de contratação:

O contrato por safra ou por tarefa encobre a relação de um trabalho permanente. É mais um elemento para a não-garantia da estabilidade do emprego. Os proprietários lançam mão deste instrumento para não assumir, na entressafra, todos os trabalhadores contratados para a safra. [...] Esse fator acha-se ligado àqueles referentes às formas de salários. Ambos contribuem para o rebaixamento do preço da força de trabalho de uma forma generalizada.[...] (SILVA, 1999, p.86).

O espaço social das pequenas cidades estudadas carrega a marca do controle político exercido pelo capital sucroalcooleiro. Percebemos que muitos dos nomes que designam os espaços públicos – escolas, hospitais, estradas vicinais,

trabalhando nas Usinas São Domingos e Cerradinho (em Catanduva), a primeira localizada praticamente no limite entre os dois municípios.

ruas, avenidas e mesmo os conjuntos habitacionais – são sobrenomes de famílias de usineiros e fazendeiros da região (Ruelle, Colombo, Zancaner, para citar alguns), sendo referência bastante comum, constituindo-se, assim, num signo dessa dominação política e econômica.

O tempo nessas pequenas cidades é regido pelo ciclo da produção canavieira (Fotos 11 e 12). Durante a safra (maio a novembro), época do corte da cana-de-açúcar, há maior efervescência em toda a região. Os fluxos que ocorrem são ampliados e intensificados, entre os quais podemos destacar o “ir e vir” das máquinas, dos caminhões carregados de cana-de-açúcar para as usinas, dos ônibus que transportam os trabalhadores rurais aos canaviais, dos trabalhadores que vem de outros estados da federação para o trabalho na safra (aumenta, portanto, o fluxo de pessoas na região) e, também, pelo crescimento da circulação de mercadorias, em razão da maior circulação de dinheiro, provocando incremento na economia da região, inclusive nas pequenas cidades.

Durante a entressafra, na chamada “parada da cana”, o ritmo dos fluxos é alterado, diminui a circulação de pessoas, de mercadorias, de dinheiro em toda a região. Ocorre a dispensa de grande número de trabalhadores, sendo que os vindos de outros lugares geralmente fazem “o caminho de volta”, enquanto os que residem nas cidades da região tratam de buscar a sobrevivência em outras ocupações, já que apenas parcela continua empregada, em atividades de carpa, replantio dos canaviais ou nas culturas intercalares.

Costa (1993) discute como se processa a construção do tempo e espaço entre trabalhadores rurais temporários (residentes e não residentes) na região de Ribeirão Preto, comentando sobre a safra:

A penetração no tempo de trabalho contínuo, durante a safra, intenso até nos domingos, corresponde à ruptura com o tempo cíclico camponês – ritmado por natureza, trabalho e festa – e a construção de um novo tempo cíclico, no qual as estações são a safra (maio a novembro) e a entressafra da cana. Introduce-se o tempo comprado e vendido, medido como a cana, tempo que vira dinheiro. (p.6).



Foto 11 – Santa Adélia: Caminhão carregado de cana-de-açúcar. Outubro/2000.



Foto 12 – Ariranha: Usina Catanduva. A presença da agroindústria é marcante na paisagem da região. Dezembro/2000.

Sobre a entressafra a mesma autora comenta:

A 'parada' determinada pelo ciclo da cana é tempo dos homens transformarem-se. A 'parada' do corte da cana é tempo de corte dos homens, em que, como a cana já caída aos seus pés sob os instrumentos acionados por eles, os trabalhadores são cortados pelas usinas. [...] (p.6).

Este período representa menor remuneração seja quando os residentes permanecem em outras atividades na cultura canavieira, seja quando buscam outra ocupação agrícola (safra da laranja, por exemplo) ou trabalho em atividades urbanas, lembrando que a baixa escolaridade e a ausência de qualificação não permite a busca por ocupações melhor remuneradas, além do fato de que, pelo que depreendemos e foi ressaltado pelos entrevistados, não há praticamente oferta de emprego urbano nas pequenas cidades, mas somente "bicos".

A instabilidade financeira que marca o período da entressafra foi comentada por quase a totalidade dos moradores entrevistados, inclusive por aqueles que não têm ocupação na agricultura e agroindústria. Os que ficam sem trabalho vivem "do jeito que dá"⁷¹. Isso representa uma grande dificuldade para as famílias, cujos membros vinculam-se a este tipo de trabalho, quando o poder público amplia uma série de programas sociais locais visando colaborar com a reprodução desses trabalhadores nessa época do ano.

Percebemos, assim, que há uma articulação de diversos níveis do poder público (governos municipal, estadual e federal), para garantir a reprodução do trabalho nessas pequenas cidades, especialmente nos períodos de diminuição do emprego e, portanto, da renda. Tais políticas, destacando-se a de habitação, desoneram o setor empresarial, possibilitando o pagamento de baixos salários, contribuindo para o rebaixamento dos custos da produção, permitindo, por conseguinte, maiores lucros aos que se utilizam dessa mão de obra.

⁷¹ Comentário feito por uma moradora de Catiguá, esposa de trabalhador temporário na cana.

[...] jamais se deve confundir uma cidade com o discurso que a descreve. Contudo, existe uma ligação entre eles. (Ítalo Calvino, *As cidades invisíveis*, 1990, p.59)

CAPÍTULO V

5. A CIDADE E O URBANO

Os estudos urbanos na Geografia não apresentam evolução linear, razão pela qual só podem ser entendidos no bojo de uma construção marcada por diferentes perspectivas teóricas e metodológicas. A compreensão, assim, deve se reportar ao contexto histórico em que se produziram as pesquisas e teorizações, o que significa que, ao longo do tempo, na medida em que mudanças sociais, culturais, econômicas, políticas etc., foram se processando e levaram a determinadas transformações na produção do espaço geográfico, também estimularam novas formas de apreensão da realidade. Isso não significa dizer que não cabe a crítica a esta produção realizada, pois se deve entendê-la como fundamental e parte do corpo que engendrou novas abordagens e formas de entendimento do objeto da Geografia, em particular da Geografia Urbana.

As questões e necessidades surgidas no decorrer da história demandaram um conjunto de reflexões e respostas às problemáticas apresentadas, em especial àquelas consideradas mais prementes e graves.

A urbanização, consolidada no século XX, em nível mundial, ainda que com diferenças substanciais na natureza, forma, conteúdo e no modo como ocorreu e ocorre o desenrolar desse processo, deflagrou a necessidade de se pensar nas dinâmicas que se constituem e nas especificidades que se consubstanciam em diferentes formações econômico-sociais.

O espaço urbano e as formas assumidas pela cidade ensejaram, portanto, a reflexão crítica de diversas ciências (a Sociologia, a Arquitetura, o Urbanismo, a Antropologia), com contribuições plurais e sob diferentes óticas, entre as quais a Geografia se destaca por priorizar a análise enfocando o espaço.

Ainda que não pretendamos aprofundar a análise do modo como ocorreu a evolução da Geografia Urbana no âmbito da Geografia Humana, nem tampouco desenvolver uma análise sobre o modo como o estudo do urbano e da cidade foi desenvolvido ao longo da evolução do pensamento geográfico, consideramos pertinente fazer algumas reflexões sobre conceitos referentes à problemática tratada.

5.1. O debate sobre o urbano e o rural

Santos (1997) fornece uma importante contribuição à Geografia, derivada de preocupação ontológica para identificar a “natureza do espaço”, objetivando demarcar as categorias que permitem seu entendimento e sua análise.

O desafio está em separar da realidade total um campo particular, susceptível de mostrar-se autônomo e que, ao mesmo tempo, permaneça integrado nessa realidade total [...] O mundo é um só. Ele é visto através de um dado prisma, por uma dada disciplina, mas, para o conjunto de disciplinas, os materiais constitutivos são os mesmos. É isso, aliás, o que une as diversas disciplinas e o que, para cada qual, deve garantir, como forma de controle, o critério da realidade total. Uma disciplina é uma parcela autônoma, mas não independente, do saber geral. É assim que se transcendem as realidades truncadas, as verdades parciais, mesmo sem a ambição de filosofar ou teorizar. (SANTOS, 1997, p.17).

Como ponto de partida, apoiados por alguns autores, faremos uma breve explanação sobre alguns conceitos (cidade, urbano, rural), não sem considerar que as particularidades e singularidades geográficas, assim como as derivadas da história, impedem que se possa chegar a uma definição precisa, abrangente o suficiente, para se colocar como universal e que, portanto, consiga integrar toda a complexidade que envolve o tema.

Com efeito, o que torna essa tarefa complexa é exatamente a complexidade existente no mundo atual, não somente no nível do espaço urbano que é o que iremos privilegiar, mas que perpassa todas as instâncias e dimensões possíveis da sociedade.

Ao pensar em cidade, imediatamente estabelecemos certas associações, quase que automáticas. Primeiramente, vem a idéia de uma parcela concreta do espaço, passível de ser delimitada, na maior parte dos casos, que apresenta uma estruturação e uma morfologia peculiares.

Entretanto, voltamos a ressaltar que, pela nossa perspectiva, pretendemos abordar a cidade não somente a partir de sua materialidade, mas entendê-la como meio, condição e produto da sociedade, tendo em suas formas a manifestação concreta das contradições sociais presentes e sendo seu conteúdo a expressão dessas.

A concepção do urbano, ainda que seja relativo a esta, extrapola a própria cidade, consubstanciando-se na relação cidade-campo, tendo na divisão técnica, social e territorial do trabalho a base que funda tal relação.

Ao mesmo tempo, o uso do conceito urbano também se aplica muitas vezes para qualificar o espaço e/ou as relações que se processam num dado espaço, tendo como contraponto e complemento contraditório o rural. Concordamos com Abramovay (2000)¹, quando enfatiza que “[...] o rural não é definido por oposição e sim na sua relação com as cidades. [...]”(p.2).

Convém ressaltar que nosso objetivo vai menos na direção da definição do que do entendimento do conteúdo, quanto nos reportamos à cidade e ao urbano, ao campo e ao rural.

Para Angulo & Domínguez (1991), apesar da grande produção de trabalhos versando sobre os processos de urbanização, a preocupação com uma definição mais consistente de cidade parece ter diminuído:

[...] Es interesante observar cómo se ha ido disipando esa preocupación por definir la ciudad, en la medida en que lo urbano ha ido generalizándose y expandiéndose. Al principio se trataba de definir un hecho diferencial dentro de una sociedad mayoritariamente rural, pero que con el paso del tiempo se convierte en la norma, en algo omnipresente. Parece que la difusión de la vida urbana y el aumento de su complejidad, restan sentido e interés a los intentos de definición.[...]. (p.17)

Certos critérios são geralmente enumerados quando se pretende estabelecer a definição (ou, ao menos, a tentativa de aproximação) de cidade. Angulo & Domínguez (1991) apresentam alguns critérios que podem contribuir para tal tarefa.

O primeiro critério refere-se ao **tamanho demográfico**, sendo esse um dos indicadores mais utilizados em nível internacional, tanto pela possibilidade de permitir as comparações, quanto pela simplicidade na obtenção dos dados. Por outro lado, definir a cidade tendo como única base tal critério, a partir do estabelecimento de um patamar numérico qualquer, levaria a uma simplificação problemática da realidade.

Os autores consideram que a concentração de população deriva de atividades não agrícolas, daí também resultando o surgimento de atividades de serviço, consideradas próprias da cidade. Entretanto, o conjunto de papéis urbanos de uma dada cidade não se relaciona somente ao tamanho de sua população, mas também ao nível de desenvolvimento em que se encontra uma certa região (ANGULO & DOMÍNGUES, p.17-8). Tal fato é reforçado com a renda dos habitantes

¹ Abramovay, R. Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo. *IPEA: Texto para Discussão*, n. 702, 2000, 33p.

que residem em determinada cidade, que pode estimular ou dificultar o surgimento de certas atividades. Dada as grandes diferenças sócioespaciais existentes entre países e regiões, a definição de cidade tendo como critério certo tamanho demográfico é, no mínimo, controversa.

O segundo critério é relativo à **densidade**, já que a cidade implica em concentração espacial, tendo ao mesmo tempo importantes desdobramentos econômicos (diminuição das distâncias, aumento das trocas etc.). Para Angulo & Domínguez (1991), devido à dificuldade em sua verificação, em função do fato de nem sempre haver conhecimento preciso dos limites e da área urbana, esse critério não é muito utilizado nas estatísticas (p.18).

Os **aspectos morfológicos** ou as formas urbanas, também são utilizados na definição de cidade. A representação cartográfica de cidade considera as formas assumidas em seu processo de produção, sendo sua expressão material: as edificações, a forma de parcelamento do solo; a estruturação dos usos do solo, as vias de transporte, os espaços públicos e privados etc. (p.18-9).

Angulo & Domínguez (1991) consideram que **as atividades** às quais se dedicam os habitantes são um dos elementos que mais contribuem para definir a cidade. O caráter urbano amplia-se quanto maior o nível e a quantidade de atividades não agrícolas presentes, ou seja, a análise das atividades a que se dedicam os habitantes concorre para uma maior distinção do seu entorno, ainda que consideremos sua grande articulação.

A presença de atividades de serviço e de comércio é essencial também em sua caracterização, diferente, portanto, das atividades industriais que, muito embora estimulem o surgimento de outras funções², não são consideradas essenciais. Pode-se a partir desse critério avaliar o papel que a cidade desempenha no contexto regional.

Este elemento apresenta, na perspectiva deste trabalho, importância fundamental, tendo em vista que parcela expressiva dos moradores dos pequenos municípios estudados desempenha atividades agrícolas, ainda que, em muitos casos, nas agroindústrias da região.

O **modo de vida** dos habitantes de uma dada localidade pode ser incluído como elemento que contribui para a definição de cidade, tomando-se como

referência a idéia de “cultura urbana” de Louis Wirth. Este elemento tem intrínseca relação com a divisão do trabalho, assim como com a heterogeneidade social dos habitantes de uma cidade, portanto, o que enseja múltiplas inter-relações³.

As **inter-relações** urbanas são outro elemento a se considerar na conceituação, tendo adquirido maior expressão com os avanços tecnológicos (especialmente nos setores de telecomunicações e transporte), mas que, na verdade, está presente desde a origem da cidade (p.21).

O último elemento considerado por Angulo & Domínguez (1991) diz respeito à **geração de inovações**, bem como seu caráter difusor, em todos os setores, ainda que esse aspecto seja pouco considerado na definição de cidade, constitui, na visão desses autores, “[...] parte essencial do caráter urbano [...]” teve e mantém expressivo papel no processo de urbanização (p.21).

Assim,

[...] la ciudad como asentamiento de población necesita un tamaño y unas densidades mínimos, pero a su vez el carácter urbano provoca el crecimiento y la concentración demográfica. Además, son propiedades inexcusables de esse carácter la variedad de formas, la heterogeneidad social, junto con el dinamismo social y económico y la intensidad de las interrelaciones que se ven propiciadas y exigidas por la propia naturaleza urbana y su condición de lugar central. (ANGULO & DOMÍNGUEZ, 1991, p.21-2).

Atualmente, a discussão sobre como estabelecer os limites entre urbano e rural adquire maior visibilidade.

O questionamento e crítica à metodologia oficial utilizada pelo IBGE é feito por Veiga, para quem a estimativa do “grau de urbanização” adotada no Brasil está obsoleta⁴. O autor indaga: “Será razoável que no início do século 21 se considere ‘cidade’ um aglomerado de menos de 20 mil pessoas?” (VEIGA, 2001, p.63).

Foi durante o Estado Novo que se instituiu a definição de “cidade”⁵, ainda hoje utilizada no país:

² Sendo mesmo, para os autores, “geradoras dos processos de urbanização” (ANGULO & DOMÍNGUEZ, 1991, p.20).

³ Os autores ressaltam que este elemento foi bastante valorizado a partir dos estudos empreendidos pela Escola de Chicago.

⁴ O autor não pretendeu somente refletir sobre as necessidades de se repensar nas tendências de urbanização, estabelecidas com base em critérios já superados, mas também, perceber como estas apresentam desdobramentos sobre as políticas e propostas de desenvolvimento a serem pensadas para o país, pois para ele há “[...] necessidade de um plano estratégico de desenvolvimento sustentável do Brasil rural.” (p.47).

[...] o Decreto-Lei 311, de 1938, que transformou em cidades todas as sedes municipais existentes, independentemente de suas características estruturais e funcionais. Da noite para o dia, ínfimos povoados, ou simples vilarejos, viraram cidades por norma que continua em vigor, apesar de todas as posteriores evoluções institucionais. [...] (VEIGA, 2001, p. 63).

Para Veiga (2001), a inclusão, pelo IBGE, de três categorias de áreas urbanas (urbanizadas, não-urbanizadas e urbanas-isoladas) e quatro tipos de aglomerados rurais (extensão urbana, povoado, núcleo e outros) provocou o reforço na consideração de que “[...] toda sede de município é necessariamente espaço urbano, seja qual for a sua função, dimensão ou situação.” (p.64).

Em nível mundial, houve uma “evolução das abordagens de delimitação urbana”, enquanto que o Brasil está entre os poucos países que utilizam tal critério na definição de espaço urbano⁶. Caso fosse estabelecido, no Brasil, o mesmo parâmetro utilizado pela OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), que somente considera como urbana a localidade que apresente densidade demográfica superior a 150 habitantes/km², Veiga afirma que: “[...] apenas 411 dos 5507 municípios brasileiros existentes em 2000 seriam considerados urbanos.” (p.65). Destarte, para o autor, o dado de que 81,2% da população brasileira é urbana torna-se totalmente descabido e somente 57% da população efetivamente faria parte da rede urbana (p.56)⁷.

Pensamos haver pontos interessantes a se considerar na proposta de Veiga. Primeiramente, a reflexão esboçada pelo autor, devido à sua natureza⁸, restringe a possibilidade de uma análise mais verticalizada. Em segundo lugar, é preciso admitir que sua reflexão parte, com efeito, de uma preocupação fundamentada: a definição de cidade, determinada em 1938 e que é bastante distante da formulada em outros países, gerando problemas em análises comparadas em nível internacional – e obviamente, também em nível nacional.

⁵ Veiga critica, inclusive, que o Estatuto da Cidade – que regulamentou a Constituição Federal de 1988 – apesar dos avanços, não define o que é *cidade*. Também seria necessário, a exemplo do Estatuto formulado para as cidades, criar uma lei equivalente para o “desenvolvimento do Brasil rural” (p.58).

⁶ Os outros países seriam: El Salvador, Equador, Guatemala e República Dominicana (VEIGA, 2001, p.65).

⁷ Do total de 5507 municípios existentes em 2000 no país, 84,3% possuíam população inferior a 20 mil habitantes, o que representa um total de 4642 (VEIGA, 2001, p. 32).

⁸ O livro em questão apresenta-se na forma de artigos escritos e publicados no jornal O Estado de São Paulo, aos quais incorporou uma introdução. Portanto, há diversos temas e problemáticas

Entretanto, a proposta que apresenta para contornar as dificuldades da atual divisão urbano e rural também apresenta problemas. Para Veiga (2001), dever-se-ia considerar três elementos para a definição de rural: o tamanho populacional combinado com a densidade demográfica e a sua localização.

Assim, sugere que, para efeito do Censo 2000, fossem considerados urbanos 455 municípios. Para os 5052 municípios remanescentes seria necessário diferenciar os que, efetivamente, estariam vinculados a um "Brasil rural" dos que apresentam certa dubiedade rural/urbana. E sugere que o critério mais adequado a ser adotado fosse o da densidade demográfica, pois seria:

[...] o indicador que melhor refletiria as modificações do meio natural que resultam de atividades humanas. Nada pode ser mais rural dos que as escassas áreas de natureza intocada, e não existem ecossistemas mais alterados pela ação humana do que as manchas ocupadas por megalópoles. É por isso que se considera a 'pressão antrópica' como o melhor indicador do grau de artificialização dos ecossistemas e, portanto, do efetivo grau de urbanização dos territórios. (VEIGA, 2001, p. 33).

Segundo esta lógica, para não haver prejuízo na análise da configuração territorial do país, deveriam ser considerados como municípios de pequeno porte aqueles com menos de 50 mil habitantes e que apresentem menos de 80 habitantes/km², mas caso possuam densidade acima de 80 habitantes/km², mesmo estando abaixo do patamar de 50 mil habitantes, também poderiam ser considerados de médio porte. Por tal metodologia, 80% dos municípios brasileiros seriam tomados como essencialmente rurais (onde residiriam cerca de 30% dos habitantes) e 10% dos municípios não seriam nem essencialmente rurais nem urbanos (onde habita 13% da população)⁹.

Temos claro que os critérios para emancipação de municípios utilizadas no passado – e ainda hoje vigentes – são duvidosos, muitas vezes obedecendo tão somente interesses políticos e tributários, servindo para o fortalecimento de determinados grupos, partidos e suas demandas. Os encargos e as distorções são encontrados em grande número de municípios no cenário brasileiro¹⁰, acarretando uma série de despesas ao erário público (salários de prefeitos, vereadores e

trabalhadas, porém com uma preocupação maior em levantar questões, do que em analisá-las profundamente.

⁹ Veiga, 2001, p.32-34.

¹⁰ Após a Constituição de 1988, houve uma "corrida emancipatória", originando 1381 novos municípios. O Rio Grande do Sul é um dos estados recordistas com a criação de 253 em 13 anos (de 1987 a 2000), apresentando um total de 497. Tramita na Assembléia Legislativa uma emenda

funcionários – parte desses últimos geralmente contratados através de “apadrinhamentos” e de “cabides de emprego”) e nem sempre correspondem, na prática, a um melhor atendimento aos cidadãos, em termos de infra-estrutura, equipamentos e serviços urbanos.

A principal justificativa para os pedidos de emancipação de municípios assenta-se, geralmente, na preocupação de que o município-sede não atende (ou atende de forma precária) a população dos distritos, representando, portanto, benefícios que de outra forma não se efetivariam. Também costumam atribuir a criação de municípios a uma tentativa de fazer diminuir o êxodo rural.

O fato das demandas dos munícipes moradores dos distritos não serem devidamente atendidas pelo poder público decorre de uma ampla gama de fatores: seja pela ausência de pressão por parte dessa população, da insuficiência dos recursos dos municípios, da má gestão dos recursos existentes e ausência de prioridades, mas se relaciona, principalmente, ao pequeno poder político e econômico por parte dos solicitantes, que expressam os conflitos e as disparidades existentes em uma sociedade de classes. Ainda que concordemos com estes argumentos, o fato é que, em muitos casos, a partir de demandas legítimas da sociedade, grupos político-econômicos locais utilizam esses argumentos em discursos para se legitimar e se fortalecer, buscando adquirir ou ampliar seu poder, ou seja, muitas vezes são emancipados municípios sem receitas próprias, o que dificulta a administração e acaba por não trazer benefícios efetivos para a população do lugar.

Parece-nos pouco razoável que somente a criação de municípios¹¹ pudesse significar a diminuição do êxodo rural, tendo em vista que, pelos atuais padrões de coleta dos dados a população rural têm diminuído, ao mesmo tempo em que tem havido o crescimento do número de municípios.

Noutra ponta, há os que argumentam exatamente o oposto, de que a proliferação desordenada do número de municípios, especialmente dos municípios que dependem totalmente dos repasses dos governos Federal e Estadual, por não

constitucional de 1996 que determina que as normas para a criação de novos municípios sejam definidas em lei complementar federal, sendo que as Assembléias Legislativas optaram por suspender os processos; porém uma exceção foi a emancipação do município de Luís Eduardo Magalhães na Bahia, em 2000 (O Estado de São Paulo, 28/01/2001 e 16/07/2001).

¹¹ A menos que essa criação viesse acompanhada de uma política específica para o meio rural, que injetasse recursos e promovesse estratégias de desenvolvimento, especialmente para as pequenas propriedades.

possuírem receitas próprias, acaba por reduzir ainda mais os recursos existentes, tendo em vista que suas despesas, em especial com o Legislativo, oneram os cofres públicos e impedem o desenvolvimento de políticas e programas sociais¹².

Assim, por um lado, concordamos com parte da argumentação de Veiga (2001), pois é, de fato, problemático considerar toda sede de município cidade e sua população e a dos distritos como urbana. Por outro lado, sua proposta metodológica também é questionável, pois se centra na idéia de que a diferença essencial entre os espaços urbanos e rurais poderia ser “medida” pela densidade demográfica, como se esse elemento pudesse vir a solucionar a dificuldade dessa distinção e mesmo se tornar o novo padrão de classificação, o que, ao nosso ver, não se apresenta menos incerto que a metodologia oficial.

A densidade demográfica seria obtida pela equação entre o número de habitantes de dada localidade dividida pela área total do município, o que representaria grandes disparidades¹³, especialmente para os municípios situados nas regiões Centro Oeste e Norte. Se tal parâmetro (densidade demográfica) pode ser válido para muitos países de dimensões pouco significativas, no caso de um país com as dimensões do Brasil isso é muito problemático, assim como se tomarmos somente equipamentos urbanos, comércio e serviços como parâmetro para a distinção entre urbano e rural.

A exemplo do que ocorre em países desenvolvidos, o denominado “novo rural” extrapola o conjunto de atividades agropecuárias e agroindustriais que caracterizou o campo brasileiro, com a diversificação de atividades agrícolas e não agrícolas (SILVA et al., 1996)¹⁴.

Estudos têm demonstrado¹⁵ que, desde meados da década de 1980, o emprego agrícola tem decrescido, mas, em contraposição, a população rural ocupada (PEA rural) tem, surpreendentemente, crescido. Isto ocorre devido ao surgimento de novas atividades não agrícolas no campo, ou seja, para o autor, não se pode mais considerar este espaço como “estritamente agrário”. Têm surgido,

¹² Jornal O Estado de São Paulo, 16/07/2001.

¹³ Incorporar a densidade construtiva em relação ao perímetro urbano poderia ser, talvez, mais interessante e menos problemático.

¹⁴ Silva et al. O rural paulista: muito além do agrícola e do agrário, *São Paulo em Perspectiva*, 1996.

¹⁵ O Projeto Rurbano, coordenado por Silva e envolvendo pesquisadores de diversos estados, universidades e institutos do país, é a principal referência atual. A pesquisa apoia-se nos dados das PNADs (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), divulgada pelo IBGE a partir de 1992. A fase I do Projeto centrou-se na análise da PEA, buscando verificar as ocupações agrícolas e não-agrícolas, a fase II focalizou a questão da pluriatividade, o trabalho encontrava-se em sua terceira fase em 2003.

assim, novas funções e tipos de ocupações¹⁶ com o crescimento de atividades de serviços, comércio e indústria, fazendo com que o calendário agrícola, bem como a expansão ou a retração de novas áreas e/ou produções agropecuárias não sejam mais suficientes para explicar o comportamento do emprego rural¹⁷.

O trabalho de Abramovay (2000) centra a discussão em uma avaliação sobre o conceito de rural. Ao mesmo tempo em que analisa os limites das definições tradicionais, também propõe repensar o rural a partir de três propostas recentes¹⁸. Baseando-se em uma variada literatura internacional sobre o tema, fornece três aspectos que são convergentes na discussão sobre o rural.

O primeiro refere-se à relação com a natureza, vez que o contato dos habitantes locais com o meio natural é maior que com o meio urbano. Porém, o autor assinala que, em lugares tão diversos como os Estados Unidos, a União Européia ou os países do Hemisfério Sul, há grandes diferenças quanto ao significado do “meio natural”. Verifica-se certa idealização dessa relação, mas se fortalece a idéia de que a natureza é um valor que necessita ser preservado – como a crescente preocupação com a qualidade da água e a conservação dos mananciais e práticas de produção que garantam a “exploração sustentável da biodiversidade”. Outro ponto da questão, relativa a este aspecto, é a própria redefinição do rural, adquirindo expressão o modo como se processa a relação “sociedade e natureza”.

Um segundo aspecto em relação ao conceito de rural encontra-se fundado na “relativa dispersão populacional” existente no meio rural, em que se destaca a própria origem etimológica – *rus*, em latim, “espaço aberto”. Este aspecto se consorcia com a presença nas comunidades rurais da “ajuda mútua”, entre os habitantes¹⁹.

Há diferentes visões sobre os atributos do rural para distintas sociedades, bem como é preciso considerar que a ampliação da mobilidade (com o desenvolvimento dos transportes) tenha lançado novas questões ao debate, na

¹⁶ Algumas das novas funções seriam o lazer (hotéis, chácaras, pesque-pague etc.); moradia (condomínios rurais fechados), atividades ligadas a preservação e conservação da natureza, além do surgimento de profissões tipicamente urbanas (condutores de veículos, mecânicos etc.). Ao mesmo tempo tem se tornado mais comuns ocupações pluriativas (CAMPANHOLA & SILVA, 2000, p.9).

¹⁷ Campanhola & Silva, O novo rural brasileiro: uma análise estadual: Sul, Sudeste e Centro-Oeste, 2000, p.9-10.

¹⁸ Desenvolvidas na França, nos Estados Unidos e pela OCDE.

¹⁹ Abramovay questiona esta concepção, no que concordamos com o autor, a presença de laços não necessariamente tem articulação direta e linear com o espaço em si.

medida em que há os que trabalham em centros urbanos e residem em áreas rurais, bem como o oposto também tem sido verificado.

Atualmente, se as áreas não densamente povoadas apresentam certo limite para o “aproveitamento de oportunidades de desenvolvimento”²⁰, por outro prisma podem constituir-se em alternativa para o que hoje se apresenta nos centros urbanos, especialmente nas grandes cidades (violência, insegurança, solidão). Abramovay (2000) assevera que

[...] estes valores possam transformar-se em fontes de desenvolvimento e a geração de renda vai depender tanto da organização dos habitantes e das instituições rurais, como, sobretudo, do tipo de relação que conseguem estabelecer com as cidades. (p.13).

O terceiro aspecto destacado é o fato de que o meio rural teria uma dependência (especialmente no nível econômico) do sistema urbano. O autor ressalta que, do mesmo modo que o conceito de rural envolve uma discussão, também o de cidade não escapa a essa condição, havendo diferentes concepções e parâmetros em sua definição.

Abramovay destaca que os indicadores de desenvolvimento mais baixos estão localizados no meio rural. Ao contrário de outros autores, vislumbra a possibilidade de que estas áreas tenham a potencialidade de se constituírem em lugares alternativos ao desenvolvimento da sociedade, discordando da visão daqueles que somente pensam o desenvolvimento como condicionado à saída desse espaço.

Consideramos pertinente destacar uma das conclusões do autor sobre a problemática:

A ruralidade não é uma etapa do desenvolvimento social a ser superada com o avanço do progresso e da urbanização. Ela é e será cada vez mais um *valor* para as sociedades contemporâneas... A importância entre nós da agricultura não deve impedir uma definição territorial do desenvolvimento e do meio rural. Esta definição não é útil apenas para as áreas mais desenvolvidas do país, ela pode revelar dimensões inéditas das relações cidade-campo e sobretudo mostrar dinâmicas regionais em que as pequenas aglomerações urbanas dependem de seu entorno disperso para

²⁰ Isto é verificado no Brasil, onde os indicadores sociais dos espaços rurais são mais baixos, em geral, do que os apontados para as áreas consideradas urbanas, ainda que as diferenças regionais sejam importantes e devam ser lembradas. Ao mesmo tempo é necessário considerar que estes indicadores de desenvolvimento considerados (geralmente o IDH – índice de desenvolvimento humano) fazem referência ao “mundo urbano/industrial” (ou seja, não considera se é meio rural ou urbano), e talvez não sejam os únicos que deveriam ser considerados para a análise.

estabelecer contatos com a economia nacional e global, seja por meio da agricultura, seja por outras atividades. (ABRAMOVAY, 2000, p.25-6).

Parece-nos válido registrar os principais pontos que poderiam contribuir para a redefinição e reconsideração do rural²¹:

O primeiro aspecto a ser ressaltado é que “[...] o importante é a definição espacial e não setorial da ruralidade.” O mesmo seria válido se pensado para o conceito de urbano. Significa dizer que “[...] As cidades não são definidas pela indústria nem o campo pela agricultura.”²²

Abramovay (2000), tendo como fundamento uma definição da FAO/SDA, discorre que, apesar da agricultura gerar grande parte da renda e do emprego nas áreas rurais, o crescimento de múltiplas atividades de caráter não agrícola, portanto, multissetoriais, faz com que o mais interessante seja privilegiar as economias regionais, levando a um entendimento diferenciado daquele que evoca “...que o campo tenha se ‘urbanizado’.” (p.6).

Um segundo aspecto interessante é não identificarmos, necessariamente, áreas não densamente povoadas com o abandono e a pobreza.

Esta afirmação tem a força de negar a relação natural entre dispersão da população e abandono, ou, em outras palavras, a pobreza e o abandono não são relativos a um espaço em particular, e muitas áreas urbanas estão aí para comprovar que esta relação não é automática, nem “natural”, mas decorrem de políticas e/ou da ausência de políticas numa determinada área e também numa certa direção, implicando refletir a quem servem determinadas políticas, especialmente as de natureza pública.

O terceiro aspecto ressaltado diz respeito à necessidade do entendimento das relações entre o rural e o urbano (se se preferir, entre campo e cidade), essenciais para a compreensão das dinâmicas e do papel das cidades e do meio rural.

Entendemos que a importância dessas relações entre urbano e rural é essencial, pois caso se privilegiem as diferenças e não as relações entre os espaços, dificilmente se conseguirá estabelecer proposições e políticas adequadas, seja para o meio rural, seja para o urbano, pois ambos devem ser analisados em

²¹ O autor baseou-se em três propostas (dos Estados Unidos, da França e da OCDE), que analisaram o meio rural em contextos bastante diferentes e utilizando categorias analíticas diversas, mas com uma preocupação de base semelhante.

suas particularidades, dinâmicas e papéis que desempenham, bem como em suas complementaridades.

Abramovay (2000) considera distorcido o entendimento de que, necessariamente, deva se vincular os espaços rurais à ausência de serviços, de cidadania e ao atraso, e de que a implementação desses represente a “urbanização do campo”²³.

Outro aspecto é o questionamento de que toda aglomeração deva ser considerada cidade, apenas por possuir um mínimo de serviços considerados urbanos. Na visão do autor, seria importante a distinção de “cidades rurais” e a análise de seu papel seria crucial na proposição de políticas para o desenvolvimento territorial e, neste sentido, a valorização da dinâmica de determinada região é fundamental.

Por fim, destaca que há muita diversidade quando se pensa na identidade “rural”, sendo que pensar em desenvolvimento, em sua dimensão espacial, implica em tentar perceber esta diversidade²⁴.

No campo da Geografia, também encontramos essa discussão. Santos (1993) propõe que a já clássica divisão rural e urbano no Brasil seja substituída pela divisão em dois grandes subtipos: os espaços agrícolas e os espaços urbanos, decorrência da evolução verificada na sociedade, na economia e no território, sendo que o país, como um todo, seria preenchido por *regiões agrícolas* e *regiões urbanas*:

[...] as regiões agrícolas (e não rurais) contém cidades; as regiões urbanas contém atividades rurais.[...] [Teríamos então] [...] áreas agrícolas contendo cidades adaptadas às suas demandas e... áreas rurais adaptadas a demandas urbanas. (p.65)

E complementa:

A *região urbana* tem sua unidade devida sobretudo à inter-relação das atividades de fabricação ou terciárias encontradas em seu respectivo território, às quais a atividade agrícola existente preferentemente se relaciona. A *região agrícola* tem sua unidade devida à inter-relação entre mundo rural e mundo urbano, representado este por cidades que abrigam atividades diretamente ligadas às atividades agrícolas circundantes e que dependem, segundo graus diversos, dessas atividades. (p.65, destaques do autor).

²² Abramovay, 2000, p.27.

²³ O mesmo entendimento revela Veiga (2001), afirmando que o desenvolvimento aponta para a “revalorização do ambiente natural”, e não para a “urbanização do campo” (p. 121-3).

²⁴ Veiga, 2001, p.27.

Santos (1993) reconhece, entretanto, que, devido à grande diversidade regional no país, pautada em uma diferenciada expansão do que denomina de “meio técnico-científico”, há um amplo leque de situações intermediárias, difíceis de serem simplesmente classificadas em um ou outro tipo, de modo estrito, ainda que essas tendências devam se generalizar nas próximas décadas²⁵.

As enormes diferenças verificadas, em relação ao nível de desenvolvimento econômico, oferecem problemas à análise. Em regiões denominadas pelo autor de “deprimidas”, marcadas por baixo nível de renda, modernização inexistente ou precária, a dicotomia rural-urbana apresenta-se mais acentuada “[...] a cidade preside a uma vida de relações que ainda é próxima do tradicional...” (SANTOS, 1993, p.66).

Alguns dos problemas dessa proposta são enunciados pelo próprio autor, como, por exemplo, as grandes diferenças regionais existentes e mesmo como estabelecer um tamanho para a “região urbana”. As regiões metropolitanas representariam o “exemplo limite”, onde há grande “interdependência funcional” entre as cidades, além de uma divisão do trabalho mais acentuada²⁶.

Porém, ainda que com um conjunto de idéias interessante, o autor não aprofundou a proposta, somente esboçada, fato que, inclusive, é assumido por ele (p.68). Vemos que, em sua proposta, há um reforço da divisão setorial entre campo e cidade, tendo como critério os tipos de relações realizadas nos espaços e, portanto, a divisão do trabalho é uma das principais categorias que permitiriam a definição do espaço:

[...] nas *regiões agrícolas* é o campo que, sobretudo, comanda a vida econômica e social do sistema urbano (sobretudo nos níveis inferiores da escala) enquanto nas *regiões urbanas* são as atividades secundárias e terciárias que têm esse papel. (SANTOS, 1993, p.68, destaques do autor).

Pensamos que essa discussão é fundamental em nossa pesquisa e que a Geografia pode contribuir de forma decisiva no debate. Especialmente, se consideramos que a definição de rural e/ou de urbano tem de ser pensadas a partir de uma dimensão geográfica por excelência: o espaço.

Ao falarmos de espaço, seja urbano ou rural, é sempre necessário reforçar

²⁵ Santos, 1993, p.66.

²⁶ Santos, 1994, p.66-67.

que este apresenta especificidades, decorrentes de sua construção histórica, e daí ainda que se possa falar de mudanças, diversificação e modernização (de múltiplas ordens, na introdução de inovações tecnológicas, nas formas e relações de produção, nas relações de trabalho, no desenvolvimento das forças produtivas etc.), em uma perspectiva geral, é no plano singular que devemos mostrar as diferenças. Portanto, o que temos são novos elementos que resultam de transformações históricas no processo de produção do espaço.

Um primeiro apontamento deve ser feito com referência à grande influência que a estrutura fundiária acaba tendo sobre a dinâmica de uma região. Mudanças se processam de forma diferente em áreas de grandes e pequenas propriedades: o acesso e a possibilidade de utilização de modernas tecnologias, o acesso ou não acesso ao crédito e financiamento da produção relativa à política agrícola, os produtos agropecuários privilegiados, as formas, tipos e relações de trabalho, articulam-se entre si como determinantes dessa dinâmica.

Ao pensarmos nas mudanças que vem se processando com grande rapidez e intensidade é preciso mediar a questão, sempre considerando o acesso e os impactos que ocorrem e se processam diferentemente, dependendo da classe social e do modo como um indivíduo se insere socialmente, como proprietário, como arrendatário, como parceiro etc., ou se somente com o trabalho e todas as implicações daí decorrentes, ou se nem mesmo consegue inserir-se via trabalho...

Sem dúvida que o trabalho – as atividades às quais os habitantes de uma dada localidade se dedicam – é um importante fator a ser considerado na definição de um lugar com caráter urbano ou rural.

Um ponto a ser questionado dentro da reflexão feita por Abramovay (2000) é o fato do autor considerar que a ruralidade em si não é obstáculo à criação de emprego²⁷. Apesar de concordamos com tal afirmação, pensamos ser necessário, em se tratando do caso brasileiro, considerar o altíssimo grau de concentração da propriedade privada da terra – seja no meio rural ou urbano – que se revela sim, como entrave para o desenvolvimento, especialmente, se pensamos na perspectiva de um desenvolvimento não somente privilegiando a dimensão econômica, mas também contemplando as dimensões social e espacial²⁸.

²⁷ Abramovay, 2000, p.1.

²⁸ Uma perspectiva interessante, na Geografia, sobre a questão do desenvolvimento é a desenvolvida por Souza (1997), Algumas notas sobre a importância do espaço para o desenvolvimento social.

Outro fator que poderia ser considerado é o tipo de consumo que se faz em determinado espaço, porque seria importante na definição dos valores priorizados pelos habitantes e mesmo forneceria “pistas” de uma cultura, com conteúdo rural ou urbano mais marcado. Nesse caso, caberia estabelecer a relação com certo conjunto de representações dos habitantes, ajudando a precisar se o “modo de pensar” encontra mais relações com o que se convencionou pensar como “urbano” ou se com o “rural”.

A vida rural é associada, geralmente, com uma expressiva valorização da comunidade, valores de vida da família e também ao papel importante da religião. A vida urbana tem como característica agrupar mais as pessoas a partir de sua profissão, muito mais do que somente a partir da família ou da orientação religiosa.

Obviamente, esta é uma consideração geral. Outra consideração a ser lembrada é a de que, quando falamos em “modo de vida rural”, pensamos haver maior articulação entre o espaço do trabalho e o espaço de vida, por exemplo, no caso de uma pequena propriedade, pode ser o mesmo lugar, do mesmo modo que o uso do tempo guarda maior relação com a natureza do que em relação ao “modo de vida urbano”, em que a separação entre espaço de vida e de trabalho é, geralmente, maior, com o tempo e o espaço assumindo maior compartimentação em comparação ao que ocorre nos espaços rurais. Da mesma forma, não podemos esquecer que outro importante elemento refere-se à classe social, que tem profunda implicação no estabelecimento do “modo de vida”, na medida em que a renda irá permitir o acesso (ou não) a uma série de bens e tecnologia também constantemente transformados e incorporados ao “urbano”.

Do mesmo modo que buscar uma definição única para o meio rural que pudesse ser válida em termos universais revela-se uma tarefa impossível, pensamos que se avaliar um único país – no caso, o Brasil²⁹ – com tamanha diversidade regional é, no mínimo, muito complexo. Por outro lado, propostas que venham a estabelecer níveis muito segmentados para essa definição, podem, estatisticamente, tornar impossível os estudos comparados. No caso brasileiro, a

²⁹ No caso brasileiro, o critério para se definir rural baseia-se na delimitação administrativa (assim como em outros países latino-americanos). Abramovay (2000) destaca três ordens de problemas: o primeiro diz respeito aos interesses fiscais que são privilegiados sobre os demais; as sedes de distritos são consideradas urbanas, mesmo quando tem um mínimo de equipamentos, casas e habitantes; a carência acaba se tornando um critério de definição do rural (p.4).

complexidade é expressa pelas grandes diferenças regionais e, mesmo inter-regionais, e a grande variedade de elementos envolvidos torna problemático encontrar formas de agregar dados que possam, posteriormente, possibilitar os estudos comparados em nível nacional, e ainda mais, no caso das estatísticas internacionais.

Destarte, o que nos parece mais interessante é que as análises e revisões dos conceitos e critérios de entendimento podem confluir em direção a propostas mais interessantes para o planejamento e as políticas públicas. Ao mesmo tempo, o debate também permite ampliarmos o escopo da discussão e verificarmos que os conceitos devem ser pensados sempre em função do movimento, da realidade, e que, portanto, não podem ser entendidos de modo estático, pois o real é prenhe das transformações que são operadas em diferentes escalas e dimensões. Não considerar tais aspectos pode levar a armadilhas metodológicas e dificultar a compreensão dos processos imbricados em determinado fenômeno ou processo.

Portanto, longe de consensos, o entendimento do rural e do urbano não deve se valer de uma definição no sentido estrito, mas se apoiar num conjunto de elementos que possa permitir a leitura de um espaço num determinado tempo, pois sendo a realidade sujeita a constantes transformações é preciso sempre se redimensionar os conceitos que permitem sua compreensão. Noutras palavras, isto significa que os conceitos não devem ser lidos como definições prontas e acabadas, sempre restritivas, mas permitir apreender o movimento da realidade, entendendo-os em uma perspectiva histórica.

Ao apresentarmos tais considerações, nossa intenção direcionou-se mais no sentido de situar alguns dos principais parâmetros que foram e são colocados em pauta, do que em optar por somente uma única proposta. O objetivo foi mostrar que há um debate, que pode, num futuro próximo, redefinir não somente os conceitos mas talvez a própria forma de coleta das informações (baseada, atualmente, na divisão político-administrativa para separar o rural e o urbano) de diferentes instituições, entre as quais o IBGE.

Discutir o urbano ou o rural deve sempre mediar-se pelo contexto espacial e histórico. A título de tornar a reflexão mais clara, tomemos um exemplo: considerar uma cidade como pequena, média ou grande deve ser mediado não somente por um tamanho demográfico qualquer (sempre bastante problemático e limitado, ainda que possa ser, a princípio, um componente da análise), mas pela sua inserção num

contexto espacial específico, numa rede mais ou menos densa de cidades, em um momento histórico datado (com todas as implicações daí derivadas), em um certo momento técnico e com um determinado conjunto de infra-estruturas, em uma formação econômico-social³⁰ específica. Nessa perspectiva, certas comparações só podem ser estabelecidas tendo como pressuposto as diferenças sociais, econômicas, políticas, ideológicas, culturais.

Para Lefebvre (1975), ao utilizar concepções de urbano e rural devemos considerar que é o conteúdo socioespacial que diferencia estes espaços, não bastando a análise partir tão somente do ponto de vista funcional. Por tal enfoque, o funcionalismo pode mascarar outros elementos essenciais da vida urbana ou rural, portanto, é sempre o conjunto de informações que irá permitir uma análise mais consistente do urbano e do rural, porque permite perceber as imbricações entre as dimensões, e portanto, apreendê-los de modo mais amplo, em sua complexidade.

Há, assim, que se ter cuidado com a mera descrição ao empreendermos uma análise, pois, mesmo rigorosa, esta é insuficiente para conhecer e entender a complexidade do fenômeno, seja ele urbano ou rural. A descrição pura e simples compromete o entendimento, podendo mesmo esconder sob sua aparência uma determinada ideologia (LEFEBVRE, 1975, p.227).

Outra ressalva importante, feita por Lefebvre, refere-se à questão metodológica, ao trabalharmos com os conceitos de forma, função e estrutura, privilegiar um em detrimento dos demais:

[...] Forma, función y estructura son tres conceptos claves, tan importantes uno como los otros, por lo eu ninguno debe absorber a los demás. Es decir, una sociología científicamente orientada en el plano conceptual debe rechazar el formalismo, que absorba la función y la estructura en la forma, el funcionalismo que absorba la estructura y la forma en la función, y el estructuralismo que absorba la función e la forma en la estructura; deve servirse de esta batería de conceptos, dando a cada uno una importancia y una capacidad igual, sin privilegiar uno en detrimento de los otros. (LEFEBVRE, 1975, p.211).

A consideração do objeto de análise mediada por esses elementos permite que consigamos captar a totalidade do fenômeno focalizado, porém é necessário

³⁰ Tomamos o sentido conferido ao conceito por Lefebvre, baseado em Marx, de que esta envolve: “[...] o processo concreto que se desenrola à base de um certo desenvolvimento das forças produtivas. O estudo de cada formação econômico-social revela a ação eficaz – política, administrativa, jurídica e ideológica – das grandes personalidades, mas nas condições e nos limites

trabalhá-las de modo articulado, pois somente assim conseguimos perceber o movimento dialético. Isto implica entender o urbano como síntese cumulativa de todos os conteúdos, assim a forma, a função e a estrutura articuladas tornam possível o entendimento do conteúdo, e só este permite atingirmos a totalidade.

Significa dizer que a análise não pode reduzir os fenômenos abordados a meros elementos ou fatores numéricos, quantitativos, estatísticos e, no limite, estáticos, perdendo-se a noção de processo e de totalidade (LEFEBVRE, 1975, p.104).

Santos (1997) faz importante contribuição para este debate:

Descrição e explicação são inseparáveis. O que deve estar no alicerce da descrição é a vontade de explicação, que supõe a existência prévia de um sistema. Quando este faz falta, o que resulta são peças isoladas, distanciando-nos do ideal de coerência próprio a um dado rumo do saber e do objeto de pertinência indispensável. (1997, p.16).

Retomando a questão dos conceitos, Lefebvre (1997) reconhece o urbano como processo, portanto, tendo, como fundamento, as contradições sociais (derivadas das relações sociais conflituosas, relações de classe) e pressupondo o papel fundamental da práxis – das práticas urbanas (p.37)³¹.

Nessa perspectiva teórico-metodológica, tanto a cidade quanto o processo de urbanização se apresentam enquanto movimento do urbano e, respectivamente, expressam determinada forma/conteúdo derivada de contextos histórico-espaciais específicos. Isto implica em entender o urbano transcendendo o campo das determinações econômicas, ou seja, concebê-lo como condição, meio e produto ao mesmo tempo, manifestação dos conflitos entre as necessidades do capital em seu processo de (re)produção e as necessidades da sociedade como um todo.

Para Carlos (1994), para o entendimento do urbano e de seu processo de produção, devem ser pensadas múltiplas dimensões, e não somente a econômica:

[...] se de um lado o espaço é condição tanto da reprodução do capital quanto da vida humana, de outro ele é *produto* e nesse sentido é trabalho materializado. Ao produzir suas condições de vida, a partir das relações

do tempo e do lugar, isto é, do modo de produção e da classe.” (LEFEBVRE, H. *O marxismo*, 1963, p.75).

³¹ Na discussão que empreende nesta obra, apesar de apresentar as formas elementares que as cidades tomaram sob diferentes contextos histórico-espaciais, não reduz o processo a uma evolução linear, ao contrário, enfatiza que sempre ocorreram crises e rupturas na passagem entre uma e outra, e não nega haver determinadas permanências. Lefebvre, H. *A cidade do capital*, 1999, especialmente capítulo 2.

capital-trabalho, a sociedade como um todo (na cotidianidade de seu processo de trabalho), produz o espaço geográfico e com ele um modo de vida, de pensar, de sentir. Assim, pensar o urbano significa também pensar a dimensão do humano. (p.24).

Destarte, é fundamental perceber que o entendimento do urbano ultrapassa a cidade, mas esta é parte essencial de sua totalidade.

5.2. Os papéis urbanos e os pequenos municípios da região de Catanduva

Pretendemos, a partir deste subcapítulo, com base no conjunto de dados levantados, empreender a discussão sobre em que medida as pequenas cidades estudadas apresentam efetivamente papéis urbanos.

Há uma produção bastante limitada de trabalhos que versam sobre pequenas cidades. O fato tem relação com o próprio desenvolvimento da urbanização. Durante os dois últimos séculos, verificou-se um crescimento urbano intenso e acelerado, resultado de profundas e multifacetadas transformações, que fizeram emergir questões complexas, especialmente nas grandes metrópoles e aglomerações, onde os fenômenos apresentam maior visibilidade, gerando um grande conjunto de pesquisas.

Uma das primeiras obras, na Geografia Urbana brasileira, que versaram sobre as pequenas cidades foi o trabalho de Monbeig (1958), que já demonstrava que as pequenas cidades e os seus “destinos urbanos” deveriam fazer parte das pesquisas de geografia urbana:

A função urbana não é menos interessante numa cidade pequena do que numa capital; é aí menos difícil de estudar e seus diferentes elementos decompõem-se mais facilmente. *É a função comercial, ligada à presença dos meios de transporte*, mais freqüentemente, a razão de ser das pequenas cidades do interior: fazendeiros, colonos, sitianteiros, trazem suas colheitas e compram as roupas e os instrumentos de trabalho que necessitam. (MONBEIG, 1958, p.56-7, destaque do autor).

Embora o autor afirme que é menos difícil estudar uma cidade pequena, isso não significa que seja propriamente mais simples estudá-la e analisá-la. Esse entendimento decorre de uma visão particular de ciência e método presentes na

Geografia Urbana quando a obra foi escrita³². É a realidade que permite que um determinado fenômeno possa ser identificado como complexo e ela nunca é simples.

As pequenas cidades, ainda que ensejem estudos e provoquem questionamentos, ficaram, em geral, à margem das pesquisas desenvolvidas³³, que priorizaram o entendimento das “questões urbanas” em cidades de maior porte. Ainda que muitas das análises sejam representativas para o entendimento do urbano em geral, sendo mesmo fundamentais para o conjunto de pesquisas que pretendam a reflexão do processo de (re)produção do espaço, há uma deficiência em estudos que versem especificamente sobre pequenas cidades. Geralmente, a produção existente prioriza estudos de caso, dedicando-se a estudar as questões relativas às pequenas cidades sob enfoques particulares. Santos (1979)³⁴ analisou essas cidades, a partir da denominação “cidades locais”.

Em outro trabalho, Santos (1980)³⁵, ao analisar cidades que apresentam elevado percentual de sua população ocupada no setor primário, sendo em sua maioria, pequenas cidades, questiona:

Mas, pode-se falar em fato urbano propriamente dito? Preferimos nos referir a campos de trabalho ou a grandes *vilas*.[...] (p.48)

O surgimento de diversas pequenas cidades e o fenômeno da polarização urbana são, nessa mesma obra, considerados marcantes pelo autor em países “subdesenvolvidos”. A pequena cidade é, nessa obra particular, denominada de “cidadezinha”:

³² Sobre o desenvolvimento da Geografia Urbana brasileira, ver, entre outros, os seguintes trabalhos: Abreu, M. de A., O estudo geográfico da cidade no Brasil: evolução e perspectivas, 1994; Carlos, A. F. A., *Os caminhos da reflexão da cidade e do urbano*, 1994.

³³ A primeira edição do trabalho de Monbeig foi publicada em 1941. Encontramos, também, abordagens sobre as pequenas cidades nas obras: George, P., *Geografia Urbana*, 1983 na versão em português, a original intitulada *Précis de Géographie Urbaine*, publicada em 1961; Carter, H., cuja tradução espanhola é de 1974, intitulada *El Studio de la Geografía Urbana*, publicado com o título *The Study of Urban Geography*, de 1972; Johnson, J. H., publicado com o título *Urban Geography: an introductory analysis* (1974), a edição em espanhol data de 1980, intitulada *Geografía Urbana*; Clark, D., *Introdução à Geografia Urbana* (1985), publicado originalmente em 1982 com o título *An Introductory Guide*.

³⁴ Santos, M. *Espaço e sociedade*, 1979.

³⁵ Santos, M., *Manual de geografia urbana*, 1980.

[...] A cidadezinha constitui a *célula-mater* que atende às necessidades de uma população; tais necessidades variam em função da densidade demográfica, das comunicações e da economia da região, bem como do comportamento sócio-econômico e de seus habitantes. Porém, cada uma dessas cidades constitui um caso específico quando se leva em conta sua função principal: cidade comercial, cidade de serviços... Nestes casos, o crescimento demográfico resulta da implantação de novas formas de produção, de consumo ou de distribuição.[...] (SANTOS, 1981, p.15).

Corrêa (2003)³⁶, em artigo recente, destacou a necessidade e importância do papel das pequenas cidades na compreensão da constituição da rede urbana brasileira e do urbano “em seu escalão inferior”.

Segundo este autor:

As pequenas cidades nasceram ou rapidamente se tornaram lugares centrais de pequenas hinterlândias agropastoris. Localizam-se por toda parte e suas hinterlândias são diferenciadas em termos demográficos, produtivos e de renda. As transformações verificadas no campo alteraram o padrão desses pequenos lugares centrais [...] (CORRÊA, 2003, p.75).

Tal processo deu margem a formas diferenciadas de evolução, sendo uma delas a que corresponde a:

[...] Pequenos centros transformados em reservatórios de força de trabalho ou que assim nasceram. No primeiro subtipo o esvaziamento do campo gerou a perda de inúmeras funções centrais, resultou em centros habitados por assalariados rurais com emprego temporário. O oeste paulista é rico de exemplos desse subtipo. [...] (CORRÊA, 2003, p. 75-6, grifos nossos)³⁷.

O presente trabalho, ao analisar os papéis urbanos de pequenas cidades da região de Catanduva, privilegiando as articulações entre a produção de moradias e a reprodução do trabalho, busca o entendimento de uma dada materialidade socioespacial, expressão deste espaço particular, em suas inter-relações com a totalidade.

A análise dos papéis urbanos das pequenas cidades implica entendê-los no contexto da urbanização brasileira e enquanto parte do conjunto de cidades que constitui a rede urbana paulista. Significa, portanto, compreender que na rede

³⁶ Corrêa, R. L. Rede urbana: reflexões, hipóteses e questionamentos sobre um tema negligenciado, *Cidades*, 2003. Ver, do mesmo autor, Globalização e reestruturação da rede urbana – uma nota sobre as pequenas cidades, *Território*, 1999, p.43-53.

urbana coexistem cidades de diversos tamanhos e importâncias (metrópoles, centros regionais, centros locais) que desempenham papéis diferenciados, sendo a articulação entre as cidades, e entre estas e outras regiões, inclusive internacionais, é mediada pela divisão territorial do trabalho.

As transformações decorrentes do processo de urbanização no último meio século, promoveram profundas e complexas alterações não somente no nível intra-urbano das cidades, mas também, com idêntica intensidade, em toda a rede urbana, originárias de nova divisão técnica, social e territorial do trabalho. Desse modo, podemos dizer que houve concentração de papéis em algumas dessas cidades, enquanto outras perderam funções.

O objetivo central da pesquisa foi colaborar para a reflexão acerca do papel do poder público no processo de produção da cidade e definição de seus papéis urbanos, por meio, principalmente, da materialização/territorialização das políticas habitacionais nos pequenos municípios canavieiros da região de Catanduva.

O desvendamento e análise de uma determinada realidade socioespacial, exige pensá-la como produto social e histórico, concreto e dinâmico, ou seja, prenhe de contradições numa sociedade de classes.

Já mencionamos que, no caso particular estudado, os conceitos de reprodução do capital e de reprodução do trabalho são fundamentais para o entendimento da problemática.

Partimos assim, da tese de que a produção de conjuntos habitacionais, financiados com recursos públicos, acaba “funcionando” como mecanismo de manutenção de parcela da mão-de-obra utilizada, de forma sazonal, especialmente no corte da cana-de-açúcar, mas também da laranja, nos pequenos municípios.

Isto representou e representa uma desoneração dos setores capitalistas que se utilizam dessa força de trabalho, principalmente as agroindústrias sucroalcooleiras, mais numerosas na região. A política habitacional, por um lado, colabora para reduzir os gastos na reprodução familiar, permitindo a redução dos salários pagos, por outro lado, contribui para manter, na região, os que não conseguem ocupação durante todo o ano, evitando sua saída dos pequenos municípios. Desse segundo aspecto, percebemos dois desdobramentos:

³⁷ Nesse “caminho”, o segundo subtipo seria “[...] por exemplo, na Amazônia Oriental, resulta de um processo de concentração da força de trabalho, os “peões”, que é assim confinada em pequenos e pobres lugares”. (CORRÊA, 2003, p.76).

contribuição à manutenção de um exército industrial de reserva e de baixo patamar salarial dos empregados nessa ocupação no setor; - implementação de moradias com recursos públicos, o que também acaba funcionando para evitar a evasão populacional, que agravaria ainda mais a dotação orçamentária das prefeituras dos pequenos municípios, tendo em vista que a maior parte dos recursos que compõe tais receitas advêm de repasses dos governos estadual e federal.

O poder público também colabora na reprodução de parcela dessa força de trabalho ocupada sazonalmente, que muitas vezes não consegue trabalho durante todo o ano, através de programas sociais municipais que fornecem cestas básicas, remédios e complementação de renda. Podemos dizer, assim, que há um domínio e controle do espaço que visa garantir a reprodução social, combinando-se à reprodução do capital, à reprodução do trabalho e à reprodução do espaço.

A produção de conjuntos habitacionais nos pequenos municípios manifesta esta multiplicidade de papéis. Esse processo aprofunda as contradições do espaço e, portanto, as contradições sociais, na medida em que há a extensão do tecido urbano, (re)produzindo lugares cuja especialização repousa em manter essa força de trabalho a partir da moradia.

Todo o processo que envolveu e envolve tal forma de reprodução do espaço, particularmente, após o processo de modernização da agricultura na região e sua inserção sob novas bases, com a ênfase na consolidação do setor sucroalcooleiro, produziu, determinou e redefiniu os fluxos entre as cidades, redefinindo assim a sua articulação à rede urbana com a produção de novas centralidades.

A produção dos conjuntos habitacionais financiados revela-se, portanto, como uma estratégia de intervenção no espaço, revelando os interesses divergentes e conflituosos das diversas classes sociais, reveladores das contradições sociais e espaciais presentes nesse espaço particular.

Nesse contexto, importa ressaltar que uma das contradições que emergem reside no fato dessas pequenas cidades apresentarem papéis urbanos pouco expressivos, obrigando o deslocamento dos habitantes para outras cidades, no caso, especialmente para Catanduva, onde é oferecido um conjunto maior de bens e serviços, inclusive trabalho.

No entendimento de Lefebvre (1999)³⁸, o espaço assim constituído adquire extrema importância para o Estado, torna-se parte e assegura o seu controle, espacial e social, ao mesmo tempo, em que, também, contempla a dimensão da vida humana.

Por tal razão, entendemos que as ações do Estado podem ser lidas pela reprodução do espaço, na medida em que esta é utilizada tanto para garantir poder político (manifestado em diferentes níveis, do poder público ao domínio de uma classe, como os agroindustriais e/ou os fazendeiros), mas também é uma estratégia para garantir a reprodução ampliada do capital. A moradia apresenta-se enquanto uma estratégia espacial, permitindo a reprodução das relações sociais aí presentes e a manutenção do *status quo*.

Os conjuntos habitacionais produzidos constituem-se em forma e conteúdo, posto que são “portadores” dessas relações, ao mesmo tempo produto das relações sociais que se estabelecem e condição para sua reprodução.

Para Lefebvre (1991):

[...] a forma permite designar o conteúdo, ou antes, os conteúdos. Na sua emergência, o movimento faz aparecer um movimento oculto, o movimento dialético (conflitante) do conteúdo e da forma urbana: a problemática. [...] (p.91).

Isto implica entender o processo de produção espacial aí verificado de forma integrada, considerando as diferentes escalas que se articulam à escala local, o *lócus* da produção e o da reprodução da força de trabalho, bem como as diversas dimensões presentes no processo de produção do espaço.

Consideramos que são inúmeras as dinâmicas que, atualmente, engendram a urbanização brasileira, sendo que essas são diferenciadas para o conjunto da rede urbana.

A morfologia e os papéis das pequenas cidades constituem-se, no caso desta tese, como ponto de partida para sua compreensão, mas é especialmente a análise dos fluxos que as articulam no escopo da rede urbana que permite seu entendimento.

³⁸ Lefebvre, H. *A revolução urbana*, 1999.

Segundo Lefebvre (1999)³⁹ a constituição da sociedade urbana, ao mesmo tempo real e virtual, revela a dimensão mundial do processo de urbanização. As transformações suscitadas pelo processo de urbanização conduziram à constituição da sociedade urbana, que, para Lefebvre “[...] designa, mais que um fato consumado, a tendência, a orientação, a virtualidade.[...]” (1999, p.16).

Assim, na perspectiva teórico-metodológica enunciada, a urbanização completa da sociedade só pode ser compreendida a partir do papel decisivo do espaço na reprodução da sociedade.

O processo de urbanização e sua ampliação à escala mundial, reveladora da sociedade urbana em formação, deve considerar o que denominou de “implosão-explosão” da cidade, estendendo o fenômeno urbano sobre o espaço, a partir do “tecido urbano” (LEFEBVRE, 1991, p.10-1).

Assim, com o movimento de implosão-explosão da cidade:

[...] O *tecido urbano* prolifera, estende-se, corrói os resíduos da vida agrária. Estas palavras, ‘o tecido urbano’, não designam, de maneira restrita, o domínio edificado nas cidades, mas o conjunto das manifestações do predomínio da cidade sobre o campo.[...] (LEFEBVRE, 1999, p.17).

É necessário ressaltar que esse entendimento do autor não representa, necessariamente, o desaparecimento completo do campo nem a extensão total da urbanização por todo o mundo, mas que a superação da divisão entre cidade e campo se estabelece pela ampliação do conhecimento técnico científico, a partir da incorporação ao segundo de novos sistemas de produção e tecnologia produzidas na primeira, bem como no modo de vida. Assim, as relações cidade e campo, ou seja, as relações sociais travadas a partir desses espaços, fazem-se em novos termos, ou seja, tanto a agricultura quanto a indústria são transformadas, novas formas e novos conteúdos são reproduzidos.

Apoiando-se nesta idéia, segundo Carlos (2003)⁴⁰:

Pensar o urbano nessa direção significa considerar o fato de que o capitalismo se expandiu, e, ao se realizar, tomou o mundo; é o momento da redefinição da cidade, de sua explosão, da extensão das periferias, da reprodução do espaço num outro patamar. Nesse sentido, a sociedade atual contemporânea aparece como sociedade urbana em constituição, o que significa que, ao mesmo tempo em que caracteriza uma realidade concreta,

³⁹ Lefebvre, H. *A revolução urbana*, 1999.

⁴⁰ Carlos, A. F. A. Uma leitura sobre a cidade, *Cidades*, v.1, n.1, 2003, p.11-30.

também sinaliza uma tendência, a possibilidade de sua realização. Nessa perspectiva, o urbano aparece como realidade mundial, ultrapassando realidades e conceitos parciais. A prática urbana em sua totalidade, no plano mais amplo, aquele da reprodução das relações sociais, é uma pista importante para entender a cidade em sua totalidade[...] (p.16).

Pensamos ser esta uma forma possível de entender o processo de constituição da rede urbana, especificamente, a partir de nosso recorte territorial.

Ainda que não se possa falar do urbano no sentido em que, atualmente, é reconhecido, especialmente em termos daquilo que essas cidades oferecem como papéis urbanos, também não é possível entender a complexidade desse espaço a partir do conceito de “rural”.

A descontinuidade do tecido urbano, possível graças ao expressivo desenvolvimento das comunicações e transportes, assim como seu “barateamento”, permitiu, contraditoriamente, tanto a extensão do fenômeno urbano quanto também representou perda e redefinição da centralidade dos lugares e das cidades.

Os avanços técnicos que permitiram a ampliação da acessibilidade, produziram e condicionaram, de forma contraditória e dialética, a perda da centralidade que as pequenas cidades apresentavam no passado, no contexto da economia cafeeira.

A expansão do fenômeno urbano sobre o território paulista, intensificada após a década de 1950, provocou a reconfiguração da rede urbana, havendo repercussões diferenciadas, consonantes às novas formas de inserção na divisão territorial do trabalho. Nesse contexto, redefiniram-se centralidades, houve alterações e transformações nos papéis desempenhados pelas cidades, no conjunto dessa rede urbana, que devem ser entendidas enquanto portadoras de novos conteúdos, fluxos, interações, que passam a se dar no território.

Poderíamos talvez entender esta realidade particular enquanto uma “urbanização desurbanizada” (LEFEBVRE, 1991, p.18), se consideramos que estão ausentes ou se revelam precários atributos do que, atualmente, é considerado “urbano”, muito embora esse espaço não possa ser considerado somente como “rural”.

Atualmente, as relações que as pequenas cidades da região de Catanduva mantêm foram redefinidas a partir de sua inserção diferenciada na divisão territorial

do trabalho e do modo como o processo de modernização da agricultura territorializou-se. Assim, concordamos com Sposito (2001) quando afirma que:

A modernização foi responsável por maior articulação entre a cidade e o campo. Além disso essa modernização e a concentração fundiária geraram a diminuição do papel das pequenas cidades. [...] (p.622)

Também é necessário ressaltar o papel das novas facilidades engendradas com o desenvolvimento dos meios de transporte, complementadas pelas novas formas de comunicação e circulação imateriais (especialmente de informações), que reforçaram a “multiplicação de vetores” dos fluxos⁴¹ na região.

Entretanto, tais vetores devem ser entendidos a partir das diferenças espaciais existentes entre os lugares, tendo em vista que os equipamentos e as infra-estruturas fazem com que os fluxos se apresentem desigualmente distribuídos.

Segundo Camagni (1993), atualmente, novas relações estão em processo, no bojo da rede de cidades. A atual fase do capitalismo engendrou mudanças complexas, modificando a organização fundada somente na hierarquia, inserindo “novos paradigmas” segundo os quais podemos analisar as relações que se estabelecem, como a cooperação e a complementaridade, tanto entre empresas, quanto entre cidades.

Sposito (1999), baseada em Camagni (1993), afirma que:

A multiplicação dos vetores de circulação, sobretudo de informações, evidencia-se, assim, redesenhando a espacialidade das relações entre as cidades. A organização hierárquica produzia vetores das cidades menores para as progressivamente maiores, e vice-versa, reforçando o padrão concêntrico de adensamento econômico e populacional. Atualmente, há possibilidades múltiplas de relações entre cidades de diferentes padrões, sem que, necessariamente, elas se estabeleçam hierarquicamente. (p.93).

Tais transformações provocam mudanças na centralidade, tanto se pensamos no interior de uma cidade especificamente, quanto para o conjunto da rede de cidades, pois há uma maior dispersão em termos de localização dos novos equipamentos.

As políticas públicas são imbuídas de intencionalidades, portanto, influenciam decisivamente a redefinição do espaço, que ocorre na escala da rede

⁴¹ Esta discussão é baseada em Sposito, M. E. B., A urbanização da sociedade: reflexões para um debate sobre as novas formas espaciais, 1999.

urbana e na das cidades que nela se articulam. O significado da cidade também é, assim, redefinido, haja vista que seu conteúdo é modificado.

Nessa perspectiva, há sempre que se considerar, que as políticas públicas têm grande impacto na divisão técnica e territorial do trabalho. Nas cidades, materializam-se as condições para que ocorra a reprodução do capital e também a reprodução do trabalho, envolvendo uma relação entre produção e (re)produção que determina a própria reprodução do espaço.

A ação do Estado também desempenha papel crucial no crescimento urbano. Os investimentos públicos diretos e indiretos apresentam múltiplos desdobramentos, entre os quais estimular o crescimento populacional em certos lugares, produzir novas demandas, ampliar a área de influência de uma cidade e promover a economia local em certos lugares, assim como pode repercutir de forma negativa noutros.

Paralelamente à perda de centralidade das pequenas cidades, a cidade de Catanduva teve sua centralidade ampliada e reforçada, estendendo sua influência, sobrepondo-se e justapondo-se às pequenas cidades da região; isto porque conseguiu polarizar não somente mais pessoas, mas também maiores investimentos públicos e privados, que redefiniram a configuração espacial da região.

Enquanto Catanduva conseguiu e consegue capitalizar vantagens com o reforço de sua centralidade, portanto, reforçando seus papéis no escopo da rede regional de cidades, contraditoriamente o inverso foi verificado para as pequenas cidades: perda de centralidade e de papéis, tornando-se a moradia de um contingente expressivo de trabalhadores da agricultura e das agroindústrias da região, uma das mais fortes funções que continuam a desempenhar.

Para Lefebvre (1999), tanto quanto capital e trabalho, o espaço é um elemento primordial a se considerar na análise, inserindo-se como meio de produção, ou seja, como força produtiva, estando subordinado a determinadas formas e relações de apropriação. O Estado, sob o capitalismo, e com o objetivo de reproduzi-lo, acaba por produzir, a partir das políticas que empreende, relações de diferentes ordens, ao mesmo tempo, que essas se apresentam segundo uma estrutura espacial determinada, utilizada enquanto estratégia de poder.

No caso específico estudado, podemos apontar pelo menos cinco momentos importantes, em que houve, em maior ou menor grau, a participação do Estado:

- 1) articulação e possibilidade de surgimento e consolidação de núcleos urbanos com os estímulos à economia cafeeira e à implantação de importante infra-estrutura de transportes, no caso a Estrada de Ferro Araraquarense, que teve o início de sua implantação em 1896 e atingiu a região em 1909 (Santa Adélia), estendendo-se até São José do Rio Preto, em 1912;
- 2) aprovação dos processos de autonomia dos municípios, entre os quais o primeiro ocorreu em 1916 - Santa Adélia, e os últimos em 1993 - Elisiário, Marapoama e Novais;
- 3) implantação de importante infra-estrutura rodoviária, caso, especialmente da SP-310, Rodovia Washington Luís, a principal rodovia que corta a região;
- 4) incentivos para a expansão da cultura canavieira pelo Oeste Paulista, através do PRO-OESTE (1979);
- 5) estímulo à produção de conjuntos habitacionais em pequenas cidades da região, ainda que elas apresentassem limitadas possibilidades de ofertar trabalho urbano para seus habitantes, principalmente nas décadas de 1980 e 1990.

5.3. Os moradores dos conjuntos habitacionais

Para se avaliar em que medida as pequenas cidades estudadas desempenham papéis urbanos e com que nível e qualidade o fazem, é necessário tomar como referência seus próprios moradores, o conjunto de suas necessidades, demandas e expectativas. Esse conjunto varia de grupo social para grupo social, conforme padrão sócio-econômico e grau de escolaridade, bem como de cidade para cidade, conforme seu tamanho e suas funções na divisão social e territorial do trabalho.

Para se avaliar os papéis urbanos a partir dessa perspectiva, apresentamos um perfil dos moradores das cidades estudadas, segundo diferentes aspectos.

No que se refere ao aspecto “frequência à escola”, primeiramente, é preciso destacar que os dados para essa caracterização acabaram não sendo coletados na

cidade de Catiguá, que foi a primeira em que os questionários foram aplicados. Posteriormente, sentindo que poderia ser útil na análise, ele foi incluído nas demais cidades que compõem o recorte priorizado (Tabela 32), sendo agrupado por posição familiar.

Em relação ao chefe da família, verificamos o maior índice em Palmares Paulista, em que 7,17% declararam estar estudando, e o menor foi verificado em Ariranha, onde somente 0,75% dos chefes estava estudando, na ocasião da aplicação dos questionários.

Em termos de cônjuge, os índices são superiores, no conjunto dos municípios: em Santa Adélia verificou-se o maior percentual (3,88%) e em Pindorama verificou-se o menor índice (2,95%). A categoria que apresentou os melhores percentuais foi a de filhos, com os menores dados verificados na cidade de Ariranha (43,88% estudando), e os maiores em Santa Adélia (58,82%). Em relação à categoria parentes/agregados, o maior percentual foi verificado em Palmares Paulista (36,59%), o que indica maior número de pessoas de menor idade nessa categoria, já Ariranha fica com o menor índice de agregados estudando (10,34%).

Os dados sobre escolaridade (Tabela 33) complementam os analisados anteriormente. Podemos destacar, primeiramente, que o número de analfabetos no universo pesquisado não é desprezível, tendo em vista que o recorte territorial faz parte do Estado mais “rico” da federação. O menor índice de analfabetos foi verificado em Santa Adélia (6,39% dos moradores dos domicílios), com Pindorama apresentando o maior percentual (10,31%). Os moradores que afirmaram não ter freqüentado a escola, mas declararam, porém, saber ler e escrever, foram incluídos na categoria Ensino Fundamental Incompleto (com menos de oito anos de freqüência na escola). É esta a categoria que concentra os maiores percentuais, tendo Ariranha o maior índice (68,80%) e o menor aparecendo em Pindorama (61,25%), cidade em que o percentual de analfabetos foi maior.

Outro dado que merece ser destacado é o que se refere ao Ensino Médio, sendo que Palmares Paulista apresenta a menor proporção (4,11%) e Pindorama a maior (7,70%). Também podemos ressaltar os dados que se referem a moradores que estão cursando, ou, ao menos, iniciaram ou concluíram o Ensino Superior, com Ariranha apresentado índice de 2,34%, sendo que, em Palmares Paulista, é de somente 0,36% do total de moradores.

Retomaremos aqui parte da fala, já citada anteriormente, do Prefeito de uma das cidades, que ajuda a esclarecer o pequeno número de moradores cursando ou tendo concluído o ensino superior:

Não tenha dúvida. Por que Catiguá, é o que eu te falei, existe ainda empregos por causa das duas usinas, mas... **é claro que a pessoa que faz uma faculdade, ela vai embora...**[...]. (Osvaldir Darcie – Prefeito de Catiguá).

A pequena oferta de empregos urbanos, relativos aos papéis básicos existentes nas pequenas cidades, dificulta a permanência desses moradores. A falta de oportunidades de trabalho nas cidades, especialmente aos que possuem maior capacitação, acaba forçando os que conseguiram maior escolaridade a sair das pequenas cidades para se inserir em determinados setores, buscando melhor enquadramento no mercado de trabalho e possibilidade de ascensão social. Sendo o principal setor de atividades da região, o sucroalcooleiro, e o maior número de postos de trabalho ofertada no segmento agrícola, a elevada escolaridade implicará, na maior parte dos casos, na saída desse morador.

Comparando nossos dados aos divulgados pelo SEADE⁴², para o ano de 2000, percebemos que estes são ainda mais expressivos.

As taxas de analfabetismo da população de 15 anos ou mais distribuem-se, da seguinte forma, para os municípios estudados: Palmares Paulista registra o percentual mais elevado, com 14,41%, Catiguá aparece na segunda posição, com 13,14%, seguidos por Ariranha, com 11,41%, Pindorama, com 11,13% e Santa Adélia, onde se verifica o mais baixo percentual, com 11,28%. A taxa de analfabetismo para o conjunto do Estado de São Paulo é de 6,64%.

O fato de termos nos restringido, no levantamento de dados, somente aos conjuntos habitacionais, portanto à área urbana, justificam as diferenças entre os dados, pois os do SEADE referem-se à população total do município, incluindo a área mais central das pequenas cidades, onde residem os moradores de maior idade que, julgamos, tenham tido menor acesso à educação, incluídos os moradores das áreas rurais.

Entretanto, revelam que as taxas de analfabetismo nos pequenos municípios da região de Catanduva são bastante acentuadas em relação à média verificada para o Estado de São Paulo, demonstrando que foram grandes as dificuldades de

acesso à educação e/ou de permanência na escola, já que combinando moradia na área rural e necessidade de trabalho, há indicadores que a educação tenha ficado em segundo plano. Estes dados são, desse modo, indicativos de que a qualificação dos trabalhadores é restrita, acrescentando dificuldades à incorporação deles em mercado de trabalho que exija maior nível de escolaridade de seus empregados.

Na tabela 34, optamos por agregar os dados sobre “contribuição na renda” por posição familiar. Os maiores índices, apresentados na categoria chefe de família, referem-se a Santa Adélia (96,50%) e os menores a Catiguá (92,10%). É preciso ressaltar que houve casos em que a mulher declarou-se chefe da família, apesar de não trabalhar fora, justificando deter o “controle” da família e direcionar todos os gastos familiares.

Em relação ao cônjuge, a proporção maior dos que contribuem na renda ocorre em Pindorama (37,93%) e a menor porcentagem verifica-se em Ariranha (15,52%). Na pesquisa de campo, quando as entrevistadas eram do sexo feminino, muitas alegaram não haver trabalho para mulher em suas cidades, o que as forçava a, apesar do desejo de trabalhar fora e talvez ampliar a renda domiciliar, dedicar-se exclusivamente ao trabalho doméstico.

Já em relação aos filhos, é em Ariranha que o índice dos que contribuem na renda é mais elevado (40,08%), ficando Santa Adélia com o mais baixo, (19,22%). Também é, em Ariranha, que encontramos o maior número de parentes/agregados que contribuem na renda (44,83%), sendo que muitos deles se constituem em aposentados; o menor índice está na cidade de Santa Adélia (30,56%).

Quando observamos os dados relativos à renda domiciliar (Tabela 35) encontramos em Pindorama o maior índice dos que alegaram receber até um salário mínimo (5,17%) e, em Catiguá, encontramos o menor índice (2,63%).

A expressiva maioria dos moradores dos conjuntos habitacionais pesquisados apresenta rendimento de até cinco salários mínimos, o que compreende 77,78% do universo.

⁴² A informação foi extraída do banco de dados Perfil Municipal que é baseado em informações do IBGE e SEADE – Serviço Estadual de Análise de Dados, portanto, que incluem a população rural.

Tabela 32 – Freqüência à escola

	Ariranha		Palmares Paulista		Pindorama		Santa Adélia	
	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
Chefe	0.75	99.25	7.17	92.83	3.88	96.12	1.40	98.60
Cônjuge	3.45	96.55	3.45	96.55	2.95	97.05	3.88	96.12
Filhos	43.88	56.12	46.26	53.74	49.43	50.57	58.82	41.18
Parent/Agregados	10.34	89.66	36.59	63.41	22.95	77.05	19.44	80.56

Fonte: Pesquisa de campo.

Tabela 33 – Escolaridade

	Ariranha		Catiguá		Palmares Paulista		Pindorama		Santa Adélia		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Analfabeto	35	6.78	33	7.05	66	7.97	87	10.31	36	6.39	257	7.98
Não está em idade escolar	44	8.53	41	8.76	95	11.48	64	7.58	49	8.70	293	9.10
Não freqüenta a escola	1	0.19	-	-	-	-	3	0.36	1	0.18	5	0.15
1º Grau Incompleto	355	68.80	301	64.32	560	67.63	517	61.25	373	66.25	2106	65.43
1º Grau Completo	17	3.30	20	4.27	29	3.50	29	3.44	35	6.22	130	4.04
2º Grau Incompleto	24	4.65	34	7.26	23	2.78	61	7.22	27	4.80	169	5.25
2º Grau Completo	28	5.43	29	6.20	34	4.11	65	7.70	34	6.04	190	5.90
Supletivo ou Telecurso	-	-	5	1.07	18	2.17	5	0.59	2	0.36	30	0.94
Superior Incompleto	6	1.16	4	0.86	1	0.12	3	0.36	2	0.36	16	0.50
Superior Completo	6	1.16	-	-	2	0.24	6	0.71	4	0.70	18	0.56
Port. defic. fora da escola	-	-	-	-	-	-	3	0.36	-	-	3	0.09
Port. defic. na escola	-	-	1	0.21	-	-	1	0.12	-	-	2	0.06
Total	516	100	468	100	828	100	844	100	563	100	3219	100

Fonte: Pesquisa de campo.

Em três das cidades (Palmares Paulista, com 43,04%; Ariranha com 38,80% e Pindorama com 37,93%) o índice dos que têm renda acima de 1 e até 3 salários mínimos ficou acima dos que declararam receber acima de 3 e até 5 salários mínimos. Na classe de renda acima de 3 e até 5 salários mínimos, os maiores percentuais são de Santa Adélia (41,26%) e Catiguá (36,85%). Acima de dez salários mínimos o maior índice ficou com Catiguá (3,50%) e o menor com Palmares Paulista (0,89%). Podemos afirmar, baseados nesses dados, que a renda nessas cidades concentra-se na faixa de até cinco salários mínimos (Catiguá com 72,82%; Santa Adélia com 77,62%; Ariranha com 79,11%, Pindorama com 76,26 e Palmares Paulista com o maior índice, 81,16%).

Os que ficam imediatamente acima desta faixa (mais de cinco a dez salários mínimos), representam 13,12% no conjunto dos municípios, o maior índice foi verificado em Catiguá (19,30%), em Santa Adélia representa 13,98%, seguido de Pindorama (13,36%), Ariranha (12,68%) e Palmares Paulista (9,42%). Acima de dez salários mínimos, Catiguá também apresentou o maior índice (3,50%), sendo o menor verificado em Santa Adélia (1,40%); sendo que a média foi 2,01%.

Cabe ressaltar, em relação às tabelas sobre renda domiciliar e escolaridade, que ambas influenciam decisivamente na definição dos papéis urbanos que determinada cidade desempenha na rede urbana. Se a renda média de uma cidade é considerada baixa, combinada com o tamanho da população e baixo nível de escolaridade, há indicativos de que poucos papéis possam aí se desenvolver.

Outro aspecto importante para compor o perfil dos moradores das pequenas cidades estudadas refere-se à ocupação profissional deles, visto que essa caracterização contribui para a apreensão dos papéis desempenhados por estas cidades.

Tabela 34 – Contribuiu na renda (%)

	Ariranha		Catiguá		Palmares Paulista		Pindorama		Santa Adélia		Total	
	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não		
	Chefe	96.27	3.73	92.10	7.90	95.97	4.03	92.67	7.33	96.50		3.50
Conjuge	15.52	84.48	31.73	68.27	33.99	66.01	37.93	62.07	29.46	70.54	29.73	70.27
Filhos	40.08	59.92	27.22	72.78	21.88	78.12	29.88	70.12	19.22	80.78	27.66	72.34
Parentes/Agregados	44.83	55.17	41.67	58.33	39.02	60.98	37.70	62.30	30.56	69.44	38.76	61.24

Fonte: Pesquisa de campo.

Tabela 35 – Renda domiciliar (em salários mínimos)

Classes de renda	Ariranha		Catiguá		Palmares Paulista		Pindorama		Santa Adélia		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%		
Até 1	5	3.74	3	2.63	10	4.48	12	5.17	6	4.20	36	4.26
+ 1 a 3	52	38.80	38	33.34	96	43.04	88	37.93	46	32.16	320	37.82
+ 3 a 5	49	36.57	42	36.85	75	33.64	77	33.19	59	41.26	302	35.70
+ 5 a 10	17	12.68	22	19.30	21	9.42	31	13.36	20	13.98	111	13.12
+ 10	3	2.23	4	3.50	2	0.89	6	2.59	2	1.40	17	2.01
Sem informação	8	5.98	5	4.38	19	8.53	18	7.76	10	7.00	60	7.09
Total	134	100	114	100	223	100	232	100	143	100	846	100

Fonte: Pesquisa de campo.

Vemos, na tabela 36, os dados relativos à situação de ocupação profissional do conjunto dos moradores das residências em que o questionário foi aplicado. Houve a necessidade de separar os que estavam e os que não estavam trabalhando, assim como as crianças, adolescentes e jovens⁴³ que não trabalham, quando do levantamento das informações. Para o conjunto dos que estavam trabalhando (64,51%), percebemos, no geral, que a expressiva maioria é composta por trabalhadores assalariados com carteira assinada (55,22%), variando do maior índice, registrado em Catiguá (67,15%), para o menor, registrado em Pindorama (51,78%).

Os percentuais de assalariados sem carteira assinada são: 19,22%, para o conjunto, o menor sendo verificado em Catiguá (13,05%) e o maior sendo verificado em Pindorama (25,48%).

Na categoria de diarista verificou-se 12,12%, para o conjunto das cidades, o maior sendo verificado em Ariranha, com 12,60%, e o menor em Pindorama, com 7,40%. Na classe “faz bicos” registrou-se para o conjunto 3,48%; sendo o índice mais expressivo em Ariranha, com 5,11% e menor em Catiguá, com 2,41%.

Esses dados revelam que a precariedade nos vínculos empregatícios é bastante expressiva para as pequenas cidades. Dos que não estavam trabalhando no período do levantamento (35,49%), 15,44% estavam desempregados (o dado mais expressivo foi verificado em Catiguá, com 25,41%, e o menor em Pindorama, com 11,48%) e 23,04% eram aposentados e pensionistas (índice que apresentou variação significativa, de 31,48% em Pindorama a 12,57% em Palmares Paulista).

Merece destaque o fato de termos encontrado grande número de pessoas, com idade avançada, sem rendimentos, que afirmaram ter trabalhado no campo, mas que não conseguiram se aposentar, pela ausência de registro por parte do empregador.

O conjunto dos que não estavam trabalhando (excluídos crianças e adolescentes) representa 42,52% em Pindorama, enquanto em Ariranha, menor índice obtido, representa 30,98%.

⁴³ O número dos que estavam trabalhando fora, acima de 12 e até 17 anos são: 20 em Ariranha, três em Catiguá, 11 em Palmares Paulista, 23 em Pindorama, 13 em Santa Adélia. A totalidade (70) não tem carteira assinada, os setores de ocupação se distribuem entre agricultura (colheita de laranja e limão como diaristas), construção civil, comércio e serviços (domésticas e babás, no caso das mulheres).

Tabela 36– Situação na ocupação profissional

	Ariranha		Catiguá		Palmares Paulista		Pindorama		Santa Adélia		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Empregador	-	-	3	1.45	2	0.54	3	0.82	3	1.23	11	0.77
Assalariado com carteira assinada	134	52.75	139	67.15	204	55.58	189	51.78	127	52.26	793	55.22
Assalariado s/ carteira assinada	46	18.11	27	13.05	57	15.54	93	25.48	53	21.82	276	19.22
Autônomo	19	7.48	7	3.38	15	4.09	29	7.95	14	5.76	84	5.84
Diarista	32	12.60	18	8.70	68	18.53	27	7.40	29	11.93	174	12.12
Faz "bicos"	13	5.11	5	2.41	12	3.27	13	3.56	7	2.88	50	3.48
Estatuário	10	3.95	5	2.41	6	1.63	9	2.46	6	2.47	36	2.51
Outros	-	-	3	1.45	3	0.82	2	0.55	4	1.65	12	0.84
Subtotal trabalham fora	254	69.02	207	62.92	367	66.73	365	57.48	243	68.64	1436	64.51
Desempregado	17	14.91	31	25.41	27	14.75	31	11.48	16	14.41	122	15.44
Aposentado/pensionista	23	20.17	33	27.05	23	12.57	85	31.48	18	16.22	182	23.04
Não trabalham	74	64.92	58	47.54	133	72.68	154	57.04	77	69.37	486	61.52
Subtotal não está trabalhando	114	30.98	122	37.08	183	33.27	270	42.52	111	31.36	790	35.49
Abaixo de 17 anos que não trabalham	148	-	139	-	278	-	209	-	209	-	983	-
Total	516	100	468	100	828	100	844	100	563	100	3219	100

Fonte: Pesquisa de campo.

O conjunto dos que não estavam trabalhando (35,49%), composto predominantemente por mulheres, apresenta indicador expressivo em todos os municípios; revelando que o setor de atividade predominante na região oferece maior dificuldade para o ingresso da mulher no mercado de trabalho.

Em razão do elevado número de questionários, os dados foram coletados em períodos diferentes⁴⁴, o que pode ter, em alguma medida, influenciado nos resultados obtidos. Ainda que deva ser considerado que a aplicação em meses distintos tenha resultado em diferenças nos dados, devido priorizarmos a época de entressafra, escolhida para garantir maior possibilidade de encontrar os moradores em casa, deve ser ressaltado que a situação na ocupação é um importante indicador das principais formas de contratação dos trabalhadores nos municípios pesquisados.

Os dados analisados anteriormente são complementados pelos relativos ao setor de ocupação profissional (Tabela 37). Primeiramente, é preciso destacar que, entre os que trabalham fora, a grande maioria têm sua ocupação vinculada aos setores da agricultura e agroindústria: 58,29%, no geral. Nesse segmento destacou-se Palmares Paulista com o maior percentual (74,38%) razão pela qual ela tem sido denominada, por muitos, como “cidade de bóias-frias”, porque parcela dos que migram para a região para trabalhar no corte de cana durante a safra aí se “hospeda”.

Nos casos de Catiguá, Santa Adélia e Ariranha o índice fica acima de 57% do total dos que estavam trabalhando fora e o menor sendo observado em Pindorama, com 40%. Nesse caso, este percentual pode estar relacionado tanto ao fato de não haver unidades agroindustriais sucroalcooleiras localizadas no município de Pindorama, quanto por sua maior proximidade à Catanduva, pois também verifica percentuais mais expressivos, no conjunto, nos setores vinculados à indústria, comércio e serviços, demonstrando que parcela trabalha fora do município.

⁴⁴ Em Catiguá, os questionários foram aplicados no mês de outubro de 2000; em Santa Adélia e Ariranha foram aplicados em dezembro de 2000; Palmares Paulista teve os dados coletados em janeiro de 2001; em Pindorama o levantamento foi realizado em fins de fevereiro e início de março. Isto se deveu ao fato da pesquisa ter sido realizada em diferentes municípios, pela complexidade do instrumento adotado, o que demandava tempo em sua aplicação com os moradores, e por envolver pesquisadores contratados para o levantamento.

Tabela 37 – Setor de ocupação profissional

	Ariranha		Catiguá		Palmares Paulista		Pindorama		Santa Adélia		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
T. rural permanente	8	3.15	6	2.90	12	3.27	5	1.37	9	3.70	40	2.78
T. rural safrista	32	12.60	42	20.29	48	13.08	58	15.89	40	16.46	220	15.32
Parceiro	-	-	-	-	-	-	2	0.55	-	-	2	0.14
Arrendatário	-	-	-	-	-	-	6	1.65	-	-	6	0.42
T. rural diarista	24	9.45	1	0.48	74	20.16	21	5.75	19	7.82	139	9.68
Agroindústria	82	32.28	78	37.68	139	37.87	54	14.79	77	31.69	430	29.95
Subtotal agric./agroind.	146	57.48	127	61.35	273	74.38	146	40.00	145	59.67	837	58.29
Indústria	19	7.48	2	0.97	4	1.09	35	9.59	18	7.41	78	5.43
Comércio	17	6.70	23	11.11	30	8.18	39	10.68	27	11.11	136	9.47
Serviços	42	16.53	39	18.84	37	10.08	108	29.59	31	12.76	257	17.90
Func. Público	14	5.51	5	2.42	9	2.46	17	4.65	8	3.29	53	3.69
Construção civil	16	6.30	8	3.86	13	3.54	13	3.57	8	3.29	58	4.04
Outras atividades	-	-	3	1.45	-	-	5	1.37	5	2.06	13	0.90
Aposentado c/ atividade	-	-	-	-	1	0.27	2	0.55	1	0.41	4	0.28
Total trabalho fora	254	69.02	207	62.92	367	66.73	365	57.48	243	68.64	1436	64.51
Não trabalham	114	30.98	122	37.08	183	33.27	270	42.52	111	31.36	790	35.49
Abaixo de 17 anos que não trabalham	148	-	139	-	278	-	209	-	209	-	983	-
Total	516	100	468	100	828	100	844	100	563	100	3219	100

Fonte: Pesquisa de campo.

Aqueles que declararam trabalhar na agroindústria sucroalcooleira correspondem, no geral, a 29,95% do total, distribuídos da seguinte forma entre os municípios: Palmares Paulista com 37,87%, Catiguá com 37,68%, Ariranha com 32,28%, Santa Adélia com 31,69% e o percentual mais baixo aparecendo em Pindorama, com 14,79%.

A categoria de trabalhadores rurais safristas aparece com o índice geral de 15,32%; o maior percentual foi registrado em Catiguá (20,29%) e o menor em Ariranha (12,60%). A categoria trabalhador rural diarista aparece para o conjunto dos municípios com 9,68%, sendo o maior índice verificado em Palmares Paulista, com 20,16%.

Os municípios do entorno de Catanduva também recebem trabalhadores de outras regiões do país⁴⁵. Na visão de alguns dos entrevistados, isso amplia as demandas sociais nos municípios durante a safra, exigindo, especialmente, gastos com saúde. Especificamente no caso de Palmares Paulista, inserimos uma das respostas que reforçam o fato de que a cidade acaba abrigando grande número de trabalhadores migrantes que vêm trabalhar durante a safra:

É o que eu já falei antes... a gente não tem tantos recursos para a quantidade de trabalhadores residentes e dos que vêm de fora... Eu acho que essa falta de recursos que a gente tem... porque os migrantes não são contados. A gente até já recorreu junto ao IBGE em Brasília. [...] (Rosenei Perpétua Garcia Pereira Coltri – Prefeita de Palmares Paulista).

É, especialmente, o setor ligado à saúde que acaba pesando mais nos recursos públicos locais, tendo em vista que, geralmente, os trabalhadores que migram para trabalhar na região vêm sem a família (portanto, não se amplia a demanda por creches e escolas), retornando para suas cidades de origem no final da safra. O corte da cana é considerado bastante pesado e insalubre, acarretando não somente acidentes de trabalho, por conta do manuseio do facão e da ausência de equipamentos de segurança, mas também grande desgaste físico, daí decorrendo maior número de atendimentos nos postos de saúde e prontos-socorros⁴⁶.

Dando continuidade à apresentação dos dados relativos à ocupação

⁴⁵ Segundo o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Catanduva, cerca de 50% da mão-de-obra empregada no corte da cana-de-açúcar vêm de outros estados brasileiros, especialmente da Região Nordeste.

profissional, destaca-se o setor de serviços, com 17,90% no geral (menor em Palmares Paulista, 10,08% e maior em Pindorama, 29,59%); o comércio, com 9,47% (menor em Ariranha, com 6,70% e empatados em Catiguá e Santa Adélia, ambos com 11,11%); a indústria com 5,43% (maior em Pindorama com 9,59%, sendo bastante inexpressivo em Catiguá, com 0,97% e Palmares Paulista, com 1,09%); a construção civil, com 4,04% (maior em Ariranha com 6,30% e menor em Santa Adélia, com 3,29%); e, por último, o setor público, com 3,69% (maior em Ariranha, com 5,51%, seguido por Pindorama, com 4,65%, e o menor verificado em Catiguá, com 2,42%).

Acerca dos dados relativos à situação na ocupação e setor de ocupação, é importante ressaltar que os questionários foram respondidos por um dos membros da família e o enquadramento baseou-se unicamente na informação prestada por ele.

Consideramos que muitos podem ter tido dúvidas em situar corretamente todos os membros da família. De qualquer modo, importa, como os dados tabulados comprovam, que há o predomínio de atividades ligadas à agricultura e agroindústria.

5.4. Meios de consumo coletivo

O provimento e oferecimento dos meios de consumo coletivos⁴⁷ têm papel importante na reprodução social, influenciando de forma decisiva o modo e as condições de vida das pessoas. Por outro lado, dificilmente são implementados pelo capital individual, ainda que sejam fundamentais para o processo de acumulação de capital.

Segundo Preteceille (1977), trata-se de parcela do “produto social” posto à “disposição do consumo socializado”, sendo necessário pensá-lo a partir de sua “distribuição social” que, em nosso entendimento, pode ser analisada como uma distribuição socioespacial.

⁴⁶ O Prefeito de Catiguá, durante a entrevista, também ressaltou esse fato, dizendo inclusive que muitos procuram os postos de saúde e “tomam soro” no final do dia de trabalho.

⁴⁷ Infra-estrutura (vias e redes de todos os tipos), equipamentos (escolares, esportivos, hospitalares, de lazer etc) e serviços (transporte coletivo, saúde, educação, coleta de lixo etc.). Na expressiva maioria dos casos, são providos pelo Estado, pois os elevados investimentos necessários à sua implantação em relação ao tempo necessário ao retorno do capital investido, fazem com que o setor privado não se interesse em provê-los, ainda que se interesse em administrá-los, conforme ficou patente no Brasil com a onda de privatizações nos anos 1990.

Para Kowarick (1985), no centro do acirramento das desigualdades sociais, dois processos se combinam e devem ser considerados: a exploração do trabalho e a espoliação urbana. Trata-se de reconhecer que as condições de exploração da força de trabalho e os chamados “problemas urbanos” não estão absolutamente dissociados do processo de acumulação, mas o integram. Para este autor a espoliação urbana:

[...] é a somatória de extorsões que se opera através da inexistência ou precariedade de serviços de consumo coletivos que se apresentam como socialmente necessários em relação aos níveis de subsistência das classes trabalhadoras e que agudizam ainda mais a dilapidação que se realiza no âmbito das relações de trabalho. (KOWARICK, 1985,p.34).

Segundo Kowarick (1985), é necessário considerar também a existência, no processo de expansão da economia brasileira, de um amplo exército industrial de reserva, porém não como uma “massa ou polo marginal”

[...] mas enquanto um elemento de primordial importância para um capitalismo de características marcadamente selvagens como o brasileiro, pois permite dilapidar, através da super-exploração do trabalho e da espoliação urbana, grande parte da mão-de-obra na medida em que esta não tiver força política para defender seus níveis salariais e para pressionar o Estado para obter os serviços coletivos básicos à sua reprodução.[...]. (p.35).

A dilapidação da força de trabalho apresenta, portanto, um duplo caráter, conjugando a exploração no nível da produção (incluído o nível de desenvolvimento das forças produtivas) e a espoliação que se opera no nível espacial, derivada da possibilidade de acesso à cidade, de sua apropriação e do que, hoje, é possível oferecer e se entender como urbano.

Segundo Moisés (1985), a questão urbana pode ser entendida como a que

[...] deriva das contradições geradas pelo desenvolvimento do capitalismo ante as novas e sempre crescentes necessidades postas à reprodução da força de trabalho; e ante a política urbana do Poder Público, baseada em inversões privadas e públicas que se dirigem preferencialmente, aos setores mais rentáveis da produção e consumo e que acabam por determinar a prioridade dos serviços destinados a expandir a produção sobre os serviços destinados a atender às necessidades de sobrevivência da população (consumo coletivo). (p.15).

A análise feita por Cignolli (1985) reitera esta idéia:

O Estado, ao distribuir os fundos públicos, determina o volume de valor efetivamente destinado ao consumo social e o volume de valor destinado, inclusive na produção de meios de consumo, a suportar a acumulação ou a financiar outros segmentos do aparelho de Estado – o aparelho repressivo, por exemplo. A relação entre estes dois volumes coloca a questão da exploração indireta dos trabalhadores. A relação entre o que é captado sobre a renda dos trabalhadores e o que estes percebem em salários diferenciados ou em consumos sociais é determinada pelo Estado. (p.13).

A distribuição dos meios de consumo coletivos, além de ser pensada a partir da forma como eles estão espacialmente localizados em cada cidade, deveria também ser analisada a partir da rede de cidades, tendo em vista que os núcleos urbanos que a compõem são diferentemente equipados, bem como as receitas de seus diversos municípios, definindo-se assim uma cidadania⁴⁸ marcada por disparidades, também ao nível da rede urbana.

Em termos gerais, verificamos que a maioria dos serviços, equipamentos e infra-estrutura mencionados está presente nas cidades pesquisadas, com exceção de hospital para atendimento público (existente somente em Ariranha e em Palmares Paulista, ainda que, neste caso, apenas para atendimento a funcionários da Usina), estabelecimentos de ensino superior, cursos técnicos e/ou profissionalizantes.

Assim, os bens de consumo coletivo básicos como redes de água, luz, esgoto, pavimentação, coleta de lixo, como podemos perceber nas tabelas (38 a 42), estão presentes na maioria dos conjuntos habitacionais das cidades pesquisadas.

Percebemos, durante o trabalho de campo que, nos conjuntos habitacionais construídos mais recentemente, há falta, principalmente, de pavimentação, coleta de esgoto e iluminação pública. Isto não significa que a implementação dos meios de consumo coletivos dependa do tempo de existência de um determinado conjunto habitacional, mas, principalmente, do poder político e econômico de seus habitantes para “negociar” sua implementação com o poder público.

⁴⁸ A cidadania está sendo tomada, aqui, enquanto acesso aos meios de consumo coletivo, bem como à sua qualidade.

Tabela 38 – Ariranha: Serviços, equipamentos e infra-estrutura existentes na cidade e no conjunto em que reside

	Existe na cidade %		Existe no conjunto %		Não Sabe
	Sim	Não	Sim	Não	
Hospital	100	-	-	100	-
Posto de Saúde	100	-	-	88.06	3.73
Delegacia	99.25	0.75	-	95.52	3.73
Posto Policial	99.25	0.75	-	96.27	3.73
Escola Ens. Fundamental	99.25	0.75	-	80.60	-
Escola Ens. Médio	99.25	0.75	-	91.04	-
Faculdades e cursos	-	100	-	100	-
Creches	92.54	7.46	-	24.63	-
Iluminação	100	-	-	100	-
Lazer	67.16	32.84	-	14.18	85.82
Transp. coletivo intra-urbano	7.46	92.54	-	100	-
Transp. coletivo interurbano	92.54	7.46	-	13.43	-
Limpeza e coleta de lixo	100	-	-	98.51	-
Água	100	-	-	100	-
Esgoto	100	-	-	100	-
Conservação ruas e asfalto	100	-	-	84.33	-
Sindicato	82.84	11.94	5.22	0.75	2.24
Instituições religiosas	100	-	-	21.64	-
Centro comunitário	83.58	16.42	-	5.22	0.75

Fonte: Pesquisa de campo.

Tabela 39 – Catiguá: Serviços, equipamentos e infra-estrutura existentes na cidade e no conjunto em que reside

	Existe na cidade %		Existe no conjunto %		Não Sabe
	Sim	Não	Sim	Não	
Hospital	-	100	-	100	-
Posto de Saúde	100	-	-	98.25	-
Delegacia	100	-	-	98.25	-
Posto Policial	99.12	0.88	-	98.25	-
Escola Ens. Fundamental	99.12	0.88	-	92.98	-
Escola Ens. Médio	98.25	0.88	0.88	94.74	0.88
Faculdades e cursos	-	100	-	100	-
Creches	99.12	0.88	-	97.37	-
Iluminação	98.25	1.75	-	98.25	-
Lazer	3.51	95.61	0.88	100	-
Transp. Coletivo intra-urbano	9.65	90.35	-	99.12	-
Transp. coletivo interurbano	100	-	-	54.39	-
Limpeza e coleta de lixo	97.37	2.63	-	5.26	-
Água	100	-	-	100	-
Esgoto	100	-	-	100	-
Conservação ruas e asfalto	96.49	3.51	-	88.60	-
Sindicato	-	100	-	100	-
Instituições religiosas	100	-	-	38.60	-
Centro comunitário	97.74	0.88	4.38	97.37	-

Fonte: Pesquisa de campo.

Tabela 40 – Palmares Paulista: Serviços, equipamentos e infra-estrutura existentes na cidade e no conjunto em que reside

	Existe na cidade %		Existe no conjunto %	
	Sim	Não sabe	Sim	Não
Hospital	52.91	47.09	-	100
Posto de Saúde	100	-	-	100
Delegacia	99.10	0.90	-	100
Posto Policial	96.86	2.69	0.45	100
Escola Ens. Fundamental	100	-	2.69	97.31
Escola Ens. Médio	100	-	11.21	88.79
Faculdades e cursos	-	100	-	100
Creches	100	-	7.17	92.83
Iluminação	100	-	75.34	24.66
Lazer	35.43	64.57	0.45	99.55
Transp. coletivo intra-urbano	3.59	96.41	-	100
Transp. coletivo interurbano	96.86	3.14	12.11	87.89
Limpeza e coleta de lixo	99.55	0.45	99.55	0.45
Água	100	-	100	-
Esgoto	100	-	100	-
Conservação ruas e asfalto	100	-	82.51	17.49
Sindicato	2.69	86.10	0.45	98.65
Instituições religiosas	100	-	22.42	77.13
Centro comunitário	87.00	7.62	2.24	95.96
				0.45
				1.80

Fonte: Pesquisa de campo.

Tabela 41 – Pindorama: Serviços, equipamentos e infra-estrutura existentes na cidade e no conjunto em que reside

	Existe na cidade %		Existe no conjunto %		Não sabe	Não	Não Sabe
	Sim	Não	Sim	Não			
		sabe					
Hospital	-	100	-	100	-	100	-
Posto de Saúde	100	-	-	-	4.74	95.26	-
Delegacia	95.69	4.31	-	-	2.59	97.41	-
Posto Policial	80.60	18.97	0.43	0.43	2.59	97.41	-
Escola Ens. Fundamental	99.57	-	0.43	0.43	32.33	67.67	-
Escola Ens. Médio	96.12	3.45	0.43	0.43	2.59	97.41	-
Faculdades e cursos	4.31	95.69	-	-	-	100	-
Creches	100	-	-	-	18.10	81.47	0.43
Iluminação	98.28	1.72	-	-	100	-	-
Lazer	72.41	25.00	2.59	2.59	17.67	81.47	0.86
Transp. coletivo intra-urbano	19.40	80.60	-	-	5.60	94.40	-
Transp. Coletivo interurbano	99.14	0.86	-	-	63.79	36.21	-
Limpeza e coleta de lixo	100	-	-	-	100	-	-
Água	100	-	-	-	100	-	-
Esgoto	100	-	-	-	100	-	-
Conservação ruas e asfalto	100	-	-	-	69.40	30.60	-
Sindicato	0.43	94.40	5.17	5.17	-	96.98	3.02
Instituições religiosas	100	-	-	-	11.64	87.50	0.86
Centro comunitário	85.78	12.50	1.72	1.72	40.95	55.17	3.88

Fonte: Pesquisa de campo.

Tabela 42 – Santa Adélia: Serviços, equipamentos e infra-estrutura existentes na cidade e no conjunto em que reside

	Existe na cidade %		Existe no conjunto %		Não Sabe
	Sim	Não	Sim	Não	
Hospital	60.84	39.16	2.80	97.20	-
Posto de Saúde	97.90	2.10	39.16	60.84	-
Delegacia	93.01	6.99	0.70	99.30	-
Posto Policial	93.01	6.99	2.80	97.20	-
Escola Ens. Fundamental	100	-	2.10	97.90	-
Escola Ens. Médio	93.71	5.59	2.10	97.90	-
Faculdades e cursos	2.10	97.90	0.70	99.30	-
Creches	93.01	6.99	4.90	95.10	-
Iluminação	95.80	4.20	87.41	12.59	-
Lazer	56.64	43.36	12.59	87.41	-
Transp. Coletivo intra-urbano	2.10	97.90	1.40	98.60	-
Transp. Coletivo interurbano	95.80	4.20	17.48	82.52	-
Limpeza e coleta de lixo	100	-	100	-	-
Água	100	-	100	-	-
Esgoto	98.60	1.40	98.60	1.40	-
Conservação ruas e asfalto	94.41	5.59	83.22	16.78	-
Sindicato	80.42	18.18	3.50	95.80	0.70
Instituições religiosas	100	-	34.97	65.03	-
Centro comunitário	93.01	6.99	4.90	95.10	-

Fonte: Pesquisa de campo.

Devido as distâncias no interior das cidades não serem suficientemente grandes que justifiquem a implantação de transporte coletivo intra-urbano, nem apresentarem serviços como o de táxis, muitos moradores se queixaram dessa ausência, em especial as pessoas idosas, com problemas de locomoção ou doentes, bem como as mães de crianças pequenas que têm de, muitas vezes, carregar seus filhos no colo.

Percebemos, durante o trabalho de campo que, nos conjuntos habitacionais construídos mais recentemente, há falta, principalmente, de pavimentação, coleta de esgoto e iluminação pública. Isto não significa que a implementação dos meios de consumo coletivos dependa do tempo de existência de um determinado conjunto habitacional, mas, principalmente, do poder político e econômico de seus habitantes para “negociar” sua implementação com o poder público.

Devido as distâncias no interior das cidades não serem suficientemente grandes que justifiquem a implantação de transporte coletivo intra-urbano, nem apresentarem serviços como o de táxis, muitos moradores se queixaram dessa ausência, em especial as pessoas idosas, com problemas de locomoção ou doentes, bem como as mães de crianças pequenas que têm de, muitas vezes, carregar seus filhos no colo.

As tabelas 43 a 47 agregam as informações relativas à utilização e avaliação dos meios de consumo coletivo⁴⁹.

Um ponto a ser esclarecido é o de que, no caso da inexistência de meio de consumo coletivo, como por exemplo, hospital, muitos moradores fazem avaliação negativa, afirmando que é ruim a cidade não contar com este equipamento.

⁴⁹ Quando o meio de consumo coletivo a que se referia a pergunta do questionário não existia na cidade, caso principalmente dos hospitais, faculdades e cursos técnicos e/ou profissionalizantes, era perguntado ao morador qual a consideração que fazia a esse respeito, assim, tivemos de acrescentar aos itens a resposta “não é necessário”, pois muitos a utilizaram para responder que não havia necessidade de faculdades, cursos, transporte coletivo nas cidades.

Tabela 43 – Ariranha: utilização e avaliação dos serviços, equipamentos e infra-estrutura existentes na cidade e no conjunto em que reside

	Avaliação									
	Sim	Não	Não informou	Ótimo	Bom	Regular	Ruim	Não sabe	Não informou	Não é necessário
Hospital	88.06	11.94	-	8.95	52.98	26.87	10.45	0.75	-	-
Posto de Saúde	88.81	11.19	-	8.21	53.73	27.61	9.70	0.75	-	-
Delegacia	27.61	72.39	-	6.71	64.92	12.69	2.99	12.69	-	-
Posto Policial	20.90	79.10	-	5.97	63.43	14.18	2.99	13.43	-	-
Escola Ens. Fundamental	46.27	53.73	-	11.94	68.66	6.72	5.22	7.46	-	-
Escola Ens. Médio	10.45	89.55	-	10.45	73.13	6.72	1.49	8.21	-	-
Faculdades e cursos	3.73	96.27	-	-	-	2.99	47.01	43.28	-	6.72
Creches	8.96	91.04	-	8.20	49.25	6.72	2.99	32.84	-	-
Iluminação	95.52	4.48	-	13.43	71.64	12.69	2.24	-	-	-
Lazer	32.09	67.91	-	5.97	34.33	11.94	30.60	17.16	-	-
Transp. coletivo intra-urbano	10.45	89.55	-	-	10.45	5.97	30.60	26.11	-	26.87
Transp. coletivo interurbano	97.01	2.99	-	7.46	66.42	10.45	9.70	3.73	-	2.24
Limpeza e coleta de lixo	100	-	-	21.64	73.14	5.22	-	-	-	-
Água	100	-	-	18.66	71.64	8.21	1.49	-	-	-
Esgoto	100	-	-	20.14	68.66	4.48	6.72	-	-	-
Conservação ruas e asfalto	90.30	9.70	-	17.16	60.45	8.21	11.94	2.24	-	-
Sindicato	17.91	89.09	-	2.99	47.01	2.99	5.22	41.79	-	-
Instituições religiosas	76.87	23.13	-	26.86	65.67	2.99	-	4.48	-	-
Centro comunitário	31.34	68.66	-	5.23	53.73	7.46	5.22	28.36	-	-

Fonte: Pesquisa de campo.

Tabela 44 - Catiguá: Utilização e avaliação dos serviços, equipamentos e infra-estrutura existentes na cidade e no conjunto em que reside

	21.3. Utiliza				Avaliação					
	Sim	Não	Não informou	Ótimo	Bom	Regular	Ruim	Não sabe	Não informou	Não é necessário
Hospital	1.75	98.25	-	-	5.26	1.76	90.35	2.63	-	-
Posto de Saúde	95.61	4.39	-	10.53	57.02	23.68	7.89	0.88	-	-
Delegacia	19.30	80.70	-	10.53	39.47	21.05	8.77	20.18	-	-
Posto Policial	18.42	81.58	-	10.53	38.60	21.05	8.77	21.05	-	-
Escola Ens. Fundamental	57.02	42.98	-	19.30	66.67	9.65	1.75	2.63	-	-
Escola Ens. Médio	24.56	75.44	-	18.42	63.16	10.53	3.51	4.38	-	-
Faculdades e cursos	1.75	98.25	-	-	2.63	3.51	79.83	7.89	-	6.14
Creches	1.75	98.25	-	6.14	56.14	4.39	1.75	31.58	-	-
Iluminação	99.12	0.88	-	10.53	64.03	17.54	7.02	0.88	-	-
Lazer	3.51	96.49	-	0.88	6.14	7.89	73.68	9.65	-	1.76
Transp. Coletivo intra-urbano	0.88	99.12	-	-	3.51	6.14	64.91	7.89	-	17.55
Transp. Coletivo interurbano	95.61	54.39	-	11.40	71.93	10.53	6.14	-	-	-
Limpeza e coleta de lixo	95.61	4.39	-	11.40	62.28	18.42	7.90	-	-	-
Água	100	-	-	7.02	42.10	31.58	19.30	-	-	-
Esgoto	100	-	-	6.14	33.33	33.33	26.32	0.88	-	-
Conservação ruas e asfalto	93.86	6.14	-	3.51	42.10	40.35	14.04	-	-	-
Sindicato	28.95	71.05	-	-	3.51	2.63	61.40	28.07	-	4.39
Instituições religiosas	92.11	7.89	-	40.35	54.39	1.75	0.88	2.63	-	-
Centro comunitário	41.23	58.77	-	12.28	50.00	7.02	6.14	24.56	-	-

Fonte: Pesquisa de campo.

Tabela 45 – Palmares Paulista: Utilização e avaliação dos serviços, equipamentos e infra-estrutura existentes na cidade e no conjunto em que reside

	21.3. Utiliza		Avaliação							
	Sim	Não	Não informou	Ótimo	Bom	Regular	Ruim	Não sabe	Não informou	Não é necessário
Hospital	22.87	77.13	-	3.59	20.18	2.24	72.20	1.79	-	-
Posto de Saúde	92.38	7.62	-	8.97	47.09	27.35	13.90	2.69	-	-
Delegacia	15.70	84.30	-	1.35	47.09	21.07	11.66	18.83	-	-
Posto Policial	12.11	87.89	-	0.45	46.64	21.07	12.11	19.73	-	-
Escola Ens. Fundamental	52.02	47.98	-	15.70	60.98	13.90	2.69	6.73	-	-
Escola Ens. Médio	11.66	88.34	-	8.07	65.02	12.11	2.69	12.11	-	-
Faculdades e cursos	0.90	99.10	-	-	-	0.90	67.71	20.63	-	10.76
Creches	5.83	94.17	-	6.28	57.40	12.55	1.35	22.42	-	-
Iluminação	100	-	-	1.79	44.84	18.39	34.53	0.45	-	-
Lazer	31.39	68.61	-	0.90	13.45	24.66	48.43	12.56	-	-
Transp. coletivo intra-urbano	3.14	96.86	-	-	-	2.24	73.99	5.83	-	17.94
Transp. coletivo interurbano	96.41	3.59	-	4.48	69.51	16.59	6.73	2.69	-	-
Limpeza e coleta de lixo	100	-	-	9.87	63.23	20.18	6.72	-	-	-
Água	100	-	-	11.21	65.02	18.39	5.38	-	-	-
Esgoto	100	-	-	4.93	51.12	13.46	30.49	-	-	-
Conservação ruas e asfalto	92.38	7.62	-	4.93	49.78	24.22	21.07	-	-	-
Sindicato	6.73	93.27	-	-	2.69	4.93	56.50	26.91	-	8.97
Instituições religiosas	75.78	24.22	-	30.04	63.68	1.35	2.24	2.69	-	-
Centro comunitário	35.87	64.13	-	0.45	42.60	21.53	4.48	30.94	-	-

Fonte: Pesquisa de campo.

Tabela 46 – Pindorama: Utilização e avaliação dos serviços, equipamentos e infra-estrutura existentes na cidade e no conjunto em que reside

	21.3. Utiliza		Avaliação							
	Sim	Não	Não informou	Ótimo	Bom	Regular	Ruim	Não sabe	Não informou	Não é necessário
Hospital	-	100	-	-	-	0.43	85.35	1.72	-	12.50
Posto de Saúde	88.36	11.64	-	5.60	65.52	21.55	3.88	3.45	-	-
Delegacia	14.22	85.78	-	0.86	37.07	18.97	10.77	32.33	-	-
Posto Policial	14.66	85.34	-	0.86	37.93	19.40	10.34	31.47	-	-
Escola Ens. Fundamental	43.53	56.47	-	9.92	71.98	3.88	0.86	13.36	-	-
Escola Ens. Médio	18.10	81.90	-	11.21	66.81	6.03	0.86	15.09	-	-
Faculdades e cursos	0.86	99.14	-	-	0.43	-	66.81	21.12	-	11.64
Creches	3.88	96.12	-	5.17	53.45	3.88	-	37.50	-	-
Iluminação	100	-	-	4.31	83.62	9.48	2.59	-	-	-
Lazer	37.07	62.93	-	4.31	41.81	9.48	22.42	20.69	-	1.29
Transp. coletivo intra-urbano	17.67	82.33	-	-	6.47	2.16	47.41	0.86	-	43.10
Transp. coletivo interurbano	93.53	6.47	-	7.76	76.29	6.90	3.02	5.60	0.43	-
Limpeza e coleta de lixo	98.28	1.72	-	10.34	76.29	11.21	2.16	-	-	-
Água	100	-	-	12.93	78.45	6.90	1.72	-	-	-
Esgoto	100	-	-	8.62	80.60	6.04	4.74	-	-	-
Conservação ruas e asfalto	100	-	-	0.86	34.92	21.98	42.24	-	-	-
Sindicato	10.78	89.22	-	-	0.43	0.43	53.45	37.50	-	8.19
Instituições religiosas	82.76	17.24	-	28.45	67.67	1.29	-	2.59	-	-
Centro comunitário	25.00	75.00	-	1.29	40.09	9.05	8.19	41.38	-	-

Fonte: Pesquisa de campo.

Tabela 47 – Santa Adélia: Utilização e avaliação dos serviços, equipamentos e infra-estrutura existentes na cidade e no conjunto em que reside

	21.3. Utiliza		Avaliação						Não é necessário	
	Sim	Não	Não informou	Bom	Regular	Ruim	Não sabe	Não informou		
				Ótimo						
Hospital	46.85	53.15	-	-	21.68	17.48	54.55	6.29	-	-
Posto de Saúde	74.13	25.87	-	1.40	29.37	26.57	39.16	3.50	-	-
Delegacia	32.87	66.43	-	4.89	60.14	11.89	8.39	14.69	-	-
Posto Policial	33.57	65.73	-	5.60	58.04	9.79	9.79	16.78	-	-
Escola Ens. Fundamental	60.14	39.86	-	12.58	72.03	6.29	4.20	4.90	-	-
Escola Ens. Médio	18.88	81.12	-	11.89	67.83	6.29	4.90	9.09	-	-
Faculdades e cursos	1.40	98.60	-	-	21.67	11.19	30.77	34.27	-	2.10
Creches	6.99	93.01	-	2.80	56.64	6.99	12.59	20.28	-	0.70
Iluminação	83.92	16.08	-	6.99	65.73	13.99	11.19	2.10	-	-
Lazer	34.97	65.03	-	2.10	47.55	8.39	30.77	11.19	-	-
Transp. Coletivo intra-urbano	21.68	78.32	-	-	27.27	9.79	43.36	19.58	-	-
Transp. Coletivo interurbano	94.41	5.59	-	6.29	61.54	11.19	17.48	3.50	-	-
Limpeza e coleta de lixo	98.60	1.40	-	13.99	69.93	9.09	6.29	0.70	-	-
Água	97.20	2.80	-	13.98	72.73	9.79	3.50	-	-	-
Esgoto	97.20	2.80	-	4.89	71.33	10.49	13.29	-	-	-
Conservação ruas e asfalto	88.81	11.19	-	2.80	60.84	10.49	24.47	1.40	-	-
Sindicato	18.88	80.42	0.70	3.50	51.75	6.99	9.09	28.67	-	-
Instituições religiosas	76.92	23.08	-	36.36	51.05	2.10	2.10	8.39	-	-
Centro comunitário	27.27	72.73	-	4.90	62.94	8.39	5.59	18.18	-	-

Fonte: Pesquisa de campo

Sobre a avaliação negativa dos diferentes meios de consumo coletivo⁵⁰ (menção ruim), podemos destacar, como o que mais chamou a atenção nas cidades pesquisadas, a inexistência de hospital. Em Catiguá aparece o índice mais elevado (90,35%).

Podemos perceber como especificidade, em Catiguá, o fato de que parcela pequena de moradores considerou que existe hospital na cidade, quando, de fato, existe somente um pronto-socorro e posto de saúde. Isto demonstra desconhecimento do lugar em que reside ou mesmo falta de consciência sobre a necessidade de se deslocar para outra cidade, no caso, na maior parte das vezes para Catanduva, para ter acesso a um equipamento hospitalar.

Os que avaliaram ser bom não haver hospital, em geral, queriam referir-se ao fato de ser bom o atendimento recebido fora da cidade de residência, ou mesmo de que “tá bom assim, não precisa”.

Em Santa Adélia, foram 54,55% que avaliaram como “ruim” a falta de equipamento hospitalar, porém, nesse caso, existe na cidade a Santa Casa de Misericórdia. O fato de que 39,16% dos moradores tenham afirmado não haver hospital na cidade (ver Tabela 42), indica desconhecimento ou precariedade no atendimento.

Em Palmares Paulista, para 72,20% é “ruim” não haver hospital e, nesse caso, o índice de “ótimo” e “bom” chegou a 23,77%, porque os moradores que trabalham para a Usina Catanduva e seus familiares podem ser atendidos no hospital mantido pela empresa na cidade.

Pindorama apresentou também índice elevado dos que consideram “ruim” não haver hospital na cidade (85,35%), ainda que 12,50% não considerem necessário, em virtude da maior proximidade à Catanduva. Esse resultado demonstra que o fator distância ainda tem papel preponderante na definição das relações que se estabelecem entre cidades que compõem uma rede urbana.

Questionado sobre o tipo de atividades que os habitantes do município buscam em outras cidades, o representante da prefeitura de Santa Adélia assim se referiu:

⁵⁰ Os casos dos que, no momento da avaliação das categorias, responderam “não sabe”, devem-se à falta de opinião a respeito ou mesmo por não fazer uso daquele meio de consumo coletivo e se julgou, por isso, incapaz de responder à questão. Quando o morador alegou, por exemplo, que ninguém na família utilizava a creche, mas que conhecia pessoas que utilizavam, ele acabou formulando um juízo a partir da opinião daqueles que conheciam e/ou utilizavam a creche.

Não, aqui é o seguinte... Aqui nós temos... eu vou falar um negócio... Aqui nós temos assim... na parte de... da educação, muita gente procura a cidade de Catanduva que ela tem cursos superiores mais diversificados... na saúde, nós temos um hospital aqui... um hospital... mas ele... ele comporta até um certo ponto, doenças mais crônicas... eles vão... a busca é em Catanduva... na cidade vizinha de Catanduva, que tem mais recurso, né... através do SUS. (Antônio Roberto Pinotti – Prefeitura de Santa Adélia).

Sobre a ausência de faculdades e cursos técnicos e profissionalizantes: em Catiguá, 79,83% avaliam como ruim não poder contar com serviços de formação superior e técnicos; em Santa Adélia foram 30,77%; em Ariranha 47,01% dos moradores; em Palmares Paulista foram 67,71%; e em Pindorama este aspecto teve avaliação negativa de 66,81%.

Em relação aos demais aspectos questionados, podemos perceber, de uma forma geral, para a cidade de Catiguá, que em relação à posto de saúde, escola de ensino fundamental, escola de ensino médio creche, iluminação, transporte coletivo interurbano, limpeza e coleta de lixo, instituições religiosas e centro comunitário, a avaliação é positiva, pois a soma das categorias ótimo e bom fica geralmente bem acima de 60%. Conforme já mencionado, o fornecimento de água encanada e a coleta de esgoto obtiveram avaliações mais baixas, especialmente, em função da subida dos preços desses serviços.

Em Santa Adélia, superam os 50% de aprovação, com avaliação “ótimo” e “bom”, os seguintes aspectos: delegacia, posto policial, escola de ensino fundamental e de ensino médio, creches, iluminação, limpeza e coleta de lixo, água, esgoto, conservação das ruas e pavimentação, instituições religiosas e centro comunitário, denotando que a maioria encontra-se satisfeita com os serviços, equipamentos e infra-estrutura existentes.

No caso de Ariranha, Palmares Paulista e Pindorama, observamos poucas diferenças em relação ao que já foi destacado para Catiguá e Santa Adélia. O que, fundamentalmente, acaba revelando que algumas diferenças decorrem de situações pontuais existentes nos conjuntos habitacionais pesquisados.

Um aspecto que merece relevo dentre os que foram destacados é o referente ao lazer existente e sua avaliação nas cidades. Para os moradores de Catiguá, Ariranha e Palmares Paulista, o número dos que afirmaram não existir lazer superou aqueles que consideraram que ele existe na cidade; já nas cidades de Santa Adélia e Pindorama houve maior percentual de moradores que afirmou existir lazer na

cidade. Em termos de avaliação, temos a indicação de “ruim” variando de 73,68% em Catiguá, até o mais baixo percentual dessa avaliação, constatado em Ariranha e que, mesmo assim, é elevado (30,60%).

Conforme comentado por alguns dos representantes do poder local entrevistados nas cidades pesquisadas, uma das atividades buscadas pelos moradores em outros municípios é o lazer.

Sobre esta questão, concordamos com a argumentação feita por Lojkin (1981):

Por mais úteis que sejam à reprodução ampliada da força de trabalho, os equipamentos esportivos ou culturais serão menos privilegiados que os equipamentos escolares *diretamente* ligados à formação profissional especializada desejada pelo patronato; do mesmo modo, os meios de comunicação diretamente ligados à acumulação ou à reprodução do capital (estradas servindo as zonas industriais, telecomunicações) serão mais favorecidos que os meios de comunicação destinados à reprodução da força de trabalho (estradas servindo as residências dos trabalhadores, telefone para usuários individuais). [...] (p.136, destaque do autor).

Isso nos parece particularmente verdadeiro no caso das pequenas cidades, em que o lazer se limita, muitas vezes, aos moradores se encontrarem para conversar com os amigos, geralmente, nas praças e bares centrais, fazer o chamado “*footing*”, freqüentar quermesses promovidas por instituições religiosas ou sociais (mais esporádicas) ou esperar pelas “festas do peão”, que acontecem, geralmente, uma vez por ano⁵¹.

Em relação à questão sobre “os problemas ou necessidades enfrentados por morar nas pequenas cidades” (Tabela 48), esclarecemos, inicialmente, que não houve estímulo às repostas, sendo posteriormente necessário estabelecer um agrupamento das respostas dadas espontaneamente o que tornou possível a tabulação dos dados. Foi solicitado que se destacassem os três problemas ou necessidades que se considerava mais relevantes na cidade de residência.

A falta de trabalho ou emprego apareceu com os mais elevados percentuais em quatro das cinco cidades: Catiguá (com 68,42%), Ariranha (44,78%), Palmares Paulista (51,12%) e Pindorama (com 48,28%). Ainda que esteja colocado, em segundo lugar, para a cidade de Santa Adélia, também é muito elevado o índice

⁵¹ Isto foi comentado tanto por moradores quanto por representantes do poder local.

registrado: 53,85% dos moradores mencionaram esse como um grave problema na cidade.

Verificamos, como segundo problema ou necessidade mais citado pelos moradores, a precariedade ou dificuldade no atendimento à saúde. Todos os problemas citados relativos à saúde foram aqui incluídos, desde a inexistência de hospital, falta de remédios no posto de saúde, dificuldade em atendimento e consultas médicas, problemas de atendimento em fins de semana e feriados prolongados (quando disseram que os postos de saúde/pronto-socorros não funcionam), até a falta de ambulância para socorrer pessoas que não apresentavam condições físicas ou financeiras de deslocamento.

Tabela 48 – Problemas ou necessidades enfrentados por morar nesta cidade

	Ariaranha		Catiguá		Palmares Paulista		Pindorama		Santa Adélia	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Precariedade/dificuldade do atendimento à saúde	45	33.58	62	54.39	97	43.50	80	34.48	103	72.03
Falta de trabalho/emprego	60	44.78	78	68.42	114	51.12	112	48.28	77	53.85
Falta de trabalho para a mulher	-	-	3	2.63	13	5.83	3	1.29	1	0.70
Administração pública ruim	8	5.97	5	4.39	12	5.38	10	4.31	13	9.09
Problemas com companhias de habitação	5	3.73	9	7.89	6	2.69	6	2.59	4	2.80
Ausência/precariedade de lazer	12	8.96	19	16.67	19	8.52	33	14.22	11	7.69
Educação (ausência/precariedade de escolas; cursos, etc.)	8	5.97	3	2.63	9	4.04	24	10.34	11	7.69
Ausência/precariedade de infra-estrutura	6	4.48	19	16.67	32	14.35	46	19.83	23	16.08
Ausência/precariedade do comércio local	4	2.99	3	2.63	6	2.69	15	6.47	6	4.20
Ausência/precariedade dos serviços urbanos	1	0.75	26	22.81	28	12.56	8	3.45	8	5.59
Falta de Segurança	-	-	6	5.26	17	7.62	36	15.52	6	4.20
Transporte intra-urbano	3	2.24	8	7.02	6	2.69	8	3.45	38	26.57
Transporte interurbano	4	2.99	4	3.51	4	1.79	8	3.45	3	2.10
Outros problemas/necessidades	15	11.19	17	14.91	31	13.90	32	13.79	10	6.99
Não soube responder	4	2.99	1	0.88	13	5.83	5	2.16	-	-
Não existem problemas	26	19.40	13	11.40	19	8.52	24	10.34	2	1.40

Fonte: Pesquisa de campo.

Na cidade de Santa Adélia, é este aspecto que aparece em primeiro lugar, com 72,03%; nas demais cidades, comparece na segunda posição, em Catiguá com 54,39%, em Palmares Paulista com 43,50%, em Pindorama com 34,48% e em Ariranha com 33,58%. Houve mesmo casos em que os moradores citaram exemplos de pessoas que, devido às dificuldades para o socorro e distância do hospital mais próximo, entraram em óbito.

Em Catiguá, na terceira posição, foi citada a precariedade e/ou ausência de infra-estrutura (22,81%), vindo em quarta posição a ausência e/ou precariedade de serviços urbanos (16,67%), sendo esse o mesmo percentual para a ausência e/ou precariedade de lazer na cidade. Ainda assim, para parcela dos moradores (11,40%), não existem problemas na cidade.

Em Santa Adélia, verificamos que, em terceiro lugar, entre os problemas ou necessidades enfrentados pelos moradores, comparece a falta de transporte intra-urbano (26,57%). Isso decorre do fato de que a maior parte dos conjuntos assenta-se numa área de topografia acidentada e a maior parte do comércio e dos serviços existentes concentra-se na área mais central, próximos à igreja matriz da cidade. Assim, para pessoas idosas, pessoas portadoras de deficiências, famílias com crianças de colo, mesmo se considerarmos a cidade pequena, há dificuldade nos deslocamentos.

Em quarta posição, citaram a ausência e/ou precariedade da infra-estrutura urbana e, em seguida, a administração pública como “ruim” (9,09% dos entrevistados).

Verificamos que, em Ariranha, para uma expressiva parcela de moradores, a cidade não apresenta problemas (19,40%), e em seguida, a ausência e/ou precariedade de lazer (8,96%).

Na cidade de Palmares Paulista, a ausência ou precariedade de infra-estrutura foi mencionada por 14,35% dos entrevistados e, em quinto lugar, aparece a ausência e/ou precariedade de serviços urbanos.

Também verificamos, na terceira posição em Pindorama, a ausência e/ou precariedade de infra-estrutura (19,83%); sendo que a falta de segurança aparece na seqüência, mencionada por 15,52% dos entrevistados e a ausência e/ou precariedade de lazer com percentual de 14,22%.

Do mesmo modo que identificamos carências e precariedades em relação aos meios de consumo coletivos para parcela da população que habita na periferia

dos grandes centros urbanos, particularmente nas metrópoles brasileiras, e de termos clareza de que estas se colocam de modo ainda mais dramático nessa escala, identificamos esta problemática nos pequenos municípios da região de Catanduva.

Trata-se, fundamentalmente, utilizando a reflexão feita por Lefebvre (1991), da ausência do “direito à cidade”. Assim, concordamos com o autor quando ressalta:

O direito à cidade se manifesta como forma superior dos direitos: direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar. O direito à *obra* (à atividade participante) e o direito à *apropriação* (bem distinto do direito de propriedade) estão implicados no direito à cidade. (LEFEBVRE, 1991, p.135, destaques do autor).

Poderíamos então dizer que, a exemplo das periferias, as pequenas cidades ao mesmo tempo em que manifestam e representam o urbano também o negam, se pensamos nas práticas socioespaciais aí presentes e na reprodução social que expressa e condiciona. As pequenas cidades se revelam enquanto parte do espaço urbano, são reunião e encontro, mas também em razão de nelas estar ausentes muito do que hoje caracteriza o urbano, também o negam, razão pela qual tal complexidade só pode ser entendida em seu movimento constituidor, ou seja, dialético.

5.5. A representação de cidade

As dinâmicas em curso, em suas múltiplas facetas (sociais, econômicas, políticas, culturais), redefinem a urbanização; ao mesmo tempo, inversamente, são também redefinidas pela urbanização, implicando em novas transformações.

Novas formas espaciais e funções são produzidas, redefinindo o conteúdo da urbanização. Isso leva, tendencialmente, à produção de inúmeras representações da cidade, que não se definem, tão somente, pelo nível cultural e econômico dos habitantes, mas também decorrem do lugar que ocupam, espacial e socialmente, e no qual vivem, ou seja, o conteúdo do espaço no qual estão inseridos e em que tecem suas relações sociais, assim como suas práticas espaciais.

As formas de uso de um espaço, expressam-se nas práticas espaciais e a cidade apresenta, em sua morfologia, as relações que estão subjacentes às formas,

aos conteúdos, além da mera materialidade de um espaço, que é determinada pelas relações estabelecidas entre os diferentes agentes sociais. Por esta razão, não se pode deixar de perceber que são resultado, ao mesmo tempo, do processo de (re)produção do espaço e da reprodução da sociedade, portanto, das relações sociais dos agentes que produzem o espaço, somente o movimento e o processo, podendo lhe conferir sentido.

O trabalho de Ferrara (1990) constitui fonte importante para a discussão sobre as representações da cidade. A autora discute as imagens da cidade, resultado das conseqüências do fenômeno urbano:

Além das explicações sócio-econômicas do urbano, estão as imagens da cidade que assinalam uma robusta realização humana, uma forma distinta de civilização. Nessas imagens, estão as representações, a linguagem urbana através da qual não apreendemos as explicações abstratas, mas aquelas constantes que atingem e modelam o nosso cotidiano. As imagens urbanas despertam a nossa percepção na medida em que marcam o cenário cultural de nossa rotina e a identificam como urbana: o movimento, os adensamentos humanos, os transportes, o barulho, o tráfego, a verticalização, a vida fervilhante; uma atmosfera que assinala um modo de vida e certo tipo de relações sociais. (p.3).

A partir das imagens e dos signos presentes, as pessoas constroem suas representações da cidade e se, muitas vezes, esta obstrui uma visão totalizante das contradições que envolvem sua produção social e histórico-espacial, por outro lado é, desse modo, que se produzem a linguagem e os discursos dos que habitam em cidades. Assim, nosso objetivo não é substituir a complexidade social do fenômeno urbano, em suas múltiplas dimensões (culturais, políticas, econômicas, estéticas, ideológicas), mas verificar como o homem comum, através de suas representações, inscreve seu conhecimento do “objeto”, a cidade⁵².

Lefebvre contribuiu de forma decisiva, a partir dos trabalhos de Kant, Hegel, Marx e Nietzsche, desenvolvendo uma “teoria crítica das representações”⁵³.

Lefebvre investiga a importância e o lugar das representações na sociedade contemporânea e mostra como não são nem falsas nem verdadeiras por

⁵² Apoiada em diferentes autores (C. Baudelaire, W. Benjamin, L. Mumford, K. Marx), Ferrara (1990) busca demonstrar a história da imagem urbana, através da representação da cidade. Em diferentes momentos históricos, tais autores retrataram de modo distinto a imagem da cidade, visto que na medida em que a cidade se modifica, em decorrência das transformações econômicas, políticas, sociais, culturais etc., também se modificam os signos que dão conteúdo as representações. A autora destaca, especialmente, a substituição dos espaços públicos pelo privado (FERRARA, L., *As máscaras da cidade*, 1990, p. 3-8).

⁵³ Lufti, E. P., Sochaczewski, S. & Jahnel, T. C., *As representações e o possível*, 1996, p. 87-97.

vocação ou por essência, como supõem algumas concepções filosóficas, mas falsas e verdadeiras ao mesmo tempo; ele mostra também o poder que essa ambigüidade lhes dá. (LUFTI, SOCHACZEWSKI, JAHNEL, 1996, p.89).

É necessário reforçar que o autor parte da dimensão do vivido, que deriva das práticas espaciais materiais, relacionado a produção e reprodução social; do percebido, que decorre das representações construídas acerca do espaço, a partir das práticas materiais; e do concebido, que se apoia nas concepções mentais construídas⁵⁴. Assim, para Lefebvre:

Viver é (se) representar mas também transgredir as representações. Falar é designar o objeto ausente, passar da distância à ausência preenchida pela representação. Pensar é representar mas também superar as representações. (LEFEBVRE apud LUFTI, SOCHACZEWSKI, JAHNEL, 1996, p.97, grifos no original)⁵⁵.

Isto implica em entender que a representação, enquanto produto social, tem por trás as relações presentes na sociedade, manifestando valores, ideologias, concepções de classes, portanto, apesar de se dirigirem a toda sociedade, expressam a relação de forças presente, sendo referente à questão da dominação e da exploração (LUFTI, SOCHACZEWSKI, JAHNEL, 1996, p.94)⁵⁶.

Assim, a cidade formulada e revelada pelos discursos e pelas imagens, sejam os do senso comum ou as dos técnicos, construídas a partir da realidade concreta, atribuindo a esta determinado significado, não se constitui em uma representação neutra, mas socialmente construída. Nessa perspectiva, não necessariamente são falsas ou verdadeiras, porém, na medida em que as representações partem do vivido, envolvem a ideologia⁵⁷.

As representações podem, segundo Lefebvre, colaborar para o desvendamento de uma problemática, a partir das representações estabelecidas pelos que vivenciam certa realidade, assim:

[...] o processo de conhecimento adquire nova qualidade. O conceito não explica tudo, perde o monopólio para o conhecimento da realidade, quando as representações passam a fazer parte desse processo, como uma

⁵⁴ Lefebvre, H., *La production de l'espace*, 1974, citado por Harvey, D., *Condição pós-moderna*, 1992, na tradução deste autor, entretanto, aparece a expressão imaginado, ao invés de concebido (p.201).

⁵⁵ Lefebvre, H., *La présence et l'absence*. Paris: Casterman, 1980.

⁵⁶ Lufti, E. P., Sochaczewski, S. & Jahnel, T. C., *As representações e o possível*, 1996, p. 87-97.

⁵⁷ Idem, p.95.

dimensão do *vivido*. (LUFTI, SOCHACZEWSKI, JAHNEL, 1996, p.96, destaque no original).

Desta forma, entendemos que as representações sobre a cidade formuladas pelos habitantes dos conjuntos habitacionais podem colaborar na discussão dos significados do urbano para os moradores de pequenas cidades.

A concepção presente em suas falas pode contribuir, assim, para uma maior aproximação da identidade e significado das pequenas cidades para os moradores. Podemos, então, questionar, em que medida suas percepções estão ou não influenciadas por características efetivas das cidades em que residem ou, ao contrário, são alheias a elas; se os signos presentes em suas falas descrevem uma representação mais geral de cidade, difundida através da mídia ou se são influenciadas por representações trazidas de outras cidades, com as quais mantiveram ou mantêm certo contato.

Essas concepções expressam o modo como os habitantes percebem as cidades em que habitam, ou seja, no nível da dimensão do vivido, mas também expressam concepções que ultrapassam tal dimensão, na medida em que podem ser influenciados por informações dos mais variados meios que se referem a outros espaços.

Do mesmo modo, devemos ressaltar, ainda, que estas representações, enquanto produto social, são também cambiantes, incorporando as múltiplas transformações, em diferentes dimensões (culturais, estéticas, ideológicas, políticas, econômicas, sociais), tanto no plano do indivíduo quanto da sociedade, que vão sendo, ao longo do tempo, modificadas. Ferrara (2000)⁵⁸, colabora no esclarecimento desse aspecto, ao dizer que

[...] supõe-se que a imagem da cidade não é, mas processa-se, indeterminadamente, isto é, por hipótese, deve alterar-se conforme mudam as características individuais e sociais dos sujeitos que a produzem. [...] (p.23).

5.6. A representação de cidade para os habitantes de pequenos municípios

Tendo em mente esses pressupostos, inserimos, no questionário aplicado, a

questão “o que você considera cidade?”, objetivando entender de que modo se processa, para os habitantes das pequenas cidades, nas falas dos moradores (o representante) dos conjuntos habitacionais, a cidade (representado) e o modo como a descrevem (representação).

A questão seguinte “você considera (nome do município) uma cidade?” teve como finalidade avaliar em que medida os elementos presentes na primeira resposta manifestavam-se, efetivamente, na segunda resposta. Ou seja, qual a representação de cidade sintetizada na fala dos moradores de conjuntos habitacionais que habitam em pequenos municípios.

As questões abertas⁵⁹, devido o seu caráter, apresentaram multiplicidade de respostas. A tabulação foi, desse modo, bastante complexa.

Para ser possível realizá-la, houve a necessidade de agregar as respostas fornecidas, segundo categorias. Tal trabalho demandou um tempo considerável, tendo em vista que houve a necessidade de empreendermos leitura atenta de cada uma das respostas fornecidas e, mais de uma vez, para que fosse possível não haver perda dos detalhes mencionados pelos moradores, para, em seguida, estabelecermos uma categorização que permitisse, em seus múltiplos aspectos, avaliar e analisar os dados obtidos.

A questão “o que você considera cidade” exigiu um grande detalhamento para que alguns dos moradores entendessem o que estava sendo perguntado⁶⁰. Isso porque a maioria não compreendia que não estávamos, de fato, nos referindo à sua cidade em particular, mas à cidade de um ponto de vista mais amplo, abrangente. Apesar de apresentarmos esta questão de forma ampla, alertando que não nos referíamos a nenhuma cidade em particular, mas sim à concepção e ao entendimento do que representava e significava cidade para o entrevistado, houve casos em que percebíamos nitidamente a alusão feita a partir de sua experiência concreta, de acordo com o vivido, retratando características do lugar.

Outros, em contraposição, destacaram, em suas falas, alusão a cidades maiores (inclusive citando nomes), mencionando características presentes em

⁵⁸ Ferrara, L. D'A., Os significados urbanos, 2000.

⁵⁹ Questões 24, 25, e 26 no questionário (Apêndice 1).

⁶⁰ Esse cuidado exigiu, inclusive que os pesquisadores que foram contratados para ajudar na aplicação dos questionários, fossem treinados sobre de que modo explicar aos entrevistados o significado da questão.

idades médias e grandes, porém ausentes em pequenas cidades, como shopping, cinemas, muitas indústrias, hospital.

Uma terceira categoria de moradores preferiu apontar os elementos e características que, em geral, estão associadas ao espaço urbano, como infraestrutura, equipamentos e serviços urbanos, número/tamanho/concentração de habitantes, número de residências, presença de estabelecimentos comerciais e de serviços, empresas, etc.

Foram estabelecidas um total de 8 categorias para que, por um lado, conseguíssemos demonstrar as múltiplas concepções, mas, por outro lado, que permitisse uma interpretação sintética e a análise, bem como permitisse a elaboração das tabelas.

A questão 25, “você considera (nome da cidade) como uma cidade”? foi encarada, por parte dos entrevistados, como uma “armadilha” da pesquisa. Vários demonstravam surpresa confrontando a resposta que tinham dado à pergunta de número 24 com a resposta que teriam que dar à pergunta de número 25: - Você considera _____ como uma cidade? Ao ouvirem a questão, percebiam a contradição. Explicando melhor, sobre a cidade, por exemplo, respondiam no plano do imaginário: tem que ter shopping, muito comércio, muito movimento ou tem muita violência etc.; em seguida, viam-se questionados se consideravam aquela uma cidade (que não possui shopping, nem muito comércio, nem muito movimento...); em geral, demonstravam um certo constrangimento, e muitos se justificavam: “é... cidadinha”, “é, pequena, mas é cidade”.

Houve mesmo contradições verificadas entre as respostas fornecidas, fato verificado especialmente nas questões “o que você considera cidade” e “você considera (nome da cidade) como uma cidade?”. Por exemplo: dizer que para ser considerado cidade “tem que ter organização” e mesmo destacar que a cidade em que reside é “muito desorganizada”, mas quando perguntado se considerava cidade seu lugar de residência responder que sim, porque apresenta infra-estrutura, ou porque tem prefeitura. Era perceptível certo constrangimento com a seqüência de perguntas feitas, ao que respondiam, geralmente, “é pequena, mas é cidade”, “precisa desenvolver muito, mas é cidade”, “não tem tudo (ou falta muita coisa), mas é cidade”, ou mesmo “é, cidadinha (*sic*)”.

Nos casos em que mais de uma categoria, foi utilizada na resposta fornecida, tomamos a liberdade de selecionar, de forma subjetiva, o que melhor foi destacado na fala do morador.

Consideramos importante ressaltar que, apesar da multiplicidade de formas de responder às questões, houve, por outro lado, linhas de raciocínio/concepções bastante semelhantes acerca do que foi perguntado. Ou seja, percebemos que não há grandes diferenças nos resultados, seja em termos percentuais, por categoria, seja nos aspectos que foram privilegiados nas respostas fornecidas.

Esta questão (25) também apresentou grande diversidade de respostas fornecidas, acerca do “porque” de se considerar o lugar em que habita, cidade ou não. Além das respostas afirmativas e negativas, houve ainda os que responderam e/ou alegaram não saberem responder a questão. Outro caso verificado foi os que ficaram num “meio termo”, fornecendo respostas como: “mais ou menos cidade”, “quase uma cidade”, “ainda não é uma cidade completa”, “meio cidade”, que tabulamos sob esta especificidade. Dessa forma, houve a necessidade de dividirmos as respostas em quatro blocos: sim e por que; não e por que; mais ou menos cidade e por que, além de não soube responder.

Podemos verificar que, nos municípios pesquisados, em relação à questão “O que você considera cidade?”, tabela 49, o maior percentual aparece na categoria que faz referência a uma gama de características e papéis identificados com o urbano: presença de conjunto de meios de consumo coletivos; comércio, lazer, trabalho, igrejas, população adensada, e também com barulho, agitação, movimento. Obviamente, as respostas dadas não foram homogêneas, alguns destacaram certas características e papéis, outros enumerando apenas um aspecto mas que, em seu entendimento, era importante para que um núcleo pudesse ser considerado como uma cidade.

Temos, assim, na categoria “lugar que apresenta conjunto de meios de consumo coletivos, especificando uma ou mais características”, a que apresentou, em termos de conjunto, o maior número de respostas (44,56%), com destaque para Santa Adélia, o maior percentual verificado (com 60,14%), sendo o que apresentou menor percentual foi Pindorama (21,98%).

Em Santa Adélia, a priorização dessa representação de cidade pode ter correspondência a maior insatisfação em relação aos meios de consumo coletivos (precariedade ou inexistência desses), daí o destaque dado por grande parcela a

essa característica. Foi onde maior número de moradores, ao serem questionados acerca dos problemas e dificuldades enfrentados por morar na cidade, ressaltaram: problemas no atendimento à saúde, insatisfação com a administração pública do município, ausência de transporte intra-urbano. Também houve mais de 50% que manifestaram não haver trabalho e emprego para os habitantes e onde menos moradores afirmaram não enfrentar problemas ou necessidades por nela residir (1,40%). Conforme veremos na continuidade da análise, foi onde menor número de moradores declarou habitar no que consideram “cidade”.

Já no caso de Pindorama foi onde percebemos menor ausência e precariedade nos meios de consumo coletivos e, também, onde houve o maior percentual dos que consideram habitar em cidade, como poderá ser observado na seqüência.

A segunda categoria que mais compareceu nas respostas refere-se aos que concebem a cidade “como um bom lugar para se morar, onde tem de tudo, especificando um ou mais papéis”, apresentando, em termos gerais, 18,56% das respostas. Apareceu nesta posição em quatro municípios: Santa Adélia (9,79%), Catiguá (8,77%), Palmares Paulista (8,52%), Ariranha (8,21%). Em Pindorama, essa representação foi a que mais se destacou na fala dos entrevistados, apresentando o maior índice (44,40%) e ficando na primeira colocação. A maior proximidade e facilidade no acesso à Catanduva, bem como pelo fato de apresentar maior número de equipamentos comerciais e de serviços, em nossa opinião, é o que diferenciou Pindorama das demais, no destaque a esse aspecto.

LEGENDA	
	Como um bom lugar para se morar, onde tem de "tudo" (especificando um ou mais papéis)
	Lugar que apresenta conjunto de meios de consumo coletivos, especificando uma ou mais características
	Em comparação ao campo, de forma positiva ou negativa
	Identificação afetiva com o lugar (lugar de nascimento, presença de parentes, de amigos); sentido de "comunidade"
	Identificada a partir de exemplos de outras cidades, especificando características
	Caráter político-administrativo (prefeitura, câmara de vereadores)
	Exemplificada a partir de sua experiência de cidade (forma como vê o lugar em que vive)
	Não respondeu

TABELA 49 – Representação de cidade

Categorias	Ariranha (134)		Catiguá (114)		Palmares Paulista (223)		Pindorama (232)		Santa Adélia (143)		Total (846)	
	N ^o .	%	N ^o .	%	N ^o .	%	N ^o .	%	N ^o .	%	N ^o .	%
	11	8.21	10	8.77	19	8.52	103	44.40	14	9.79	157	18.56
	60	44.78	63	55.26	117	52.48	51	21.98	86	60.14	377	44.56
	4	2.98	19	16.67	4	1.79	17	7.33	-	-	44	5.20
	5	3.73	5	4.38	5	2.24	16	6.89	4	2.80	35	4.14
	6	4.48	8	7.02	11	4.93	11	4.74	8	5.59	44	5.20
	7	5.22	1	0.88	15	6.73	11	4.74	12	8.39	46	5.44
	36	26.86	7	6.14	36	16.14	9	3.89	17	11.89	105	12.41
	5	3.73	1	0.88	16	7.17	14	6.03	2	1.40	38	4.49
Total	134	100	114	100	223	100	232	100	143	100	846	100

Fonte: Pesquisa de campo.

A terceira posição, para o conjunto dos municípios pesquisados, tem a representação “exemplificada a partir de sua experiência de cidade”. Apareceu os que fizeram a representação de cidade, partindo de sua própria cidade, ou seja, da cidade em que habitam. Em outras palavras, partindo de sua vivência concreta, descrevem a forma como vêem a cidade em que moram, fornecendo um “retrato” dela. Verificamos que, em Ariranha, a categoria obteve o maior percentual (26,86%, inclusive ficando, em termos individuais, com a segunda resposta mais elaborada) e Pindorama apresentou o índice mais baixo, de 3,89%.

Em Catiguá, observamos que para 16,67% dos entrevistados a cidade foi considerada em comparação ao campo, seja a partir de referências positivas ou negativas a um ou a outro (por exemplo: “cidade é pior do que o campo, tem mais barulho, movimento, no campo tem mais tranquilidade”, ou então “cidade é melhor do que o campo, tem mais conforto”), ficando esta resposta em segundo lugar em termos individuais nesta cidade. Citamos uma das falas para tornar mais claro o exemplo:

Pra mim, é. Uma cidadinha (*sic*) pequena, faltando bastante coisa, mas é. Porque tem as coisas... **É um lugar que não é um sítio, então é cidade... No sítio tem menos coisas...** (moradora de Catiguá, grifos nossos).

Outra moradora, em Pindorama, também fez, de modo diverso, esta relação:

Não... **Quando eu fico nervosa eu falo que isso é uma fazenda, uma fazenda grande... Tudo precisa ir para Catanduva, tudo...** (moradora de Pindorama, grifos nossos).

As demais concepções de cidade apresentam, em termos gerais, índices semelhantes, conforme podemos observar na tabela 49.

Tais dados reforçam a coerência da amostragem, tendo em vista que as questões, apesar de “abertas”, de permitirem ao entrevistado opinar livremente acerca do que considera cidade, apresentarem um mesmo padrão nas respostas dadas, ou seja, as concepções acerca do que pode caracterizar uma cidade, apresentou uma linha bastante similar de raciocínio dos que ocupam este espaço, ainda que tenha sido necessária a categorização dessas para a tabulação dos dados.

Podemos depreender destes resultados, que as representações feitas sobre o termo “cidade” para os moradores dos conjuntos habitacionais de pequenos municípios é bastante geral, conforme fica demonstrada nas duas respostas mais comuns, mas também contém elementos bastante particulares, se consideramos as que se baseiam a partir de sua experiência concreta e as que estabelecem comparação com o campo na sua definição.

Assim, em termos gerais, conforme demonstrado na tabela 49, os habitantes dos conjuntos habitacionais dos pequenos municípios estudados, no geral, consideram cidade como um lugar que apresenta um conjunto de meios de consumo coletivos, ou seja, relacionam à cidade um conjunto de infra-estruturas (asfalto, redes de água, esgoto, energia, etc.), equipamentos coletivos (postos de saúde, escolas, creches, etc.) e serviços (varrição de ruas, coleta de lixo), portanto, para 44,56% essa é a representação dominante. Entendemos que isso demonstra o fato de residirem em um lugar em que estes meios de vida urbana estão mais presentes no cotidiano do lugar em que residem, visto que se formos considerar a multiplicidade de papéis que podem ser desempenhados por uma cidade no mundo contemporâneo, verificamos que nessas cidades pequenas há somente o básico para sua reprodução social.

Na tabela 50, que apresenta os dados a respeito da questão “Você considera (nome do município) como uma cidade?”, também temos resultados interessantes. Uma primeira constatação que merece ser destacada é o fato de que em todos os municípios houve predomínio da resposta sim, que, em termos gerais, obteve o índice de 66,66%: variou do mais elevado, que é representado por Pindorama (77,58%), até o menor percentual, representado por Santa Adélia, com pouco mais da metade das respostas (51,05%).

Os que responderam não considerar cidade ficou com a segunda posição para todos os municípios pesquisados, variando de 37,06% em Santa Adélia, onde a negação do lugar enquanto cidade ficou mais evidente na concepção dos entrevistados, até Pindorama, que apresenta o menor percentual, com 16,39% das respostas, havendo nesta, em contraposição, uma apreensão do lugar, enquanto cidade.

Isto também é reforçado quando observamos os dados das respostas que ficaram num “meio termo”, sem definir de forma radical o lugar como “é cidade” ou “não é cidade”, mas buscando demonstrar em suas falas que há certa

“ambigüidade” no lugar em que residem.

Respostas dessa natureza representaram 11,89%, em Santa Adélia, onde se verificou o maior percentual e 4,31% em Pindorama, onde houve o menor percentual.

Tais dados apresentam-se interessantes, porque a maior cidade, em termos demográficos é exatamente Santa Adélia (13.451 habitantes, Censo Demográfico, 2000), apesar de apresentar a menor taxa de população urbana (89,75%). Ou seja, apesar de ser a cidade com maior número de habitantes, foi a que apresentou menor número de respostas afirmativas, havendo, portanto, certa contradição.

Salientamos que Santa Adélia foi a segunda cidade em que mais pessoas declararam residir na área urbana do município antes de se mudarem para o conjunto habitacional (acima de 70%), além de ser, em relação à região pesquisada, o primeiro a ser emancipado (em 1916, anteriormente, inclusive à Catanduva, emancipada em 1917). No decorrer do processo histórico, os habitantes assistiram progressivamente à perda de seus papéis e, portanto, de sua influência frente a outras cidades da região, principalmente Catanduva. Em 1940, a população do município era de 12.834, após seis décadas o total é de 13.451 habitantes, ainda que sua população urbana tenha se ampliado, o que é um indicativo de que para parcela de moradores ela tenha “parado no tempo”, deixado, ao longo do curso, de poder ser considerada como “cidade”. Entre as cinco cidades pesquisadas é a sede do município em que se verifica também maior concentração fundiária (em termos da área ocupada pelos estabelecimentos acima de 500 hectares), portanto, também poder político e econômico nas mãos de poucos.

Tabela 50 – Representação da cidade onde reside

Categorias	Ariranha (134)		Catiguá (114)		Palmares Paulista (223)		Pindorama (232)		Santa Adélia (143)		Total (846)	
	Nº.	%	Nº.	%	Nº.	%	Nº.	%	Nº.	%	Nº.	%
Sim	28	28.57	22	31.43	37	25.87	66	36.66	26	35.61	179	31.74
	32	32.65	22	31.43	61	42.66	73	40.56	21	28.77	209	37.06
	37	37.76	23	32.86	35	24.48	36	20.00	20	27.40	151	26.77
	1	1.02	3	4.28	10	6.99	5	2.78	6	8.22	25	4.43
Total	98	73.14	70	61.40	143	64.12	180	77.58	73	51.05	564	66.66
Não												
	8	27.59	14	40.00	16	28.57	7	18.42	19	35.85	64	30.33
	20	68.96	21	60.00	38	67.86	29	76.32	33	62.26	141	66.82
	1	3.45	-	-	2	3.57	2	5.26	1	1.89	6	2.84
Total	29	21.64	35	30.70	56	25.11	38	16.39	53	37.06	211	24.94
+ ou -												
	6	85.71	5	55.56	18	90.00	8	80.00	15	88.23	52	82.54
	1	14.29	4	44.44	2	10.00	2	20.00	2	11.77	11	17.46
Total	7	5.22	9	7.89	20	8.98	10	4.31	17	11.89	63	7.45
	-	-	-	-	4	1.79	4	1.72	-	-	8	0.95
Total	134	100	114	100.00	223	100	232	100.00	143	100	846	100.00

Fonte: Pesquisa de campo.

LEGENDA	
SIM	
	Razões de ordem pessoal e afetiva
	Aspectos relativos ao tamanho da cidade
	Aspectos relativos aos papéis da cidade
	É cidade, mas não sabe dizer porque
NÃO	
	Aspectos relativos aos papéis da cidade
	Aspectos relativos ao tamanho da cidade
	Não é cidade, mas não sabe dizer porque
MAIS OU MENOS CIDADE	
	Aspectos relativos ao tamanho da cidade
	Aspectos relativos aos papéis da cidade
NÃO RESPONDEU	
	Não respondeu

Por outro lado, Pindorama, a segunda maior cidade em relação ao número de habitantes (13.103, com taxa de população urbana de 92,21%)⁶¹, obteve o maior número de respostas nesse item (“sim” no quesito “aspectos relativos ao tamanho da cidade”), com 77,58%. Pensamos que outros aspectos, além do número de habitantes, colaboram decisivamente para esta concepção: sua maior proximidade à Catanduva, bem como facilidades para o deslocamento via transporte público (inclusive com menores intervalos de tempo); decorrendo disso é possível afirmar que há um maior acesso aos serviços oferecidos em Catanduva, além de permitir que parcela dos habitantes tenha maiores chances de trabalhar nesta cidade; o fato da cidade, especialmente sua área central, ser bastante cuidada; e de sua paisagem revelar-se mais “urbana”, pois é a única que tem um edifício, de vários pavimentos, na área central⁶².

Vemos que a maioria dos habitantes reconhece Catiguá como uma cidade (61,40%). Dos que a reconhecem deste modo, há uma distribuição quase igual entre os que se referem a aspectos associados aos papéis desempenhados pela cidade, com pequeno predomínio sobre os demais (32,86%), e os que citaram razões de ordem pessoal e afetiva e em relação ao tamanho da cidade (ambos com 31,43%).

Para 30,70%, não cabe a denominação de cidade:

É, apesar de ser um município, mas... não considero... [cidade] **Para ser cidade precisa muita coisa ainda. Precisa de indústria, hospital, serviço para o povo que tá sofrido já... Só COHAB, COHAB, COHAB e não tem serviço...** (morador de Catiguá, grifos nossos).

Este desabafo feito por um morador revela seu estranhamento em relação ao fato de a cidade ter investimentos na produção de conjuntos habitacionais financiados com recursos públicos, mas não contar com incremento em atividades econômicas, que pudessem representar mais trabalho e emprego para os habitantes (“serviço”, na expressão utilizada), obrigando-os a sair de Catiguá para conseguir trabalho. Além disso, reclama da inexistência de hospital para atendimento à população, que, nos casos mais graves, ou necessitando de um

⁶¹ Apresentamos os dados dos demais municípios: Ariranha (7.478 habitantes, taxa de população urbana: 92,06%); Catiguá (6.559 habitantes, taxa de população urbana: 90,24%); Palmares Paulista (8.437 habitantes, taxa de população urbana: 96,08%); Santa Adélia (13.451 habitantes, taxa de população urbana: 89,75%).

⁶² Ainda que partamos de uma avaliação subjetiva, julgamos importante destacar que as cidades que apresentam uma paisagem urbana mais “precária” são Catiguá, Palmares Paulista e Santa Adélia.

especialista, precisa se dirigir a outra cidade, melhor equipada. Parece, portanto, uma tentativa de entender o porquê da produção de tantas unidades habitacionais em lugares que não oferecem perspectivas de trabalho aos seus moradores.

A moradia (COHAB) na fala deste entrevistado, constitui-se em elemento de fixação de moradores nas pequenas cidades da região, pois, de certo modo, acaba também mantendo-o (ou aprisionando-o?) num lugar que pouco oferece em termos de trabalho, renda, lazer, acesso à saúde, colocando limites expressivos em sua mobilidade social e espacial. Revela-se, assim, um paradoxo, pois se, de um lado, a casa própria, ainda que financiada, representa uma conquista e uma garantia para períodos de desemprego, por outro lado, fixa o morador num espaço que tem sua reprodução social grandemente influenciada pelo capital agroindustrial, que limita, inclusive, conforme já mencionado, a própria expansão da cidade.

Destaca-se que entre os que não reconhecem os núcleos urbanos onde habitam como cidade, um maior peso em relação aos que se detém no seu tamanho, considerando-a muito pequena (60%); para 40% o não reconhecimento deve-se às poucas atividades econômicas localizadas no município, como no exemplo acima. O “povo que tá sofrido”, manifesta tanto um descontentamento do morador em relação aos serviços oferecidos na cidade (“precisa muita coisa ainda”), especialmente em relação ao atendimento oferecido à saúde, como a ausência de trabalho e de salários mais dignos para parcela dos moradores em certos períodos, em razão da entressafra e das dificuldades enfrentadas pela população para garantir sua reprodução com dignidade⁶³.

Em outra fala, uma moradora foi ainda mais enfática:

Não, não sei te explicar, mas eu acho que não é [cidade]. Eu não sei se tem coisa pior do que isso aqui, porque eu só morei aqui e em São Paulo. Aqui poderia ser considerado um bairro de Catanduva, que tudo o que você precisa tem que ir lá. (moradora de Catiguá, grifos nossos).

De fato, parte de Catiguá já foi distrito de Catanduva e sua emancipação não representou, efetivamente, maior autonomia dos moradores em relação a essa cidade. Outros ainda reconhecem, em Catiguá, uma dubiedade ao caracterizar esse

⁶³ Quando estivemos entrevistando o Prefeito de Catiguá, no período em que aguardamos o atendimento, percebemos que muitas pessoas, que aguardavam também para serem ouvidas, vinham solicitar ajuda financeira, para pagamento de contas (água, energia) e também de cestas básicas. Nos demais municípios, isso também foi percebido e comentado pelos entrevistados.

espaço, com 7,90% dos entrevistados, identificando traços rurais e urbanos ao mesmo tempo.

Em Santa Adélia, 51,05% dos moradores dos conjuntos habitacionais asseguraram que a consideram cidade. Chama-nos a atenção o fato de que os que assim a identificaram (35,61%) enumeraram razões de ordem pessoal e afetiva como componente essencial e não justificaram suas opiniões, como poderia se esperar, pela presença de atividades ligadas às funções urbanas existentes.

Trata-se de moradores que afirmaram que por gostarem do lugar, por terem residência, amigos, família ou por terem nascido ali, não poderiam “desconsiderar” a cidade. A avaliação feita a partir dos papéis que apresenta ficou na terceira posição (com 27,40%), atrás dos que ressaltaram o tamanho do aglomerado para considerá-la cidade (28,77% das respostas). A excessiva dependência de um único setor de atividades compareceu em muitas das respostas formuladas, como neste exemplo:

Sim, mas apesar dos anos [da idade] da cidade é pouco desenvolvida. **Se não for a cana a cidade pára.** (moradora de Santa Adélia, grifos nossos).

Entre aqueles que não a reconhecem como cidade (37,06%), por exemplo Catiguá, predominam os que fizeram referência ao seu pequeno tamanho (62,26%). Os que se reportaram a uma indefinição sobre a identidade do lugar, 88,23% detiveram-se em compará-la a outras cidades, que apresentam maior tamanho.

Mais ou menos. **É mais uma vila.** Médico não tem, as coisas são caras... **tudo precisa ir para Catanduva...** (morador de Santa Adélia, grifos nossos).

Vemos que em Ariranha a maioria dos habitantes (73,14%) a reconhece como cidade; para 37,76%, os aspectos relativos aos seus papéis são os que a caracterizam desse modo, em segundo lugar aparece os que a avaliaram a partir do seu tamanho (32,65%). Os que não a consideram como cidade representam 21,64% sendo que destes 68,96% fizeram referência ao seu pequeno tamanho para assim caracterizá-la, porém também houve os que se detiveram na análise de seus inexpressivos papéis urbanos, como neste exemplo:

Ah, não... [não é cidade] Não é completa. **Já foi completa, hoje não é mais...** (moradora de Ariranha, grifos nossos).

Essa fala reforça nossa afirmação de que, no passado, com as dificuldades representadas pelo custo e tempo empregado nos deslocamentos, as pequenas cidades efetivamente desempenhavam papel de localidade central para o seu entorno, e a maior integração na rede urbana, se por um lado significou e significa a diminuição de relações hierárquicas, por outro representou e representa a diminuição de seus papéis, com Catanduva reforçando a polarização sobre a região.

Para 64,12% dos moradores entrevistados nos conjuntos habitacionais, Palmares Paulista é considerada uma cidade, sendo que o tamanho da cidade foi o principal elemento destacado (com 42,66% das respostas), os papéis que a cidade apresenta foram citados por 24,48%, atrás dos que a avaliaram a partir de razões de ordem pessoal e afetiva (25,87%).

Nós tem que considerar... porque é onde a gente tá vivendo, **não é completa mas é uma cidade...** (moradora de Palmares Paulista, grifos nossos).

Para 25,11% dos moradores entrevistados, em Palmares Paulista, não se pode considerá-la cidade, com a maioria expressiva fazendo referência ao seu pequeno tamanho para assim avaliá-la (67,86%). Temos um exemplo que além de compará-la ao campo, faz referência à ausência de papéis, no caso, principalmente do lazer, para dar a resposta:

Aqui para mim **nem é cidade, é roça...** Nem tem divertimento, nem nada e quando tem, não presta. (morador de Palmares Paulista, grifos nossos).

Em 8,98% das respostas dos moradores de Palmares Paulista, consideram haver elementos dúbios, identificando como “mais ou menos” cidade, “meio cidade”.

Pindorama é cidade para 77,58% dos moradores dos conjuntos habitacionais pesquisados, sendo que a maioria se referiu ao seu tamanho para assim justificar a resposta (40,56%), os que disseram assim considerá-la levando em conta os papéis que desempenha representou somente 20% das respostas. Vejamos um exemplo de resposta de um morador:

Considero cidade. As coisas que a gente precisa, **pra classe baixa, tem tudo.** (moradora de Pindorama, grifos nossos).

Fica implícita, nesta idéia, o fato da pequena cidade ter um papel importante a cumprir, servir como *locus* de reprodução social para os segmentos de menos poder aquisitivo (“classe baixa”). Apresenta, portanto, aquilo que os moradores podem efetivamente consumir e o que é de consumo mais freqüente (bens e serviços). No que se refere ao que a demanda é menor ou menos freqüente, somente, será encontrado em cidades de maior porte e papéis mais complexos, a exemplo de Catanduva.

Foi a que apresentou menor índice dos que não consideraram o lugar em que residem como cidade (16,39%), destacando os aspectos relativos ao seu tamanho (76,32%) em sua avaliação. Porém, houve também casos de moradores que negaram a cidade de forma bastante incisiva, como nestes exemplos:

Não considero. **Considero aqui o ‘fim do mundo’** (morador de Pindorama, grifos nossos).

Cidade é um lugar em que se pode trabalhar e estudar sem ter que sair. Então, não é [cidade]. Aqui só é bom pra dormir. (moradora de Pindorama, grifos nossos).

Na segunda fala, fica implícita a associação com a expressão “cidade-dormitório” e reforça-se que os papéis desempenhados por uma cidade são elementos essenciais pelos quais se pode identificá-la.

Em termos gerais, para o conjunto dos municípios em que a pesquisa se verticalizou, 66,66% dos moradores dos conjuntos habitacionais identificam o lugar em que residem como cidade, com 37,06% das respostas afirmativas referindo-se, principalmente, ao tamanho do núcleo como elemento principal, seguida dos que elencaram razões de ordem pessoal e afetiva para assim designá-la. Reforçando as avaliações realizadas individualmente, para cada município, os aspectos relativos aos papéis da cidade ficaram na terceira posição, com 26,77% das respostas. A “fraqueza” da cidade é associada à ausência de papéis que as pequenas cidades efetivamente desempenham no conjunto da rede urbana. A fala a seguir é um dos exemplos das respostas que obtivemos nesta categoria:

É [cidade]. Pequena, fraca... Para uma cidade mesmo tá meio devagar... Por exemplo, na área de saúde, só faz consulta, exame... uma consulta mais séria necessita sair daqui... Tem usina, engenho, então deveria ter mais coisa, ser mais organizada, não tem lazer... (moradora de Palmares Paulista, grifos nossos).

Entre os que não consideram cidade o lugar em que residem (24,94% do total), é especialmente o tamanho do núcleo que tem influência decisiva (66,82%), comparando os núcleos onde habitam com cidades de maior porte. Para 30,33%, os aspectos relativos aos papéis da cidade foram ressaltados, fazendo referências à dependência das pequenas cidades em relação às de maior porte, pelo fato daquelas serem muito semelhantes ao campo, ou seja, pelo fato de “faltar muita coisa nas cidades” em que residem, destacando-se a ausência de trabalho para os habitantes e de empresas que pudessem oferecer mais empregos e condições favoráveis ao desenvolvimento de um conjunto maior de papéis, evitando-se, dessa forma, que os moradores precisassem se deslocar para outras cidades. Foram muitos os que compararam as cidades onde habitam a outras cidades para não reconhecê-la como tal:

Para mim é uma vila. **Para mim é uma vila bem mal cuidada.** Cidade é São Paulo, cidade grande... (moradora de Santa Adélia, grifos nossos).

Para 7,45% há uma dubiedade em relação à cidade em que residem, sendo que destes, 82,54% também relacionaram tal fato ao seu tamanho, comparando-a com cidades maiores, 17,46% fizeram referência à ausência de papéis salientando a falta de trabalho e empresas.

Tais dados reforçam a coerência da amostragem, tendo em vista que as questões, apesar de “abertas” e, por isso, permitirem ao entrevistado opinar livremente sobre o que considera cidade, apresentarem um mesmo padrão nas respostas dadas, ou seja, as concepções acerca do que pode caracterizar uma cidade, apresentaram uma linha bastante similar de raciocínio dos que ocupam estes espaços, ainda que tenha sido necessária a categorização dessas para a tabulação dos dados.

Podemos verificar que, nos municípios pesquisados, a referência a uma gama de características e papéis identificados com o urbano (presença de conjunto de meios de consumo coletivos; comércio, administração pública, lazer, trabalho, igrejas, população adensada, por ser diferente do campo e também por apresentar barulho, agitação, movimento), apresentou, para os moradores, menor importância que o seu tamanho.

Isto pode nos indicar que, devido ao fato de que, essas cidades, só desempenham papéis básicos ou pouco expressivos este elemento foi menos considerado, inclusive, que os de ordem pessoal e afetiva, privilegiados para responder à questão.

Assim, as razões de ordem pessoal e afetiva constituíram a segunda categoria que mais compareceu nas respostas, referindo-se aos que concebem a cidade a partir de sua experiência concreta e da forma como vêem a cidade em que moram, ou seja, forneceram um “retrato” de sua cidade, e nesse caso, efetivamente, os moradores partiram do “vivido”, da realidade objetiva em que estão inseridos e da identidade que estabelecerem com o lugar. Aqui, foram agrupadas desde respostas que ressaltaram ser cidade o lugar onde moram, porque gostam, por “ser boa”, por ter tranquilidade, por ser onde nasceram e cresceram, e pela presença de amigos e familiares. Podemos exemplificar esse ponto de vista com a fala deste morador⁶⁴:

Considero. **Porque me considero cidadão, eu vivo nela, eu vivo dela... onde eu faço tudo...** Eu me sinto cidadão, exerço o meu direito de cidadão. (morador de Pindorama, grifos nossos).

Em relação à resposta afirmativa (é cidade), podemos verificar que, para três dos municípios pesquisados, o maior percentual aparece na categoria que faz referência ao tamanho (“aspectos relativos ao tamanho da cidade”) o que, por sua vez, implica numa gama de características identificadas com o urbano: população adensada, barulho, agitação, movimento, indicando, por sua vez, implicitamente, na presença de conjunto de meios de consumo coletivos.

Em seguida, foram destacadas “razões de ordem pessoal e afetiva” para assim “considerá-la”, indicativo de que deveriam “prezar” o lugar em que vivem: porque “é nascido” ali, “porque gosta/vive na cidade”, “porque aqui nasceram os filhos”.

A categoria que faz referência a aspectos relativos aos papéis da cidade, tais como: presença de comércio, lazer, trabalho, igrejas, etc., ou seja, na qual os moradores citaram um conjunto de papéis que justificam um lugar ser considerado cidade, aparece somente na terceira posição.

As respostas dadas não foram homogêneas, alguns destacaram certas

⁶⁴ Sua fala também é interessante porque apesar de dizer que “vive dela” este morador trabalha em outra cidade (no caso, em Catiguá).

características e papéis, outros enumerando apenas um aspecto, mas que, em seu entendimento, era importante para que um núcleo pudesse ser considerado como uma cidade.

Consideramos que isto representa o fato das cidades em que habitam apresentarem um conjunto bastante restrito de papéis considerados “urbanos”, e por isso aparecerem em menor número nas respostas formuladas, confirmando também as respostas fornecidas à questão “o que você considera cidade?”. Ou seja, acabam não fazendo parte do seu cotidiano, limitado ao essencial e ao básico, mesmo porque, para ter acesso a determinados papéis, um padrão de renda é requisito obrigatório e, como vimos, a maior parcela apresenta renda limitada, além, do nível cultural e de escolaridade dos moradores, que não é elevado, aspectos esses que permitem tão somente a sua reprodução.

Nos questionários aplicados anotamos a fala dos moradores nas questões abertas, algumas se destacam e contribuem para melhor entendermos alguns dos significados e representações que concebem da cidade em que residem e de cidade, em termos genéricos.

Em algumas falas comparece a negação do lugar enquanto cidade, tendo em vista não ser contemplado um conjunto de papéis que permita uma maior possibilidade de escolha para os habitantes, que possibilitasse não haver a necessidade de se deslocar para buscar em outra cidade aquilo que está ausente ou considera insuficiente e/ou precário na sua. A fala a seguir explicita a dificuldade representada pelas poucas oportunidades de trabalho, além de fazer referência ao predomínio do setor agroindustrial na economia da região:

Não acho, não. Porque sei lá... Cidade tem que ter mais coisa para o povo, fábrica, firma... O povo tem que sair fora para trabalhar... Hospital não tem, faculdade para o povo desenvolver mais não tem... tem que sair fora quando precisa. **O povo daqui depende das usinas, acaba a safra fica aquela miséria, o povo só ganha para comer...** (morador de Catiguá, grifos nossos).

Essa visão compareceu tanto na fala dos moradores dos conjuntos habitacionais, quanto na dos prefeitos e sindicalistas entrevistados. A idéia de a economia da região ser controlada pelo setor agroindustrial, especialmente o sucroalcooleiro, é perceptível, bem como a ausência de outras oportunidades de trabalho que tem relação à especialização regional, derivada da divisão territorial do trabalho. Uma maior diversificação da economia regional, especialmente se

localizada nas pequenas cidades, necessariamente implicaria no crescimento do número de papéis desempenhados por elas e diminuiria a dependência praticamente de um único setor de atividades. O controle de grande parcela da área rural dos municípios pela cultura da cana-de-açúcar dificulta, se não impede, outras possibilidades econômicas para a região, que também necessitassem de terras para se viabilizar.

Tal domínio econômico também se “metamorfoseia” em controle político, muitas vezes com a presença efetiva de usineiros e fazendeiros, ou daqueles que são por eles apoiados, na cena política local e regional. Esta idéia esta presente na reflexão de Silva (1999):

O controle do poder local pela usina e fazendeiros é uma forma de dificultar a organização política dos trabalhadores rurais. É também uma forma de atrelá-los à condição de ‘bóias-frias’, na medida em que indústrias são impedidas de se instalarem em muitas destas cidades. (p.239).

Ainda que os dados tenham apontado que a maioria dos moradores considera residir em cidades, estes revelam que uma parte expressiva demonstra estranhamento⁶⁵ em relação a este espaço, identificando que tais lugares não apresentam, atualmente, um conjunto de elementos expressivos que possam defini-lo, de fato, como urbano.

Tal estranhamento é resultado direto das contradições no modo como efetivou-se a reprodução do espaço e portanto, como se processa a reprodução social nestes lugares, combinando, por um lado, a concentração fundiária, de poder e de capital, representada pelas agroindústrias localizadas na região, por outro lado representando a possibilidade de moradia urbana para a força de trabalho que aí habita.

A morfologia espacial constituída é assim produto, meio e condição da morfologia social – que resulta tanto da estrutura demográfica quanto da estrutura social, econômica, política - presente nestes municípios. Transitar cotidianamente por espaços com características rurais e urbanas, produz nos referenciais e representações construídas dos habitantes um desencontro, daí que muitos denominaram o lugar como “meio cidade”, “mais ou menos cidade”, ou seja, revelam

⁶⁵ Essa discussão é baseada em Carlos, A. F. A., *Espaço-tempo na metrópole*, 2001, p.328-364.

a tentativa de compreender, de alguma forma, a dicotomia que caracteriza seu lugar de residência, o lugar em que habitam.

Caso a questão fosse formulada para moradores de cidades que, além de seu tamanho, apresentassem papéis expressivos que a qualificassem como, de fato, espaços urbanos consolidados, muito provavelmente as respostas afirmativas apresentariam percentuais bem mais elevados. Tal indefinição revela, em grande parte, que o fato da ocupação principal de uma parcela expressiva da população economicamente ativa estar vinculada principalmente à agricultura e à agroindústria tem um grande peso no reconhecimento/estranhamento do espaço urbano.

Em razão dos baixos rendimentos característicos dos trabalhadores do setor, combinado ao pequeno tamanho da população residente nos pequenos municípios, não há a possibilidade de atrair atividades econômicas comerciais e de serviços que, efetivamente, permitissem certa remuneração aos investimentos que fossem feitos.

As pequenas cidades não estão desarticuladas de um plano mais amplo - o da constituição do espaço urbano como um todo. Assim, inscrevem-se na paisagem como parte da totalidade, compondo, se articulando e sendo articuladas pela rede urbana.

O modo de integração na rede urbana se faz de forma diferenciada, pelos diferentes papéis que lhe são determinados e, ao mesmo tempo, também as determinam, no bojo de uma determinada formação econômico-social e espacial específica.

Os papéis urbanos que desempenham decorrem, portanto, de uma estruturação mais ampla, referendada pela divisão técnica, social e territorial do trabalho no âmbito da rede urbana. Por tal razão, deve-se pensar em seus papéis em termos de um processo dinâmico, que se encontra continuamente em movimento e constituição.

Por este motivo, quando se observam as pequenas cidades estudadas, se não as tomamos como parte de um processo mais amplo da urbanização, a sensação é de estranhamento.

Isto se traduz porque sua paisagem apresenta-se dúbia, não se define claramente, no sentido de que a separação campo-cidade observada em cidades de maiores dimensões é mais nítida. Ainda que haja certa concentração de bens, serviços, comércio básico, moradias, etc., há, ao mesmo tempo, uma visão da

dispersão provocada pelo fato de serem cercadas pelo campo, onde, atravessando-se uma rua, já se está no domínio da produção agrícola.

A morfologia é marcada pelo tênue contraste urbano-rural. O que significa dizer que quando observamos o entorno imediato do tecido urbano o rural/agrícola se manifesta enquanto continuidade da pequena cidade.

Daí a necessidade de reforçar, na análise, não seu entendimento descontextualizado, mas articulado a um espaço mais amplo, sendo seus papéis definidos pela divisão territorial do trabalho e, portanto, na sua articulação à rede urbana.

As pequenas cidades, a partir das redes, estão articuladas a escalas diferenciadas que vão do local – se pensamos na dimensão do lugar no interior do tecido urbano, do espaço da moradia, do bairro, da rua, etc. – ao mundial – se consideramos que produzem mercadorias que são consumidas em outros países (caso especialmente do açúcar) e mesmo ao próprio caráter mundial da urbanização e da constituição da sociedade urbana (LEFEBVRE, 1999).

Carlos (1994) nos auxilia a tornar a reflexão mais clara:

O papel e o lugar de cada 'parcela do espaço' em relação à totalidade considerada terá sua articulação e conseqüente importância de acordo com a determinação dentro do processo de produção espacial global, a partir da divisão do trabalho, o que implicará necessariamente uma hierarquia espacial (onde cada uma desempenhará um papel específico quanto à produção, distribuição e apropriação do excedente gerado no espaço global), como processo de acumulação do capital. No cerne da questão está o fato de que o processo de produção espacial é um processo desigual. (p.39-40).

Ao mesmo tempo, a ausência de oportunidades ligadas à educação, como escolas técnicas, faculdades e cursos, também acaba por dificultar a uma parcela dos moradores, especialmente os de menor renda, oportunidade para procurar emprego em outros setores, mesmo que fosse em outras cidades da região. Há o estabelecimento de um "círculo vicioso", na medida em que grande parte desses não pode continuar os estudos ou não considera isso viável, ou ainda, na cidade em que residem não conseguirão inserir-se no mercado de trabalho, em virtude das atividades limitadas que estão aí localizadas. Isto acaba se refletindo nos baixos salários que a expressiva maioria recebe, indicativa da intensa exploração do trabalho.

Mesmo quando o habitante consegue, na maioria das vezes, à custa de muito sacrifício, qualificar-se minimamente para outra atividade, o fato de residir nas pequenas cidades coloca entraves na busca de um trabalho mais condizente com sua capacitação, em razão dos custos de deslocamento, da não existência de grande número de postos de trabalho em certas atividades, da exigência de maior escolaridade, entre outros. Por exemplo, em algumas casos, os entrevistados diziam que um filho, apesar de ter conseguido concluir o ensino médio, por não encontrar trabalho, teve de se submeter ao corte da cana ou a outros trabalhos pouco qualificados, que em tese exigiriam menor nível de escolaridade, tendo em vista não requererem “especialização”, para contribuir com o orçamento familiar. A fala dessa moradora exemplifica tal situação:

O mais difícil aqui é emprego. O meu filho tem curso de computação e teve que trabalhar (aplicando) com veneno na cana. (moradora de Ariranha).

Assim, sentimos, não poucas vezes, na fala de muitos moradores uma “desesperança” grande em relação ao futuro, como nas palavras de uma delas que trabalhava há alguns anos no corte de cana, residindo em frente a uma plantação, que afirmou que sempre que abria a janela pela manhã e olhava o canavial, sabia que, quando a planta crescesse, seria necessário colhê-la e ela teria de cortar cana para continuar a sobreviver naquela cidade.

Alguns moradores manifestaram um entendimento de que o predomínio de um setor de atividades no município, acaba sendo decisivo para a ausência de outras atividades, portanto, outros papéis que a cidade possa vir a desempenhar, praticamente obrigando a expressiva maioria da população, pouco qualificada e com baixa escolaridade, à procura de trabalho neste setor.

É, para nós que vivemos aqui, ela é (cidade). Aqui só falta a estrutura industrial que não existe... Você vê... as usinas são tudo de Catanduva, as firmas grandes são de Catanduva, **as usinas não deixam instalar outras empresas**. A Cargill não veio para Catiguá porque não deram o terreno... **o problema é terra, mesmo. Aqui é tudo cercado de cana, não tem como a cidade crescer**. (morador de Catiguá, grifos nossos)⁶⁶.

⁶⁶ Segundo este morador a empresa Cargill procurou o prefeito municipal que, na época, não fez “força” para a vinda da empresa para o município, pois este tinha ligações com os usineiros da região.

Ao ser questionado sobre o que considerava uma cidade outro morador foi enfático:

Uma cidade é a que tem todos os recursos, hospitais, médicos, especialistas, laboratórios, essas coisas, assim como Catanduva. **Quando eu trabalhava na usina eu e os colegas consideravam (sic) Catiguá como colônia da usina. A usina faz o que quiser aqui, o povo daqui tem o 'rabo preso'. É um grande problema, a usina faz o que quer e ninguém pode falar nada, porque precisa do serviço. Se um dia essas usinas fecharem as portas acabou Catiguá, acaba a cidade.** (morador de Catiguá, grifos nossos).

Outra entrevistada resumiu assim a situação:

Ela é uma cidade. A única coisa é que não tem emprego mesmo, aqui tá muito explorado. Como não tem emprego, pagam pouco, principalmente, empregada doméstica é bem explorada... (moradora de Ariranha, grifos nossos).

Em outra fala interessante, a moradora ressaltou que para a mulher, a situação é ainda mais difícil, pois praticamente inexistente trabalho para elas (mulheres). O trabalho no setor agroindustrial, principalmente nas atividades ligadas à colheita, é um serviço que exige grande força física, é "penoso". Sem contar a dupla jornada enfrentada pelas mulheres, que também têm que dar conta das atividades ligadas ao cuidado com os filhos e à casa:

Para ser cidade precisa ter serviço para a mulher, lugar pra você ir, onde levar os filhos... [lazer] Aqui se a mulher precisar ajudar o marido tem que enfrentar roça, não tem outro serviço... Esse ano eu acho que vou ter que ir pra roça... (moradora de Palmares Paulista, grifos nossos).

Em razão dos baixos salários percebidos, muitas mulheres têm também que colaborar no orçamento, sendo sua contribuição fundamental na reprodução da família. Apesar disso, nos últimos anos tem havido uma diminuição no número de trabalhadoras empregadas no corte da cana.

Questionado sobre o emprego de trabalhadoras no corte da cana no município de Ariranha, o entrevistado fez a seguinte observação sobre a mecanização do corte e dificuldade atual das mulheres em conseguir emprego no setor sucroalcooleiro:

Outros dois moradores também fizeram menção ao fato. A empresa foi instalada no município de Uchôa.

Então... e por que? Porque a mulher fica menstruada, a mulher tem filho, a mulher tem isso, tem casos na roça com outros trabalhadores... Então você percebe a má vontade daqui, já dos próprios usineiros, ou sei lá... Eles não querem saber de problema, você viu? Então se eles comprarem essa máquina e não tiverem mais problemas... (Elsio Arlindo Villa – Prefeitura de Ariranha).

O Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Catanduva assim opinou sobre a questão do trabalho feminino no setor:

[...] A cada seis dias descansa um, então nem sempre acontece do domingo, cair em folga. E as mulheres não querem ir, é claro. Elas trabalham, já faz dupla jornada, trabalha na roça, trabalha em casa, chega no final de semana é claro que ela quer cuidar da casa dela, fazem uma faxina, querem ver os seus filhos. E acaba não acontecendo isso, então tem ainda uma discriminação com essas mulheres. Nem todas as empresas, mas 90% das empresas, eles fazem... dão preferência muito para os homens. Se é mulher, que já tem vários anos trabalhando com eles, então eles contratam. Mas assim, hoje mulheres novas para contratar já dão mais trabalho, já não conseguem mais pegar o trabalho no corte de cana. Na verdade esse é o problema da cidadã brasileira, elas precisam chegar mais cedo, elas precisam descansar final de semana. Normalmente final de semana a gente põe para 4 horas a jornada de trabalho. Ela tem que chegar em casa tipo onze horas no sábado, no domingo... não ir trabalhar. Ela tem que... ela... normalmente as mulheres que fazem compra no mercado. Elas reclamam, tá certo, é o direito delas. E as empresas não gostam disso. As empresas querem homem, de preferência de outros estados. Diminuindo ainda mais... (as oportunidades de trabalho para a mulher no setor) Hoje as mulheres... se têm, são mulheres de vários anos que vivem cortando cana, se pegar uma pessoa hoje que não cortou cana ainda... que quer entrar no ramo de corte de cana... mulher, vai ser raramente contratada. (Walter Hipólito – Presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Catanduva).

Portanto, questões relativas especificamente às mulheres, como gravidez, direito das trabalhadoras à licença-maternidade, cuidado com os filhos, com a casa, bem como a introdução das máquinas-cortadoras de cana que tem aumentado nos últimos anos, tem tornado mais difícil a inserção da mulher no setor. A seletividade maior ocorre em virtude da modernização, representando, assim, uma ampliação da exclusão de trabalhadores que não são considerados “adequados”: os idosos, as mulheres, os que apresentam recorrentemente problemas de saúde – nesses três casos, os que manifestam uma “menor força física para o trabalho” e os que possuem baixo nível de escolaridade, tem sido preteridos pelo setor. Já os que obedecem melhor as ordens recebidas, ou seja, os que não causam “problemas” na esfera da produção e que, portanto, não comprometam a reprodução ampliada do

capital, são os que ainda têm a perspectiva de encontrar trabalho, enquanto não se amplia a substituição do homem pela maquinaria⁶⁷.

As representações, feitas pelos moradores dos conjuntos habitacionais permitem, assim, apreender um pouco do significado que evocam as pequenas cidades em que vivem.

Em algumas das falas que selecionamos, notamos que a vivência cotidiana do espaço social (a dimensão do vivido) é o que permite captar como percebem o lugar em que vivem, onde tecem grande parte de suas relações e de como isso é revelado por suas concepções.

Muitas das concepções apresentadas denotam certo “estranhamento” em relação ao espaço no qual se inserem, pois, apesar da maioria ter expressado considerar habitar em cidades, muitos complementaram a informação, reforçando seu pequeno tamanho e a ausência de papéis urbanos.

Esse estranhamento é expressão direta do modo como se processou a urbanização na região, com a reprodução do espaço sendo redefinida pela nova forma de inserção das cidades na rede urbana, decorrência de mudanças na divisão territorial do trabalho.

Por esta razão é que, ao ser caracterizada a cidade, a presença de meios de consumo coletivos se sobressaiu na maioria das respostas e, em diversas das cidades, as razões afetivas tiveram maior peso na concepção produzida do que as que fizeram referência aos papéis desempenhados por elas.

Em algumas das falas, nota-se como as mudanças processadas ao longo do tempo foram percebidas pelos habitantes, como, por exemplo, na que ressaltou que a cidade “já foi completa, hoje não é mais”, ou seja, revelando que foram observadas as transformações sofridas na região e nas cidades onde vivem.

Cada habitante entrevistado permitiu captar as representações feitas sobre as pequenas cidades e que, ao mesmo tempo, em que revelam multiplicidade também são reveladoras de certa unidade, demonstrando, mesmo, os limites na apropriação desse espaço. Muitas das necessidades dos moradores (como saúde, educação, trabalho, comércio) exigem, para serem satisfeitas, seu deslocamento para outra cidade, porque, para retomar o que foi destacado por muitos, na pequena cidade

⁶⁷ Silva, M. A. de M., *Errantes do fim do século*, 1999, retrata essa questão. A autora destaca a utilização de mulheres nos chamados “Experimentos” das usinas, ocorrendo uma feminização em algumas atividades, como na denominada “descarte” (p. 171-199).

“ainda falta muita coisa” e “não tem tudo”.

Assim, ainda que somente os discursos captados nos questionários não permitam o total “desvendamento” das dinâmicas que estão subjacentes ao processo de urbanização de que essas cidades fazem parte, dão, entretanto, contribuição ao seu entendimento, na medida em que produzem uma reflexão e isso permite pensar sobre sua realidade e sobre a experiência de cidade deles. As representações construídas pelos habitantes revelam o contato concreto entre espaço e sujeito, permitindo também vislumbrar um entendimento do urbano.

No caso das pequenas cidades pesquisadas, a separação pouco nítida entre cidade e campo implica, por vezes, em representações em que ambos se manifestam na imagem que pretendem expressar, por isso, na fala de alguns, há as atribuições “bom” ou “ruim”, dados ora a um, ora a outro. A complexa relação cidade-campo, que na verdade não deve ser vista como dualidade, pois se complementam e não se negam, também faz parte das representações desses habitantes. Tal imprecisão é inerente ao espaço em que estão inseridos, uma realidade constituída pelo rural e o urbano de modo mais marcado que noutras cidades maiores e com papéis mais complexos dentro da divisão territorial do trabalho.

Assim, pensamos que os discursos elaborados, que foram sucintamente apresentados, contribuem para a análise e identificação dessas pequenas cidades, revelando como seus habitantes apreendem essa realidade e quais os caminhos que orientam sua compreensão. A produção dos discursos demonstra uma forma de entender a produção e a reprodução da cidade em um determinado tempo e lugar. Nesse contexto, não podemos negar a influência da penetração maciça da informação, a partir dos veículos de comunicação (rádio, televisão, jornais, revistas, Internet) que ocupam cada vez mais intensamente o cotidiano e que, também, sugestionam e perpassam as representações elaboradas.

As características enunciadas nas falas (tamanho, adensamento de pessoas, de prédios, meios de consumo coletivos, funções urbanas, as razões de ordem pessoal e afetivas) são “qualificações da cidade”, formas e conteúdos pelos quais os habitantes consideram poder desvendá-la, apreendê-la, traduzi-la e mesmo apropriar-se dela. As pequenas cidades, enquanto materialidade, e as representações elaboradas pelos habitantes, são, ambas, socialmente produzidas e, como tal, produto das relações sociais.

5.7. Os papéis urbanos precários ou ausentes nos pequenos municípios

Em relação às funções urbanas, é possível estabelecer uma distinção entre as atividades que servem, especialmente, à população urbana que habita a cidade de outras que possuem áreas de abrangência maiores, quando se considera as distâncias de onde se deslocam aqueles que vem atender suas demandas por bens e serviços. As atividades urbanas serão mais diversas quanto maior o nível de renda da população de uma cidade; por outro lado, cidades com o oferecimento de poucos bens e serviços, geralmente têm influência restrita.

As cidades maiores e mais diversificadas atraem as pessoas de uma área circundante maior, provocando a ocorrência do que alguns autores denominaram de “drenagem da renda das pequenas cidades”. É claro que não são “as cidades” que drenam as rendas, mas os capitais privados e públicos, dependendo de seus montantes, ao se espacializarem, escolhendo uma ou noutra localização, estabelecem alcance e limites diferenciados.

Pudemos verificar, por meio dos questionários aplicados, as atividades que os moradores dos conjuntos habitacionais realizam em outras cidades e os meios de que necessitam para realizar os deslocamentos que possibilitam o estabelecimento das relações entre as cidades pequenas e as maiores da região (Tabelas 51 a 55).

Tabela 51 – Ariranha: Atividades que realiza em outras cidades

	Realiza		Frequência					Nunca
	Sim	Não	Freqüentemente	Esporadicamente	Raramente	Difícilmente		
Escola Ens. Fundamental	0.75	99.25	0.75	-	-	-	-	99.25
Escola Ens. Médio	-	100	-	-	-	-	-	100
Ensino Superior	2.99	97.01	2.24	-	0.75	-	-	97.01
Cursos (técnicos/prof.)	5.97	94.03	2.99	-	2.24	-	-	94.03
Médicos	68.66	31.34	0.75	-	13.43	17.16	37.31	31.34
Hospitais	64.18	35.82	0.75	-	10.45	16.42	36.57	35.82
Laboratórios de análises	43.28	56.72	0.75	-	5.22	5.22	32.09	56.72
Dentistas	14.93	85.07	-	-	2.24	0.75	11.94	85.07
Outros profissionais de saúde	35.07	64.93	0.75	-	0.75	4.48	29.10	64.93
Lazer	37.31	62.69	5.97	-	11.94	8.21	11.19	62.69
Comércio	78.36	21.64	5.97	-	35.82	12.69	23.88	21.64
Transporte interurbano	97.01	2.99	14.18	-	41.04	24.63	17.16	2.99
Transporte interestadual	2.99	97.01	-	-	-	-	2.99	97.01
Trabalho	23.88	76.12	23.13	-	0.75	-	-	76.12
Sindicato	3.73	96.27	-	-	-	0.75	2.99	96.27
Instituições religiosas	5.97	94.03	-	-	-	0.75	1.49	94.03
Centro comunitário	0.75	99.25	-	-	0.75	-	-	99.25

Fonte: Pesquisa de campo.

Tabela 52 – Catiguá: Atividades que realiza em outras cidades

	Realiza		Frequência				
	Sim	Não	Freqüentemente	Esporadicamente	Raramente	Difícilmente	Nunca
Escola Ens. Fundamental	-	100	-	-	-	-	100
Escola Ens. Médio	0.88	99.12	0.88	-	-	-	99.12
Ensino Superior	2.63	97.37	2.63	-	-	-	97.37
Cursos (técnicos/prof.)	1.75	98.25	1.75	-	-	-	98.25
Médicos	95.61	4.39	-	12.28	21.05	62.28	4.39
Hospitais	93.86	6.14	-	5.26	7.89	80.70	6.14
Laboratórios de análises	71.05	28.95	-	2.63	5.26	64.04	28.07
Dentistas	42.98	57.02	-	1.75	-	41.23	57.02
Outros profissionais de saúde	66.67	33.33	-	-	2.63	64.04	33.33
Lazer	50.00	50.00	7.89	11.40	8.77	21.94	50.00
Comércio	90.35	9.65	0.88	58.77	12.28	18.42	9.65
Transporte interurbano	96.49	3.51	24.56	42.98	14.04	14.91	3.51
Transporte interestadual	5.26	94.74	-	-	-	5.26	94.74
Trabalho	77.19	22.81	76.31	0.88	-	-	22.81
Sindicato	44.74	55.26	-	-	2.63	42.11	55.26
Instituições religiosas	31.58	68.42	-	11.40	2.63	17.55	68.42
Centro comunitário	8.77	91.23	-	3.51	0.88	4.38	91.23

Fonte: Pesquisa de campo.

Tabela 53 – Palmares Paulista: Atividades que realiza em outras cidades

	Realiza		Frequência					Nunca
	Sim	Não	Freqüentemente	Esporadicamente	Raramente	Difícilmente		
Escola Ens. Fundamental	-	100	-	-	-	-	-	100
Escola Ens. Médio	0.45	99.55	0.45	-	-	-	-	99.55
Ensino Superior	0.90	99.10	0.90	-	-	-	-	99.10
Cursos (técnicos/prof.)	1.80	98.20	0.90	-	-	-	-	98.20
Médicos	78.48	21.52	-	0.45	18.83	0.45	0.45	55.61
Hospitais	78.03	21.97	-	2.25	3.58	72.20	55.61	21.52
Laboratórios de análises	53.36	46.64	-	0.45	1.79	51.12	46.64	21.97
Dentistas	11.66	88.34	-	0.45	0.90	10.31	88.34	46.64
Outros profissionais de saúde	37.22	62.78	-	0.45	0.45	36.32	62.78	88.34
Lazer	31.39	68.61	1.35	13.00	7.17	9.87	68.61	62.78
Comércio	85.20	14.80	2.69	34.98	25.56	21.97	14.80	68.61
Transporte interurbano	98.65	1.35	5.83	40.36	31.39	21.08	1.35	14.80
Transporte interestadual	6.28	93.72	-	-	-	6.28	93.72	1.35
Trabalho	50.67	49.33	50.22	0.45	-	-	49.33	93.72
Sindicato	5.83	94.17	-	-	-	5.83	94.17	49.33
Instituições religiosas	1.79	98.21	-	0.90	0.90	-	-	94.17
Centro comunitário	0.90	99.10	-	-	-	0.90	-	98.21
								99.100

Fonte: Pesquisa de campo.

Tabela 54 – Pindorama: Atividades que realiza em outras cidades

	Realiza		Frequência				
	Sim	Não	Freqüentemente	Esporadicamente	Raramente	Difícilmente	Nunca
Escola Ens. Fundamental	0.43	99.57	0.43	-	-	-	99.57
Escola Ens. Médio	-	100	-	-	-	-	100
Ensino Superior	0.86	99.14	0.86	-	-	-	99.14
Cursos (técnicos/prof.)	3.45	96.55	3.45	-	-	-	96.55
Médicos	68.97	31.03	-	4.31	21.55	43.10	31.03
Hospitais	72.84	27.16	-	2.15	11.21	59.48	27.16
Laboratórios de análises	47.84	52.16	-	2.15	4.74	41.81	52.16
Dentistas	10.34	89.66	-	-	1.29	9.05	89.66
Outros profissionais de saúde	19.83	80.17	-	-	1.72	18.10	80.17
Lazer	30.60	69.40	3.02	12.93	9.91	4.74	69.40
Comércio	78.45	21.55	3.45	32.33	27.15	15.52	21.55
Transporte interurbano	94.40	5.60	8.19	40.09	33.62	12.50	5.60
Transporte interestadual	3.45	96.55	-	-	-	3.45	96.55
Trabalho	30.60	69.40	30.60	-	-	-	69.40
Sindicato	7.76	92.24	-	-	0.86	6.90	92.24
Instituições religiosas	9.48	90.52	0.86	0.86	5.60	2.16	90.52
Centro comunitário	1.29	98.71	-	-	1.29	-	98.71

Fonte: Pesquisa de campo.

Tabela 55 – Santa Adélia: Atividades que realiza em outras cidades

	Realiza		Frequência					Nunca
	Sim	Não	Freqüentemente	Esporadicamente	Raramente	Difícilmente		
Escola Ens. Fundamental	-	100	-	-	-	-	-	100
Escola Ens. Médio	0.70	99.30	0.70	-	-	-	-	99.30
Ensino Superior	1.40	98.60	1.40	-	-	-	-	98.60
Cursos (técnicos/prof.)	1.40	98.60	1.40	-	-	-	-	98.60
Médicos	91.61	8.39	-	7.69	20.98	-	62.94	8.39
Hospitais	90.21	9.79	-	4.20	21.68	-	64.33	9.79
Laboratórios de análises	72.03	27.97	-	5.59	15.38	-	51.06	27.97
Dentistas	38.46	61.54	-	14.69	12.58	-	11.19	61.54
Outros profissionais de saúde	50.35	49.65	-	9.09	16.78	-	24.48	49.65
Lazer	22.38	77.62	-	8.39	3.50	-	6.99	77.62
Comércio	59.44	40.56	-	24.48	10.48	-	20.98	40.56
Transporte interurbano	96.50	3.50	-	44.06	25.17	-	17.48	3.50
Transporte interestadual	2.10	97.90	-	-	0.70	-	1.40	97.90
Trabalho	32.87	67.13	-	32.87	-	-	-	67.13
Sindicato	3.50	96.50	-	-	-	-	3.50	96.50
Instituições religiosas	5.60	94.40	-	0.70	1.40	-	1.40	94.40
Centro comunitário	0.70	99.30	-	-	-	-	0.70	99.30

Fonte: Pesquisa de campo.

Para o conjunto de todos os municípios, o transporte interurbano fica com índices superiores a 94% no tipo de transporte utilizado para deslocamento e realização de atividades em outras cidades. Isso porque para a realização de quaisquer atividades (atendimento à saúde, acesso ao comércio e a outros serviços), fora de seu município de origem, é essencial a utilização dessa forma de transporte, tendo em vista que os baixos rendimentos da maioria dos habitantes dos conjuntos habitacionais impedem a aquisição e uso de automóvel particular.

Temos Palmares Paulista com o maior índice de utilização desse serviço (98,65%) entre os domicílios em que se faz uso dessa forma de locomoção, Ariranha tem índice de 97,01%, Santa Adélia de 96,50%, Catiguá registra 96,49% e Pindorama 94,40%.

Temos Palmares Paulista com o maior índice de utilização desse serviço (98,65%) entre os domicílios em que se faz uso dessa forma de locomoção, Ariranha tem índice de 97,01%, Santa Adélia de 96,50%, Catiguá registra 96,49% e Pindorama 94,40%.

No que se refere às razões que geram os deslocamentos interurbanos, vários tipos de demandas foram observadas. Optamos por analisar as atividades realizadas pelos moradores de cada uma das cidades, de modo individual, para identificar as particularidades existentes.

O comércio constitui-se em uma das atividades mais buscadas em outras cidades, ou seja, os moradores afirmaram que consomem produtos em outros lugares. As pequenas cidades têm um comércio pouco expressivo, apresentando baixa diversidade de produtos, problemas na qualidade dos artigos ofertados e preços mais elevados.

Para três das cinco cidades pesquisadas, o comércio obteve maiores percentuais e aparece na primeira posição. Em Palmares Paulista em 85,20% das residências, os moradores afirmaram consumir em outra cidade, para Pindorama o índice foi de 78,45% e em Ariranha de 78,36%. Catiguá, ainda que esta atividade apareça na terceira posição, em termos individuais, o índice dos moradores que declarou consumir fora foi o maior de todos, 90,35%; em Santa Adélia 59,44% dos moradores alegaram que utilizam o comércio de outras cidades.

O comércio, para o conjunto das cidades que foram alvo da pesquisa, é predominantemente procurado em Catanduva, o maior índice aparece para Catiguá (97,09%) e o menor é verificado em Ariranha (90,48%).

Também se constitui numa das atividades que fazem com que os moradores mais se desloquem (freqüentemente e esporadicamente⁶⁸): o índice, somando-se essas duas categorias, fica acima de 67% em Catiguá, sendo que Pindorama, Palmares Paulista e Ariranha registram percentuais acima de 41%. A menor freqüência é de moradores de Santa Adélia (28%), pois a maior distância e tarifas no deslocamento têm relação com o fato.

Assim, grande parte dos moradores consome de forma regular em outra cidade, ou seja, buscam o comércio mais variado e com preços mais baixos.

É em Catanduva que se concentra a maior parte do comércio e oferecimento de bens e serviços necessários ao atendimento das demandas dos moradores das cidades pequenas, sendo a mais procurada por esses moradores, para o atendimento das mais diferentes funções, sendo também identificada pela expressiva maioria como a cidade mais importante da região.

Podemos observar, nas tabelas 51 a 55 que os serviços relacionados à saúde são bastante buscados fora da cidade de residência, indicativo das limitações ou ausências destes em algumas cidades.

Durante o trabalho de campo, verificamos que todas contavam com médicos que atendiam nos postos de saúde ou prontos-socorros das cidades⁶⁹. No caso de um problema de saúde ou doença específica, geralmente, é feita a indicação para a procura de um especialista e, nestas situações, é inevitável o deslocamento.

De fato, a procura por médicos fora de suas cidades de residência aparece na primeira posição para Catiguá (95,61%) e Santa Adélia (91,61%). Em Palmares Paulista (78,48%) e Ariranha (68,66%) esse serviço aparece como a segunda atividade mais procurada em outra cidade, já para Pindorama, aparece na terceira posição (68,97%).

Em termos das cidades procuradas para o atendimento médico, Catanduva é, também, a principal, com índice acima de 91%, o mais elevado percentual foi obtido

para Pindorama (98,09%). Esse resultado já era previsto, pois Catanduva constitui-se em importante centro médico na região noroeste do Estado de São Paulo,

⁶⁸ A categoria freqüentemente foi utilizada no caso da atividade “trabalho” como “diariamente”; para o caso das demais atividades representa ao menos uma vez por semana. A categoria esporadicamente foi utilizada para os que realizavam a atividade ao menos uma vez por mês.

⁶⁹ Geralmente clínico geral e ginecologista.

contando, inclusive, com Faculdade de Medicina.

Ainda dentro dos serviços de saúde, os equipamentos hospitalares colocam-se como importante causa dos fluxos de pessoas na região. Para as cidades de Catiguá (93,86%), Santa Adélia (90,21%) e Pindorama (72,84%), a procura por equipamento hospitalar, pelos habitantes dos conjuntos habitacionais, coloca-se como a segunda razão para deslocamentos. Em Palmares Paulista fica na terceira posição, mas seu percentual é elevado (78,48%); para Ariranha, o índice foi de 64,18%.

Conforme já fizemos referência, há equipamento hospitalar em Ariranha e Santa Adélia, no que se refere ao atendimento público, pelo SUS (Serviço Único de Saúde); no caso de Palmares Paulista, existe um hospital da Usina Catanduva, que faz atendimento dos funcionários e seus familiares⁷⁰. As diferenças nos índices vinculam-se a tais especificidades. Apesar de contar com hospital, Santa Adélia registrou elevado percentual de moradores que afirmou utilizar esse equipamento em outra cidade, o que indica que o atendimento hospitalar, o número de leitos ou a ausência de procedimentos de maior complexidade, especialmente nos casos que exigiam intervenções cirúrgicas mais modernas e sob a orientação e comando de especialistas, o que obriga os moradores a buscá-los em outra cidade.

Outra demanda verificada é referente aos laboratórios de análises clínicas. O maior índice foi verificado para a cidade de Santa Adélia (72,03%), ocupando nela a terceira atividade realizada em outra cidade. Outro dado que podemos ressaltar é que nas três primeiras posições das atividades que são realizadas fora de seu lugar de residência, em Santa Adélia, diferentemente das demais, todas são relativas a serviços de atendimento à saúde.

A categoria “outros profissionais de saúde” apresenta elevado demanda de Moradores das pequenas cidades, destacando-se o maior índice em Catiguá

(66,67%) e menor em Pindorama (19,83%). Para o conjunto dos cinco municípios, os que utilizam este serviço na cidade de Catanduva fica acima de 85% (menor em Ariranha, com 85% e maior em Catiguá, com 97%).

⁷⁰ Nas entrevistas realizadas com os moradores, constatamos que há um elevado índice de acidentes de trabalho na região, predominantemente vinculados à agricultura e agroindústria, o uso do facão no corte da cana-de-açúcar, bem como a ausência ou desgaste dos equipamentos de segurança utilizados pelos trabalhadores, constitui-se na principal causa.

Já para a categoria “dentista” o dado apresenta-se bastante diferenciado para o conjunto das cidades pesquisadas. Em Catiguá 42,98% declararam que algum membro utiliza esse serviço fora da cidade em que reside, dos quais 98% o fazem em Catanduva; o menor índice dos que utilizam esse serviço fora foi verificado em Pindorama (10,34%)⁷¹.

Portanto, todos os serviços relacionados à saúde apresentam demanda considerável em todas as cinco cidades pesquisadas.

O caráter mais integrado dos serviços de saúde faz com que, caso o morador se desloque para atendimento médico ou hospitalar, os exames clínicos e procedimentos empreendidos por outros profissionais de saúde (por exemplo, fisioterapia, fonoaudiologia etc.) serão indicados na mesma cidade procurada.

Outro aspecto peculiar aos serviços de saúde, com grande demanda de habitantes das pequenas cidades, é que apresentam uma menor freqüência na utilização, conforme fica explicitado nas tabelas. Os casos em que aparecem como tendo utilização freqüente e esporádica indicam aqueles que estavam fazendo tratamentos na época, daí a maior freqüência.

O atendimento à saúde foi recorrentemente citado pelos moradores dos conjuntos habitacionais: queixaram-se por não haver atendimento 24 horas nos postos e prontos-socorros, de que nos fins de semana e feriados o atendimento se tornava mais precário, de que muitas vezes a ambulância não estava disponível (com combustível e/ou manutenção adequada) para empreender o socorro rápido de moradores. A demora no atendimento médico e a distância do equipamento hospitalar, dependendo da gravidade do problema, pode determinar a vida ou a morte da pessoa, daí a importância vital da presença de equipamentos e serviços médico-hospitalares como um dos elementos essenciais do urbano.

Segundo Lefebvre (1999), o “direito à cidade” implica “não ser excluído da centralidade e de seu movimento” (p.137). Portanto, a ausência de equipamento hospitalar representaria menor possibilidade de “direito à cidade” para os moradores das pequenas cidades.

Acreditamos que aqui seja necessário diferenciar entre os conceitos de segregação socioespacial e exclusão e relacioná-las ao significado do “direito à cidade” e ao de rede urbana.

⁷¹ Esse fato pode tanto indicar melhor atendimento público nos postos de saúde como também menor

Em termos de escala, a abrangência da exclusão é maior do que a da segregação. A principal característica da exclusão é social. Aqueles que são considerados “excluídos” são, geralmente, enquadrados como o grupo dos “sem”: sem-terra, sem-trabalho, sem-teto etc., porém, às vezes, do ponto de vista espacial, têm maior acesso aos espaços públicos e à cidade.

No caso do conceito de segregação socioespacial, ressalta-se a necessidade de qualificá-la em sua dimensão “espacial”, ou seja, a posição dos habitantes no tecido urbano é imperativa para se definir o “direito à cidade”. Daí a acessibilidade ser um elemento primordial quando se fala de segregação socioespacial. O acesso aos meios de consumo coletivos é fundamental para se definir o “direito à cidade” e a mobilidade, quando é mais ampla, torna menor a segregação socioespacial e, por conseguinte, pode ser fator de relativização da exclusão social.

Assim, a posição de uma cidade na rede urbana, sua distância e acessibilidade a cidades mais equipadas, especialmente se ela não têm todos os meios de consumo coletivos, pode ampliar e tornar ainda pior a segregação socioespacial e a exclusão dos seus habitantes.

Passando-se, agora, à análise das respostas relativas aos deslocamentos necessários para o trabalho, verificamos que ocupa posição e percentuais bastante diferenciados para as cinco cidades.

No caso de Catiguá (77,19%) esta razão de deslocamento comparece na quarta posição, foi onde maior número de moradores declarou possuir um ou mais membros trabalhando em outro município e desses 75% se deslocam para Catanduva. Além de oferecer trabalho em setores diversificados (indústria, comércio, serviços), em Catanduva estão localizadas duas das usinas, uma das quais (São Domingos) quase na divisa com Catiguá.

Para Palmares Paulista, o trabalho como razão para o deslocamento ficou na quinta posição, em 50,67% dos domicílios verificou-se ao menos um membro da família trabalhando em outro município, dos quais 60,18% trabalham em Catanduva. Pindorama apresentou índice de 30,60%, sendo que destes 67,61% declararam a cidade de Catanduva como o lugar da atividade de trabalho. Em Santa Adélia, ainda que a categoria trabalho somente apareça na sétima posição, em 32,87% das moradias verificou-se ao menos um membro ocupado em outra cidade, sendo que

destes, 61,70% declararam trabalhar no município de Ribeirão Preto⁷², maior núcleo sucroalcooleiro do Estado de São Paulo.

Na cidade de Ariranha é que encontramos o menor índice entre as indicações de deslocamentos necessário para os que trabalham fora do município com 23,88%. Salientamos o fato de que duas das maiores empresas sucroalcooleiras estão localizadas neste município: a Usina Catanduva e a Usina Colombo. Os deslocamentos para os que trabalham fora do município também são diferenciados: 27,13% para Vista Alegre do Alto, município vizinho onde se localiza outra usina, a Nardini; 9,37% para Paraíso, com o qual também faz divisa, e onde se localiza uma usina a Ruelle, 12,50% para o município de Pirangi, onde se localiza a Usina Bertolo, 12,50% para Catanduva - os demais estão distribuídos por outras cidades; ou seja, grande parte dos que trabalham fora provavelmente tem ligação com trabalho na agricultura e na agroindústria.

Santos (1997), discutindo as horizontalidades e verticalidades, faz uma reflexão que pode ser relacionada aos fluxos que identificamos entre as pequenas cidades e a região circunvizinha:

Nas condições atuais do meio técnico-científico, os fatores de coesão entre a cidade e o campo se tornaram mais numerosos e fortes. A agricultura moderna, à base de ciência, tecnologia e informação, demanda um consumo produtivo cuja resposta, imediata, deve ser encontrada na cidade próxima. Com a divisão interurbana do trabalho, as tarefas especializadas reduzem os respectivos custos unitários, aumentando a produtividade e a rentabilidade de cada agente individual e fortalecendo o conjunto de cidades. (p.227).

As interdependências entre as cidades (relações interurbanas) ficam evidenciadas pelos fluxos existentes entre elas, propiciadas pelo conjunto da rede urbana, superpõem-se horizontalidades e verticalidades, a primeira relativa ao fato de haver relações que se fazem a partir de forma espacialmente contínua, a segunda derivada de pontos que se conectam apesar da descontinuidade espacial (SANTOS, 1997, p.227).

Sobre a utilização do serviço de lazer em outros municípios, também verificamos diferenças.

⁷² Santa Adélia é, entre as cidades estudadas, uma das mais próximas de Ribeirão Preto, 112quilômetros.

O maior índice de utilização de lazer, fora do município de residência, é apresentado por Catiguá (em 50% dos domicílios), o menor dado sendo verificado em Pindorama (30,60%).

Vemos nesses dois casos, os extremos em relação ao tamanho. Catiguá apresenta a menor população urbana e Pindorama a maior, tal fato tem relação com esse aspecto, além de termos identificado que a segunda apresenta-se com melhor estruturação urbana, portanto, com maior diversidade de papéis urbanos.

Conforme comentado por alguns dos representantes do poder local entrevistados nas cidades pesquisadas, uma das atividades buscadas pelos moradores em outros municípios é o lazer.

Sobre esta questão, concordamos com a argumentação feita por LOJKINE (1981):

Por mais úteis que sejam à reprodução ampliada da força de trabalho, os equipamentos esportivos ou culturais serão menos privilegiados que os equipamentos escolares *diretamente* ligados à formação profissional especializada desejada pelo patronato; do mesmo modo, os meios de comunicação diretamente ligados à acumulação ou à reprodução do capital (estradas servindo as zonas industriais, telecomunicações) serão mais favorecidos que os meios de comunicação destinados à reprodução da força de trabalho (estradas servindo as residências dos trabalhadores, telefone para usuários individuais). [...] (p.136, destaque do autor).

Isso nos parece particularmente verdadeiro no caso das pequenas cidades, em que o lazer se limita, muitas vezes, aos moradores se encontrarem para conversar com os amigos, geralmente, nas praças e bares centrais, fazer o chamado “*footing*”, freqüentar quermesses promovidas por instituições religiosas ou sociais (mais esporádicas) ou esperar pelas “festas do pão”, que acontecem, geralmente, uma vez por ano⁷³.

As demais categorias verificadas apresentaram menos de 10% de moradores que declararam consumir bens ou serviços em outras cidades.

O caso de Catiguá é, por esta razão, destacado. Trata-se da cidade que apresentou elevados índices de moradores que se deslocam porque estão vinculados a sindicato (44,74%)⁷⁴ em outro município e de moradores que utilizam instituições religiosas fora de sua cidade (31,58%).

⁷³ Isto foi comentado tanto por moradores quanto por representantes do poder local.

⁷⁴ Muitos falaram que utilizam o sindicato por conta de convênios, cursos e descontos e menos por demandas trabalhistas, ainda que elas existam.

Podemos fazer aqui alguns destaques, com o objetivo de fazer uma síntese do que foi apresentado nesse tópico.

O pequeno tamanho populacional de Catiguá e, conseqüentemente, o pequeno número de papéis urbanos que desempenha, influencia decisivamente para o fato de ser a cidade em que os maiores percentuais de razões de deslocamento para outras cidades foram verificados (das 15 categorias existentes, apresenta percentuais mais expressivos em 11 delas).

Palmares Paulista, por sua vez, apresenta os maiores índices em duas categorias e, em sete outras, fica na terceira colocação.

A que ficou mais vezes na terceira posição, em termos percentuais, por categorias, foi Santa Adélia (em seis das 15 existentes).

É interessante destacar que Catiguá e Palmares Paulista são duas das menores cidades em termos de população e a fraqueza de seus papéis foram também revelados pelos elevados percentuais de razões de deslocamento interurbano, indicativo, portanto, de que grande parte das demandas dos moradores são realizadas fora de seu município de residência.

Já Santa Adélia é a que apresentou a maior população nos dados do último Censo, porém, apesar do maior tamanho, também revela fragilidade nos papéis que desempenha. Nesse caso, a maior distância de Catanduva, o que significa maior gasto com o transporte e de tempo, com certeza, interfere na procura e menor freqüência, em comparação à Catiguá e Palmares Paulista, na utilização de bens e serviços fora da cidade.

Comparando Pindorama e Ariranha às demais, essas duas cidades apresentaram dados que nos demonstram, em termos relativos, menor dependência que as já citadas, porém é inegável que seus habitantes procurem em outros municípios o que está ausente ou precário no que residem, em termos de bens e serviços.

Pindorama, a cidade mais próxima de Catanduva apresenta vantagens comparativas em relação ao tamanho e ao fato de ter conseguido atrair algumas filiais de empresas de capital regional, cujas sedes estão localizadas em Catanduva.

Ariranha, apesar de ter a segunda menor população urbana, revela-se menos dependente de Catanduva. A maior distância desta cidade e, decisivamente, a localização de duas importantes usinas, fábricas de móveis, além de possuir, entre as cidades pesquisadas, a maior arrecadação, faz com que seus moradores

recorram menos a outras cidades, ainda que não se possa negar a polarização que Catanduva exerce também sobre ela.

O entendimento acerca do que hoje poderia ser considerado urbano não é o mesmo que foi abordado no passado. Atualmente o urbano caracteriza-se por um maior e mais complexo conjunto de papéis. Assim, pensamos ser difícil entender as pequenas “cidades” estudadas como possuidoras do conjunto de papéis que hoje poderia caracterizar, de forma plena, a vida urbana e o conjunto de práticas socioespaciais que lhe dão base no mundo contemporâneo.

No entanto, é necessário lembrar que o acesso ao urbano, do ponto de vista do consumo de bens e serviços, e do direito pleno à cidade, em uma sociedade capitalista, é definido pelo poder aquisitivo dos diferentes segmentos sociais. Nesta perspectiva, o pertencimento a um dado segmento de classe, no contexto de uma certa formação econômico-social, influi decisivamente na possibilidade de acesso a um conjunto de papéis urbanos, aos meios de consumo individual, aos meios de consumo coletivos, à renda e ao trabalho.

Uma das características mais marcantes da cidade e do urbano é a reunião de pessoas, meios de consumo coletivos, de oferta de bens e serviços etc. e depreendemos, da análise dos dados, que nem todos esses elementos (forma e conteúdo) estão presentes nas pequenas cidades – obrigando os habitantes a saírem para terem atendidas algumas de suas necessidades essenciais, fundamentais à reprodução social: educação, saúde, trabalho e lazer.

Para todas as cidades pesquisadas, conforme demonstrado na tabela 56, a cidade que foi indicada como a mais importante da região é Catanduva, na média geral, ficando com 78,48%. A importância dessa cidade ocupa, entre as pequenas cidades pesquisadas, uma posição mais destacável para os moradores de Palmares Paulista (85,65%), seguido de Santa Adélia (79,72%), Catiguá (78,07%), Ariranha (73,88%), sendo que o menor percentual ficou para Pindorama, com 73,71%.

Podemos inferir as possíveis explicações para tais diferenças.

No caso de Palmares Paulista, provavelmente, está relacionado ao fato do comércio ser pouco atrativo e os preços praticados serem mais elevados, segundo o que depreendemos nas falas dos moradores, pois lembremos o fato de que 85,65% dos entrevistados declararam consumir produtos em outra cidade, sendo que 94,21% declararam consumir em Catanduva. Em relação ao trabalho, em 50,36% das residências pesquisadas, havia ao menos um membro da família que trabalhava

em outro município, sendo que em 60,18% desses casos, em Catanduva. Em virtude de expressiva parcela consumir e trabalhar em Catanduva este foi, sem dúvida, a razão de a considerarem mais importante na região. Há 12 horários diários (ida e volta) para os deslocamentos de ônibus da cidade para Catanduva⁷⁵.

A análise que fazemos de Santa Adélia é semelhante, possui também um comércio básico, porém a parcela que indicou consumir fora da cidade é menor (59,44% dos moradores, dos quais 92,77% o fazem em Catanduva). Mas é preciso destacar que os horários dos ônibus são em número menor e, portanto, em intervalos de tempo maiores⁷⁶, além do que esta cidade está mais distante.

Em relação ao trabalho, 32,87% das residências apresentaram membros que trabalham fora e destes, 12,77% em Catanduva. O fato de Santa Adélia ter sido emancipada antes de Catanduva (1916) e, portanto, já ter representado, provavelmente, os mesmos papéis que hoje ela consegue polarizar praticamente sozinha, pode ser elencado como uma das razões que levaram a ser destacada como a mais importante pelos moradores. Por terem identificado, ao longo do tempo, que Catanduva adquiriu proeminência em toda a região.

⁷⁵ O percurso dura, em média 40 minutos, e o preço da passagem R\$ 1,70 (dezembro de 2003).

⁷⁶ São somente cinco horários, o percurso leva, em média, 40 minutos e o preço da passagem é de R\$ 1,80 (dezembro de 2003).

Tabela 56 – Cidade mais importante da região

	Arihanha		Catiguá		Palmares Paulista		Pindorama		Santa Adélia		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Catanduva	99	73.88	89	78.07	191	85.65	171	73.71	114	79.72	664	78.48
S. J. do Rio Preto	12	8.95	12	10.53	7	3.14	23	9.91	8	5.60	62	7.33
Cidade em que reside	16	11.94	9	7.89	7	3.14	29	12.50	10	6.99	71	8.39
Outra cidade região EDR	1	0.75	3	2.63	9	4.04	4	1.73	7	4.89	24	2.84
Cidade de fora região EDR	3	2.24	1	0.88	5	2.24	-	-	4	2.80	13	1.54
Não soube responder	3	2.24	-	-	4	1.79	5	2.15	-	-	12	1.42
Total	134	100	114	100	223	100	232	100	143	100	846	100

Fonte: Pesquisa de campo.

Catiguá, a exemplo de Palmares Paulista e Santa Adélia, apresenta comércio bastante elementar (90,35% declararam consumir em outra cidade, sendo que destes, 97,09% dão preferência à Catanduva). Acerca do trabalho verificamos que em 77,19% das residências há moradores que trabalham fora do município, sendo que 75% em Catanduva. Sem dúvida, colabora também para o fato, ser esta a menor cidade, sua pequena distância de Catanduva e o fato de apresentar maior número nos horários de ônibus⁷⁷.

Ariranha e Pindorama, ainda que tenham percentual semelhante, exigem explicações diferenciadas.

No caso de Ariranha, que apresenta população urbana de 6884 habitantes, provavelmente, a explicação reside na maior distância que a separa de Catanduva, a menor frequência de ônibus e de horários⁷⁸ torna os deslocamentos mais difíceis para seus moradores. Das atividades que eles declararam realizar em outra cidade, o comércio (78,36%) ocupa a primeira posição, sendo que desses, 90,48% consomem em Catanduva, a cidade mais procurada. Ariranha, em comparação às outras cidades pesquisadas, também é a que menor número de moradores declarou haver membros da família trabalhando fora: 23,88%, dos quais 12,50% em Catanduva (em contraposição a 27,13% em Vista Alegre do Alto, onde se localiza outra usina da região).

O caso de Pindorama é peculiar. É uma das cidades mais próximas à Catanduva e a que tem maior população urbana (12083 habitantes). Há um conjunto de empresas comerciais (mercados, lojas de materiais de construção) de Catanduva que abriram filiais em Pindorama, portanto, o comércio apresenta-se mais estruturado que o das demais cidades. Apesar disso, o comércio (78,45%, que, inclusive, fica na primeira posição) aparece como a atividade que mais moradores admitiu buscar em outra cidade, preferencialmente, Catanduva (com 96,72%). Dos moradores que declararam haver membros que trabalham fora do município (30,60%), 67,61% afirmaram ser em Catanduva.

⁷⁷ A distância é cerca de 10 quilômetros; há 13 horários de ônibus, o percurso é feito, em média em 10 minutos, e o preço da passagem é R\$ 1,55 (dezembro de 2003).

⁷⁸ Catanduva fica a cerca de 33 quilômetros de Ariranha; há somente quatro horários de ônibus, o tempo de percurso é de cerca de 50 minutos e o preço da passagem é R\$ 1,80 (dezembro de 2003).

Na verdade, esse resultado já era previsto, tendo em vista que Catanduva consegue polarizar, atrair demandas, tanto por possuir estrutura industrial, comercial e de serviços mais diversificada e especializada, quanto também em razão de representar maiores oportunidades de trabalho do que as encontradas nas pequenas cidades de caráter local, que, em termos de oferta de bens e serviços, atendem praticamente somente aos que nela residem.

O fato de Catanduva ser uma cidade mais estruturada em relações aos papéis que oferece, associado ao fato de estar mais próxima, torna-a mais acessível aos moradores das pequenas cidades estudadas, permitindo o deslocamento a um menor custo, tanto se utilizando transporte público quanto particular.

Apesar da reunião incontestável, em Catanduva, de maior oferta de bens e serviços e desenvolvimento de maior número de papéis, do que nas cidades pequenas, uma resposta interessante dada formulada por parcela dos moradores, foi a de que a cidade em que habita é a que considera como a “mais importante” (que ficou com a segunda posição, em termos gerais), o que compreendeu 8,39% do conjunto dos moradores entrevistados, conforme verificamos nos casos de Pindorama (12,50%), Ariranha (11,94%), Catiguá (7,89%), Santa Adélia (6,99%) e Palmares Paulista (3,14%).

Quando se analisa as respostas dadas a essa mesma questão, buscando apreender que outras cidades desempenham centralidade intraurbana importante para os moradores dos conjuntos habitacionais estudados, verificamos que, no caso de Catiguá, a segunda cidade mais citada foi São José do Rio Preto, também citada por muitos como a mais importante da região (7,33%, na média geral, ficando na terceira posição): em Catiguá o índice foi de 10,53%, para Pindorama compareceu em 9,91% das respostas, para Ariranha em 8,95%, sendo menor para os moradores de Santa Adélia, 5,60% e Palmares Paulista, 3,14%. Para o conjunto da região noroeste do Estado de São Paulo, São José do Rio Preto apresenta maior dinamismo, além de contar com grandes equipamentos comerciais (como *shopping centers*, comércio atacadista e grandes redes varejistas), de serviços (clínicas e hospitais públicos e privados, na área da saúde; diversas instituições de ensino técnico e superior, públicas e particulares, na área de educação), porém o custo no

deslocamento⁷⁹, além do tempo gasto, acaba tornando seu acesso restrito aos que possuem rendas mais elevadas.

Não desejando estabelecer comparações entre os tipos de deslocamentos interurbanos, que ocorrem entre cidades pequenas e médias e aqueles que se dão no interior de áreas metropolitanas, mas avaliando que há determinações de mesma natureza entre esses tipos de deslocamento, citamos Santos (1990)⁸⁰ que asseverou, ao discutir a imobilidade relativa de parcela da população que habita na periferia de São Paulo, que esta é

[...] causada pela pobreza e baixos salários, resulta, também, pelas condições do lugar de residência que, na cidade, cabe aos mais pobres. (...) Muitos, todavia, são prisioneiros do espaço local, enquanto outros apenas se movem para trabalhar no centro da cidade, fazer compras ou utilizar serviços quando têm a possibilidade e os meios. (p.89).

Pensamos que grande parcela dos moradores, ainda que necessitem, ou mesmo que tenham desejo de se deslocar para outras cidades, que ofereçam um maior conjunto de serviços, não têm muitas possibilidades de sair, devido à baixa renda, e também às dificuldades em relação aos horários oferecidos pelas empresas que fazem o transporte de passageiros na região.

Retomando as cidades mais importantes destacadas: em primeiro lugar aparece Catanduva (78,48%, na média geral), na segunda posição ficou “a cidade em que reside” (8,39%, para o conjunto das cidades) e em terceira posição a cidade de São José do Rio Preto (7,33%, em termos gerais).

Consideramos, independentemente da cidade indicada como a mais importante, a razão pela qual o entrevistado justificou sua escolha (Tabela 57). As respostas também apresentam similaridades para o conjunto dos municípios.

Em relação ao “porquê consideram determinada cidade como a mais importante da região”, vemos que, em termos gerais, a resposta mais freqüente foi a relativa a uma série de elementos que a destacam como mais importante; apesar

⁷⁹ Segundo informações obtidas junto ao DER (Departamento Estradas Rodagem) as distâncias, em quilômetros, de um trevo a outro do município são: de Catanduva para: Ariranha - 21km, Catiguá - 17km, Palmares Paulista - 19km, Pindorama - 7km, Santa Adélia - 27km. Tomando como referência São José do Rio Preto há considerável elevação das distâncias para: Ariranha - 82km, Catiguá - 49km, Palmares Paulista - 78 km, Pindorama - 68 km e Santa Adélia - 82km.

⁸⁰ Santos, M., MetrÓpole corporativa fragmentada: o caso de São Paulo, 1990.

dos entrevistados terem feito menção a um conjunto de papéis, não conseguiu precisá-los, ainda que tenham destacado os aspectos tamanho e proximidade da cidade, com 38,42%. Praticamente todos os que forneceram esta resposta estavam se referindo à cidade de Catanduva, que polariza as demandas dos moradores da região: Santa Adélia com 62,94%, Palmares Paulista com 47,08%, Ariranha com 44,77%, Pindorama com 42,24% e Catiguá com 35,08%, nesse caso empatando com o item “é a que mais utiliza (especificando serviço que utiliza)”.

O centro regional mais próximo aos habitantes dessas pequenas cidades é representado por Catanduva, podendo ser considerada como uma “cidade média”⁸¹, no contexto espacial em que se insere, considerando os papéis que desempenha e as demandas que polariza.

Sposito (2001), analisando as cidades médias, destaca que:

[...] tanto maiores poderão ser os papéis urbanos de uma cidade quanto mais distante ela estiver de outras que, pertencentes a níveis superiores da hierarquia urbana, possam oferecer mais bens e serviços à sociedade. [...] (p.627).

Catanduva apresenta esse papel polarizador, atraindo para sua órbita de influência os moradores das pequenas cidades de seu entorno e também das áreas rurais mais próximas.

Os deslocamentos realizados objetivam, em geral, realizar o consumo de bens e serviços inexistentes ou pouco estruturados nos pequenos núcleos, ou mesmo conseguir produtos mais sofisticados e/ou diversificados do que os comumente têm acesso. A variedade, portanto, a possibilidade de maior escolha, tanto de produtos quanto de preços, além de opções mais diferenciadas em relação a formas de pagamento e créditos, colocam-se como importantes na disposição dos habitantes da região em se deslocar, mas que implicam em gasto de tempo e dinheiro.

⁸¹ Sposito (2001) desenvolve a idéia da necessidade de uma maior fundamentação conceitual para esta expressão e, ainda considera que não é possível estabelecer parâmetros de caráter universal, sequer quando se pensa no caso brasileiro. Sobre a mesma questão, ver também: Andrade, T. A. & Serra, R. V. (Orgs.), *Cidades médias brasileiras*. Rio de Janeiro: IPEA, 2001; Pontes, B. R. S., *As cidades médias brasileiras: os desafios e a complexidade do seu papel na organização do espaço regional (década de 1970)*, 2001.

Tabela 57 – Razões para escolher uma cidade como mais importante

Categorias	Ariranha (134)		Catiguá (114)		Palmares Paulista (223)		Pindorama (232)		Santa Adélia (143)		Total (846)	
	N ^o .	%	N ^o .	%	N ^o .	%	N ^o .	%	N ^o .	%	N ^o .	%
	60	44.77	40	35.08	105	47.08	98	42.24	90	62.94	325	38.42
	29	21.64	40	35.08	47	21.07	58	25.00	15	10.49	261	30.85
	18	13.43	11	9.66	10	4.48	16	6.90	12	8.38	53	6.26
	9	6.72	4	3.50	6	2.69	15	6.46	3	2.10	27	3.19
	10	7.46	11	9.66	27	12.12	10	4.31	15	10.49	80	9.47
	4	2.99	5	4.38	8	3.58	11	4.75	4	2.80	26	3.07
	4	2.99	-	-	9	4.04	12	5.17	-	-	26	3.07
	-	-	3	2.64	11	4.94	12	5.17	4	2.80	48	5.67
Total	134	100	114	100	223	100	232	100	143	100	846	100

Fonte: Pesquisa de campo.

LEGENDA	
■	Maior; de economia mais dinâmica; porque tem de “tudo” (sem especificar) e está mais próxima
■	É a que mais utiliza; tem tudo o que não encontra em sua cidade (especificando serviço que utiliza)
■	Identidade com a cidade (lugar de nascimento, presença de parentes amigos); por gostar da cidade; por ser bonita
■	Porque é a cidade em que mora; tem que valorizar cidade em que mora
■	Porque tem melhor atendimento na área de saúde
■	Por oferecer mais trabalho; por causa do trabalho
■	Não respondeu
■	Outras respostas

Ainda em relação ao “porquê” consideram uma determinada cidade como a mais importante da região, aparece, em segundo lugar (com 30,85%), para o conjunto dos municípios pesquisados, o fato dela ser “a que mais utiliza, tem de tudo o que não encontra em sua cidade”, resposta em que se especifica um ou mais serviços de que fazem uso os moradores das cidades pequenas, além de mencionarem que estes estão ausentes onde residem, ou seja, sempre destacando a carência ou a precariedade de determinados bens e serviços nas cidades em que residem. O maior percentual nesta categoria aparece em Catiguá (35,08%), seguida por Pindorama (25%), Ariranha (21,64%), Palmares Paulista (21,07%), o dado menor aparecendo em Santa Adélia (10,49%).

A terceira categoria que mais se destacou nessa questão foi, em termos gerais, a “porque tem melhor atendimento na área de saúde”, com 9,47%. Entretanto, tal posição variou entre os municípios tomados individualmente; em dois deles fica em terceiro lugar, caso de Palmares Paulista (com 12,12%) e Santa Adélia (10,49%); em Catiguá, esta categoria empata com o que se refere a “identidade com a cidade” (lugar de nascimento, presença de parentes amigos; por gostar da cidade; por ser bonita) aparecendo em 9,66% das respostas. Essas mesmas razões de ordem pessoal e afetiva ficam na terceira posição em Ariranha (13,43%) e em Pindorama (6,90%).

Conforme visto nas principais atividades buscadas fora da cidade de residência, os serviços relativos à saúde apresentam peso expressivo, sendo Catanduva a principal cidade procurada para a satisfação da demanda de moradores das pequenas cidades. Santa Adélia e Palmares Paulista se destacam, em termos percentuais, pela procura desses serviços ser mais expressiva.

No caso da região estudada, podemos afirmar que as pequenas cidades tiveram seus papéis diminuídos com o processo de modernização deflagrado no campo, ainda que tenham, em muitos casos, contraditoriamente, aumentado o número de habitantes. A implementação de novas funções econômicas industriais, comerciais e de serviços, particularmente em Catanduva, bem como a maior integração decorrente da melhoria da infra-estrutura, especialmente rodoviária, redefiniu a articulação da rede de cidades. O crescimento diferenciado desta cidade, assim, restringiu o papel de localidade central que algumas das pequenas cidades estudadas assumiram de forma mais efetiva no passado.

Atualmente, as atividades existentes nas pequenas cidades não conseguem competir em termos de variedade, qualidade nos serviços ofertados, preços, condições de pagamento, pois as empresas maiores, tendo mais clientes, conseguem melhores negócios do que as que têm pequeno capital, que são predominantes nas cidades estudadas. Os investimentos diferenciados (públicos e privados) capitalizados por Catanduva reforçaram sua posição privilegiada, polarizando as demandas das cidades vizinhas, assegurando para os capitais aí instalados o comando econômico regional, tendo em vista que a meta dos maiores capitais é a reprodução ampliada, o que implica no aumento de sua área de influência e de extensão de seu domínio econômico para além dos limites do município em que se encontra, isso acaba, contraditoriamente, arrefecendo ainda mais a economia das pequenas cidades.

Essa dinâmica tem sido fortemente orientada pela tendência, nos últimos 20 anos de concentração econômica em ramos da atividades como o comércio varejista de alimentos, com ampliação das redes de supermercados, como o comércio de eletrodomésticos, com o aparecimento e crescimento de redes que atuam em escala regional e nacional, e como os bancos que passam por verdadeiras reestruturações territoriais que implicam em fechamento de agências em cidades pequenas e aumento de pontos de atendimentos (agências e caixas automáticos) em cidades de maior porte.

Apesar das considerações feitas não nos colocamos contra a produção da habitação financiada com recursos públicos nas pequenas cidades, porém julgamos ser necessário pensar as políticas habitacionais tendo em vista as questões que foram abordadas.

Também é preciso pensar alternativas econômicas aos residentes nas pequenas cidades de economia agrícola em que há diminuição do emprego em decorrência da entressafra.

Ainda que saibamos que o crescimento macro econômico do país é fundamental para que a economia local das pequenas cidades seja alavancada, cremos que devem ser estudadas possibilidades que se transformem em alternativas de trabalho aos moradores, inclusive ampliando a inserção feminina no mercado de trabalho. Isso se coloca particularmente importante frente à possibilidade efetiva nos próximos anos de diminuição (e mesmo extinção) dos empregos no setor sucroalcooleiro também no período de safra, com a substituição

do corte manual da cana-de-açúcar pelo corte mecanizado, previsto na Lei Estadual nº. 11.241.

Não somente a região de Catanduva, mas todas as regiões no estado de São Paulo em que o trabalho no setor possa vir a ser restringido em virtude dessa nova faceta da modernização, assim como nos estados de onde se desloca grande parte da força de trabalho ocupada no corte da cana-de-açúcar, devem discutir a questão de forma conjunta, com a participação de prefeitos, vereadores, sindicalistas, trabalhadores, empresários, entre outros, e pensar alternativas e propostas aos que vivem desse trabalho.

No caso especialmente de políticas que poderiam ser aplicadas nos municípios analisados, pensamos que as mais adequadas seriam aquelas vinculadas à educação, objetivando capacitar os habitantes para novas demandas do mercado de trabalho que possam vir a ser criadas e implementadas localmente.

Não se trata, portanto, em nossa concepção, de tão somente buscar crescimento econômico, mas desenvolvimento sócio-espacial⁸², que implica, necessariamente, em incentivar a autonomia dos habitantes.

O poder local, tendo em vista os recursos públicos escassos, deveria ter como estratégia prover de bons serviços públicos as pequenas cidades, melhorando os setores de educação, saúde, lazer, que privilegiem, em particular, os habitantes de baixa renda. Essa perspectiva, se efetivamente perseguida, possa talvez representar novas possibilidades para essas pequenas cidades e, mais ainda, para seus moradores.

Esse conjunto de considerações remete ao debate acerca da expressão “cidades dormitórios”, utilizada para denominar essas pequenas cidades. Este termo foi inicialmente adotado em trabalhos que versaram sobre as regiões metropolitanas, mas, posteriormente, foi também utilizado pelos que trabalham com cidades em que há o predomínio do setor agrícola na ocupação dos habitantes.

Neste último caso, tal denominação advém do fato de se constituírem em espaço de residência de parcela significativa de trabalhadores agrícolas que, com o

⁸² SOUZA, M. J. L. de, Algumas notas sobre a importância do espaço para o desenvolvimento social, 1997. O autor entende que a idéia de desenvolvimento necessariamente deve envolver a dimensão espacial: “[...] a própria sociedade só é concreta com o espaço, sobre o espaço, no espaço.[...]”, aliado à idéia de autonomia (baseando-se em Castoriadis).

processo de expulsão do campo, dirigiram-se para pequenas cidades (e também, para a periferia de cidades de maior porte), o que conforme já mencionado, resultou do processo de “modernização conservadora” da agricultura no país.

Assim, passou a existir um contingente significativo de pessoas que mantêm trabalho no campo, deslocando-se cotidianamente para esse espaço, ainda que sejam moradores da cidade.

No passado, no contexto em que surgiram, no processo de expansão da economia cafeeira, essas cidades cumpriam uma variada gama de papéis. Primeiramente, havia o fato de atraírem a população residente em seu entorno (habitantes da área rural), havendo, portanto, uma série de funções que cumpriam (econômicas, políticas, religiosas, sociais, etc.), relações estas que foram profundamente modificadas com a reestruturação econômica provocada com a substituição da policultura, especialmente o café, pela cana-de-açúcar. Daí decorreram mudanças na divisão social e territorial do trabalho, redefinindo a rede urbana paulista e repercutindo, de forma significativa, na paisagem e no espaço da região, tanto do campo quanto das cidades⁸³.

Em nossa área de pesquisa, a mudança no tipo principal de transporte utilizado, ou seja, da estrada de ferro, que passava por todas as cidades, formando um "colar de contas" para o transporte rodoviário, permitiu a passagem de transporte "sem escalas" nas pequenas cidades, o que foi também um fator importante para a perda de seus papéis.

A inserção da região em uma nova divisão territorial do trabalho exigiu o surgimento de outro padrão de habitação, agora sediado nas cidades, para satisfazer as exigências das demandas da população expulsa do campo.

Porém, ainda que cumpram, de fato, essa função, enquanto lugar de moradia de trabalhadores agrícolas e da agroindústria, e esta seja efetivamente importante, pensamos que a expressão “cidades dormitórios”, não é suficiente para qualificar tais cidades, por considerar somente um de seus papéis, ainda que este seja destacado frente aos demais.

Concordamos com Santos (1993), quando estabelece que, em regiões agrícolas, as cidades existentes são adaptadas às demandas exigidas. Essa característica é marcante nas pequenas cidades pesquisadas.

⁸³ Essa discussão é baseada em Silva, 1999, p.220-44.

Trata-se de cidades com papéis/funções pouco atrativas para seu entorno, ou seja, não conseguem atrair uma ampla gama de consumidores, e os que aí residem não possuem renda familiar que permita um padrão de consumo variado e elevado, que justificasse o desempenho de múltiplos papéis, nesses lugares, visto que em uma economia capitalista, só há investimento se este puder assegurar a reprodução ampliada do capital, garantindo um retorno lucrativo.

Tais espaços, entretanto, comportam múltiplas dimensões e relações, portanto, há outros papéis que desempenham (comércio, serviços, etc.), ainda que sejam básicos e muitos dos quais, somente sejam destinados aos habitantes que aí residem, praticamente os únicos a consumirem nas pequenas cidades.

Estas cidades são produto, meio e condição da forma como se processa a reprodução social (articulando a reprodução do capital, do trabalho e do espaço), portanto, podem também se constituir em *locus* de lutas sociais que as transformem em espaços sociais mais integrados, em que o “direito à cidade”, com toda a plenitude e múltiplas dimensões que comporta, possa se tornar mais efetivo.

Pensamos que esta idéia de Lefebvre (1991) consegue traduzir o desejo de muitos dos habitantes com os quais tomamos contato em nossa pesquisa:

[...] O urbano é a obsessão daqueles que vivem na carência, na pobreza, na frustração dos possíveis que permanecem como sendo apenas possíveis. Assim, a integração e a participação são a obsessão dos não-participantes, dos não-integrados, daqueles que sobrevivem entre os fragmentos da sociedade possível e das ruínas do passado: excluídos da cidade, às portas do ‘urbano’. (p.98-9).

Ao analisar a questão central da pesquisa nosso objetivo também foi contribuir para entender que hoje os papéis dessas cidades acabam por condicionar renda, direito à cidade (entendido aqui numa forma ampla, com a garantia da cidadania a toda sociedade) ou exclusão social, não sendo suficiente somente a discussão dos setores que compõem a economia de uma dada cidade, ainda que ambos estejam articulados. Parece-nos menos significativo o tipo de funções do que as conseqüências sociais, econômicas e políticas que decorrem do acesso que se consegue ter através dos salários e da atuação do Estado, que é diferenciada econômica, social e espacialmente.

[...] O inferno dos vivos não é algo que será; se existe, é aquele que já está aqui, o inferno no qual vivemos todos os dias, que formamos estando juntos. Existem duas maneiras de não sofrer. A primeira é fácil para a maioria das pessoas: aceitar o inferno e tornar-se parte deste até o ponto de deixar de percebê-lo. A segunda é arriscada e exige atenção e aprendizagem contínuas: tentar saber reconhecer quem e o que, no meio do inferno, não é inferno, e preservá-lo, e abrir espaço. (Ítalo Calvino, *As cidades invisíveis*, 1990, p.159).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A compreensão da reprodução do espaço somente é possível quando entendida em sua articulação com a reprodução da sociedade, sendo o movimento inverso também verdadeiro, num processo que não se processa sem contradições.

No caso da problemática trabalhada, buscamos analisar esse processo a partir do enfoque da moradia – elemento fundamental na reprodução da força de trabalho, que se articula aos interesses e estratégias da reprodução do capital.

Tal perspectiva encerra o entendimento de que o processo de urbanização se processa de forma conflituosa e contraditória, envolvendo a reprodução do trabalho e do capital que se imbricam na reprodução da sociedade e, portanto, do espaço.

A análise da questão foi conduzida por certos eixos norteadores.

Primeiramente, retomemos o fato de que com a aceleração do processo de industrialização do país houve concomitantemente uma acentuação da urbanização daí decorrendo ampliação no ritmo de crescimento e no número de cidades, promovendo a redefinição de seus papéis, expressão e condição de uma nova divisão territorial do trabalho. Essa reorientação tornou a rede urbana bastante diversificada e muito mais complexa.

Ao mesmo tempo, especialmente após a década de 1960, as transformações decorrentes das opções políticas e, também, econômicas e sociais, promoveram impactos expressivos no campo brasileiro. A modernização da agricultura teve entre suas conseqüências o aumento da concentração fundiária e a expulsão de expressivo contingente de trabalhadores, intensificando a migração campo-cidade.

No caso da pesquisa em foco, podemos afirmar que as transformações decorrentes da consolidação da região canavieira de Catanduva vinculam-se às modificações em seus papéis na rede urbana paulista. Expressiva parcela do território do Estado de São Paulo foi transformado em lócus de uma agricultura modernizada, sob a chancela do Estado. A consolidação da agroindústria sucroalcooleira na economia da região na década de 1980, teve repercussões profundas e complexas nos papéis urbanos das cidades, redefinindo-as na rede urbana.

A modernização ocorrida não se processou sem conflitos e contradições, visto que no capitalismo estes se constituem em premissas básicas. O Estado, através das múltiplas formas de atuação, a partir das políticas públicas que

empreende e patrocina, produz grandes e intensas transformações, direcionando investimentos em setores estratégicos à reprodução do capital, como a modernização da infra-estrutura viária e de comunicações, as políticas de créditos e subsídios à produção, mas também investimentos destinados à reprodução da força de trabalho, entre os quais, as políticas habitacionais, reproduzindo e redefinindo hierarquias na rede urbana e imprimindo novos conteúdos aos espaços.

Assim, a dinâmica da região estudada transformou-se não em decorrência somente de iniciativas autônomas, mas estreitamente articuladas com as iniciativas de âmbito federal e estadual, que extrapolam, portanto, a dimensão local, com impactos marcantes na configuração regional.

Destacam-se as políticas relativas à modernização da agricultura e, mais especificamente as relativas ao PROÁLCOOL, incentivadas pelo Estado, que representaram nova inserção na rede urbana, com a redefinição da divisão territorial do trabalho na região estudada.

A migração campo-cidade decorreu não em virtude de uma “atração” exercida pela cidade (especialmente no caso das pequenas cidades), mas em face do processo de modernização da agricultura e da ampliação da base capitalista de produção na região, com a expulsão da população do campo e concentração fundiária, em particular, a motivada pela ampliação da produção canavieira.

A ampliação da população urbana, expulsa do campo, nos municípios estudados, exigiu o atendimento às novas demandas, implicando em novos investimentos do poder público na produção habitacional financiada com recursos governamentais (federais, estaduais e municipais), requisitos básicos para manter os habitantes e possibilitar a absorção dessa mão-de-obra para o trabalho no campo e nas agroindústrias da região.

As pequenas cidades, nessa área de economia agrícola, desempenham papéis urbanos bastante restritos, tendo em vista predominar entre seus habitantes segmentos que possuem renda familiar baixa, o que possibilita somente um consumo básico, destinado a permitir a reprodução da força de trabalho predominantemente ocupada no campo (safristas, diaristas, que trabalham na agricultura, e trabalhadores da agroindústria).

Portanto, reforça-se que a atuação do Estado desempenhou decisivo papel na (re)estruturação da região de Catanduva, por um lado potencializando com

investimentos maciços a reprodução do capital, por outro lado, investindo em meios imprescindíveis à reprodução do trabalho, dentre os quais destacamos a moradia.

As ações do setor privado, com destaque para o setor sucroalcooleiro, foram e são articuladas às empreendidas pelo Estado, também sendo decisivas na (re)estruturação regional. Ou seja, houve uma complexa articulação de políticas públicas e privadas na redefinição desse espaço.

No caso da região e dos municípios estudados, determinadas políticas garantiram a constituição e consolidação do setor sucroalcooleiro, desde a instituição do Estatuto do Trabalhador Rural, do Estatuto da Terra, do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), do PROÁLCOOL e estas representaram, efetivamente, uma “modernização conservadora”, estimulando e fortalecendo a concentração de capital, de terra, de poder. Por outro lado, esse processo implicou na expulsão de um expressivo contingente de trabalhadores, alijado dos meios de produção, obrigados a vender sua força de trabalho e impossibilitados, devido à baixa remuneração, de adquirir moradia própria sem financiamento público, que recorrem aos programas habitacionais empreendidos com recursos do poder público.

O habitat rural que, no auge da economia cafeeira, concentrava-se no campo praticamente desapareceu, sendo redefinido, com o domínio da produção canavieira e reorientado para as pequenas cidades e para as periferias de cidades médias, concentradoras de trabalhadores vinculados ao trabalho na agricultura e na agroindústria.

No caso dos pequenos municípios estudados, essa moradia, ao mesmo tempo, em que é uma garantia ao trabalhador nos períodos de desemprego, especificamente, na entressafra permitindo a reprodução social desta força de trabalho, também garante sua fixação em uma região em que as oportunidades de trabalho (considerando-se a baixa escolaridade de parcela expressiva dos trabalhadores) estão vinculadas especialmente a um setor de atividades, no caso a da agricultura e da agroindústria.

Portanto, entendemos que o setor sucroalcooleiro foi beneficiado não somente pelos investimentos e subsídios decorrentes da modernização conservadora empreendida pelo Estado, incluindo-se os vinculados à infra-estrutura, mas também com a produção de moradias nos pequenos municípios, para atender

parcela expressiva da força de trabalho utilizada pelas agroindústrias e propriedades agrícolas.

O poder público, em seus variados níveis, ao garantir a reprodução da força de trabalho de múltiplas formas (saúde pública, educação, cestas básicas, etc.), incluindo-se a produção de conjuntos habitacionais financiados àqueles que não representam uma demanda solvável para o setor imobiliário-construtor privado, fixa os trabalhadores nos pequenos municípios, em que as oportunidades de trabalho são direcionadas fortemente aos setores agrícola e agroindustrial. Possibilita, assim, o rebaixamento dos custos dessa força de trabalho para o capital.

Entendemos que há uma articulação profunda entre a produção dos conjuntos habitacionais produzidos com recursos do poder público (níveis Federal, Estadual ou Municipal) – entendidos como fundamentais no processo de reprodução da força de trabalho – e os interesses do setor sucroalcooleiro, que detém, do ponto de vista econômico, a hegemonia sobre a região.

Esse poder econômico se manifesta de várias formas que estão, de fato, articuladas entre si:

- o elevado grau de concentração de terra na região de pesquisa, que se ampliou após a implantação do PROÁLCOOL no país, e de modo particular na região da pesquisa;
- as empresas sucroalcooleiras são as que mais arregimentam trabalhadores, havendo um grande temor em relação a períodos de crise vivenciados pelo setor, tendo em vista que toda a região, em especial os trabalhadores vinculados à agroindústria, são diretamente afetados, demonstrando, portanto, o elevado grau de dependência econômica dos municípios, tanto daqueles em que as empresas estão efetivamente implantadas quanto dos que têm parcela expressiva dos moradores trabalhando nessas empresas;
- o fato de que a própria expansão da malha urbana é condicionada, de certo modo, pelo setor agrícola e agroindustrial, na medida em que as pequenas cidades da região são cercadas por canaviais;
- o poder econômico transmuta-se em poder político, principalmente em períodos eleitorais, conforme já mencionado, de modo a garantir maior representação de seus interesses.

A produção de conjuntos habitacionais nessas pequenas cidades que desempenham papéis urbanos pouco expressivos, relaciona-se aos seguintes fatores:

a) componente marcante na legitimação de determinados grupos políticos, pois muitas obras (conjuntos habitacionais) são lançadas ou inauguradas nas vésperas de eleições, para identificar uma certa administração e formar os chamados "currais eleitorais";

b) estratégia para manter a população nessas pequenas cidades, pois a moradia própria tem um importante significado, sendo também uma forma dos municípios não perderem receitas tributárias, principalmente do FPM – Fundo de Participação dos Municípios;

c) articulação aos interesses do setor sucroalcooleiro em manter uma mão-de-obra disponível para as agroindústrias da região, utilizando sua influência política (através da eleição de prefeitos e vereadores, deputados estaduais e federais, muitos dos quais têm suas campanhas políticas financiadas pelos usineiros) para terem seus interesses defendidos, entre os quais uma política habitacional para fixar trabalhadores na região, constituindo verdadeiros "viveiros de mão-de-obra", ainda que não seja de uma forma explícita.

A região de Catanduva, no passado apoiada em maior diversidade de culturas, ainda que com ênfase na produção cafeeira, têm sua economia agrícola hoje fundamentalmente baseada na produção canavieira. Esta transformação implicou em profunda reestruturação espacial, propiciando condições para a reprodução do capital se fazer em novas bases.

Uma das dimensões dessa reestruturação consistiu na produção de conjuntos habitacionais financiados com recursos públicos, que pudessem permitir a reprodução dos que foram, nesse contexto, expulsos do campo, permitindo a fixação de uma mão-de-obra nos pequenos municípios ocupada especialmente em atividades agrícolas e agroindustriais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo. *Texto para Discussão*, IPEA, n. 702, 2000, 33p. (<http://www.ipea.br>).

ABREU, D. S. *Formação histórica de uma cidade pioneira paulista: Presidente Prudente*. Pres. Prudente: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1972, 339p.

AMORIN FILHO, O. Evolução e perspectivas do papel das cidades médias no planejamento urbano e regional. In: ANDRADE, T. A. & SERRA, R. V. (Orgs.). *Cidades médias brasileiras*. Rio de Janeiro: IPEA, 2001, p.1-34.

ANDRADE, T. A. & SERRA, R. V. O desempenho das cidades médias no crescimento populacional brasileiro no período 1970/2000. In: _____ (Orgs.). *Cidades médias brasileiras*. Rio de Janeiro: IPEA, 2001, p.129,169.

ANDRADE, M. C. de *Modernização e pobreza: a expansão da agroindústria canavieira e seu impacto ecológico e social*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1994, 250p.

ÂNGULO, J. V. & DOMÍNGUEZ, M. J. V. *Los procesos de urbanización*. Madrid: Síntesis, 1991, 205p.

ARANTES, L. *Dicionário Rio-pretense*. São José do Rio Preto: Editora Rio-pretense, 1997.

ARRETCHE, M. T. S. *Balancos e perspectivas do federalismo fiscal no Brasil: canais de acesso aos fundos públicos no Brasil; políticas de habitação popular para baixa renda e saneamento básico*. Campinas, 1994. IESP/FUNDAP – NEPP/UNICAMP (Relatório de Pesquisa).

_____. Intervenção do Estado e setor privado: o modelo brasileiro de política habitacional. *Espaço & Debates*. São Paulo: NERU, n.31, p.21-36, 1990.

AZEVEDO, S. & ANDRADE, L. A. G. *Habitação e poder: da fundação da casa popular ao Banco Nacional da Habitação*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

AZEVEDO, S. Cenários da política habitacional na década de 90: cenários e perspectivas. Encontro Nacional da ANPUR, 3, *Anais...*, p.208-17,1989.

_____. Política de habitação popular e subdesenvolvimento: dilemas, desafios e perspectivas. *Debates Urbanos*. Rio de Janeiro, n.4, p.67-114, 1982.

BEAUJEU-GARNIER, J. *Geografia Urbana*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1983.

BENJAMIN, C. et al. *A opção brasileira*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1998, 204p.
BIONDI, A. *O Brasil privatizado*. São Paulo: Perseu Abramo, 1999, 48p.

_____. *O Brasil Privatizado II*. São Paulo: Perseu Abramo, 2000, 64p.

BOLAFFI, G. Para uma nova política habitacional e urbana: possibilidades econômicas, alternativas operacionais e limites políticos. In: VALLADARES, L. do P. (Org.) *Habitação em questão*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980, p.133-65.

BONDUKI, N. Crise na habitação e a luta pela moradia no pós-guerra. In: KOWARICK, L. (Org.) *As lutas sociais e a cidade*: São Paulo, passado e presente. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994, p.96-130.

_____. Origens da habitação social no Brasil. *Análise Social*. Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, v. XXIX, n.127, p.711-732, 1994.

BRAY, S. C., FERREIRA, E. R. & RUAS, D. G. G. *As políticas da agroindústria canavieira e o PROÁLCOOL no Brasil*. Marília: UNESP/Marília Publicações, 2000.

BRAY, S. C. O PROÁLCOOL e as transformações nas áreas canavieiras do Estado de São Paulo. *Boletim de Geografia Teorética*. Rio Claro: IGCE/UNESP, v.22, n.43-44, p.21-26, 1992.

_____. As políticas do Açúcar e do Alcool e do Programa Nacional Alcool e suas influências na área açucareira – alcooleira de Catanduva. *Geografia*. Rio Claro: IGCE/UNESP, v.10, n.20, out., p.99-123, 1985.

BRAY, S. C. & SANCHEZ, M. C. O impacto do PROÁLCOOL e do PROOESTE nos municípios em esvaziamento populacional. *Boletim de Geografia Teorética*. Rio Claro: IGCE/UNESP, v.25, n.49-50, p.461-71, 1995.

BRAY, S. C. & RUAS, D. G. G. Crescimento e consolidação das usinas de açúcar no Estado de São Paulo – 1950 – 1974. *Boletim de Geografia Teorética*. Rio Claro: IGCE/UNESP, v.25, n.49-50, p.301-26, 1995.

BRAY, S. C. & SAMPAIO, R. R. O planejamento estatal no processo de modernização do setor canavieiro de Porto Feliz. *Revista de Geografia da UNESP*. São Paulo: UNESP, p.57-67, 1985.

BRUNA, G. C. Rede urbana e polarização: estudo básico para as propostas de planejamento do espaço regional. In: _____ (Org.) *Questões de organização do espaço regional*. São Paulo: Nobel/Edusp, 1983, p.103-117.

CALVINO, I. *As cidades invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, 150p.

CAHALI, Y. S. (Org.) Código Civil, Código de Processo Civil e Constituição Federal. São Paulo: Revista dos Tribunais, 5ªed., 2003.

CAMAGNI, R. Organisations économique et réseaux de villes. In: SALLEZ, Allain (Dir.) *Les villes, lieux d'Europe*. Paris, DATAR, Éditions de l'Aube, p.107-28, 1993.

_____. Réseaux de coopération et réseaux de villes: éléments pour une théorisation et une taxonomie. In: *Metropoles in déséquilibre? Actes du Colloque "Mutations économiques et urbanisation"* - Lyon. Paris, Economic, p.65-85, 1993.

CAMPANHOLA, C. & SILVA, J. G. da. *O novo rural brasileiro: uma análise estadual: Sul, Sudeste e Centro-Oeste*, 2000, p.9-10.

CAMPOS FILHO, C. M. *Cidades brasileiras: seu controle ou o caos: o que os cidadãos podem fazer pela humanização das cidades*. São Paulo: Nobel, 1989.

CANO, W. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. São Paulo: I. H. Queiroz, 1981.

CARLOS, A. F. A. Uma leitura sobre a cidade. *Cidades*, v.1, n.1, jan/jun., p. 11-30, 2003.

_____. *Espaço-tempo na metrópole: a fragmentação da vida cotidiana*. São Paulo: Contexto, 2001, 368p.

_____. (Org.) *Os caminhos da reflexão da cidade e do urbano*. São Paulo: Edusp, 1994, 390p.

_____. *A (re)produção do espaço urbano*. São Paulo: Edusp, 1994, 270p.

_____. *A cidade*. São Paulo: Contexto, 1992, 98p.

CARTER, H. *El estudio de la geografía urbana*. Madrid: Instituto de Estudios de Administración Local, 1974, 381p.

CASTELLS, M. *A sociedade em rede: a era da informação: economia, sociedade e cultura*, v.1. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTRO, I. E. de Problemas e alternativas metodológicas para a região e o lugar. In: SANTOS, M et al (Orgs.) *Natureza e sociedade hoje: uma leitura geográfica*. (Col. O novo mapa do mundo). São Paulo: Hucitec/ANPUR, 1993, p.56-63.

_____. O problema da escala. In: CORRÊA, R. L. et al (Orgs.) *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p.117-140.

CDHU. *Gente*. São Paulo, v.2, n.8, ago., 2002.

CHRISTALLER, W. (1933) *Central places in southern Germany*, Englewood Cliffs, NJ, Prentice-Hall, 1966.

CIGNOLLI, A. *Estado e força de trabalho: introdução à política social no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1985, 119p.

CLARK, D. *Introdução à Geografia Urbana*. São Paulo: Difel, 1985, 286p.

COLETTI, C. *A estrutura sindical no campo: a propósito da organização dos assalariados rurais na região de Ribeirão Preto*. Campinas: Editora da UNICAMP: Área de Publicações CMU/Unicamp, Coleção Tempo & Memória, 5, 1998, 312p.

CORRÊA, R. L. Rede urbana: reflexões, hipóteses e questionamentos sobre um tema negligenciado. *Cidades*. Presidente Prudente: Grupo de Estudos Urbanos, v.1, n.1, p.65-78, 2003.

_____. A rede urbana brasileira e a sua dinâmica: algumas reflexões e questões. In: SPOSITO, M. E. B. (Org.) *Urbanização e cidades: perspectivas geográficas*. Presidente Prudente: [s.n.], 2001, p.359-67.

_____. Rede urbana e formação espacial – uma reflexão considerando o Brasil. *Território*. Rio de Janeiro: LAGET/UFRJ, n.8, p.121-129, 2000.

_____. *Redes geográficas e teoria dos grafos*. Departamento de Geografia, UFRJ, Textos LAGET, Série Pesquisa e Ensino, n.1, 1999.

_____. Globalização e reestruturação da rede urbana – uma nota sobre as pequenas cidades. *Território/LAGET, UFRJ*. Rio de Janeiro: Garamond, v.6, n.6, jan./jun., p.43-53, 1999.

_____. Hinterlândias, hierarquias e redes: uma avaliação da produção geográfica brasileira. In: CARLOS, A. F. A. (Org.) *Os caminhos da reflexão da cidade e do urbano*. São Paulo: Edusp, 1994, p.323-59.

_____. Interações espaciais. In: CASTRO, I. E. de et. al. (Orgs.). *Explorações geográficas: percursos no fim do século*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, p.279-318.

_____. As dimensões de análise das redes geográficas. *Trajetórias geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p.107-118, 1997.

_____. *A rede urbana*. São Paulo: Ática, 1989, 96p.

COSTA, M. C. S. Entre o rural e o urbano. *Travessia*, jan./abr., p. 5-7, 1993.

DAMIANI, A .L. A crise da cidade: os termos da urbanização. In: CARLOS, A.F. A. et. al. *O espaço no fim do século: a nova raridade*. São Paulo: Contexto, 1999, p.118-131.

DAVIDOVICH, F. Considerações sobre a urbanização no Brasil. In: BECKER, B., CHRISTOFOLETTI, A. & GEIGER, P. P. (Orgs.). *Geografia e meio ambiente no Brasil*. Rio de Janeiro: Hucitec, 1995, 79-96.

_____. A urbanização brasileira: tendências, problemas e desafios. *Espaço & Debates*, v.4, n.13, p.16-19, 1984.

_____. Escalas de urbanização: uma perspectiva geográfica do sistema urbano brasileiro. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro: IBGE, v.40, n.1, jan./mar., p.51-82, 1978.

- DELGADO, G. Capital financeiro e agricultura no Brasil. São Paulo: Ícone, 1984.
- DIÁRIO DA REGIÃO – DIVERSOS.
- D'INCAO E MELLO, M. C. *O bóia-fria: acumulação e miséria*. 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 1975, 154p.
- DONZELLI, J.L. & JOAQUIM, A.C. Uso de imagens de satélite na cultura da cana-de-açúcar. In: SEMINÁRIO COPERSUCAR DE TECNOLOGIA AGRONÔMICA, 7., 1997, São Paulo: Copersucar, 1997, p.389-91.
- DONZELLI, J.L. et. al. Agricultura de precisão em cana-de-açúcar. In: SEMINÁRIO COPERSUCAR DE TECNOLOGIA AGRONÔMICA, 7., 1997, São Paulo: Copersucar, 1997, p.371-80.
- ELLIS JÚNIOR, A., O café e a Paulistânia, 1950.
- ESTADO DE SÃO PAULO. Decreto nº. 42.056, de 06/08/1997.
- ESTADO DE SÃO PAULO. Lei nº. 11.241, de 19/09/2002.
- EVERS, T. et al. Movimentos de bairro: lutas na esfera da reprodução na América Latina. In: MOISÉS, J. A. et al. *Cidade, povo e poder*. 2ª ed. Coleção CEDEC/Paz e Terra. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, p.110-164.
- FARIA, V. Desenvolvimento, urbanização e mudanças na estrutura do emprego: a experiência brasileira dos últimos trinta anos. In: SORJ, B. & ALMEIDA, H. H. T. de (Orgs.) *Sociedade e política no Brasil pós-64*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- FAUSTO, B. em *História concisa do Brasil*. São Paulo: EDUSP/Imprensa Oficial, 2001, 324p.
- FERNANDES, F. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- FERNANDES, S. A. de S. *Territorialização das políticas habitacionais em Bauru e Presidente Prudente: a atuação da CDHU, Cohab-CRHIS e Cohab-Bauru*. 1998. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.
- FERRARA, L. D'A. *Os significados urbanos*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: FAPESP, 2000, 185p.
- _____. As máscaras da cidade. *Revista USP (Dossiê...Cidades)*, n.5, mar./abr./mai., p.3-10, 1990.
- FIBGE. Instituto de Geografia. *Subsídios à regionalização*. Rio de Janeiro: IBGE, 1968, p.159-68.
- FOLHA DE SÃO PAULO – DIVERSOS.

FOLHA DE SÃO PAULO, 1/6/99, Caderno Agrofolha, p.3.

GEBARA, J.J. & BACCARIN, J.G. Alteração no sistema de corte de cana de 5 para 7: implicações para produtores e trabalhadores. *Boletim Paulista de Geografia*. São Paulo: AGB/FFCLH USP, n.60, p.47-55, 1984.

GEBARA, J.J. et. al. Evolução da intermediação de mão-de-obra e implicações sobre o trabalhador volante na região de Jaboticabal. *Boletim Paulista de Geografia*. São Paulo: AGB/FFCLH USP, n.60, p.57-72, 1984.

GEIGER, P.P. *A evolução rede urbana brasileira*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1963.

GEORGE, P. *Geografia urbana*. São Paulo: Difel, 1983. 236 p.

HAESBAERT, R. (Org.) *Globalização e fragmentação no mundo contemporâneo*. Niterói: EDUFF, 1998, 308p.

HAESBAERT, R. *Des-territorialização e identidade: a rede "gaúcha" no nordeste*. Niterói: Ed. da Universidade Fluminense, 1997.

HARVEY, D. *Condição pós-moderna*. 5ª ed. São Paulo: Loyola, 1992.

_____. *A justiça social e a cidade*. São Paulo: Hucitec, 1980.

JOHNSON, J. H. *Geografía urbana*. Barcelona: Oikos-Tau, 1974, 279p.

KAGEYAMA, A. & SILVA, J. G. da *A dinâmica da agricultura brasileira: do complexo rural aos complexos agroindustriais*. Campinas: UNICAMP/IE, 1987.

KOWARICK, L. & ANT, C. Cem anos de promiscuidade: o cortiço na cidade de São Paulo, In: KOWARICK, L. (Org.) *As lutas sociais e a cidade: São Paulo, passado e presente*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994, p. 73-93.

KOWARICK, L. & BONDUKI, N. Espaço urbano e espaço político: do populismo à redemocratização. In: KOWARICK, L. (Org.) *As lutas sociais e a cidade: São Paulo, passado e presente*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994, p.147-177.

KOWARICK, L. *A espoliação urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

JARAMILLO, S. Crise dos meios de consumo coletivo urbano e capitalismo periférico. *Espaço & Debates*. São Paulo: Cortez, v.6, n.18, p.19-39, 1986.

LEFEBVRE, H. Estrutura social: a reprodução das relações sociais. In: FORACCHI, M. M. & MARTINS, J. de S. (Orgs.). *Sociologia e sociedade* (Leituras de introdução à Sociologia), 2002 (reimpressão), p.186-212.

_____. *A cidade do capital*. Rio de Janeiro: DP & A, 1999, 180p.

_____. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: UFMG, 1999, 178p.

_____. *O direito à cidade*. São Paulo: Moraes, 1991, 145p.

_____. *De lo rural a lo urbano*. Barcelona: Península, 1978.

_____. *O marxismo*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1963, 134p.

LENCIONI, S. Reestruturação urbano-industrial no Estado de São Paulo: a região da metrópole desconcentrada. In: SANTOS, M. et al (Orgs.) *Território: globalização e fragmentação*. 2.ed. (Col. O novo mapa do mundo). São Paulo: Hucitec/ANPUR, 1994, p.198-210.

LIMA, G. *A vida fora dos canaviais: um estudo sobre a reprodução dos trabalhadores assalariados rurais na região canavieira de Ribeirão Preto - SP*. 1996. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, Universidade Estadual Paulista, Araraquara.

LOJKINE, J. *O estado capitalista e a questão urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 1981, 337p.

LÖSCH, A. (1940) *The economics of location*, Yale University Press/Oxford, 1954.

LUTFI, E. P. et al. As representações e o possível. In: MARTINS, J. de S. (Org.) *Henri Lefebvre e o retorno à dialética*. São Paulo: Hucitec, 1996, p.87-97.

MAGALHÃES, S. L. *Álbum da comarca de Rio Preto*. SP: Duprat-Mayença, 1929.

MARICATO, E. *Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana*. Petrópolis: Vozes, 2001, 204p.

_____. *Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência*. São Paulo: Hucitec, 1996, 141p.

_____. *Política habitacional no regime militar: do milagre brasileiro à crise econômica*. Petrópolis: Vozes, 1987.

_____. *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1982.

MARTINE, G. A trajetória da modernização agrícola: a quem beneficia? *Lua Nova*, São Paulo, n.23, mar., p.7-37, 1991.

MARTINS, J. de S. *O cativo da terra*. São Paulo: Ciências Humanas, 1979, 157p.

MARX, K. *O capital*. 7.ed. São Paulo: Difel, 1982.

MATOS, O. N. de *Café e ferrovias: a evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira*. Campinas: Pontes, 1990.

MELLO, J. M. C. de *O capitalismo tardio*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MELLO, M. A. B. Regimes de acumulação, Estado e articulação de interesses na produção do espaço construído (Brasil, 1940-1988). In: VALLADARES, L. do P. (Org.) *Reestruturação urbana: tendências e desafios*. São Paulo e Rio de Janeiro: Nobel/IUPERJ, 1990, p.168-80.

MELLO, M. A. B. Estruturação intra-urbana, regimes de acumulação e sistema financeiro da habitação: Brasil em perspectiva comparada, *Espaço & Debates*, p.37-51, 1990.

MONBEIG, P. O estudo geográfico das cidades. In: *Novos estudos da Geografia Humana*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1958, p.33-77.

_____. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. São Paulo: Hucitec/Polis, 1984.

MONTEIRO, A. V. et. al. Classificação dos municípios por Escritório de Desenvolvimento Rural (EDR) e Divisão Regional Agrícola (DIRA): comparação das divisões administrativas da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo. São Paulo: IEA, 2000.

MÜLLER, G. *A dinâmica da agricultura paulista*. São Paulo: SEADE, Série São Paulo 80, v.2, 1985, 125p..

_____. São Paulo - o núcleo do padrão agrário moderno. In: STÉDILE, J. P. (Coord.) *A questão agrária hoje*. Rio Grande do Sul: Ed. da Universidade/UFRS, 1994, p.221-37.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. *Iniciação ao direito do trabalho*. São Paulo: LTr, 1996, 22^a.ed. (rev. e atual.).

NEGRI, B. A interiorização da indústria paulista (1920-1980). *A interiorização do crescimento econômico no Estado de São Paulo*. São Paulo: SEADE, Coleção São Paulo no Limiar do Século XXI, n.2, v.1, 1988, p.1-105.

NEGRI, B.; GONÇALVES, M. F. & CANO, W. O processo de interiorização do desenvolvimento e da urbanização no Estado de São Paulo (1920-1980). *A interiorização do crescimento econômico no Estado de São Paulo*. São Paulo: SEADE, Coleção São Paulo no Limiar do Século XXI, n.1, v.1, 1988, p.1-105.

OLIVEIRA, A. U. de. Agricultura brasileira: transformações recentes. In: ROSS, J. L. S. (Org.) *Geografia do Brasil*. São Paulo: EDUSP/FDE, 1995, p.465-534.

_____. *Modo capitalista de produção e agricultura*. São Paulo: Ática, Série Princípios, 1986.

_____. Agricultura e indústria no Brasil. *Boletim Paulista de Geografia*. São Paulo: AGB, n.58, set., p.5-61, 1981.

OLIVEIRA, F. de *A economia brasileira: crítica à razão dualista*. São Paulo: Cebrap/Brasiliense, 1972.

_____. *Os direitos do antivalor: a economia política da dependência imperfeita.* Petrópolis: Vozes, 1998, 231p.

OLIVEIRA, J. de. *CLT.* São Paulo: Saraiva. Série Legislação Brasileira, 21^a. ed. (atual. e aum.), 1996.

PETRONE, M. T. S. *A lavoura canavieira em São Paulo: expansão e declínio (1765-1891).* São Paulo: Difel, 1968. 241p.

PIEROSI, M. de A. & NEVES, J.L.M. Anteprojeto – estudo da utilização de eletrônica embarcada e sensores em equipamentos agrícolas. In: SEMINÁRIO COPERSUCAR DE TECNOLOGIA AGRONÔMICA, Agricultura de Precisão, 7., 1997, São Paulo: Copersucar, 1997, p.381-88.

RAFFESTIN, C. *Por uma Geografia do poder.* São Paulo: Ática, 1993.

RICCI JR., A. Planejamento para controle de plantas invasoras em lavouras de cana-de-açúcar, através de softwares processador de imagens – IDRISI. In: SEMINÁRIO COPERSUCAR DE TECNOLOGIA AGRONÔMICA, Agricultura de Precisão, 7., 1997, São Paulo: Copersucar, 1997, p.392-94.

ROCHFORT, M. *Redes e sistemas: ensinando sobre o urbano e a região.* São Paulo: Hucitec, 1998.

RODRIGUES, A. M. *Moradia nas cidades brasileiras.* São Paulo: Contexto, 1989, 72p.

_____. *Na procura do lugar o encontro da identidade: um estudo do processo de ocupação coletiva de terra para moradia - Osasco. 1988.* Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas de São Paulo, Universidade de São Paulo, São Paulo.

SAES, F. A M. de *As ferrovias de São Paulo: 1870-1940.* Coleção Estudos Históricos. São Paulo: Hucitec, 1981, 199p.

SALLUM JUNIOR, B. *Capitalismo e cafeeicultura: oeste paulista - 1888-1930.* São Paulo: Duas Cidades, 1982.

SANTOS, M. & SILVEIRA, M. L. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI.* São Paulo: Record, 2001, p.259-287.

SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.* São Paulo: Hucitec, 2^a ed., 1997, 308p.

_____. *Técnica espaço tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional.* São Paulo: Hucitec, 3^a ed., 1997, 190p.

_____. *Por uma economia política da cidade.* 1.ed. São Paulo: Hucitec/Educ, 1994. 145p.

- _____. *A urbanização brasileira*. 1.ed. São Paulo: Hucitec, 1993, 157p.
- _____. *Metrópole corporativa fragmentada: o caso de São Paulo*. São Paulo: Nobel, 1990, 117p.
- _____. *Manual de geografia urbana*. São Paulo: Hucitec, 1980, 214p.
- _____. *O espaço dividido*. São Paulo: Livraria Francisco Alves Editora, 1979, 345p.
- _____. *Espaço e sociedade: ensaios*. Petrópolis: Vozes, 1979, 152p.
- _____. Crescimento nacional e nova rede urbana: o exemplo do Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro: IBGE, 1967.
- SASSEN, S. As novas desigualdades entre as cidades. In: _____. *As cidades na economia mundial*. São Paulo: Nobel, 1998, p.47-73.
- SILVA, J. G. da. O desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro e a reforma agrária. In: STÉDILE, J. P. (Coord.) *A questão agrária hoje*. Rio Grande do Sul: Ed. da Universidade/UFRS, 1994, p.137-143.
- _____. O rural paulista: muito além do agrícola e do agrário. *Informações Econômicas*. São Paulo: Instituto de Economia Agrícola, v.10, n.2, p.60-72, 1996.
- _____. *A nova dinâmica da agricultura brasileira*. Campinas: IE/UNICAMP, 1996.
- _____. Urbanização e pobreza no campo. *Agropecuária e agroindústria no Brasil: ajuste, situação atual e perspectivas*, p.127-49, s.d.
- _____. Por uma reforma agrária não essencialmente agrícola. *Agroanalysis*, IBE, CEA, v.16, n.3, mar., p.8-11, 1996.
- _____. A industrialização e a urbanização da agricultura brasileira. *São Paulo em Perspectiva*, jul./set., p.2-10, 1993.
- SILVA, M. A. de M. *Errantes do fim do século*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999, 370p.
- SILVA, S. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976, 120p.
- SINGER, P. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. 2ª ed. São Paulo: Companhia Ed. Nacional, 1977, 377p.
- SOUZA, M. J. L. Algumas notas sobre a importância do espaço para o desenvolvimento social. *Território/LAGET, UFRJ*. Rio de Janeiro: Garamond, v.2, n.3, jul./dez., p.13-35, 1997.

SOUZA, M. J. L. de Da “fragmentação do tecido sociopolítico-espacial” da metrópole à “desmetropolização relativa”: algumas facetas da urbanização brasileira nas décadas de 80 e 90. In: SPOSITO, M. E. B. (Org.) *Urbanização e cidades: perspectivas geográficas*. Presidente Prudente: [s.n.], 2001, p.391-417.

SPOSITO, E. S. Território, logística e mundialização do capital. In: _____. (Org.). *Dinâmica econômica, poder e novas territorialidades*. Presidente Prudente: UNESP/FCT: GAsPERR, 1999, p.99-113.

SPOSITO, M. E. B. As cidades médias e os contextos econômicos contemporâneos. In: _____. (Org.) *Urbanização e cidades: perspectivas geográficas*. Presidente Prudente: [s.n.], 2001, p.609-43.

_____. A urbanização no Brasil. *São Paulo: CENP/SE. Geografia. Série Argumento*. São Paulo: SE/CENP, 1993, p.61-78

_____. *O “chão” em Presidente Prudente: a lógica da expansão territorial urbana*. 1983. Dissertação (Mestrado em Geografia) – IGCE de Rio Claro, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro.

SZMRECSÁNYI, T & MOREIRA, E. P. *O desenvolvimento da agroindústria canavieira do Brasil desde a Segunda Guerra Mundial. Estudos Avançados da USP*, v.5, n.11, jan./abr., p. 57-79, 1991.

SZMRECSÁNYI, T. *O planejamento da agroindústria canavieira do Brasil: (1930 – 1975)*. São Paulo: Hucitec/UNICAMP, 1979 (Economia & Planejamento: Série teses e pesquisas).

THOMAZ JÚNIOR, A. *Por trás dos canaviais os (nós) da cana: a relação capital x trabalho e o movimento sindical dos trabalhadores da agroindústria canavieira paulista*. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2002, 388p.

_____. *Por trás dos canaviais os (nós) da cana: Uma contribuição ao entendimento da relação capital x trabalho e do movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canavieira paulista*. 1996. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas de São Paulo, Universidade de São Paulo, São Paulo.

_____. *A territorialização do monopólio: as agroindústrias canavieiras em Jaboticabal*. 1988. Dissertação (Mestrado em Geografia) – IGCE de Rio Claro, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro.

_____. “Barracão”, forma de controle da mão-de-obra recriada pelo capital: os mineiros da região de Jaboticabal. *Boletim Paulista de Geografia*. São Paulo: AGB/FFLCH – USP, n.60, p.141-52, 1984.

_____. *“Leitura” geográfica e gestão político-territorial da sociedade de classes*. (mimeo.), p.1999, p.1-16.

_____. *Território em transe*. (mimeo.), 1999, p.1-17.

VASCONCELOS, L.A.T. A região administrativa de São José do Rio preto. *Cenários da urbanização paulista*. Coleção São Paulo no limiar do século XXI, n.7. São Paulo: SEADE, 1992, p.133-53.

VASCONCELOS, P. de A. *Dois séculos de pensamento sobre a cidade*. Ilhéus: Editus, 1999, 596 p.

VEIGA, J. E. da. *Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula*. Campinas: Autores Associados, 2002, 304p.

VELTZ, P. Hierarquias e redes na organização da produção e do território. In: BENKO, G. & LIPIETZ, A. (Orgs.) *As regiões ganhadoras: distritos e redes – os novos paradigmas da Geografia Econômica*. Oeiras: Celta, 1994, p.189-201.

APÉNDICE

APÊNDICE A - Questionário

DATA:

MUNICÍPIO:

CONJ. HAB.:

I - CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO

1. Posição familiar																				
2. Idade																				
3. Sexo																				
4. Está estudando																				
5. Escolaridade																				
6. Contribui na renda																				
7. Renda domiciliar	Anotar valor																			
8. Situação na Ocupação																				
9. Setor de Ocupação																				

II - CARACTERIZAÇÃO DO IMÓVEL E DO CONJUNTO HABITACIONAL

10. Condição de ocupação do imóvel:

- a) próprio quitado b) próprio em aquisição c) alugado d) cedido
 e) outro - Qual? _____

11. Valor da prestação? _____

12. Valor do aluguel? _____

13. Modificações no imóvel:

- a) não b) sim - ampliação c) sim - melhorias diversas d) não informou
 e) outros

14. Número de dormitórios:

- a) 1 b) 2 c) 3 d) 4 e) 5 ou mais

15. Número de banheiros da casa:

- a) 1 b) 2 c) 3 d) 4 ou mais

16. Sobre o valor pago pela prestação (ou aluguel) considera:

- a) justo b) irrisório c) elevado d) abusivo e) não sabe

17. Última prestação paga do imóvel:

- a) mês anterior b) há 2 meses não paga c) há 3 meses não paga

17.1. Número de meses em que a prestação não é paga: _____

18. Anteriormente onde residia?

Área urbana

- a) do mesmo município
 b) de outro município do Estado de São Paulo
 c) de outro município de outro Estado da federação

Área rural

- d) do mesmo município
 e) de outro município do Estado de São Paulo
 f) de outro município de outro Estado da federação

19. O imóvel em que residia anteriormente era:

a) próprio b) alugado c) cedido d) outro _____

20. Citar os 3 principais problemas ou necessidades enfrentados por morar neste conjunto habitacional:

a) não informou b) ausência/distância escola c) iluminação d) esgoto e) água f) limpeza/lixo
g)conserv. ruas/asfalto h) posto de saúde i) ausência áreas de lazer j) transporte coletivo k)
creche l) prestação elevada m) segurança n) desemprego o) outros p) não existe

III - CARACTERIZAÇÃO DA CIDADE

21. Identifique serviços, equipamentos e infra-estrutura existentes na cidade e no conjunto em que reside:

Categories	21.1. Existe na cidade	21.2. Existe no conjunto	21.3. Utiliza	21.4. Avaliação
a)Hospital				
b)Posto de Saúde				
c)Delegacia				
d)Posto Policial				
e)Esc. Ens. Fund.				
f)Esc. Ens. Médio				
g)Fac. e Cursos				
h)Creches				
i)Iluminação				
j)Lazer				
k)TC intra-urbano				
l)TC interurbano				
m)Limpeza/lixo				
n)Água				
o)Esgoto				
p)Cons. ruas/asf.				
q)Sindicato				
r)Igreja				
s)centro comunit.				

22. Qual o tipo de transporte utilizado para deslocamento para outras cidades?

22.1. Quais as atividades que realiza em outras cidades?

Atividades	21.1. Realiza	21.2. Cidade	21.3. Frequência
a)Escola - E. Fundamental			
b)Escola - E. Médio			
c)E. Superior			
d)Outras ativ. educ. e cursos			
e)Médicos			
f)Hospitais			
g)Laboratórios de análises			
h)Dentistas			
i)Outros profissionais/Saúde			
j)Lazer			
k)Comércio			
l)Transporte interestadual			
m)Trabalho			
n)Sindicato			
o)Igreja			
p)Centro Comunitário			

23. Citar os 3 principais problemas ou necessidades enfrentados por morar nesta cidade.

24. O que você considera cidade?

25. Você considera _____ como uma cidade?

26. Qual é a cidade mais importante da região? Por que?

27. Porcentagem da renda familiar utilizada para o pagamento da prestação do imóvel (fazer o cálculo a partir do valor da prestação e renda familiar).

a) até 15% b) mais de 15 até 25% c) mais de 25 até 50% d) mais de 50 até 80% e) mais de 80% f) sem informação

APÊNDICE C - Instruções para o preenchimento do questionário

1. Perguntar a posição familiar do entrevistado (chefe de família, cônjuge, filho, etc.):
 - a) chefe do domicílio b) cônjuge do chefe c) filho d) parentes/agregados e) outra família
2. Idade: a) até 7 anos b) 8 a 14 c) 15 a 17 d) 18 a 65 e) mais de 66
3. Sexo: a) masculino b) feminino
4. Está estudando?
5. Escolaridade: Estudou até que série? (caso não tenha estudado, mas saiba ler e escrever anotar 1º grau incompleto):
 - a) analfabeto b) não está em idade escolar c) em idade escolar mas não freqüenta a escola d) 1º grau incompleto e) 1º grau completo f) 2º grau incompleto g) superior incompleto h) superior completo
6. Contribui na renda? a) sim b) não
7. Renda Domiciliar: valor em R\$ da soma dos salários dos moradores que contribuem na renda:
 - a) até 1 salário (R\$ 151) b) + 1 até 3 salários (R\$ 152 a R\$ 453) c) + 3 até 5 salários (R\$454 a R\$755) d) + 5 até 10 salários (R\$756 a R\$1510) e) mais de 10 salários (+ R\$ 1511) f) não informouObs.: Anotar o valor em Reais.
8. Situação na ocupação: perguntar sobre o trabalho de todos os membros da família:
 - a) empregador b) assalariado com carteira assinada c) assalariado sem carteira assinada d) autônomo e) não trabalha f) desempregado g) aposentados/pensionistas h) diarista i) faz 'bicos' j) outros
9. Setor de ocupação:
 - a) Agropecuária (Trabalhador Rural) :
 - a1) T.R. permanente a2) T.R. safrista a3) parceiro a4) arrendatário a5) outro _____
 - b) Agroindústria c) Indústria d) Comércio e) Prestação de Serviços f) Adm. Pública g) construção civil h) outras atividades i) não trabalha
21. Perguntar sobre todos os equipamentos da lista.
 - 21.1. Identificar a existência ou não de equipamentos, serviços e infra-estrutura na cidade:
 - a) sim b) não c) não sabe d) não informou

21.2. Identificar a existência ou não de equipamentos, serviços e infra-estrutura no conjunto habitacional:

a) sim b) não c) não sabe d) não informou

21.3. Se morador utiliza ou não os equipamentos, serviços e infra-estrutura existentes no conjunto e cidade:

a) sim b) não c) não informou

21.4. Avaliação sobre equipamentos, serviços e infra-estrutura (mesmo se não utiliza pode avaliar):

a) ótimo b) bom c) regular d) ruim e) não sabe f) não informou

22.1. Atividades que realiza em outra cidade:

a) sim b) não

22.2. Anotar o nome da cidade.

22.3. Freqüência :

a) freqüentemente (toda semana) b) esporadicamente (algumas vezes no mês)

c) raramente (algumas vezes ao ano) d) dificilmente (menos de 5 vezes ao ano)

22 a 26 - questões abertas, anotar.

27. Porcentagem da renda familiar utilizada para o pagamento da prestação do imóvel (fazer o cálculo a partir do valor da prestação e renda familiar).

a) até 15% b) mais de 15 até 25% c) mais de 25 até 50% d) mais de 50 até 80 %

e) mais de 80% f) sem informação

APÊNDICE D – Formulário de avaliação qualitativa do conjunto habitacional

DATA:

CONJUNTO:

MUNICÍPIO:

A) CARACTERÍSTICAS FÍSICAS E ESPACIAIS DO CONJUNTO HABITACIONAL

- Equipamentos comerciais/de serviços/industriais:
- Igrejas:
- Equipamentos coletivos (orelhões, centro comunitário, creches, escolas etc.):
- Infra-estrutura urbana (pavimentação, iluminação, rede de água, esgoto):
- Serviços urbanos (varrição de ruas, coleta de lixo):
- Breve descrição das adjacências do conjunto habitacional (se integrado ou isolado no 'tecido urbano'; se próximo de outros conjuntos ou loteamentos; proximidade de córregos, depósitos de lixo; área de matas; sítios, etc.):
- Estado de conservação dos lotes e vias públicas (limpeza ou presença de entulho, lixo e mato):
- Estrutura de lazer existe (pública ou privada - clubes, associações recreativas ou religiosas, centros poli-esportivos, bares, etc.):
- Arborização:

B) ASPECTOS SOBRE AS HABITAÇÕES EXISTENTES:

- Situação das calçadas:
- Presença de muros e portões nas residências:
- Existência de jardins:
- Melhorias aparentes verificadas nas residências (ampliações, pintura das casas, descaracterização da padronização típica dos conjuntos habitacionais, etc.)
- Existência de garagens cobertas e veículos nas residências:

C) OUTRAS INFORMAÇÕES:

- Existência de lideranças (sindicais, religiosas, políticas, comunitárias):
- Acessibilidade (qualidade e quantidade de vias que interligam o conjunto a outros bairros e ao centro da cidade; soluções de continuidade por ventura existentes - trilhos de ferrovia, córregos ou rios, declividade acentuada, etc.):
- Fluxo de veículos verificado (e existência de sinalização apropriada):
- Problemas enfrentados no conjunto (falta de trabalho próximo para os habitantes; degradação ambiental; poluição provocada por empresas próximas; ausência de serviços; violência no conjunto, etc.):

Autorizo a reprodução deste trabalho.
Presidente Prudente, de maio de 2004.

MARA LÚCIA FALCONI DA HORA BERNARDELLI